



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM GEOGRAFIA**



RENATA SIBÉRIA DE OLIVEIRA

**A CENTRALIDADE DA POBREZA NA TRAMA DO CAPITAL
FINANCEIRO: POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO NO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

São Cristóvão – SE
2018

RENATA SIBÉRIA DE OLIVEIRA

**A CENTRALIDADE DA POBREZA NA TRAMA DO CAPITAL FINANCEIRO:
POLÍTICAS DE MICROCRÉDITO PRODUTIVO NO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, para obtenção do Título de Doutora em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Josefa de Lisboa Santos.

São Cristóvão – SE
2018

A centralidade da pobreza na trama do capital financeiro: políticas de microcrédito
produtivo no estado de Pernambuco

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a. Josefa de Lisboa Santos - UFS
Orientadora e presidente da banca

Prof.^a Dr.^a. Maria Augusta Mundim Vargas - UFS
1º Examinadora

Prof. Dr. Eraldo da Silva Ramos Filho - UFS
2º Examinador

Prof. Dr.^a. Vanessa Dias de Oliveira – UFS/Campus Itabaiana
3º Examinadora

Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento - UFPB
4º Examinador

Renata Sibéria de Oliveira
Doutoranda

São Cristóvão – SE
2018

Oliveira, Renata Sibéria de

O48c A centralidade da pobreza na trama do capital financeiro : políticas de microcrédito produtivo no estado de Pernambuco / Renata Sibéria de Oliveira ; orientadora Josefa de Lisboa Santos. – São Cristóvão, 2018.

214 f. : il.

Tese (doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Geografia econômica. 2. Geografia regional. 3. Pobreza. 4. Créditos – Política governamental. 5. Microfinanças – Pernambuco. 6. Espaço (Economia). 7. Empreendedorismo. I. Santos, Josefa de Lisboa, orient. II. Título.

CDU 911.3:33(813.4)

DEDICATÓRIA

À Heitor,
Amor maior,

*Que todos os seus desejos se realizem;
Que você possa ser sempre útil aos outros
E permitir que os outros o sejam para você.
Que você consiga erigir uma escada até as estrelas
E galgar cada degrau;
Que ao crescer você se torne justo,
Que ao crescer você se torne verdadeiro,
Que você saiba sempre discernir a verdade
E enxergar as luzes que o cercam.
Que você seja sempre corajoso,
Agente firme e seja forte.
Que você possa permanecer para sempre jovem*

Forever Young, Bob Dylan

AGRADECIMENTOS

Em tempos em que se prega a individuação social, sou privilegiada pelas oportunidades que me foram dada de perceber que é na coletividade que materializam-se as nossas realizações. Elas são fruto da construção coletiva da vida que em seu movimento nos levam a compartilhar nossas experiências nos tornando suporte uns dos outros. Em tempos em que as injustiças se reproduzem de maneira espantosa, negando ao outro sua existência, estudar a produção das desigualdades me ensinou acima de tudo que está no mundo é aprender a dividi-lo, compartilhá-lo, e na fraternidade negar aquilo que nos separa.

Eu sou resultado desta coletividade, esta tese representa esta coletividade que seguiu comigo, me amparou, foi meu suporte, meu guia em uma jornada que por muitas vezes pra enxergar o seu final precisei do olhar outro. A certeza de nunca estar sozinha me fortalece e não existe palavras que defina tamanha gratidão. A emoção me invade ao relembrar o significado de cada um em minha vida.

As minhas irmãs amigas, **Erika**, **Maiany** e **Jéssica**, Obrigada pelo companheirismo, carinho e dedicação. Vocês me fortalecem e me inspiram pela coragem e determinação de enfrentar a vida. Em especial, Érika e Maiany que por estarem mais próximas, dividiram comigo os cuidados com Heitor e foram mães quando não pude ser... amo vocês por tudo que representam para mim.

A **Juscelino**, companheiro e paciente, obrigada por tanto carinho que me dedica e por me lembrar cotidianamente que tudo iria dar certo. Aqui encerra-se uma longa jornada percorrida juntos, onde sua companhia foi essencial e necessária.

Aos meus pais, **Assis** e **Salete**, pelo amor incondicional que descobri o significado ao me tornar mãe. Esta tese é parte de vocês que nunca mediram esforços para fazer de nós o que somos hoje. Obrigada mãe por ensinar a ser forte com seu exemplo, sua luta na nossa criação me inspira e dar coragem de segui em frente.

A **Vinicius**, tão amigo, sempre disponível aos meus pedidos, agradeço pela leitura e sugestões no texto. Ter você por perto é saber que o dia será alegre e culto!

A **Josefa**, orientadora querida, que compreendeu a minha luta de ser ao mesmo tempo mãe, estudante e trabalhadora, com ternura foi paciente me acalmando e me incentivando a seguir. Você é uma referência pra minha vida pela sua luta engajada dentro e fora dos espaços da academia, pelo seu comprometimento social na luta por um mundo mais justo e por representar o que tem de melhor no ser humano. Obrigada por acreditar em mim e com sabedoria conduzir a orientação de forma leve e comprometida estando sempre disponível.

Aos meus irmão **Sérgio** e **Juscelino**, pelo apoio e incentivo,

Aos meus sobrinhos, **Marcus Vinicius**, **Benjamim** e **Alexandre**, que cresçam homens justos, comprometidos em fazer o bem e sensíveis à causa dos outros.

A **Diana** minha irmã do coração e aos meus amigos e amigas da rua 07, obrigada força!

Aos meus amigos mais que queridos, **Vanessa**, **Jean**, **Cianara**, **Rita**, **Lídia**, **Élisson**, **Vandeilson**, **Marcos** e **Antônio** obrigada pelo carinho e amizade.

A **Manuela**, minha irmãzinha piauiense, por todo carinho. Que caminho bonito percorremos! Você é um exemplo pra mim!

Aos meus familiares que tanto torceram por mim especialmente **Fagner**, **Gabi** e **Michele**, que sempre me dedicaram palavras de incentivo.

Aos meus amigos do colegiado de Geografia: **Alexandre**, **Sidclay**, **Pâmela**, **Luciana**, **Silú**, **Luiz Henrique**, **Lucas**, **Celice**. Agradeço o companheirismo a preocupação e a disponibilidade em ajudar em todas as horas, vocês acompanharam minha luta de perto e deram força e segurança pra continuar.

Aos meus alunos do curso de Geografia da UPE, pelo incentivo, especialmente a **Maurício**, amigo querido, sempre disponível em me ajudar.

Aos meus professores do PPGeo, **Vera França**, **Alexandrina**, **Celso Locatel**, **Eloízio**, e de forma especial a **Maria Augusta** e **Eraldo** que junto a professora **Neomires** prestaram relevantes contribuições durante a qualificação.

Aos amigos do LATER e de forma mais que especial **Vanilza** e **Joseane**, pessoas maravilhosas sempre disponíveis em me ajudar a qualquer hora, obrigada de coração.

Agradeço a presteza e disponibilidade de **Matheus**, **Éverton** e **Franci** a frente da secretaria do PPGeo.

O que é que pode fazer o homem comum
Neste presente instante senão sangrar?
Tentar inaugurar
A vida comovida
Inteiramente livre e triunfante?

O que é que eu posso fazer
Com a minha juventude
Quando a máxima saúde hoje
É pretender usar a voz?

O que é que eu posso fazer
Um simples cantador das coisas do porão?
Deus fez os cães da rua pra morder vocês
Que sob a luz da lua
Os tratam como gente - é claro! - aos pontapés

Era uma vez um homem e o seu tempo
Botas de sangue nas roupas de lorca
Olho de frente a cara do presente e sei
Que vou ouvir a mesma história porca
Não há motivo para festa: Ora esta!
Eu não sei rir à toa!

Fique você com a mente positiva
Que eu quero é a voz ativa (ela é que é uma boa!)
Pois sou uma pessoa
Esta é minha canoa: Eu nela embarco
Eu sou pessoa!
A palavra pessoa hoje não soa bem
Pouco me importa!

Não! Você não me impediu de ser feliz!
Nunca jamais bateu a porta em meu nariz!
Ninguém é gente!
Nordeste é uma ficção! Nordeste nunca houve!

Não! Eu não sou do lugar dos esquecidos!
Não sou da nação dos condenados!
Não sou do sertão dos ofendidos!
Você sabe bem: Conheço o meu lugar!

(Conheço o meu lugar – Belchior)

RESUMO

Este estudo analisa o uso que se faz da pobreza, no quadro atual das relações capitalistas, como categoria fundante e legitimadora de políticas de investimentos bancários, garantidores de lucros na esfera financeira. Essas políticas são implementadas sob exigências do mercado e ancoradas em fundamentos teórico-práticos que fortalecem uma visão de pobreza como produto de decisões individuais e que, por isso, é responsabilidade do indivíduo, que deve encontrar meios próprios de superação. No cenário da ampliação da atividade financeira, um significativo volume de recurso tem sido destinado para atrair a maior parcela possível da classe que vive do trabalho para o empreendedorismo individual. São ações que fizeram do microcrédito uma alternativa para um segmento da população, que, diante do crescimento exponencial do desemprego, após os anos de 1990, foi absorvida pela ideologia empresarial como saída para sua reprodução. Para uma melhor compreensão dos rebatimentos socioespaciais das políticas de microcrédito produtivo orientado, analisamos o Programa Crediamigo do Banco do Nordeste, maior expressão dessa política na América Latina e no Brasil, a partir de pesquisa com trabalhadores dos mais variados segmentos de atividades produtivas, na região que compreende a atuação da Unidade de Petrolina, no estado de Pernambuco. Para tanto, o método dialético nos permitiu desvendar as contradições das complexas relações, que se estabelecem no movimento de produção do espaço mediado pelo capitalismo financeiro. Os esforços empreendidos pelo governo brasileiro para o fortalecimento do empreendedorismo como política social ampliou a circulação dessa forma de capital, beneficiando sua expansão e reprodução no país, nesse sentido, atividades antes descartadas e desinteressantes, tornaram-se essenciais a sua reprodução. O aumento de agências públicas e privadas de crédito, nas duas primeiras décadas do século XXI, comprova o fôlego do Estado na reprodução desta modalidade de capital no país. A focalização no pobre constitui a metodologia de ação para fazer chegar o endividamento à superpopulação relativa por meio do pagamento de juros e da relação de dependência que se estabelece com esse tipo de política. Ao incorporar a pobreza à política de crédito, informando-a como única possibilidade de sua superação, o Estado expõe sua condição de superestrutura de comando do capital e agente de articulação global do lucro especulativo. Por sua vez, nega que o processo que transformou o homem em força de trabalho, separando-o dos meios de produção, através de variados mecanismos de expropriação intensificados no desenvolvimento do capitalismo, é, em primeira instância, o responsável pela produção da riqueza e da pobreza. Em tempo, individualiza a superação da pobreza no pobre/indivíduo. É uma estratégia mercadológica de individualização das causas da pobreza, que obscurece o seu sentido como produto da Lei geral da acumulação.

PALAVRAS-CHAVES: Pobreza, capitalismo financeiro, microcrédito e produção do espaço.

RESUMEN

Este estudio analiza el uso que se hace de la pobreza, en el cuadro actual de las relaciones capitalistas, como categoría fundadora y legitimadora de políticas de inversión bancaria, garantizando lucro en la esfera financiera. Estas políticas son implementadas por exigencias del mercado y ancladas en fundamentos teóricos-prácticos que favorecen una visión de pobreza como producto de decisiones individuales y que por eso es responsabilidad del individuo, que debe encontrar medios propios de superación. En el escenario de aplicación de la actividad financiera un significativo volumen de recursos ha sido destinado para atraer a la mayor proporción posible de clase que vive del trabajo para el emprendimiento individual. Son acciones que hicieron del microcrédito una alternativa para el seguimiento de la población, que durante el crecimiento exponencial del desempleo, en los años 1990, fue absorbida por la ideología empresarial como salida para su reproducción. Para una mejor comprensión de los impactos socio-espaciales de las políticas de microcrédito productivo orientado, analizamos el Programa Credi-amigo del Banco del Nordeste, mayor expresión de esta política en América Latina y Brasil, a partir de investigaciones con trabajadores de los más variados seguimientos de actividades productivas, en la región que comprende a la actuación de la Unidad Petrolina en el estado de Pernambuco. Por tanto, el método dialéctico nos permitió identificar contradicciones en las complejas relaciones que se establecen en el movimiento de producción de espacio mediado por el capitalismo financiero. Los esfuerzos emprendidos por el gobierno brasileño para el fortalecimiento del emprendimiento como política social, amplió la circulación de esta forma de capital beneficiando su expansión y reproducción en el país, en este sentido actividades antes descartadas en el siglo XXI, provoca el florecimiento del estado en la reproducción de esta modalidad de capital en el país. La focalización en el pobre constituye la metodología de acción para hacer llegar el endeudamiento a la superpoblación relativa por medio del pago de intereses y de la relación de dependencia que se establece con este tipo de política. Por su parte, niega que el proceso que transformó al hombre en fuerza de trabajo, separándolo de los medios de producción, a través de variados mecanismos de expropiación intensificados en el desarrollo del capitalismo, en una primera instancia, el responsable de la producción de la riqueza y la pobreza. Es una estrategia mercadológica de individualización de las causas de la pobreza que oscurece a un sentido como producto de la Ley general de acumulación.

PALABRAS CLAVES: Pobreza, capitalismo financiero, microcrédito, producción de espacio.

ABSTRACT

This study analyzes the use of poverty, in the current framework of capitalist relations, as founding and legitimating category of banking investment policies that guarantee financial profits. These policies are implemented under market demands and anchored in theoretical-practical foundations that strengthen a vision of poverty as the product of individual decisions and in this way it is the responsibility of the individual, who must find own ways of overcoming. In the scenario of the expansion of financial activity, a significant volume of resources has been allocated to attract the largest possible share of the proletariat for individual entrepreneurship. Actions that made microcredit an alternative for this population follow-up, which, faced with the exponential growth of unemployment, after the 1990s was absorbed by business ideology as an outlet for your reproduction. In order to better understand the socio-spatial bouncing of oriented productive microcredit policies, we analyze the Banco do Nordeste's Crediamigo Program, a major expression of this policy in Latin America and Brazil, based on research with workers with the most varied productive activities in the region which comprises the acting of the Petrolina unit in the state of Pernambuco. For this, the dialectical method allowed us to unravel the contradictions of the complex relationships that are established in the movement of production of space mediated by financial capitalism. The efforts of the Brazilian government to strengthen entrepreneurship as a social policy, increased the circulation of this form of capital, benefiting its expansion and reproduction in the country, thus, activities previously discarded and uninteresting, have become essential to its reproduction. The increase in public and private credit agencies, in the first two decades of the 21st century, confirms the State's ability to reproduce this type of capital in Brazil. By focusing on the poor has become the methodology of action to bring the debt to relative overpopulation through the payment of interest and the dependency relationship established with this type of policy. By incorporating poverty into credit policy, treating it as the only possibility of overcoming it, the State exposes its condition as a superstructure of capital's control and agent of global articulation of speculative profit. On the other hand, he denies that the process that has transformed man into a labor force, separating it from the means of production, through various mechanisms of expropriation intensified in the development of capitalism, is in the first instance responsible for the production of wealth and poverty. In time, it individualizes the overcoming of poverty in the poor / individual. It is a marketing strategy of individualization of the causes of poverty that obscures its meaning as a product of the General Law of accumulation.

KEY-WORDS: Poverty, financial capitalism, microcredit and production of space.

LISTA DE SIGLAS

AFAP - Agência de Fomento do Amapá
AGE - Agência Municipal do Empreendedor
AGEFEPE - Agência de Fomento do Estado de Pernambuco
AGEFEPE - Agência de Fomento do Estado de Pernambuco
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BM - Banco Mundial
BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A.
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAPE - Centro de Apoio a Pequenos Empreendimentos Ana Terra
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CMN - Conselho Monetário Nacional
DED – *Deutscher Entwicklungsdienst* (Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social)
DISOP - *Institute of Cooperation for Social Development* (Instituto de Cooperação para o Desenvolvimento Social)
DPL - Development Policy Loans
ESSOR - Association de Solidarité Internationale (Associação Internacional de Solidariedade)
FAPEB - Federação dos Bairros do Estado de Pernambuco
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FENAPE - Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNE - Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste
FNF - *Friedrich-Naumann-Stiftung für die Freiheit* (Fundação Friedrich Naumann para a Liberdade)
GTZ - *Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit* (Sociedade Alemã de Cooperação Técnica)
IAF- Inter-American Foundation
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IMP - Índice de Pobreza Multidimensional
INEC - Instituto Nordeste Cidadania
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social
IPC - Internationale Projekt Consult
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPH - Índice de Pobreza Humana
JUCEPE - Junta Comercial de Pernambuco
LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal
MEI - Microempreendedores Individuais
MOC - Movimento de Organização Comunitária
MST - Movimento Sem Terra
NOEI - Nova Ordem Internacional
OIT - Organização Internacional do Trabalho
ONG – Organização Não Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PEA - População Economicamente Ativa
PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo
PCPP - Programa de Crédito Produtivo Popular
PDI - Programa de Desenvolvimento Institucional
PIB - Produto Interno Bruto
PNMPO - Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRODEM - Fundação para a Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa
PROGER - Programa de Geração de Emprego e Renda
SAPPP - Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco
SCMEPP - Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte
SCR - Sistema de Informações de Crédito do Banco Central
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SEMPETQ - Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação

SFN - Série Cidadania Financeira

SINE - Sistema Nacional de Emprego

UNICEF - *United Nations Children's Fund* (Fundo das Nações Unidas para a Infância)

USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01:	Crescimento do número de MEI, por UF, entre dezembro de 2013 e dezembro de 2016	133
Figura 02:	Área de atuação do Banco do Nordeste Brasileiro S.A	142
Figura 03:	Distribuição das Unidades de Atendimento do Programa Crediamigo e Agroamigo	144
Figura 04:	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010	151
Figura 05:	Sede da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco	156
Figura 06:	Sede da Secretaria de trabalho qualificação e empreendedorismo - Agência do trabalho em Recife - PE	157
Figura 07:	Sede da Agência de empreendedorismo individual e autônomo em Recife – PE	158
Figura 08:	Taxa de desocupação por UF – pessoas de 14 anos ou mais de idade no trimestre abr-mai-jun de 2017	160
Figura 09:	Unidade de Atendimento do Banco do Nordeste em Petrolina - PE	167
Figura 10:	Ponto de Atendimento do Banco do Nordeste em Santa Maria da Boa Vista - PE	168
Figura 11:	Escritório de serviços técnicos especializados em consultoria agrícola na cidade de Dormentes - PE	170
Figura 12:	Bancas de confecções de solicitantes de crédito entrevistado em feira livre na cidade de Santa Maria da Boa Vista – PE, ao fundo agência de financiamento de crédito	170
Figura 13:	Banca de confecções de solicitante de crédito entrevistado em feira livre na cidade de Lagoa Grande– PE	171
Figura 14:	Ateliê de costura de solicitante de crédito entrevistada na cidade de Petrolina - PE	171
Figura 15:	Quiosques de confecções de solicitantes de crédito entrevistados no Mercado Turístico na cidade de Petrolina - PE	172
Figura 16:	Comércio de solicitante de crédito entrevistado na cidade de Petrolina - PE	172
Figura 17:	Ponto de mototaxistas solicitantes de crédito entrevistados na	173

cidade de Petrolina - PE

Figura 18:	Equipamentos de estúdio fotográfico adquirido após obtenção de crédito de entrevistada na cidade de Petrolina - PE	173
Figura 19:	Mercadoria de Vendedora de roupa em domicílio de entrevistada na cidade de Petrolina – PE	174
Figura 20:	Mercadoria de Vendedora de cosméticos em domicílio de entrevistada na cidade de Afrânio - PE	174
Figura 21:	Mercadoria de fornecedor de refeições na cidade de Dormentes – PE	175
Figura 22:	Feirante entrevistado na feira livre na cidade de Petrolina	180
Figura 23:	Banca de feira retratando o aumento no volume de mercadorias comercializadas pelo feirante, após a aquisição do crédito, na feira livre na cidade de Petrolina - PE	181
Figura 24:	Ponto de moto taxistas na cidade de Petrolina	182
Figura 25:	Escritório de advocacia e ponto de empréstimo de crédito na cidade de Dormentes – PE	189
Figura 26:	Pontos de empréstimos de crédito na cidade de Santa Maria da Boa Vista – PE	189
Figura 27:	Pontos de empréstimos de crédito na cidade de Lagoa Grande – PE	190
Figura 28:	Pontos de empréstimos de crédito na cidade de Petrolina – PE	190
Figura 29:	Agência Municipal do Empreendedorismo na cidade de Petrolina – PE	191

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 01:	Taxas de Desemprego no Brasil (%) – 1981-1999	86
Tabela 02:	Número e repartições dos pobres, segue regiões e estratos de residência – 1970 e 1980	100
Tabela 03:	Execução Geral do PNMPO no 3º Trimestre de 2015	126
Tabela 04:	Cliente do PNMPO por Ramos de Atividade – 3º Trimestre de 2015	126
Tabela 05:	Clientes do PNMPO por Situação Jurídica – 3º Trimestre de 2015	127
Tabela 06:	Microcrédito: valor e quantidade de operações da carteira total (identificada e não identificada) por tipo de cliente, em porcentagem	130
Tabela 07:	Classificação SAE – Classe socioeconômica	137
Tabela 08:	Indicadores Crediamigo: Indicadores de alcance por estado – Ano 2016	161

ÍNDICE DE QUADRO

Quadro 01:	Empréstimos do Banco Mundial por setor – 1961-1982	92
Quadro 02:	Volume de empréstimos do Banco Mundial entre 1961-1982 (Milhões de dólares)	93
Quadro 03:	Programas de combate à pobreza no Brasil a partir de 1990	104
Quadro 04:	Abrangência do Banco do Nordeste no Brasil	143

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 01:	Localização da área de estudo	23
Mapa 02:	Espacialização do Crediamigo no estado de Pernambuco	163
Mapa 03:	Percentual da população residente em domicílios agrícolas, pluriativos, rurais não agrícolas e urbanos não agrícolas da área pesquisada em 2010.	166
Mapa 04:	Região geográfica intermediária de Petrolina - PE	193

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01:	A pobreza no mundo	70
Gráfico 02:	Taxas de pobreza absoluta e extrema nas grandes regiões em 1995 e 2008 (em %)	102
Gráfico 03:	Linha de pobreza – Porcentagem dos brasileiros que vivem com menos de US\$ 5,5 por dia	103
Gráfico 04:	Extrema pobreza – população vivendo abaixo da linha de pobreza extrema (US\$ 1,90)	103
Gráfico 05:	Brasil - Evolução dos recursos do Programa Bolsa Família – em bilhões	105
Gráfico 06:	Total de microempreendedores individuais (acumulado) – dezembro de 2010 a dezembro de 2016	117
Gráfico 07:	Brasil – taxa de desocupação (%) – PNAD-C	118
Gráfico 08:	Quantidade de agências de segmento bancário, cooperativas, sociedade de crédito, financiamento e investimento e sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte por mil Km ² no país	128
Gráfico 09:	Brasil: distribuição dos Microempreendedores Individuais - MEI por grande setor, em dezembro de 2016	129
Gráfico 10:	Ocupação antes de se formar - 2013 a 2017	131
Gráfico 11:	Distribuição dos créditos por região	134
Gráfico 12:	Valor da carteira de microcrédito, % por região	135
Gráfico 13:	Quantidade de operações da carteira de microcrédito identificada	135
Gráfico 14:	Proporção de MEI por classe socioeconômica 2017	137
Gráfico 15:	Escolaridade do MEI – detalhado	138
Gráfico 16:	Distribuição em porcentagem do MEI por raça/cor – 2013 a 2017	139
Gráfico 17:	Crediamigo contratações – Quantidade acumulada de operações em mil (dez/2017)	146
Gráfico 18:	Valores desembolsados acumulados (R\$ milhões) dez / 2017	146
Gráfico 19:	Perfil de escolaridade do grupo pesquisado solicitante de crédito junto ao Crediamigo	169
Gráfico 20:	Relação entre o número (%) de pessoas e a quantidade de tempo em anos em que efetuam empréstimos junto ao Crediamigo	184

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I	
1. A INDIVIDUALIZAÇÃO COMO COMPONENTE FUNDAMENTAL DA POBREZA	30
1.1. O sentido de pobreza na dinâmica do capitalismo	30
1.2. Na natureza do Estado, a individuação como processo social.	35
1.3. A pobreza é produto da Lei Geral da Acumulação do Capital	57
1.4. Alguns enfoques funcionais para a pobreza	62
1.5. Desenvolvimento, liberdade, justiça e afirmação do indivíduo em Amartya Sen	72
CAPÍTULO 2	
2. CAPITALISMO FINANCEIRO E ADMINISTRAÇÃO DA POBREZA	80
2.1. Financeirização da economia, superexploração do trabalho e intensificação da pobreza	80
2.2. A funcionalidade da pobreza no contexto do capitalismo financeiro	91
CAPÍTULO 3	
3. A MICROFINANÇA NO JOGO DA APROPRIAÇÃO DA POBREZA	112
3.1. A microfinanças e o discurso de superação da pobreza	112
3.2. O microcrédito no Brasil e a expansão do capital financeiro	117
3.3. As contradições do microcrédito como política de superação da pobreza no Brasil: uma análise necessária	128
3.4. A ação estatal na espacialização do microcrédito dirigido	141
CAPÍTULO 4	
4. O CRÉDITO EM TEMPOS DE POBREZA E DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA	150
4.1. O Programa Crediamigo em Pernambuco	150
4.2. O Crediamigo e o empreendedorismo para o pobre na região do sertão semiárido de Pernambuco	164
CONSIDERAÇÕES FINAIS	196
REFERÊNCIAS	

INTRODUÇÃO

No quadro atual das relações capitalistas em que as agências financeiras mundiais comandam um ajuste espacial para permitir a expansão dos excedentes de capitais pelo mundo, a categoria pobreza ganhou centralidade e se constituiu, na trama do capital financeiro, uma alternativa para a extração de renda, no cenário de suas crises.

As estratégias de expansão dessa forma de capital consolidaram após a década de 1980, tendo como marco inicial o ajuste neoliberal objetivando uma reestruturação nas bases produtivas para fomentar a maior participação das nações no sistema financeiro mundial. Nessa conjuntura, um novo papel foi imposto aos Estados que passaram a atuar na regulamentação dessas novas determinações.

Os custos sociais do neoliberalismo foram devastadores; o crescimento da miséria pela redução dos postos de trabalho e a retração do Estado resultaram no aumento da dependência e da produção da desigualdade, funcionando como mecanismo para sustentar suas orientações.

Esta trajetória de ampliação do controle socioespacial dos países periféricos foi vinculada ainda à releitura da questão social de uma forma individualizada e focalizadora. A referida individualização da pobreza assenta-se na provisão da sua superação materializada nas experiências do economista indiano Muhammad Yunus nos programas de geração de renda por meio do microcrédito produtivo orientado, vigente na Índia, desde os anos 1970 e embasada pelas teses do também economista Amartya Sen na década de 1990. A ideologia do empreendedorismo, de liberdade atrelada ao mercado, de desigualdade econômica, de justiça distributiva, autonomia e empoderamento, encaminham a atuação do Banco Mundial e suas agências na utilização de um arcabouço teórico/conceitual para legitimar a prática da despossessão instituída pelo mercado das finanças, a partir dos anos de 1990.

A política de crédito voltada para microempreendedores individuais foi apresentada como alternativa imprescindível para a inserção dos trabalhadores informais no mercado e com ele superar o problema da pobreza, uma saída à crise estrutural nas economias centrais em suas mais variadas nuances que, ao

desenvolver mecanismo de administração da pobreza, escoar seus excedentes de capitais, produzindo mais lucros¹.

O Brasil sedia o maior programa de microcrédito da América Latina, o Crediamigo, implantado pelo Banco do Nordeste na década de 1980, uma agência pública que assumiu o modelo de focalização da política social, subsidiando a expansão do capital financeiro em áreas e atividades antes descartadas pelo mercado de crédito. Em 2006, o microcrédito produtivo orientado foi expandido para zona rural com a criação do programa Agroamigo voltado para trabalhadores do campo. Observamos, nesse sentido, o Estado cumprindo obrigações enquanto agente sustentador da ordem capitalista, subsidiando a ampliação dos processos financeiros.

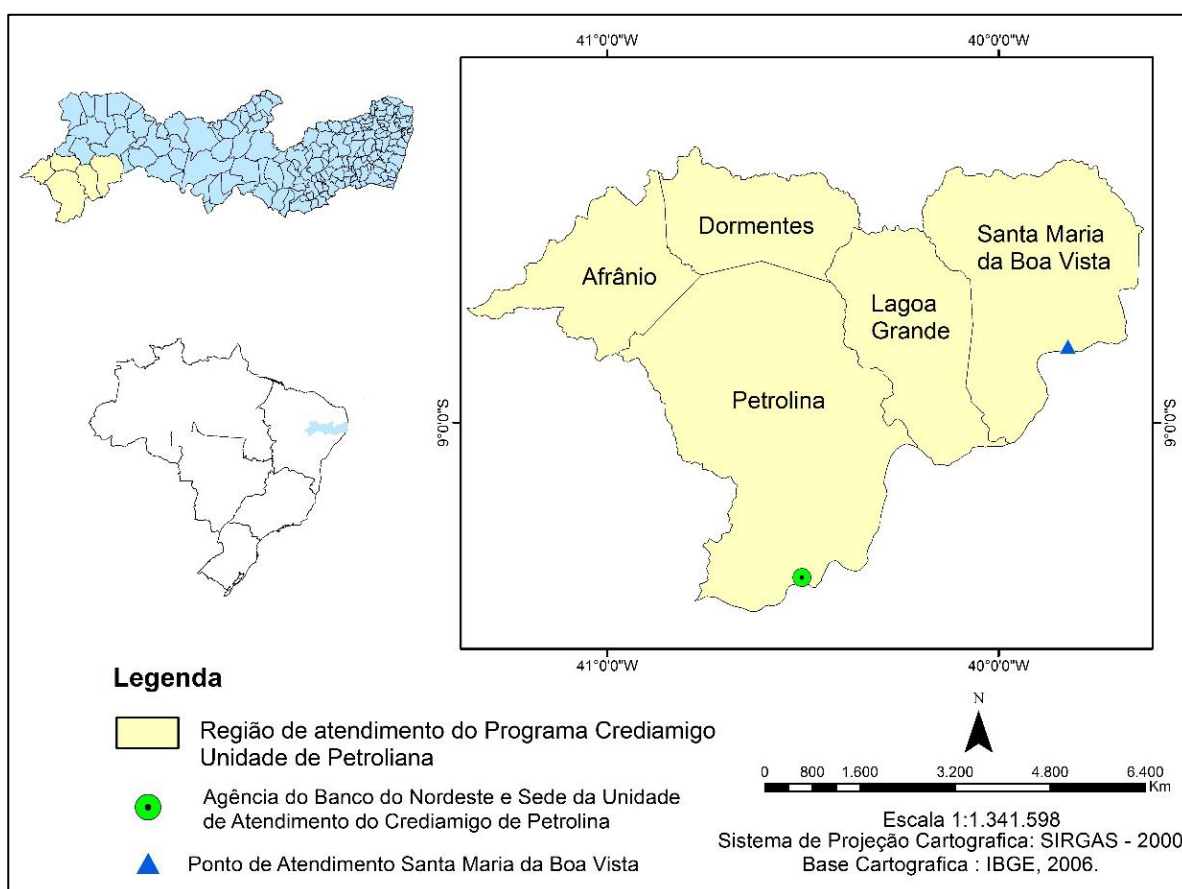
Em Pernambuco, é forte a presença de agentes financeiros atuando junto ao Estado no fomento às políticas de crédito desde a década de 1990. Nesse estado, estruturou-se um conjunto de ações de incentivo ao empreendedorismo individual, com a criação de agências estaduais de financiamentos. Atrelada a essas ações, espacializam-se agências privadas de crédito e o seguimento público federal, com os programas Agroamigo e Crediamigo do Banco do Nordeste, que possui uma logística de atendimento que o faz presente em todo o estado.

Com o objetivo de aprofundar a compreensão dos rebatimentos socioespaciais desses programas de microcrédito voltados para empreendedores individuais, realizamos uma análise da espacialização das ações do programa Crediamigo para este segmento de investimentos no estado de Pernambuco. Optou-se por estudar esse programa, diante da abrangência, enquanto política pública destinada ao setor do mercado informal; do nível de absorção da lógica empreendedora com vias ao atendimento individualizado e da necessidade de compreender as implicações no processo de produção do espaço diante da destinação do volume de recursos públicos empregados para tal atividade em detrimento de políticas estruturais para geração de emprego.

¹ Para Neil Smith (1988, p. 185) “a crise não é somente, o produto de uma contradição inerente entre a necessidade de desenvolver as forças produtivas e as condições sob as quais esta deve ocorrer, em seu desenvolvimento concreto, assim como em sua gênese, a crise econômica é essencialmente contraditória. Devemos olhar para alguns dos resultados contraditórios da crise, pois não importa quão destruidoras e disfuncionais elas sejam, as crises podem ser agudamente funcionais para o capital. As funções, encampação e falências, assim como a desvalorização geral (das mercadorias, da força de trabalho, da máquina, do dinheiro e a destruição do capital (tanto variável quanto constante), que acompanham as crises, também preparam o terreno para nova fase de desenvolvimento capitalista”

As pesquisas foram realizadas na região que compreende a área de atendimento do Crediamigo, da Unidade de Petrolina, abrange, conforme ilustrado no mapa 01, os municípios de Lagoa Grande, Dormentes, Afrânio, Santa Maria da Boa Vista e Petrolina onde se localiza a agência do Banco do Nordeste e a sede desta Unidade de Atendimento.

Mapa 01: Localização da área de estudo



Autor: LOPES, R. J. C. 2018.

Desde o início do funcionamento em 1998, a Unidade de Atendimento de Petrolina inseriu no universo das microfinanças, R\$ 235.212.819,12 distribuídos entre 23.890 clientes, uma média de 3 milhões em cartas de crédito para 1.150 clientes mensais (Banco do Nordeste, 2017). A metodologia adotada pelo Crediamigo contribuiu significativamente para imprimir ao programa a expansão geográfica que o mesmo adquiriu. A adoção de agentes de crédito, que vão em busca de clientes nos locais onde trabalham transpondo as barreiras burocráticas

que os separam das agências bancárias, já que o trabalhador só precisa ir ao banco assinar a documentação já preparada, faz do programa um importante mecanismo para a administração da pobreza e dos conflitos dela decorrentes.

O controle social é um dos objetivos postos nesta forma de implementação de política social questionada pelos movimentos de classe por negarem as razões da pobreza como resultado da apropriação da riqueza produzida no trabalho. Esse tem sido o empenho do Banco Mundial, que como orientador do ajuste estrutural, previu a contenção dos conflitos sociais.

Para a compreensão da realidade destes processos que, na atualidade, têm conduzido a produção do espaço de forma desigual e contraditória, realizamos leitura teórico/conceitual sobre a concepção de homem/indivíduo no movimento de instituição do Moderno Estado burguês. Para tanto, embasamo-nos na compreensão teórica da economia política clássica e da filosofia política a partir dos estudos de Marx, (2002, 2006, 2008), Ricardo, (1996), Rousseau, (2008), (Soares, 2003), Smith, (1996), Kant, (2003), Locke, (1994) Marcuse, (1941), Netto, (2012), Polany, (2000), Arendt, (2016), Braga & Guerra, (2004) Carnoy, (2013), Engels, (1975) Mascaró (2002).

Esta pesquisa demandou, ainda, leituras acerca da reestruturação produtiva e das implicações socioespaciais das ações adotadas para a imposição do ajuste espacial materializadas nas práticas neoliberais. Para tanto, as contribuições de Harvey, (2006, 2011), Galeano, (2002), Mészáros, (2009, 2002) Chesnais (1996, 2010) foram fundamentais.

Esta análise nos levou a perceber as novas configurações do mundo do trabalho impostas pela reestruturação produtiva e interesses das agências financeiras internacionais e as consequências dela decorrentes. Buscamos suporte nas obras de Kraychete, (2005), Leguizamón, (2005), Oliveira, (2017), Ramos Filho, (2013), Salvador, (2010), Chesnais, (1996, 2010).

Para Thomaz Junior (2004a), este é um debate que se põe permanentemente ligado à ciência geográfica, já que o geógrafo deve participar ativamente dessas interlocuções. Nesse sentido, Oliveira (2007), Carlos, (2002), Harvey (2006), Oliveira (2017), Santos (2008, 1988), Conceição (2005) foram fontes fundamentais na leitura dos processos de produção do espaço.

O debate em torno da questão social e das ações implementadas para gestão da pobreza foi grandemente direcionado pela corrente crítica marxista do Serviço Social. Entre os autores, acolhemos as contribuições de Codes, (2008), Behring & Boschetti, (2006), Cardoso Júnior, (2017) Castel, (2015), Castelo, (2010), Maranhão, (2012) Mauriel, (2008), Rocha, (2015) Siqueira, (2013), comprometidos com a desmistificação das políticas de superação da pobreza ao demonstrarem suas razões estruturais.

O entendimento dos programas de Crédito e do Crediamigo, como resultado dos processos de financeirização da economia tiveram suporte de pesquisa como as de Colodeti & Leite, (2012), Medeiros, (2016, 2013), Montañó & Uriguetto, (2011), Mota, (2015), Pereira, (2015), Pereira, (2009), Santiago, (2014), Sen, (2011, 2010), Silveira Filho, (2005), Yunus, (2000).

O método dialético e sua investigação baseada no materialismo histórico norteou nossa leitura e análise dos processos espaciais em questão. A perspectiva de interpretação da realidade, considerando a totalidade das relações, nas quais o objeto está envolvido, é essencial a esta pesquisa, à medida que permite que a realidade aparente da lógica formal possa ser superada (CARLOS, 2002).

As formulações a respeito de uma dialética do espaço permitem chegar a algumas concepções interessantes, como, por exemplo, a de ver as formas espaciais enquanto processos sociais no sentido de que os processos sociais são espaciais. Assim, a relação teoria e prática permite organizar o pensamento para ação como práticas propositivas na sociedade.

A proposta do materialismo histórico dialético direciona para uma pesquisa de cunho qualitativo, buscando a interpretação da realidade estudada em sua essência e permitindo desenvolver mecanismo de atuação eficaz. Esse método possibilita elucidar, pela leitura da financeirização e do controle da renda do trabalho, as contradições das políticas de administração da pobreza.

Como encaminhamentos metodológicos, desenvolvemos pesquisa bibliográfica alicerçada em um conjunto de referências entre elas, livros, banco de teses, periódicos e sites.

Por entender que é o homem o principal agente transformador do espaço e gerador de contradições tornou-se de grande importância visitas à área de estudo. Percorremos os cinco municípios que abrangem a região de atendimento da

Unidade de Petrolina do programa Crediamigo. Nessas visitas, entrevistamos 73 trabalhadores que participam do programa, no Município de Afrânio – 12 entrevistados; em Dormentes – 13 entrevistados; em Petrolina – 18 entrevistados; em Lagoa Grande – 14 entrevistados; em Santa Maria da Boa Vista – 16 entrevistados. Em Petrolina, visitamos, ainda, a agência do Banco do Nordeste que sedia a Unidade de Atendimento onde foi entrevistado o Coordenador geral do Crediamigo e 02 agentes de crédito. Em Santa Maria da Boa Vista, visitamos o Ponto de Atendimento onde entrevistamos o agente de crédito responsável pelo mesmo. Nessas visitas, realizamos levantamento fotográfico e recolhemos documentos necessários à pesquisa.

A análise documental se deu durante a pesquisa de campo, nas agências visitadas e por meio de um grande levantamento realizado em sites para obtenção de dados e informações acerca dos programas de crédito, das legislações regulatórias desses programas, dos volumes de recursos, destino e outras informações essenciais à pesquisa. Entre os sites analisados estão: Receita Federal, Ministério do Trabalho, Banco do Nordeste do Brasil, IBGE, IPEA, Banco Mundial, SEBRAE, CEAPE, entre outros.

Os resultados desses procedimentos estão organizados neste trabalho estruturado em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma discussão sobre o sentido de pobreza na dinâmica do capitalismo, seguida de uma análise da natureza do Estado e da individuação como processo social. Procuramos demonstrar aqui que a pobreza é um produto da Lei Geral da Acumulação do capital negada pelas ideias de desenvolvimento, liberdade e justiça, de Amartya Sen, que desenvolve suas análises, sugerindo ações focalizadoras de superação da pobreza para afirmação do indivíduo e sua inserção no mercado.

No segundo capítulo, apresentamos o processo de financeirização da economia e as implicações nas relações de trabalho que causaram, entre outros problemas, a intensificação da pobreza. A partir da investigação da atuação do capital financeiro na promoção de políticas de crédito, demonstramos a funcionalidade da pobreza para processo acumulação.

No capítulo 3, mostramos como a microfinança, uma capilaridade da macroeconomia, viabiliza a expansão e circulação de capital que se apropria da

riqueza sobre o discurso da superação da pobreza. Neste capítulo, tratamos, ainda, da espacialização do microcrédito no Brasil e das contradições como política social que cumpre o papel de administração da pobreza.

No capítulo 4, apresentamos as informações coletadas durante a pesquisa de campo, demonstrando a força empreendida pelo estado de Pernambuco na estruturação de uma rede de auxílio para o desenvolvimento do empreendedorismo. Realizamos uma reflexão considerando os fundamentos teóricos acumulados e as experiências apresentadas pelas entrevistas realizadas com os trabalhadores e trabalhadoras participantes do programa Crediamigo na região de atendimento da Unidade de Petrolina do Banco do Nordeste.

Estes créditos financiam diversos tipos de atividades, empreendimentos simples como feirantes, vendedores de roupa, loja de variedades que, em muitos casos, são realizados na própria residência como vendedores de cosméticos, roupas íntimas, costureira, sacoleira, fornecedor de refeições, entre outros.

São atividades destinadas à reprodução da família que, na maioria dos casos pesquisados são compostas de cinco pessoas que dispõem de renda média de 2.000 reais, destinados às despesas de alimentação, água, energia, ao pagamento mensal da parcela do empréstimo e pagamento de aluguel em 40% dos casos. Para 64% dos entrevistados, essas atividades se constituem como a única fonte de renda da família, um tipo de atendimento ao caráter multidimensional da pobreza que fomenta a capacidade individual direcionada ao mercado com vista à resolução das demais necessidades. Estas política direciona-se a trabalhadores com esta faixa de renda, ou acima, uma vez que existe a certeza da quitação dos débitos junto aos bancos.

Os resultados desses investimentos não garantem a sustentabilidade da reprodução social dos sujeitos; são atividades que concorrem no mercado globalizado e embora sejam demandas da própria comunidade, em grande parte não se reproduzem a longo prazo.

O empreendedorismo subsidiado pelas políticas de microcrédito incorporadas às ações sociais públicas como alternativa viável à superação da pobreza desempenha o papel de expansão do processo de financeirização determinado pelo ajuste estrutural do capitalismo. O escoamento de excedentes de capitais conduzidos pelas agências financeiras internacionais para superar crises

de acumulação nas economias centrais encontrou espaço para se reproduzir a partir das determinações impostas aos Estados, condicionados aos novos arranjos do neoliberalismo. Esse modelo de política, estrategicamente, esconde as razões existenciais da pobreza enquanto produto da apropriação privada da riqueza.

CAPÍTULO 1

A INDIVIDUALIZAÇÃO COMO COMPONENTE FUNDAMENTAL DA POBREZA

*"O caminho da vida pode ser o da liberdade e da
beleza, porém, desviamo-nos dele.
A cobiça envenenou a alma dos homens, levantou
no mundo as muralhas do ódio e tem-nos feito marchar
a passo de ganso para a miséria e os morticínios.
Criamos a época da produção veloz, mas nos
sentimos enclausurados dentro dela.
A máquina, que produz em grande escala,
tem provocado a escassez.
Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa
inteligência, empedernidos e cruéis.
Pensamos em demasia e sentimos bem pouco.
Mais do que máquinas, precisamos de
humanidade; mais do que de inteligência, precisamos de
afeição e doçura!
Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo estará
perdido."*

(Charles Chaplin)

1. A INDIVIDUALIZAÇÃO COMO COMPONENTE FUNDAMENTAL DA POBREZA

A pobreza se constituiu na contemporaneidade como uma das mais importantes e discutidas questões da sociedade. De acordo com Ugá (2011), o termo é de uso comum de longa data e está presente na linguagem ordinária da população, mas, nos dias atuais, a pobreza tem assumido um papel específico, o que tem conferido a essa questão uma notória centralidade. Por muito tempo ela não foi entendida como um problema social, mas de cada indivíduo, manifestada inicialmente a partir de uma visão religiosa e, posteriormente, foi sendo assumida como produto das incapacidades individuais de provisão do próprio sustento em meio ao desenvolvimento da economia capitalista.

1.1. O sentido de pobreza na dinâmica do capitalismo

Até o desenvolvimento da Razão, o entendimento do pauperismo estava atrelado ao pensamento religioso. Castel, em *As metamorfoses da questão social* (2015), apresenta-nos uma análise de importante valor teórico sobre a trajetória das ações para os pobres. No que se refere ao papel da igreja, ele explica que a instituição se tornou a principal administradora da caridade, papel ratificado posteriormente pelo seu poder político. Os pobres passaram a ter um caráter funcional, pois sua existência ajudava a qualificar como bons aqueles cristãos, que prestavam os serviços de caridade e justificavam a preeminência social da igreja e seus privilégios, como principal instituição na gestão da assistência.

A constituição do Estado monárquico e, mais tarde, do Estado burguês, desatrelou a intermediação da igreja do auxílio aos pobres, a qual foi perdendo seu poder neste novo contexto socioespacial². O debate sobre a pobreza ganhou os espaços públicos e a sua assistência passou a ser desempenhada pela ação do Estado, que determinou, por meio de leis, o auxílio à população em situação de

² De acordo com Castel (2015, p. 81), as transformações da assistência até a época Moderna deve ser compreendida mais como uma continuidade das funções da igreja do que uma ruptura com as exigências de uma gestão de assistência de base local.

pauperismo, o exemplo mais expressivo foram as Poor Laws³ criadas em 1601 na Inglaterra.

Nas sociedades pré-industriais, já se verificava as implicações socioespaciais da transição da ordem social feudal para o sistema capitalista⁴. Essa ruptura conduziu as mais intensas transformações, desarticulando o que Castel (2015) denominou de rede complexa de trocas nas relações horizontais feudais das sociedades rurais europeias.

A emergência da questão social na Inglaterra no século XVI resultava da situação degradante de parte significativa da população que passou a viver na cidade a partir da transformação gradual dos indivíduos desligados do feudalismo e sua conversão em trabalhadores livres para estabelecer contratos de trabalho. A partir dessa época, o pauperismo passou a sofrer uma reflexão filosófica, que negava o entendimento medieval de que a pobreza não constituía um problema, bem como a ideia de que o desemprego estava associado à preguiça das pessoas (POLANYI, 2000)

Do ponto de vista científico, o tema da pobreza passou a se expressar no contexto da nova ordem e de todo o conjunto de transformações sociais presentes no projeto da Modernidade, que operava sob a lógica racional, a compreensão do mundo e dos problemas à época. A força das ideias liberais que do ponto de vista da economia se desenvolveu expressivamente, em um primeiro momento por meio das teorias contratualistas e, posteriormente, por Adam Smith, David Ricardo. Todas elas nucleadas por uma individuação da questão da riqueza e da pobreza, desassociando a pauperização dos problemas estruturais do capitalismo.

No caso dos economistas, porém, isto foi singularmente infeliz, pois todo o seu sistema teórico foi construído durante esse espaço de "anormalidade", quando uma tremenda ascensão no comércio e na produção se fez acompanhar de um enorme aumento da miséria

³ Poor Laws³ – Lei dos Pobres, primeira medida assistencialista instituída pelo Estado britânico para auxiliar a população no atendimento de necessidades mínimas. O recurso advinha inicialmente das contribuições feitas a igreja e posteriormente tornou-se um imposto obrigatório pago por contribuintes donos de grandes posses. O Estado britânico acreditava que a população em situação vulnerável poderia gerar problemas como a violência, roubos, e outros transtornos.

⁴ De acordo com Castel, no feudalismo existia a garantia da reprodução “sua unidade base é, de fato, sua comunidade de habitantes ancestralmente composta por famílias da mesma linhagem, unidas diante das exigências militares e econômicas do poder senhorial que as domina. Cada indivíduo encontra-se, assim, no interior de uma rede complexa de trocas em função desse organograma de dupla entrada: a dependência em relação ao senhor eclesiástico ou laico, a inscrição no sistemas das solidariedades e das coerções da linhagem e da vizinhança” (CASTEL, 2015, p. 49-50).

humana. Com efeito, os fatos aparentes sobre os quais se basearam os princípios de Malthus, Ricardo e James Mill apenas refletiam as tendências paradoxais que prevalecem durante um período de transição nitidamente definido (POLANYI, 2000, p.129)

Nesse sentido, a dimensão econômica da compreensão da questão social, imbuída do pensamento filosófico do Iluminismo, reduziu seu entendimento à racionalidade que propõe a ciência Moderna.

No final do período feudal identificamos as mais intensas alterações a partir do Renascimento Humanístico, do Renascimento Urbano, da Revolução Comercial, da Reforma Protestante, do Iluminismo e da constituição do Estado burguês, movimentos que deram início à cultura ocidental moderna e conduziram a ruptura com a tradição clássica, base do pensamento ocidental.

Esse conjunto de movimentos, historicamente construídos, com expressiva importância dos processos que levaram à Revolução Comercial, imprimiram a passagem do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista, destituindo, além das estruturas espaciais, as estruturas sociais comunitárias que caracterizavam os feudos para dar lugar a novas construções sociais em que o indivíduo e suas perspectivas particulares direcionam as novas estruturas sociais que se erguem baseadas nas propostas filosóficas como o Racionalismo, o Empirismo e o Idealismo.

Um outro homem se apresenta como resultado da produção do indivíduo na subjetividade humana, que, a partir do Renascimento, passa a reconhecer a si mesmo e desenvolver sua autonomia como forma de compreender o mundo que o cerca para produzir as modernas estruturas sociais burguesas.

Norbert Elias, na obra *A sociedade dos indivíduos* (1994), demonstra que, a partir do Renascimento, foram se constituindo as formas atuais de autoconsciência e imagem humana, em que uma primeira era de orientação teológica e religiosa, citando a Idade Média, foi seguida por uma segunda, em que a orientação metafísica ressignificou os pensamentos e sentimentos, passando a desempenhar um papel primordial. Para Elias, a construção do modo de pensar mais autônomo está ligado ao avanço mais generalizado da individualização a partir dos séculos XV, XVI, e XVII na Europa (ELIAS, 1994, p.85).

Esses novos eventos sociais foram se estabelecendo, à medida que a classe burguesa ganhava força e reivindicava seu espaço no curso do desenvolvimento do modo de produção capitalista em meio ao Estado absolutista. O pensamento científico, a partir de então, desenvolvia-se contrapondo o absolutismo e as elucidações religiosas sobre o mundo que, desde a Idade Média, justificavam a ação e o lugar da nobreza na hierarquia social europeia.

As novas formas de produção do conhecimento nas quais o sujeito, parte consciente de sua razão e realiza as investigações sobre o mundo, agora sob óticas científicas, trouxeram para a classe burguesa os encaminhamentos necessários para justificar sua atuação e validar suas reivindicações no jogo de forças pelo controle do Estado.

A razão, ou a racionalidade do pensamento, que se firma, conduziu o projeto da ciência moderna⁵ criando um movimento baseado na subjetividade em que o indivíduo se torna central ao compreender que a sua leitura sobre as coisas do mundo poderia construir respostas às suas indagações. Podemos observar essas questões com a publicação da teoria Copernicana quando o homem passa a valorizar o seu entendimento do mundo ao afirmar a centralidade do Sol em desacordo com o pensamento religioso de seu tempo. Acrescenta-se a este momento que a introdução das técnicas e métodos de pesquisas que passaram a ser utilizados na realização das investigações conduziram a separação entre o homem e o conhecimento, conhecimento esse que passa a ser construído de forma mais especializada, à medida que as novas metodologias “acabam por encastelar o conhecimento ao laboratório e, posteriormente, à Universidade” (SOARES, 2003).

A teoria heliocêntrica de Copérnico, a crítica à filosofia escolástica por Francis Bacon, que propunha uma reforma no conhecimento científico por entender que ele precisava ser prático e ter um fim útil e, ainda, a introdução do modelo cartesiano, que abria a possibilidade de compreender os fatos cientificamente a

⁵ A ciência se desenvolvia em ritmo acelerado abrindo caminho para inovações necessárias sobretudo para a expansão do comércio. Em 1666 foi fundada na França, por meio de financiamentos do Estado, a Académie Royale des Sciences, o objetivo era que o conhecimento científico possibilitasse o desenvolvimento da indústria, da navegação e das técnicas militares. Na Inglaterra também foi fundada a Royal Society, que começou a funcionar em 1661, com os cientistas financiando seus próprios estudos. Desenvolviam pesquisas em novos campos do conhecimento científico para possibilitar e também responder as rápidas transformações ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII (BRAGA; GUERRA, REIS, 2004).

partir da própria observação, - entendendo que o próprio homem poderia pensar sobre as leis da natureza e construir suas próprias impressões sem necessitar do suporte da religião -, caracterizaram uma revolução no pensamento científico após o século XVI, útil ao desenvolvimento do capitalismo como modo de produção que substituiria o sistema feudal e sua crença religiosa sobre o mundo⁶.

O que se verifica é a negação das explicações eclesiásticas como resultado de um processo de autoafirmação e conscientização humana, edificado com o projeto da modernidade e dando lugar ao novo homem, que se afirma na sua individualidade.

O rompimento com as estruturas medievais se dá pelas novas formas de interpretação da natureza e sobretudo, pela complexidade do espaço social em meio às novas demandas, que se estruturam a partir da intensificação do comércio. Por meio do deslocamento do pensamento teocêntrico para a razão, os princípios da filosofia política moderna começam a ser estruturados⁷. A formação de um espaço político, a partir das proposições levantadas por Nicolau Maquiavel (1469-1527) na publicação da obra *O Príncipe*, seguidas por Jean Bodin (1530-1593) e, posteriormente, por Thomas Hobbes (1588-1679) irão direcionar o pensamento, demonstrando, assim, a força das teorias para as ações reais da burguesia⁸.

Alysson Mascaro (2002) nos explica que o Renascimento constitui uma primeira etapa da filosofia moderna, que tratou de criar um rompimento com as bases teológicas medievais, posteriormente, ainda dentro da Idade Moderna, o

⁶ Descartes, aparece nesse contexto, como propulsor do movimento científico em que as regras do método de investigação percorriam um caminho composto de quatro etapas tendo a dúvida como ponto de partida das investigações. A partir do momento em que se duvidasse de todo conhecimento produzido sobre o fato/objeto, o segundo passo consistia em “repartir cada uma das dificuldades que eu analisasse em tantas parcelas quantas fossem possíveis e necessárias a fim de melhor solucioná-las” (DESCARTES, 1999, p. 49). Posteriormente, formulavam-se questões para dar início a experimentação e em seguida a formulação de leis. Dizia ele que, a utilização das longas séries de razões na investigação científica, “tinham me dado a oportunidade de imaginar que todas as coisas com a possibilidade de serem conhecidas pelo homens seguem-se uma as outras do mesmo modo e que, uma vez que nos abstenhamos apenas de aceitar por verdadeira qualquer uma que não o seja, e que observemos sempre a ordem necessária para deduzi-las uma das outras, não pode existir nenhuma delas tão afastada a que não se chegue ao final, nem tão escondida que não se descubra (ibid, p. 50).

⁷ Para responder a tantos questionamentos especialmente, o entendimento da formação de uma nova estrutura social, a filosofia política surge com proposições teóricas que terão papel significativo na condução das posturas políticas e direcionamentos dos movimentos de classes também delineados a partir da Revolução Comercial.

⁸ A filosofia política da Europa após século XVI, apresenta importantes direcionamentos os quais nortearam o movimento da sociedade, com proposições que vão da defesa da forma absolutista de Estado monárquico à construção de formas liberais.

elogio ao absolutismo dará lugar às formas anti-absolutistas, com o movimento Iluminista do século XVII e XVIII. O Racionalismo, o Empirismo, o Idealismo, que sustentarão as teorias de Estado e o entendimento da constituição da sociedade civil, terão, na afirmação do indivíduo, a questão basilar, as quais apresentarão novos encaminhamentos para o Liberalismo.

Ao apresentar novos valores, novas relações entre os homens e entre estes e o Estado, a vida social, que outrora se definia, se consolidará na sociedade civil moderna, rompendo com o conceito de sociedade da pólis grega ou das relações de servidão. E, “como é o espaço político por excelência o espaço da disputa burguesia na Idade Moderna, a teoria do Estado começa a tomar corpo nesse período” (MASCARO, 2002, p. 19-20).

A afirmação desse indivíduo encontrará, nos mecanismos jurídicos do Estado burguês, as condições necessárias para seu pleno desenvolvimento. A defesa da propriedade privada e da proteção dos ideais gestados no Iluminismo, como a liberdade e a igualdade, tornar-se-ão a bandeira de luta de uma sociedade que se comporta de forma fragmentada e que só conhecerá esses valores em seu sentido jurídico porque é apenas essa a garantia que o Estado, agora controlado sob os moldes burgueses, lhes oferece.

Martin Carnoy (2013, p. 23) observa que os grandes debates sobre o Estado realizados pelos intelectuais promoviam a construção de uma nova organização desse Estado baseada em um novo conceito de homem. Ele aponta que “os filósofos políticos do século XVII e XVIII basearam suas teorias de Estado na natureza humana, no comportamento *individual* e na relação entre os indivíduos”, dando corpo ao projeto da modernidade necessário ao desenvolvimento do modo de produção capitalista e da teoria liberal.

1.2. Na natureza do Estado, a individuação como processo social.

As primeiras análises sobre o Estado dão origem a um conjunto de teorias que atribuem a existência do Estado a um contrato firmado entre os homens para garantir o direito natural.

Para os contratualistas, o Estado moderno se justifica por meio de uma concepção racional entre os membros de uma sociedade e, embora apresente

premissas diferenciadas entre seus teóricos – Hobbes⁹, Locke¹⁰, Rousseau¹¹ -, a soberania do Estado como órgão responsável pela administração das estruturas sociais prevalece em suas proposições.

O ponto inicial das exposições teóricas dos jusnaturalistas é o Estado de Natureza, fase que antecede a formação da sociedade civil. A partir do entendimento do comportamento humano nessa fase, poder-se-iam explicar os fatores que os levaram à aceitação das mudanças entre os grupos de homens para a formação do Estado. É importante destacar a análise de Martin Carnoy (2013), quando explica que o estado de natureza é uma situação hipotética criada por Hobbes como método de investigação do comportamento humano e fruto da revolução do pensamento na ciência moderna; “eles estavam interessados em procurar uma nova organização do Estado baseada em um novo conceito de homem [...] de acordo com a lógica dedutiva, as leis do movimento e os conceitos do século XVII.” (Ibid, p. 25-26).

A garantia da liberdade e da vida, direitos naturais individuais, aparecem sob o olhar desses teóricos como a causa maior da realização do Estado Moderno, que ganha novas condicionantes com Jonh Locke, ao atribuir a propriedade privada individual à razão essencial da existência do Estado. Com Locke, a propriedade privada aparece inclusive como premissa para a participação política. Na sua obra *Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos de 1681*, quando versa

⁹ De acordo com o pensamento Hobbesiano a negatividade do estado de natureza pela inexistência de regras para guiar a ordem entre os homens, levaria a um constante sentimento de insegurança pelo fato de todos sentirem-se ao mesmo tempo donos de tudo o que julgar, a solução estaria em abdicar da sua liberdade transferindo ao Estado o uso da força e atribuindo poderes absolutos como forma deste garantir a segurança de todos e o exercício dos direitos individuais/naturais.

¹⁰ As premissas levantadas por Hobbes serão também objeto de entendimento de Jonh Locke, no entanto, a interpretação do estado de natureza se fará com o questionamento de que existe, neste estágio, a tendência da bondade entre os homens, isto porque, as leis naturais como o direito a vida, a propriedade e o direito a punir antecedem os indivíduos e são intrínsecos a eles. Estas leis por não terem sido criadas pelos homens, ou seja, sem o consentimento, o Estado se justificaria pela necessidade da criação dos elementos organizativos da sociedade acordado entre os indivíduos, quais sejam: a criação de leis (aprovadas pelos homens, porque nas leis da natureza não existe a participação dos grupos sociais em suas formulações), juízes que se apresentem imparciais e o poder coercitivo por meio da punição, mas com limitações ao soberano, que poderá ser destituído a medida em que não zelar pelas encargos a que lhe foram concebidos.

¹¹ Para Carnoy (2013, p. 37), “Rousseau, mais do que Lock, pareceu estar ciente das armadilhas do contrato social. O Estado tinha de agir para preservar a igualdade necessária para ter legitimidade e um contrato social em vigor, para tanto, Rousseau em ultima análise, contava com a educação, a racionalidade fundamental e a boa vontade dos homens para obter o equilíbrio e a prevalência do interesse social sobre o interesse individual. A medida em que os homens fossem mais conscientes e informados, eles escolheriam ser livres – comprometidos com a vontade geral e sua soberania – e garantiriam que não houvesse excesso de riqueza ou pobreza. Se eles não o fizesse, salientava Rousseau, a tirania iria imperar”.

sobre as Constituições Fundamentais da Carolina, Locke é expressivo nessa questão,

LXI. Em cada condado existe um tribunal, composto de um xerife e de quatro juizes do condado, um por distrito. O xerife deve ser um habitante do condado e aí possuir pelo menos quinhentos acres de propriedade plena; os juizes devem ser habitantes do condado e devem aí possuir, cada um, quinhentos acres no distrito que representam. No tempo requerido, o tribunal do palatino designa os cinco referidos magistrados e os investe de seus poderes. (p. 306)

LXVIII. No tribunal do distrito, ninguém pode ser jurado se não possuir cinquenta acres de sua propriedade. No tribunal do condado ou nas sessões, ninguém pode ser membro do grande júri se tiver menos de trezentos acres de sua propriedade; ninguém pode ser membro do júri de julgamento, se tiver menos de duzentos acres de propriedade. Nos tribunais dos proprietários, ninguém pode ser jurado se possuir menos de quinhentos acres de sua propriedade (p. 308)

LXXII. Ninguém pode ser escolhido membro do parlamento se não possuir de sua propriedade pelo menos quinhentos acres no referido distrito. (p. 308)

LXXXII. Ninguém pode ser escrivão de um distrito se não possuir por propriedade pelo menos trezentos acres. (LOKCE, 1994, p. 310).

Aqui, destacamos apenas algumas passagens, entre tantas nas quais a propriedade privada aparece como determinante para a participação nos segmentos sociais e decisões referentes ao bom andamento da sociedade. Em outras palavras, a constituição da sociedade civil moderna pauta-se na proteção dos direitos individuais pelos próprios proprietários, que criam o Estado para tal fim, ao tempo em que destituem da participação política aqueles desprovidos de posses, como os trabalhadores e as mulheres. Nesse movimento, o pensamento científico, que se construiu com o aporte de ideias racionais na explicação da natureza do Estado, conduziu a individuação como processo social em que nega a existência da sociedade como corpo coletivo, mas que protege direitos de indivíduos portadores de propriedade. Essa condução expõe um Estado cuja natureza é defender interesses de indivíduos que têm direitos, de acordo com os contratualistas/jusnaturalistas.

Identificamos, na obra principal de Locke, que a afirmação do direito à propriedade traz os elementos constitutivos de uma sociedade que se articula a partir do 'eu individual'. Nela, a definição de liberdade toma novas formas e é apresentada, por meio do Estado, como possibilidade de os homens garantirem a existência da sua individualidade.

A produção desse novo homem alterou significativamente o sentido da participação política, do fazer política e da ação enquanto prática da vida. O que se construiu foi o ideal de homem/indivíduo que se distanciou dos espaços de decisão e daquilo que lhe era intrínseco: a vida pública. Nos fundamentos da cultura ocidental moderna, verifica-se a ruptura histórica com a tradição clássica grega, base do pensamento ocidental, em que a vida pública em nada se confundia com a vida privada e atuar no espaço público constituía a essência da existência humana e de sua liberdade¹².

Os escritos de Arendt (2016), acerca dessa transição, são muito esclarecedores para percebermos que as categorias, liberdade, privacidade, política, família e o sentido do público tinham significados distintos de como as concebemos hoje. Para a filósofa, dois acontecimentos foram fundamentais para essa nova visão: a tradução dos termos do grego para o latim, com adaptação para o pensamento romano-cristão e a entrada na era moderna. Esses, ressignificaram essas categorias, cujos novos sentidos refletiram na mudança da postura política do homem, sobretudo com o advento da esfera social que, dentre tantas alterações, foi fundamental para destituir as possibilidades de ação política dos homens, papel primordial na Pólis Grega.

O que se verifica, substancialmente, na modernidade, é a fragmentação do papel político que, ao longo do tempo, foi sendo substituído por outras formas de organização social. O público e o privado ganharam novos papéis e esses reencaminharam a funcionalidade do Estado, que, como mediador das relações capitalistas (do direito de propriedade), passou a assumir a o controle da

¹² Traçando um quadro analítico, na Pólis, o exercício da liberdade ganhava definição e razão de existência na esfera pública. A participação na construção e nas decisões pelos cidadãos dava sentido ao entendimento do público ao tempo em que limitava a própria autoridade política por esta encontrar-se condicionada as decisões tomada em coletividade. Hannah Arendt, em *A Condição Humana* (2016, p 37) mostra que diferente do que se construiu com o projeto da modernidade, a ação política na Polis não está no indivíduo e nem se relaciona com esfera privada, entendida neste momento como seio familiar, mas no quanto o cidadão poderia se fazer ouvir nos espaços públicos.

reprodução do homem, tendo sob o seu comando o trabalho, a formação intelectual, a disponibilização de serviços necessários a vida.

Compreende-se ainda, nos estudos de Arendt (2016), que o privado não estabelecia relação com o público, porque este acontecia na esfera da família. As ações particulares, as necessidades orgânicas do indivíduo e de governabilidade eram de domínio privado sob tutela do chefe de família, relações que se modificam, na modernidade, especialmente com o aparecimento da *esfera social*, para onde foram transferidos os interesses da vida privada. Será o Estado Moderno, a partir da gestão, o grande responsável pelo desenvolvimento da sociedade, ou seja, dos indivíduos, com funções desempenhadas, que vão desde a promoção da qualidade de vida como saúde, educação, entre outros, a gestão dos recursos e a tomada das decisões.

Tem-se, a partir de então, uma vida social normatizada pelo Estado agora controlado pela classe burguesa, a qual fecham os homens na sua particularidade. Essa será a principal ruptura com a tradição clássica que, em muito, se justifica pelas concepções teóricas filosóficas acolhidas pela ciência, que passou a produzir uma nova relação do homem com a natureza e do homem com o homem. No conjunto dessas transformações, a concepção de pobreza também passa a ser individualizada, compreendida a partir de carências individuais isoladas fora da estrutura social contraditória que a gera.

O pensamento de Rousseau contribuiu, sobremaneira, para a ampliação dessa ruptura. Por ter sido um dos principais pensadores do Iluminismo, ele colaborou de forma significativa para a construção dos ideais que levaram à Revolução Francesa, movimento que, segundo Hobsbawm (1996, p. 9), “forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo”. Com esse movimento, ampliaram-se “os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países”. Rousseau apresentou uma notável preocupação com a desigualdade entre os homens de seu tempo. Isso fez com que seu pensamento se constituísse referência para os revolucionários do século XVIII, na medida em que enxergou na constituição da sociedade civil e da propriedade privada, a origem das mazelas sociais, além de ter demonstrado sua discordância da forma de governo absolutista por entender que a soberania se construía com o povo.

No entanto, a forma como conduziu a noção de superação da desigualdade a partir da sua intervenção teórica, reforçou a perspectiva do indivíduo, pois, em sua leitura, a liberdade civil como substituidora da liberdade no estado de natureza, não operava na construção de um pensamento científico em que o interesse coletivo se elevasse em relação ao interesse individual como resultado da tomada de consciência. Do contrário, para Rousseau, a situação ideal seria a inexistência de grupos e associações particulares organizadas, pois esses poderiam transformar suas vontades gerais, as quais poderiam ser contrapostas a outros grupos e impedir a construção de uma vontade geral (MONTAÑO & DURIGUETTO, 2011).

A filosofia política burguesa, em sua primeira fase, com os pensadores iluministas, trabalhou sobretudo na construção da crítica ao Estado Absolutista, o que não significa dizer que os mesmos se engajaram na construção de uma sociedade mais justa para a nascente classe trabalhadora. A expressão da burguesia encontrava, nesses intelectuais, um suporte para seu pleno desenvolvimento na luta contra as formas absolutas de governar. Para a classe burguesa, diante de sua importância econômica, as limitações impostas pelos reis não faziam sentido.

A partir do século XVIII, as teses Kantianas foram também fundamentais para alicerçarem a filosofia do direito, também contrárias ao regime absolutista e ao direito positivo dos reis que se baseavam, sobretudo, nas leis divinas¹³. Os conceitos universais e individuais desenvolvidos por Kant e sustentados na razão edificaram as estruturas necessárias para o entendimento do sujeito fundamentado filosoficamente, fora da religião.

¹³ Em Kant, o suporte para o entendimento de tudo que envolve o mundo dos valores está nas categorias *a priori* que, compreendida pelos imperativos categóricos compõem os elementos necessários para a formação da moral e da ética. Esse conhecimento *a priori*, possibilita ao sujeito a compreensão do comportamento humano por meio das categorias que universalizam o pensamento criando um movimento normativo. Em *A metafísica dos costumes*, obra publicada em 1785, Kant explica que “através dos imperativos categóricos certas ações são permitidas ou proibidas, isto é, moralmente possíveis ou impossíveis, enquanto algumas delas ou seus opostos são moralmente necessários, ou seja, obrigatórios” (KANT 2003, p. 64). Os esquemas dos conceitos puros do entendimento são as verdadeiras e únicas condições para proporcionar a estes uma referência a objetos, por conseguinte uma *significação*. Por isso, as categorias não possuem, ao fim, nenhum outro uso a não ser um empírico possível na medida em que servem meramente para, mediante fundamentos de uma unidade *a priori* (devido à reunião necessária de toda consciência numa apercepção originária), submeter os fenômenos a regras universais da síntese, tornando-os assim apropriados para a conexão completa de uma experiência. (KANT, 1999, p. 148)

Em Kant, a razão está no indivíduo, é nele também que se conformam as leis, que não advêm do Estado absolutista, mas da própria natureza humana. O direito natural em Kant, portanto, permitiu a formulação das leis que se dão mediadas aos acordos entre homens sobre aquilo que será melhor para todos. Formam-se, nesse sentido, os imperativos categóricos, que serão universalizados, dada a aceitação comum das regras.

Com tais proposições, Kant desenvolveu uma forma de conhecimento baseada em leis universais e, ao mesmo tempo, subjetivas, que se constroem por meio da razão individual. Com esse pensamento foi possível a burguesia construir o aparelhamento necessário na afirmação da propriedade privada como direito individual e influenciar as legislações nas nações capitalistas, que universalizaram esse princípio.

Na análise de Mascaro, é neste momento que se tem a transposição das ideias de universalização para o problema posto para modernidade sobre o direito natural, porque se considerariam direitos justos e racionais os imperativos universalizados os quais retiram os privilégios da nobreza por serem estes particulares. Ao mesmo tempo, os imperativos categóricos promovem o “fortalecimento da ideia dos direitos subjetivos, universalizáveis, principalmente o direito à propriedade, liberdade negocial e igualdade formal” (2002, p. 60). Para o autor, esses direitos, na verdade traduzem-se em garantias, porque, em uma estrutura social burguesa, somente as garantias podem ser universalizadas. É uma discussão que “não passa pelo campo da correção efetiva e social das diferenças” e faz a conquista das necessidades jurídicas burguesas, “universalizar a efetividade dos direitos é impossível nas estruturas capitalistas” (Ibid).

Desse modo, evidencia-se a aproximação do pensamento político moderno com a legitimação do Estado burguês na construção dos suportes necessários para a reprodução do modo de produção capitalista. O nascimento desse indivíduo no plano teórico e no bojo das alterações socioespaciais na Europa, acompanha o aparecimento dos Estados Nacionais, como instituição necessária para a reestruturação da sociedade.

Será no decurso da Revolução Francesa que observamos a importância das proposições trabalhadas pelos intelectuais. Suas teses se espacializam por meio das ações políticas, validando uma forma de atuação que, nesse caso, se traduz

na afirmação da classe burguesa no poder. Um exemplo dessa questão foi a proibição da organização dos trabalhadores na França. Por meio de leis e decretos, foi retirada qualquer possibilidade de lutas sociais coletivas como forma de não pôr em risco a construção individualizada de desenvolvimento do Estado Liberal burguês, conforme pode ser observada nos artigos 1, 2, 4 e 8 da Lei Le Chapelier de 14 de junho de 1791,

1. A aniquilação de todas espécies de corporações de cidadãos do mesmo estado ou profissão, sendo uma das bases fundamentais da constituição francesa, são proibidas de serem restabelecidas de fato, sob quaisquer pretexto e forma que seja.

2. Os cidadãos de um mesmo estado ou profissão, os empresários, os que tem loja aberta, os trabalhadores e companheiros de uma arte qualquer não poderão, quando se encontrarem reunidos, nomear-se nem presidente, nem secretários, nem síndicos, manter registros, tomar decisões e deliberações, formar regulamentos sobre seus pretendidos interesses comuns.

4. Se, contra os princípios da liberdade e da constituição, cidadãos ligados às mesmas profissões, artes e negócios, tomaram deliberações ou fizeram entre si convenções tendendo a atribuir um só preço determinado como garantia de sua indústria ou de seus trabalhos, as ditas deliberações e convenções, acompanhadas ou não de juramento, são declaradas inconstitucionais, atentatórias à liberdade e à declaração dos direitos do homem, e nulas de efeito; os corpos administrativos e municipais serão obrigados a declará-las assim. Os autores, chefes e instigadores, que as provocaram, redigiram ou presidiram, serão citados perante o tribunal de polícia, à requisição do procurador da comuna, condenado cada um a uma multa de 500 livres, 1 à suspensão dos direitos de cidadão ativo durante um ano e de participar de todas as assembleias primárias.

8. Toda reunião composta de artesãos, trabalhadores, companheiros, jornaleiros, ou provocado por eles contra o livre exercício da indústria e do trabalho facultado a toda sorte de pessoas, e sobre toda espécie de condições conveniadas amigavelmente, ou contra a ação da polícia e execução dos julgamentos pronunciados nesta matéria, serão tidos por agrupamentos sediciosos e, como tais, serão dispersados pelos depositários da força pública, sobre as requisições legais lhe serão feitas, e punidos de acordo com todo o rigor das leis sobre os autores, instigadores e chefes dos ditos agrupamentos, e sobre todos aqueles que cometeram violência por vias de fato e de atos (Universidade Federal de Minas Gerais – textos e documentos, 2016)

O direito positivo burguês¹⁴ constituiu-se como a forma jurídica concreta de atuação do Estado Moderno e apresentou a transformação legal para regulamentar a vida social a partir de então. Diferente das proposições do direito natural, em que a ideia de justiça se baseia na subjetividade e pressupõe um código comum, universal, no direito positivo burguês, as regras e as leis são impostas pelo Estado, que tem poder de legislar sobre a ordem social. Tais proposições, trazem a concepção de que a ideia de universal, antes compreendida no campo da subjetividade, passa a ser concreta, uma vez que a coloca nas instituições governamentais.

O Estado passou, então, a funcionar oferecendo a forma que melhor serviria à humanidade na garantia de um mercado livre na 'sociedade civil', papel que prossegue apoiado na perspectiva de ganho econômico por meio da 'liberdade' individual na busca do ganho material, contribuindo para o bem comum (SANTOS SÉRGIO, 2008). Nesse momento, a burguesia abandona os referenciais teóricos que garantiram sua ascensão ao poder, como as teses jusnaturalistas, defendidas em última instância por Immanuel Kant e as substitui pela perspectiva que melhor se enquadraria para o cenário de controle social. Hegel será, a partir de então, o mais útil para este fim.

A filosofia hegeliana retira a razão posta no indivíduo por Kant e coloca no Estado. Com essa intervenção teórica, Hegel entra em conflito direto com o jusnaturalismo, negando as teorias contratualistas e apresenta sua lógica para a compreensão da formação e funcionamento do Estado Moderno.

¹⁴ A promulgação do Código Civil Francês em 1804 por Napoleão Bonaparte, conhecido também como Código Napoleônico, representou a criação de mecanismos jurídicos para manutenção e reprodução da classe burguesa. Silvio Campanema de Souza em artigo intitulado *O Código Napoleão e sua influência no Direito brasileiro (2004, p. 39)*, demonstra que por ser Napoleão um filho da Revolução Francesa, o seu Código refletiria o seus ideais e inspirações, "todo Código repousa numa concepção puramente individualista, o que influenciou todo o direito do século XIX, inclusive o nosso. Não é difícil perceber que, no plano jurídico, o Código refletiu o pensamento liberal consagrado na Revolução Francesa. A obsessiva busca pela proteção da liberdade e da proteção individual, que iria se alcançar com a limitação do poder dos governantes, desaguou, como não poderia deixar de ser na exaltação da lei como único instrumento capaz de limitar a liberdade das pessoas. Surgia ali, arrimada na Declaração a certeza de que todos os homens eram iguais em direito, e que tanto inspirou os movimentos que marcaram o século XIX. Por isto, não poderia o Código abrigar, à época em que surgiu, as ideias sociais que mais tarde influenciaram o Direito, adotando a visão individualista e liberal, que emergiu da Revolução Francesa. Mas com ele nasceu o pensamento codicista, que supervalorizou o poder dos Códigos, dando início a era positivista, superando-se o Direito Natural, que deixou de ser uma fonte direta de consulta. Daí resulta a febre de codificação que varreu a Europa, no Século XIX, espalhando-se pelas Américas, e da qual o de Napoleão foi uma espécie de "Código-modelo", mas muito mais do que isso, uma permanente inspiração".

Hegel atribui ao Estado às possibilidades de transformações sociais. Em sua obra *Princípios da filosofia do direito* (1997), demonstrou a miséria moral e os particularismos da sociedade civil que só poderiam ser superados por meio de um Estado que atende à universalidade de forma racional. Na análise de Hegel, a burguesia se expressa na sociedade civil; ele enxerga as contradições presentes na sociedade e compreende as consequências da forma desigual com que desenvolve o meio social.

Para Hegel (1997, p. 217), o Estado como superior à sociedade civil é a razão em si mesmo, é a realidade da ideia moral objetiva. Ao realizar uma clara distinção entre o Estado e sociedade civil, Hegel afirma ser o Estado a “realidade em ato da vontade substancial, que adquire consciência particular de si universalizada”; é no Estado que “a liberdade obtém o seu valor supremo, e assim este último fim possui um direito soberano perante os indivíduos que ao serem membros do Estado têm o seu mais elevado dever”.

De acordo com Hegel,

quando se confunde o Estado com a sociedade civil, destinando-o à segurança e proteção da propriedade e das liberdades pessoais, o interesse dos indivíduos enquanto tais é o fim supremo para que se reúnem, do que resulta ser facultativo ser membro de um Estado (Ibid).

Nessa investigação, Hegel traz à tona o método dialético e o entendimento do movimento da história, que, sob esse aspecto, é visto como um processo que se realiza de forma contraditória. No entanto, na dialética hegeliana, o Espírito é apresentado como sujeito da história capaz de reestabelecer a consciência dos homens para a superação, por meio do Estado, das contradições.

A filosofia hegeliana, que é uma clara justaposição do Idealismo, sustentou as ideias liberais em uma tentativa de pensar a universalidade a partir do Estado, quando, na verdade, o Estado é uma expressão da sociedade civil burguesa fundamentado nos interesses individuais. Herbert Marcuse, em sua obra *Reason and Revolution - Hegel and the rise of social theory*¹⁵ (1941 p. 90), explica que por meio de uma dialética subjetiva, “the Hegelian system, is a portrayal of the process

¹⁵ Razão e Revolução – Hegel e o surgimento da teoria social. (Tradução nossa)

whereby 'the individual becomes universal' and whereby 'the construction of universality takes place'¹⁶.

Ainda de acordo com Marcuse, Hegel descreveu a Revolução Francesa como uma liberdade autodestrutiva, porque para ele a consciência, que se esforçou aqui para mudar o mundo, ainda, não encontrou a verdade, porque o homem não teria se colocado livremente sobre as leis que asseguram a sua própria liberdade e a dos outros,

Para o autor,

The new state created by the Revolution, Hegel says, only altered the external form of the objective world, making it a medium for the subject, but it did not achieve the subject's essential freedom. The achievement of the latter takes place in the transition from the French revolutionary era to that of German idealist culture. The realization of true freedom is thus transferred from the plane of history to the inner realm of the mind. Hegel says: 'absolute freedom leaves its self-destructive sphere of reality [that is, the historical epoch of the French Revolution] and passes over into another realm, that of the self-conscious mind. Here, freedom is held to be true in so far as it is unreal . . .' a This new realm had been a discovery of Kant's ethical idealism. Within it, the autonomous individual gives himself the unconditional duty to obey universal laws that he imposes upon himself of his own free will (MARCUSE, 1941, p. 96)¹⁷.

Santos Sérgio também analisa o papel do pensamento de Hegel e observa que ele não conseguiu explicar a razão por que os princípios da Revolução Francesa não fizeram com que os homens deixassem de agir segundo seus interesses particulares e em favor dos interesses da coletividade. Para a autora, o pensamento de Hegel aponta para a construção de uma “ordem racional universal, fundada na autonomia do indivíduo, almejando um princípio unificador que

¹⁶ O sistema hegeliano é um retrato do processo pelo qual "o indivíduo torna-se universal" e através do qual ocorre a construção da universalidade. ' (1941 p. 90). (Tradução nossa)

¹⁷ O novo Estado criado pela Revolução, diz Hegel, apenas alterou a forma externa do mundo objetivo, tornando-se um meio para o sujeito, sem que ele tenha alcançado a liberdade essencial. A realização deste último ocorre na transição da era revolucionária francesa para a da cultura idealista alemã. A realização da verdadeira liberdade é assim transferida do plano da história para o domínio interno da mente. Hegel diz: "a liberdade absoluta deixa a sua esfera de realidade autodestrutiva [isto é, a época histórica da Revolução Francesa] e passa para outro domínio, o da mente autoconsciente. Aqui, a liberdade é verdadeira na medida em que é irreal. 'Este novo domínio tinha sido uma descoberta do idealismo ético de Kant. Nesse aspecto, o indivíduo autônomo se auto emprega um dever incondicional de obediência às leis universais que ele impõe a si mesmo (MARCUSE, 1941, p.96). (Tradução nossa)

preservasse os ideais de uma sociedade individualista e que resistisse aos seus antagonismos”. Em Hegel, o interesse coletivo é representado pelo Estado, que é eterno, não histórico e transcende a sociedade como uma coletividade idealizada, “para ele é onde todas as contradições sujeito-objeto se integram constituindo, dessa forma, uma unidade e uma universalidade genuínas” (SANTOS SÉRGIO, 2008, p. 180-181)

Nesse cenário, a primazia do pensamento clássico e mais tarde neoclássico¹⁸ baseava-se na formulação de um projeto de desenvolvimento econômico. Não se observa entre estes teóricos a preocupação com a situação da classe trabalhadora que compunham os parques industriais e dava vida ao modo de produção capitalista.

A partir dos anos de 1800, aprofundaram-se as desigualdades que se espacializaram pelas cidades europeias como resultado estrutural do desenvolvimento desse modelo de produção. A apropriação da riqueza, por meio da exploração do trabalhador livre, resultou em graves problemas sociais, os quais foram retratados por Engels em seu livro *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. Nessa obra, Engels demonstra pauperização e as precárias condições de existência dos proletários ingleses no contexto da Revolução Industrial.

Todas as grandes cidades, possuem um ou vários «bairros de má reputação» - onde se concentra a classe operaria. E certo que é frequente a pobreza morar em vielas escondidas, muito perto dos palácios dos ricos, mas, em geral, designaram-lhe um lugar a parte, onde, ao abrigo dos olhares das classes mais felizes, tem de se safar sozinha, melhor ou pior. Estes «bairros de má reputação» são organizados em toda a Inglaterra mais ou menos da mesma maneira, as piores casas na parte mais feia da cidade; a maior parte das vezes são construções de dois andares ou de um só, de tijolos, alinhadas em longas filas, se possível com caves habitadas e quase sempre irregularmente construídas. Estas pequenas casas de três ou quatro divisões e uma cozinha chamam-se *cottages* e constituem vulgarmente em toda a Inglaterra, exceto nalguns bairros de Londres, as habitações da classe operaria. Habitualmente, as próprias ruas não são planas nem pavimentadas; são sujas, cheias de detritos vegetais e animais, sem esgotos nem canais de escoamento, mas em contrapartida semeadas de charcos estagnados e mal cheirosos. Para além disso, o arejamento torna-se difícil, pela má e confusa construção de todo o

¹⁸ Expressão comumente utilizada para assinalar correntes do pensamento econômico que estudam a formação dos preços, a produção e a distribuição da renda através do mecanismo de oferta e demanda dos mercados surgidas no fim do século XIX.

bairro, e como aqui vivem muitas pessoas num pequeno espaço, é fácil imaginar o ar que se respira nestes bairros operários. (ENGELS 1975, p. 59)

De acordo com Heilbroner (1969), nesse período, praticamente não existia legislação social, e o governo como aliado incondicional da classe dominante direcionava suas ações ao atendimento das demandas e necessidades dos industriais e dos latifundiários. A racionalidade do pensamento liberal distanciava a causa social de suas análises por entender que cabe ao mercado a regulação das ações sociais e ao Estado, a sua legitimação. A máxima do *laissez faire, laissez passer* (deixa fazer, deixa passar).

Os postulados da Escola Clássica, desde a segunda metade do século XVIII, fundamentavam-se na defesa da reprodução da classe burguesa. A existência de diferenças sociais denunciava, segundo esses, a incapacidade individual de superação de sua condição de pobreza e, por esse motivo, era vista como uma questão natural do processo social.

A desigualdade de classe é tratada na obra de Adam Smith (1996) como resultado da relação desigual entre os indivíduos. Ele reconhece a existência de um processo de concentração de recursos nas mãos de pouco; no entanto, trata como um fator existencial, não cabendo ao Estado interferência no sentido de promover a redistribuição de renda, mas a proteção dos que detêm suas posses. Esse indivíduo torna-se conveniente ao capitalismo, pois se adequa aos princípios de desenvolvimento do mercado, maior preocupação de Smith.

Como formas de superação dos problemas que o advento do capitalismo já exibia na Alemanha, o governo de Bismark propôs, em 1880 a criação da política de seguridade social, seguida por diversos países na Europa. Essa iniciativa consistia na concessão de seguros por invalidez, doença e velhice, dando início à criação da previdência social. Esta forma de atuação do Estado retirava da pauta das reivindicações as demandas da classe trabalhadora, pois os problemas de maior urgência para os assalariados alemães como inspeção das condições de trabalho, regulamentação da jornada de trabalho, fiscalização dos contratos de trabalho não foram tocados (VIANA, 2002, p. 4).

Na Inglaterra, as pesquisas desenvolvidas por nutricionistas, no final do século XIX e início do século XX, associavam a pobreza às carências alimentares e

a uma noção de *subsistência*. Essa concepção direcionou em um primeiro momento as políticas assistencialistas que já vinham sendo desenvolvidas a partir da implantação das *Poor Laws* e em um segundo momento, no pós-Segunda Guerra, exerceu forte influência sobre as práticas científicas e políticas em outros países europeus (CODES, 2008).

Por essas razões, havia pressão para que fossem definidas as necessidades mínimas que garantissem a sobrevivência dos pobres, fossem eles capazes ou incapazes, vivendo dentro ou fora das instituições regidas pelas “*Poor Laws*”. Os trabalhos seminais de nutricionistas na Alemanha, nos Estados Unidos e na Inglaterra voltaram-se para estas questões, exercendo grande influência sobre os estudos de pobreza desenvolvidos a partir de então. Eles buscavam estabelecer as quantidades de itens alimentares que garantissem a ingestão mínima de energia e de nutrientes necessários para assegurar a vida de uma pessoa (CODES, 2008, p. 11).

Ana Luiza Machado de Codes (2008), baseando-se nas análises de Peter Tawsend, apresenta as críticas a esta abordagem. O argumento que se constrói questiona o tratamento das pessoas como organismos individuais, necessitando apenas da reposição de suas energias corporais, e não os considera como seres sociais que dependem da instalação de serviços públicos coletivos e universais, sem se limitar às nações ricas.

Por apresentarem um caráter assistencialista, as medidas adotadas pelos governos foram tornando-se insuficientes em decorrência do aumento do número da população em condição de pobreza, ou seja, da superpopulação relativa que aumenta, à medida que as forças produtivas ocupam novos espaços e se apropriam do trabalho excedente para gerar acumulação de capital.

No caminhar do século XIX, as desigualdades econômicas e sociais não desapareceram como propunha a burguesia em seu movimento de libertação. A emancipação humana como condição de superação da subserviência do Antigo Regime, embalado pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, fundamento da burguesia revolucionária, em nada significou a formação de espaços mais justos e solidários por parte desse movimento.

O pensamento de igualdade, nesse momento, aparece tão somente como igualdade jurídica, base da democracia liberal, apresentados com a publicação da

Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão¹⁹ em 1789, que, no seu artigo 1º destaca que “Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundar-se na utilidade comum”. Desse modo, a superação da condição de pobreza é colocada como a incapacidade dos indivíduos de acumularem capital e construírem seu patrimônio individual.

Ao analisarmos tal documento, compreendemos que a burguesia se reafirmava no conflito de classe ao tempo em que garantia sua existência por meio da institucionalização das leis que asseguram a propriedade privada, limitando o acesso aos meios de produção²⁰.

De acordo com Netto, (2012, p. 31-32).

O Regime burguês emancipou os homens das relações de dependência pessoal, vigentes na feudalidade; mas a liberdade política, ela mesma essencial, esbarrou sempre num limite absoluto, que é próprio do regime burguês: nele a igualdade *jurídica* (*todos são iguais perante a lei*) nunca pode se traduzir em igualdade *econômico-social* – e, sem esta, a emancipação *humana* é impossível.

A questão social²¹, nesse sentido, denunciava o modelo de desenvolvimento próprio do capitalismo. Não dizia respeito apenas a quem não tinha trabalho, mas também aos trabalhadores empregados nas fábricas que viviam em situação degradante, demonstrando que a análise simplista e reducionista dos economistas liberais não tinha correspondência com a realidade. Essa compreensão crítica tomou corpo ainda no século XVIII, expressando as contradições dessas mudanças socioespaciais, “assim o problema deixa de ser visto como uma desgraça providencial e/ou como um vício individual e vai passando a ser entendido como fruto de uma nova dinâmica da sociedade” (UGÁ, 2011, p. 121).

Essas teses se contrapunham às premissas do liberalismo, que tinham na liberdade individual e de mercado, a possibilidade de superação dos problemas sociais. A precariedade das condições sociais, tanto urbano-industriais quanto

¹⁹ Documento forjado na Revolução Francesa, que define os direitos individuais e coletivos dos homens como universais. Influenciada pela corrente iluminista, a declaração é base da posterior Declaração Universal dos Direitos Humanos assinada pela ONU em 1948.

²⁰ Aqui revela-se o caráter essencialmente burguês da Revolução Francesa.

²¹ Nesta pesquisa trabalhamos com a “questão social” enquanto categoria de análise denunciadora dos processos estruturais de produção da pobreza na economia capitalista.

camponesas, denunciava que tratar da ‘pobreza’ olhando para o indivíduo, como prática dos liberais, não respondia mais o novo fenômeno da sociedade Moderna.

O regime de liberdade sob a lógica burguesa encontrou, no movimento real da sociedade, sua inoperância. Os movimentos sociais fortalecidos pelas críticas de Marx e Engels demonstravam que a emancipação humana só era possível fora do modelo capitalista de produção, pois, ao ter a propriedade privada como fundamento de sua existência, e um Estado legitimando o controle desta propriedade, uma massa de despossuídos seria o corolário.

Em 1848, ano da publicação do *Manifesto do Partido Comunista*, e a grandeza do levante da Primavera dos Povos, a força das lutas sociais e o peso de suas reivindicações expunham a força da classe trabalhadora, que lutava pela tomada do poder e pela instituição de governos democráticos e populares.

A força ideológica que o liberalismo imprimiu no século XIX como pensamento hegemônico da burguesia se viu contestada pelas contradições da realidade, que, no movimento da sociedade, produziu as condições para transformações sociais e políticas. Os movimentos liderados pela classe trabalhadora ganharam espaço politicamente e os conflitos que impulsionaram a crítica ao modelo liberal no início do século XX colocaram em xeque suas principais determinações.

A força das lutas sociais, que se expressavam pela reivindicação de uma maior participação política da classe operária, tornou-se ainda mais significativa com a criação dos sindicatos e partidos políticos dos trabalhadores. Nesse contexto, Castelo (2010) explica que a fome e o pauperismo, expressões da questão social, deixam de ser um problema, que vivia escondido nas periferias dos grandes centros urbanos das cidades capitalistas, passaram a interessar também à classe burguesa que, ameaçada pelas pressões populares, passa a se articular com a classe dominante para realizar novas intervenções estatais sob ameaças de perdas maiores.

As contradições do capitalismo, a cada dia, tornavam mais evidentes a inviabilidade do sistema, levando a uma retração das ideias de livre mercado.

De acordo com Behring e Rossetti (2006), o enfraquecimento do liberalismo foi determinado por algumas razões políticas e econômicas, entre as quais o fortalecimento da organização dos trabalhadores, que fez com que a burguesia reconhecesse alguns de seus direitos, movimento que ganhou força e se

internacionalizou com a Revolução Russa em 1917. A crise de 1929, no sistema financeiro dos Estados Unidos contribuiu para instaurar a desconfiança no liberalismo como modelo para o desenvolvimento da economia, ao tempo em que se expandia a revolução socialista e seus ideais. O advento do fordismo também corroborou à medida que passou a requisitar acordos coletivos de trabalho e ganhos de produtividade aos trabalhadores, num quadro que se generalizou no segundo pós-guerra.

O processo de reconstrução da Europa, devastada pela guerra, direcionava para a implementação não só das estruturas físicas das cidades, mas também para o atendimento das necessidades sociais básicas da população. Esse conceito entrava em consonância com as propostas Keinesianas²² para alavancar o crescimento econômico em um processo de reestruturação do papel do Estado.

O cenário de recessão exigia nova postura do Estado e a Teoria Geral de Keynes se apresentava de acordo com Heilbroner (1969, p. 254), como um “remédio inevitável”. Para o autor, “se a economia permanecesse indefinidamente na depressão, o preço da inação governamental seria mais grave do que as consequências das medidas ousadas”. Esse pensamento, em certa medida, justificava a aceitação da Teoria Geral pelos economistas, pois “o ar estava cheio de vozes perturbadoras” e, ainda, segundo o autor, “a voz de Marx era mais forte do que nunca, e muitos apontavam para o desemprego como uma prova de que ele estava certo” (ibid.).

Ao compreender que a riqueza é socialmente produzida, Keynes defendia a criação de uma política de enfrentamento da pobreza, que colocava o sistema como responsável pela sua superação. Em contraponto aos teóricos clássicos que responsabilizavam o indivíduo e sua incapacidade de resolver seus problemas, para Keynes, cabia, portanto, ao Estado, interceder por meio de medidas econômicas e sociais para enfrentar a crise (SIQUEIRA, 2013).

²² John Maynard Keynes (1883-1946), ao escrever o livro *Teoria geral do emprego do juro e a moeda* (1936), denunciava a inaplicabilidade das teorias clássicas especialmente no que se referia à atuação do Estado sobre as políticas econômicas. Keynes vivenciou os períodos críticos do ponto de vista econômico, a crise de 1929 e o período entre guerras, estes cenários influenciaram seu pensamento e sua prática política que orientaram para o enfrentamento e a superação a classe capitalista (MONTANO & DURIGUETTO, 2011, p. 55). Para este contexto, propôs um conjunto de medidas onde colocava o Estado como central, recomendando sua intervenção na regulação da economia. Keynes entendia que a *mão invisível* ou a capacidade auto reguladora do mercado não evitou as crises, desse modo, se faria necessário reestruturar a atuação do Estado.

Essas determinações sociais levaram a uma nova postura da burguesia em relação ao pauperismo. A política de proteção social tornou-se um instrumento de inclusão do trabalhador para superar os problemas advindos com a industrialização que só por meio da sua liberdade jurídica seria possível instituir. As formas de controle de classes, as práticas de seguridade e a política de redistribuição de renda caminharam até a segunda metade do século XX, negando a pobreza como problema estrutural do capitalismo e colocando no Estado o papel e a responsabilidade de pensar a sociedade²³.

Anete Brito Leal Ivo (2008) traz uma importante contribuição ao explicar que, no âmbito institucional, passou-se de um regime baseado na responsabilidade individual por meio de um direito civil para um regime de solidariedade assentado no contrato social agora fundado no direito social. Para a autora, o conjunto de leis relacionadas às condições de trabalho (doença, invalidez, desemprego, velhice, acidentes, etc.) e a proteção dos que perderam a capacidade do uso de sua força de trabalho, converteu a responsabilidade antes restrita no indivíduo para a noção de proteção social, entregando ao Estado os princípios de uma responsabilidade pública institucionalizada²⁴.

Nessa mesma perspectiva, José Celso Cardoso Junior ressalta que

na medida em que o Estado-providência foi assumindo, como atribuições suas, as principais modalidades de provisão de segurança e de redução de riscos dos indivíduos e famílias, institucionalizando, assim, práticas de proteção social que antes eram supridas basicamente pela interação direta entre indivíduos e grupos, ele teria deflagrado um processo de maquiagem das relações sociais, com uma consequência nefasta para a sociedade no longo prazo: a substituição de formas de sociabilização ou solidariedade direta por uma forma de solidariedade automática, sancionada pelo Estado através de várias de suas práticas de providência social. (...) Ou seja, o Estado-providência, na medida em que exacerba sua função de “máquina indenizatória” da sociedade moderna, encobre os reais problemas da crise, que se localizam numa crise das relações sociais, ou melhor, numa crise do contrato social assumido ao longo da montagem do Estado-providência (2001, p. 45).

²³ No conjunto das crises do liberalismo, a construção da solidariedade converte ao Estado as responsabilidades antes postas no indivíduo.

²⁴ No capítulo 2, trataremos da institucionalização do Social como superação da tradição na construção da Modernidade.

A reformulação do papel do Estado consistia em uma política intervencionista preocupada na formação de um superávit necessário em períodos de crise. Para tanto, dizia ser indispensável à elevação dos tributos e políticas de crédito para estimular o consumo, grande preocupação nesse momento, pois o desemprego reduzia a demanda do mercado. Assim, de acordo com a *Teoria Geral*, cabia ao Estado estimular a produção e garantir os investimentos, utilizando o fundo de reserva formado com a política de arrecadação para assegurar a empregabilidade.

As indicações para as políticas econômicas em Keynes assumiram um papel central após a Segunda Guerra Mundial e apresentaram resultados significativos naquele momento para o processo de acumulação. Em conjunto, os sistemas de produção taylorista fordista e a emergência do *Welfare State*²⁵ que garantiam como direito assegurado em leis, os serviços sociais de saúde educação, previdência, entre outros, conduziram a uma aceitação destas propostas, pois se entendia naquele momento que esse modelo de política econômica afiançava o bem-estar social. É importante não perder de vista que as políticas do Estado de Bem-Estar Social, estrategicamente, representavam uma forma de conter as pressões populares que se organizavam com o fortalecimento dos movimentos sociais embasados nas teses socialistas. Ao mesmo tempo, asseguravam os gastos do Estado na garantia de taxas de lucros para os produtores individuais. Lessa, na sua brilhante análise da relação entre capital e “Estado de Bem-estar Social”, sintetiza mostrando-nos que os conceitos correntes para essa categoria não dão conta dos fatos históricos, que ele elenca:

1) praticamente todos os considerados típicos Estados de Bem-Estar (França, Inglaterra, Estados Unidos etc.) investiram mais recursos no desenvolvimento do complexo industrial militar que em todas as outras políticas públicas. Estudos vários (já citados) indicam que os gastos militares foram a principal e mais importante política pública dos “30 anos dourados”;

²⁵ De acordo com Salvador (2010, p. 66) O *Welfare State* não pode ser generalizado para todos os países europeus. Na França, por exemplo, esse termo não é utilizado para designar o sistema de proteção social, e se adota a expressão *État Providence* (Estado-Providência), expressão forjada por liberais contrários à ação estatal, remetendo a “providência” para uma ação “divina”. O termo *Welfare State* é usado como “modelo” de proteção social dos países anglo-saxões.

2) todas as políticas públicas adotadas pelos assim ditos Estados de Bem-Estar (saúde, educação, transporte, seguro desemprego, segurança, moradia, cuidados dos idosos e crianças, e assim por diante) tiveram como móvel primeiro na sua estruturação e implantação aumentar a lucratividade do sistema do capital. Quer convertendo o Estado em um grande comprador, quer promovendo uma reforma urbana que potencializou a renda da terra e promoveu a especulação imobiliária, quer ampliando o mercado consumidor, quer socializando os custos da produção científica e tecnológica, quer fornecendo verbas para o desenvolvimento da saúde como um big business ou, ainda, montando um sistema de controle ideológico e doutrinação, através da educação pública mais ou menos universalizada (cuja importância na manutenção da ordem não deve ser subestimada), quer exportando mão de obra barata de crianças e adolescentes, as políticas públicas sempre foram um bom negócio ao capital;

3) o assim dito processo de democratização das relações sociais nos Estados de Bem-Estar entre os anos de 1945-75, simplesmente não ocorreu. Os sindicatos foram domesticados também pela sua incorporação ao Estado, a burocratização dos partidos e sindicatos dos trabalhadores forneceu novos meios de controle das lutas de classe. Aumentou o peso do Poder Executivo sobre o Legislativo e o Judiciário; e a repressão política recrudescceu, com o emprego em larga escala de novas formas de tortura e repressão. Abre-se, com os "30 anos dourados", o mais prolongado e profundo período sem uma grande revolução (a última foi a Revolução Chinesa de 1949), ou seja, inaugura-se a mais prolongada e profunda vitória do capital sobre o trabalho em toda a história. Longe de uma vitória, os "30 anos dourados" representam uma derrota histórica dos trabalhadores;

4) todos os países ditos típicos dos Estados de Bem-Estar (da Suécia aos Estados Unidos) promoveram, após a Segunda Grande Guerra, uma nova rodada de exploração das antigas áreas coloniais do globo através da generalização das chamadas empresas multinacionais. Além da exploração das matérias-primas e energias, também a exploração da força de trabalho dos países menos desenvolvidos passou a fazer parte dos objetivos imperialistas, com o efeito colateral da generalização de ditaduras e torturas por quase todo o "Terceiro Mundo";

5) tal como não houve uma ruptura na essência do Estado com a adoção das políticas públicas, também não houve uma nova ruptura com sua essência após a passagem ao período neoliberal. Tanto antes, como durante e depois dos "30 anos dourados", o Estado continuou sendo "o comitê que administra os negócios comuns de toda a classe burguesa". Há muito mais continuidades do que rupturas nas alterações da relação entre o Estado e o conjunto da sociedade do que o mito do Estado de Bem-Estar sugere (LESSA, 2013, p. 122-123).

O saldo lucrativo do “Estado de Bem-Estar” para o acréscimo de lucratividade para o capital foi garantido pelos impostos da sociedade. No início da

década de 1970, o crescimento econômico das principais potências mundiais começaram a dar sinais de recessão depois de mais de 30 anos de saldo positivo. O colapso marcado pela queda nos lucros denunciava a desaceleração da economia e o esgotamento dos chamados ‘anos dourados’ da economia capitalista e da crise do *Welfare State* - período em que o Produto Interno Bruto - PIB mundial atingiu recordes de crescimento, sobretudo pelo papel determinante das políticas estatais Keynesianas.

Anete Brito Leal Ivo (2008, p. 113), explica que o sistema de seguridade social se expandiu e se completou em inúmeros países desenvolvidos, implantando-se parcialmente, no caso dos países em desenvolvimento. O Sistema de Seguridade social, mais que um simples dispositivo de atribuição de benefícios, contém também uma politização do Estado, na medida em que ele intervém na regulação capital e trabalho, produzindo, ao mesmo tempo, regulação na economia, ao determinar o nível de exploração e as formas de subordinação do trabalhador aos proprietários, atribuindo uma dimensão “social” no processo produtivo, ao passo que as leis sociais, atentas para as condições de reprodução da vida dos trabalhadores, reduzem as desigualdades entre proprietários e não-proprietários e ainda na medida em que o “Estado empresário” se constitui o mais importante comprador de mercadorias da empresa capitalista. A injeção de capital colocada no mercado privado se consolidou os anos dourados do capitalismo.

De acordo com Lisboa (2007, p. 48), durante os anos que vão do pós-guerra até início da década de 1970, as ideias de Keynes colocadas em prática tiveram sucesso, permitindo às economias capitalistas centrais um vigoroso processo de acumulação de capital. No entanto, com todas as medidas tomadas pelo Estado a partir das teses keynesianas, não foi possível evitar novos momentos de recessão como na década de 1970, período em que a viabilidade dos seus postulados passou a ser questionada.

As alternativas de superação das crises econômicas formuladas por Keynes se davam de forma pontual, resultados de seu modelo de análise superficial pautado apenas na observação da conjuntura econômica. Nessa perspectiva, tais investigações não levavam em conta a análise estrutural do modo de produção capitalista e suas crises como inerentes ao próprio sistema.

Harvey (2006) explica que o sistema capitalista, baseado na produção de mercadorias, necessita das “crises” para se reinventar. Segundo ele, essas tensões são inerentes ao processo de acumulação,

as crises possuem uma função importante: elas impõe algum tipo de ordem e racionalidade no desenvolvimento econômico capitalista. Isso não quer dizer que as crises sejam ordenadas ou lógicas; de fato, as crises criam as condições que forçam algum tipo de racionalização arbitrária no sistema de produção capitalista (Ibid, p. 46-47).

Dessa forma, o capitalismo tende a produzir algumas barreiras para o seu desenvolvimento. Isso leva a concluir que as crises são endêmicas no processo de expansão do capital.

O caminho teórico percorrido por muitos estudiosos, como já tratados neste texto, desenvolveu uma teoria social em muito justificada pelas demandas da nascente burguesia, que se ajustava ao cenário econômico por meio de bases jurídicas e códigos legais universais implementados pelo Moderno Estado Burguês.

O século XVIII teria sido, então, o tempo em que a afirmação do indivíduo, nas teses levantadas encontrou sua maturidade e expansão.

O compromisso dos teóricos da economia clássica era a defesa da sociedade burguesa, que almejava sobretudo liberdade comercial. Ao se tornar um expoente do liberalismo, Smith conduzia a nova ordem social aos encaminhamentos do mercado; os problemas sociais dele decorrentes deveriam ser superados pelos esforços de cada indivíduo no livre jogo concorrencial.

Na análise de Siqueira (2013), para essa corrente de pensamento, a riqueza e a pobreza sempre remetem a uma questão de liberdades, competências individuais e concorrências. As propriedades de um e as carências do outro seriam resultado das livres transações entre os indivíduos com esforços diferentes.

Em *Contribuição da Crítica da economia política* (2008), Marx observa que os teóricos do século XVIII, produziram a noção de indivíduos isolados das relações sociais. Para esse autor, tanto Hegel, como os jusnaturalistas produziram a ideia de indivíduos separados da natureza.

Marx inicia o texto supramencionado com a seguinte afirmação: “Nosso tema é, em primeiro lugar, a produção material. Como os indivíduos produzem em

sociedade, a produção de indivíduos, socialmente determinada, é, naturalmente, o ponto de partida” (MARX, 2008, p 237). O subjetivismo de Hegel, característico do pensamento moderno, tornou-se fundamentalmente objeto de análise de Marx e Engels, que atribuíram novos significados ao universo categorial de Hegel²⁶.

1.3. A pobreza é produto da Lei Geral da Acumulação do Capital

Em meados do século XVIII, o pauperismo tornou-se um problema social, momento em que as massas de trabalhadores livres que compunham os parques industriais vivenciavam os primeiros impactos da Revolução Industrial. O enriquecimento da nascente classe burguesa contrastava com as precárias condições de vida do proletariado, numa demonstração clara de que, sob o prisma do capitalismo, a produção da pobreza era a condição *sine qua non* para a geração da riqueza.

A consolidação do capitalismo industrial no século XIX inaugurou uma nova fase na forma como o Estado irá tratar a “questão social”. Uma nova postura será adotada no intuito de conter os conflitos latentes de uma sociedade, que mergulhou em contradições. A insuficiência dos salários, aliada às péssimas condições de vida da classe trabalhadora, fez emergir as lutas que não questionavam apenas sua situação no contexto socioespacial; questionava-se, a partir desse momento, a viabilidade do sistema capitalista e do liberalismo como condutor de suas práticas econômicas. Castel (2015, p. 30) explica que a questão social foi “suscitada pela tomada de consciência das condições de existência das populações que são, ao mesmo tempo, os agentes e as vítimas da Revolução Industrial”²⁷.

As condições de vida e a pauperização dos trabalhadores foram retratadas na obra de Friedrich Engels *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (1845)*. A sua riqueza de detalhes permite entender com exatidão a situação sub-humana dos

²⁶ Em *Crítica da filosofia do direito de Hegel*, entre outras obras, esses autores realizaram um amplo estudo dos elementos teóricos trabalhados por Hegel e como estes influenciaram o movimento da Economia Política da Europa em um processo de afirmação do Estado no contexto do desenvolvimento da economia capitalista.

²⁷ Segundo Viana (2002), os sindicatos, os partidos políticos aparecem como novos atores capazes de incluir na agenda pública as demandas do mundo do trabalho.

trabalhadores ingleses, ao tempo em que denunciava a desigual relação, que se estabelecia entre burguesia e proletariado para a realização do capital.

Ao fundamentar a dialética materialista como o método explicativo das transformações em curso, Marx expõe as consequências do processo em que dissociou o trabalhador em relação à propriedade dos meios de trabalho, permitindo compreender, historicamente, a transformação dos meios sociais de subsistência e de produção em capital e a conversão dos produtores diretos em assalariados (MARX, 2015, p. 836).

A liberdade formal, materializada nos contratos de trabalho e no assalariamento, constituía-se um grande problema à própria subsistência dos trabalhadores que passam a ser controlados pelo mercado em condições precarizadas e alienantes que os impossibilitava reconhecer-se no produto final de seu trabalho. Nos Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844, Marx apresenta a grande contradição vivenciada pelos trabalhadores.

A alienação do seu trabalho no seu objeto exprime-se, segundo as leis nacional-econômicas, em modo tal que, quanto mais o trabalhador produz, tanto menos tem para consumir; em que, quanto mais valor ele cria, tanto mais sem valor (*wertloser*) e indigno se torna; em que quanto mais formado seu produto, mais deformado o trabalhador, em que quanto mais civilizado o seu objeto, tanto mais bárbaro o trabalhador; em que, quanto mais potente (*mächtiger*) o trabalho, tanto mais impotente (*ohnmächtiger*) o trabalhador; em que, quanto mais espiritualmente rico o trabalho, tanto mais sem espírito (*geistloser*) e servo da natureza se torna o trabalhador (MARX, 2015, p. 307).

Com a publicação do volume 2 do Livro 1 de O Capital, em 1885, a pauperização/questão social produto da expansão do sistema capitalista tinha sua gênese elucidada pela Lei Geral de Acumulação Capitalista e pela discussão, que realizou sobre Acumulação Primitiva do Capital. Por meio dessas teses, foi desnudada a ideia de que a pobreza era um fenômeno explicável por si só ao relacioná-la à incompetência individual, como propunham os economistas clássicos. A pauperização dos trabalhadores se assenta na própria estrutura do capitalismo que, no processo de produção de riqueza, originária da apropriação do trabalho social não pago - extração da mais-valia, gera concentração e acumulação

de capital. Assim, quanto maior a riqueza que se produz socialmente, maior será a grandeza absoluta do proletariado e do exército industrial de reserva (ver O Capital, livro 1, volume 2, cap. XXIII e XXIV)

Smith, (1988, p. 87), explica que “a estrutura de classe específica do capitalismo torna a acumulação de capital uma condição necessária para a reprodução da vida material”, ainda para o autor, “pela primeira vez, acumulação para fins de acumulação é uma necessidade socialmente imposta”.

A pauperização, nesse sentido, constitui-se necessária para a ampliação da acumulação. No processo produtivo, “o crescimento absoluto do capital ocorre paralelo à redução absoluta de sua parte variável ou da força de trabalho por ele absorvida” (MARX, 2015, p. 742-743. O Capital livro 1, volume 2, cap. XXIII). Estará na apropriação do excedente do trabalho a condição necessária à sobrevivência do capitalismo, como modelo de sociedade, baseado nas relações de mercado. Nesse movimento, “a população trabalhadora, ao produzir a acumulação de capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem delas, relativamente, uma população supérflua” (Ibid). De acordo com Marx,

se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro incremento da população. Com a acumulação e com o desenvolvimento da produtividade do trabalho que a acompanha, cresce a força de expansão súbita do capital (MARX, 2015, livro 1, volume 2, cap. XXIII, p. 743)

Karl Marx (2008) demonstrou que a ideia de indivíduo destacada por essas teses é uma insensatez. Nelas, o indivíduo aparece dissociado da natureza, seus laços são desprendidos. É como se ele estivesse se constituído sozinho, sem nenhuma relação com a sociabilidade. Pobreza e materialidade humana são situações individualizadas e dissociadas da totalidade. Cada indivíduo é sujeito de si e tem aquilo que é capaz de produzir. As condições materiais debeladas pelo

modo de produção, nos diferentes estágios, nada têm a ver com a pobreza em que vivem. A passagem do feudalismo para as relações capitalistas ou do escravismo para aquele modo de produção, o estágio de separação do trabalhador em relação às condições e meios de produção são naturalizadas. Ao contrário, em Marx, esse homem se constituiu, em épocas anteriores da história, uma parte integrante de um todo determinado, delimitado

[...] quanto mais remontamos na história, melhor aparece o indivíduo, e, portanto, também o indivíduo produtor, como dependente e fazendo parte de um todo mais amplo; em primeiro lugar, de uma forma ainda muito natural, de uma família e de uma tribo, que é a família desenvolvida; depois, de uma comunidade sob suas diferentes formas, resultado do antagonismo e da fusão da tribo. E somente ao chegar ao século 18 e na “sociedade burguesa” é que as diferentes formas das relações sociais se erguem diante do indivíduo como um simples meio para seus fins privados, como uma necessidade exterior. Porém, a época que produz esse ponto de vista, o do indivíduo isolado, é precisamente aquela na qual as condições sociais (gerais desse ponto de vista) alcançaram o mais alto grau de desenvolvimento (MARX, 2008, p. 238-239).

Qualquer análise que parte do indivíduo separado da comunidade é equivocada. Como animal político, o homem é um animal que não pode se isolar senão dentro da própria sociedade, pois o indivíduo é parte orgânica da comunidade (Ibid).

Com essas incursões de Marx, são negadas as investigações sobre o homem como indivíduo imaginado ou abstrato, “ultrapassando a barreira filosófica da tradição moderna que limitava o homem a sua individualidade”. Marx irá inscrever o homem como produtor em sua mais objetiva relação com a natureza, uma compreensão a partir da sua atividade prática, tomada pela sua sociabilidade e não pela sua individualidade (MASCARO, 2002, p. 99-100).

Marx compreendeu o homem em seu contexto produtivo e construiu um arcabouço teórico para a apreensão dos processos sociais e superação das desigualdades por meio do movimento real da sociedade onde a totalidade é a categoria nuclear. Nessa condição, as relações sociais são resultado de um complexo conjunto de processos, que compreende o homem como sujeito social em sua atividade real.

Seu pensamento revolucionou a filosofia moderna ao demonstrar a inconsistência do sistema idealista para o entendimento do mundo. Marx compreendeu o homem a partir das condições materiais de sua existência as quais definem as relações sociais. Nessa concepção, a existência do homem determina sua consciência, não o oposto como explicava Hegel. No movimento da história, o homem é entendido a partir de sua práxis e não por meio de formas subjetivas de sua consciência.

Ao chamar a atenção para o entendimento da atividade concreta e seu produto material, Marx e Engels desconstrói a filosofia alemã (os novos e velhos hegelianos) ao demonstrar que o processo da vida real representa também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas. Segundo ele, “não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e representação dos outros”. Ao desenvolver sua produção material, que se assenta em um contexto histórico, e suas relações materiais, o homem “transforma com a realidade que lhe é própria, seu pensamento e também os produtos de seu pensamento” (MARX & ENGELS, 1998, p. 12-20).

Adorno e Horkheimer em *A dialética do esclarecimento* (2006) apresentam suas críticas e demonstram as consequências da adoção de um modelo de sociedade baseado na racionalidade, na subjetividade e na individualidade das relações sociais que expõem o distanciamento.

Os homens receberam o seu eu como algo pertencente a cada um, diferente de todos os outros, para que ele possa com tanto maior segurança se tornar igual. Mas, como isso nunca se realizou inteiramente, o esclarecimento sempre simpatizou, mesmo durante o período do liberalismo, com a coerção social. A unidade da coletividade manipulada consiste na negação de cada indivíduo; seria digna de escárnio a sociedade que conseguisse transformar os homens em indivíduos (2006, ADORNO E HORKHEIMER, p. 24).

Ao negar o sujeito individual, Marx não nega a individualidade humana, mas estabelece a ideia que esse sujeito individual só se realiza na comunidade onde, em grupo, produz sua existência.

Como produto da modernidade, o indivíduo isolado só é possível no contexto das relações de liberdade que incorrem com o capitalismo. A liberdade de mercado e de contrato, que se estrutura entre proletários e burgueses, induzem a noção de uma relação entre iguais; no entanto, são contraditórias, à medida que a burguesia determina as condições de reprodução do proletariado, constituindo, assim, a luta de classe que, segundo Marx, deve partir da análise das relações sociais porque é no movimento contraditório historicamente estabelecido que se verifica a ação coletiva dos grupos sociais no jogo dos interesses.

Essa forma de ler as causas da pobreza como produto da produção da riqueza capitalista, a partir do século XX, passou a ser objeto de reflexão nas ciências sociais e a direcionar os debates políticos e o pensamento científico, conduzindo ações práticas para superar a pobreza. No entanto, ela não se desenvolveu como um processo evolutivo de superação das narrativas anteriores. Na sociedade capitalista, a luta de classes se manifesta também no campo científico, de modo que a convivência concomitante de diversas e antagônicas correntes teóricas e metodologias de intervenção expressam a correlação de forças para a erradicação da pobreza ou a sua administração.

1.4. Alguns enfoques funcionais para a pobreza

Os estudos sobre a pobreza no início do século XX ganharam a contribuição significativa do economista inglês Benjamin Seebohm Rowntree, que estudou de forma detalhada o consumo em domicílios pobres em Nova York. Ele ajudou a estabelecer os parâmetros para a elaboração da linha de pobreza, em termos *absolutos*, a partir dos preços dos produtos de consumo individual. Por meio desse método, propunha-se associar um patamar de renda a um nível de consumo e determinar a linha da pobreza. Suas pesquisas subsidiaram políticas salariais para manter um valor pago ao operário que fosse possível, minimamente, a reprodução de suas famílias (IVO, 2008).

A renda como critério para qualificar e quantificar os pobres ganhou destaque a partir da década de 1960, baseando-se na definição de um valor monetário suficiente para atender às demandas da população. Essa definição

incorporou uma nova metodologia para medir a pobreza a partir da criação das variáveis *linhas de pobreza* e *linha de indigência/miséria*. Nos dias atuais, os valores estabelecidos variam de acordo com a renda média da população, com o estabelecimento pelo Banco Mundial em 1990 do valor de 1,25 dólar por dia como o limite mínimo para uma pessoa atender às suas necessidades.

O critério de renda tem sido utilizado com muita frequência pelos organismos internacionais, e as críticas atribuídas a esse modelo associam-se ao fato de que não se deve fazer comparações entre as nações acerca de seus recursos. Rocha, (2013, p. 18) ressalta que tais comparações desconsideram “as especificidades culturais e de desenvolvimento de cada país, além de esbarrar nas dificuldades metodológicas óbvias quanto a diferenças do nível de preços e a escolha das taxas de câmbio adequadas”.

Os questionamentos acerca da visão unidimensional de pobreza, considerando somente o critério da renda, levaram à popularização, nos anos 1970, do conceito de *necessidades básicas*, com enfoque nas necessidades de implementação de serviços de saúde, disponibilidade de água tratada, saneamento básico, educação e cultura. De acordo com Crespo e Gurovitz (2002, p. 4) “Essa concepção passou a ser adotada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples”.

Esse conceito emergiu no contexto do fim da Segunda Guerra adotado inicialmente pela Inglaterra e expandiu-se pela Europa por meio das ações do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Apresentava-se como uma ampliação do conceito de subsistência por abordar a questão da pobreza de forma multifacetada.

O que se põe em discussão, acerca dessa abordagem, são as dificuldades na formulação dos critérios que definam as necessidades básicas. Rocha, (2006, p. 19), argumenta que aprender a ler e escrever se constitui, por exemplo, numa necessidade básica, mas em sociedades onde a alfabetização é generalizada esse critério de necessidade básica não se constitui útil para designar os pobres. É importante também levar em conta que tal conceito ao ser universalizado desconsidera as questões sociais em seus mais variados aspectos: culturais, políticos, econômicos e “uma vez que a distribuição e a estrutura dos recursos

variam nacional e internacionalmente, a satisfação destas necessidades se dá de modo diferente em cada situação” (CODES, 2008, p. 14).

Nesse interim, a ideia de pobreza passa a ser relativizada dadas as infinitas situações no mundo em relação ao grau de desenvolvimento dos países, estados e municípios. A utilização dos critérios para definir a pobreza orientou que se levasse em conta as condições socioeconômicas do lugar, uma vez que a definição de necessidades se construiu nas nações europeias. Assim, a transposição desse conceito exigia adaptações locais, relativizando sua proposta e entendimento da pobreza.

De acordo com Rocha, o conceito de pobreza relativa,

define necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante na sociedade em questão, o que significa incorporar a redução das desigualdades de meios entre indivíduos como objetivo social. Implica, conseqüentemente, delimitar um conjunto de indivíduos “relativamente pobres” em sociedade onde o mínimo vital já é garantido a todos (ROCHA, 2006, p. 11).

Identifica-se, nesse processo, que a construção do conceito de *pobreza relativa*, sugestionada pela abordagem das necessidades básicas constitui um contraponto à noção de pobreza absoluta que vincula/atrela as concepções de sobrevivência física, onde a pobreza se caracteriza pelas deficiências nutricionais da população, ou seja, das condições mínimas necessárias a sobrevivência.

O final da década de 1970 marca a emergência da noção de *nova pobreza*, na Europa; todavia, com um caráter pontual. Designava-se pobre a população que não estava sendo absorvida pelo mercado de trabalho. Segundo Estivill (2006), a ideia de nova pobreza ecoou na Espanha, Inglaterra, França e Itália.

A expressão nova pobreza ganhou, com o tempo, a conotação de *novos excluídos*, pelo processo de isolamento social, com a expulsão do emprego de grandes contingentes de trabalhadores. O conceito de exclusão²⁸ que, na França,

²⁸ “O termo exclusão aparece pela primeira vez nas obras de Piérre Massé - Les dividendes du progrès, em 1960 - e L'exclusion sociale, de Jean Kanfler, em 1965. Em meados da década de 1970, René Lenoir deu maior visibilidade ao fenômeno da exclusão no universo discursivo e político francês a partir da obra Les exclus: un français sur dix, publicada em 1974. Ainda que a obra de Lenoir não contenha qualquer elaboração teórica do conceito de exclusão social, traz à tona um

designava aqueles dependentes de políticas sociais, como deficientes mentais, alcoólatras, entre outros, passou a incluir as pessoas de baixa qualificação profissional a partir da precarização econômica e social dos novos desempregados (ALVES & ESCOREL, 2011, p. 106).

Mas, qual é de fato o sentido de exclusão? José de Souza Martins opõe-se veementemente à relação entre o conceito de exclusão e o de pobreza. O conceito de exclusão social, para o autor, causa um reducionismo interpretativo que incide diretamente na postura da prática social. Assim, “não existe exclusão; existem processos sociais, políticos, econômicos excludentes” (2012, p. 14-15). De acordo com o autor:

Na prática equivocada, a exclusão deixa de ser concebida como expressão de contradição no desenvolvimento da sociedade capitalista para ser vista como um estado, uma coisa fixa, como se fosse uma fixação irremediável e fatal. Como se a exclusão fosse o resultado único, unilateral, da dinâmica da sociedade atual; como se o mesmo processo não gerasse e não pudesse em movimento, ao mesmo tempo, a interpretação crítica e a reação da vítima, isto é, a sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui, o que representa a sua concreta integração (Ibid. p. 17).

O autor reconhece a existência de processos excludentes e alerta para o fato de que, neles, as pessoas são privadas de emprego, consumo, liberdade, direitos, etc; por isso, “é preciso estar atento ao fato de que mudando o nome de pobreza para exclusão, podemos estar escamoteando o fato de que a pobreza hoje, mais do que mudar de nome, mudou de forma, de âmbito e de consequências” (Ibid. 18).

A recusa de Martins pelo termo exclusão ratifica a expressão das lutas de classe, que se intensificam a partir dos anos 1970. As lutas dos movimentos operários, camponeses, além dos movimentos de libertação nacional, no cenário de precarização e dependência, interrogavam a viabilidade do modo de produção capitalista, colocando em xeque seus postulados.

problema social que até então parecia ser residual e superável” (ALVES & ESCOREL, 2011, p. 106).

Na América Latina, a compreensão das causas da pobreza encontrava-se nucleada por um pensamento mais crítico, pautada ora pelo estruturalismo, ora pelo marxismo, em um cenário de interpretação das relações de dependência.

Para Eduardo Galeano, a América Latina é a região das veias abertas, que traduz, na materialidade, o jogo da produção de riqueza e propagação da pobreza. Nessa trama, “o desenvolvimento desenvolve a desigualdade”.

Ainda de acordo com autor,

desde o descobrimento até nossos dias atuais, tudo se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e como tal tem-se acumulado e se acumula até hoje nos distantes centros de poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas, ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes têm sucessivamente determinado, de fora, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo [...]. A força do conjunto do sistema imperialista descansa na necessária desigualdade das partes que o formam e esta desigualdade assume magnitudes cada vez mais dramáticas (GALEANO, 2002, p. 14-15).

No plano teórico, os postulados de Friedrich Von Hayek²⁹, na década de 1970, inauguram a fase neoliberal, com novos direcionamentos para a economia mundial. A nova postura assumida pelo Estado como tentativa de retomar o crescimento baseava-se na desregulamentação do trabalho, no livre mercado e na política do Estado mínimo, a qual, redefinia os padrões de produção, caracterizando uma reestruturação produtiva no sistema do capital.

A reestruturação produtiva do capital, após a década de 1970, esteve associada ao neoliberalismo, que

veio assegurar o domínio do mercado sobre o Estado, do privado sobre o público e, principalmente, do capital sobre o trabalho.

²⁹ A tese de Friedrich Von Hayek formulada ainda na década 1940 discordava da ação intervencionista do Estado como mecanismo regulador da economia. Em sua obra *O caminho da servidão* publicada em 1944 “seu objetivo principal era combater a regulação estatal do mercado (relação de compra e venda) e das relações entre patrões e trabalhadores (relação de produção)” (SIQUEIRA, 2013, p. 67), no entanto, em meio ao auge do crescimento econômico propiciado pelo modelo fordista/taylorista e encaminhado pelas políticas do Welfare State suas ideias foram desconsideradas, restringindo-se ao ambiente acadêmico.

Esses objetivos foram sustentados por uma apologia abstrata ao livre mercado. Foi por meio dessa apologia que o neoliberalismo empreendeu seus objetivos concretos, que interessavam ao capital financeiro, ao imperialismo e a burguesia, ficando prejudicados os interesses da maioria da sociedade (FRANCA, 2007, p.136).

Os países do terceiro mundo, sobretudo os da América Latina tornam-se uma saída importante para a retomada do crescimento de várias nações pela abundância de matéria prima, mercado consumidor, mão de obra barata. Novo espaço de acumulação, já que “outro método é facilitar, se não subsidiar, a modalidade do capital para que ele possa se deslocar para onde haja condições de negócios mais vantajosas, incluindo oferta de trabalho e organização fraca do trabalho” (HARVEY, 2011, p. 60). Ao tempo em que se fazia necessário o controle dos movimentos de classe que se fortaleciam a partir da Revolução Cubana, colocando à prova a hegemonia norte americana na região.

“O terceiro mundo ganha voz própria nos fóruns internacionais, tentando conformar inclusive uma Nova Ordem Internacional (NOEI), o que dará visibilidade e difusão a seus problemas, demandando soluções mais rápidas” (GÓMEZ, 2006, p. 159). Nessa conjuntura, cria-se uma rede de instituições que difundem e financiam os discursos e as práticas do desenvolvimento, organizando os países subdesenvolvidos para aproveitar a ajuda oferecida (Ibid. p. 154).

O Produto Interno Bruto - PIB de um país passa a ser o critério definidor do desenvolvimento, que, no contexto de relações econômicas desiguais, se enquadra na categoria de subdesenvolvido, os países da América Latina, África e Ásia. Esses países passaram a ser alvo das políticas e financiamentos de agências multilaterais que, sob comando do Banco Mundial, conduziram as políticas de alívio/combate à pobreza no mundo.

Como a superação da pobreza estava condicionada ao crescimento econômico, durante as décadas de 1960 e 1970, desenvolveram-se, sobretudo, na América latina, políticas de substituição de importações fortemente defendidas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL.

Durante a década de 1980, uma nova perspectiva de tratar a pobreza surgiu nos estudos de Amartya Sen e tornou-se referência para ações do Banco

Mundial³⁰. Para o economista indiano, a pobreza estava relacionada, sobretudo, à *privação de capacidades básicas*, propondo uma forma alternativa de análise, além dos indicadores de renda, ao expressar que o problema da pobreza é multidimensional. “Para ele o analfabetismo, a doença, a miséria, a falta de acesso ao crédito, a falta de acesso aos serviços públicos e a exclusão da participação social e política revela privação de capacidade” (SIQUEIRA, 2013, p. 124).

A liberdade humana se constituiu em um importante objeto de estudo para Sen, pois entendia a privação das capacidades pela impossibilidade das pessoas de realizarem suas escolhas, dada a insuficiência da renda. Assim, o desenvolvimento econômico se torna primordial ao enfrentamento da pobreza.

Este modelo de análise contribuiu com a construção de um indicador sintético para mensurar a pobreza, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, formulado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), no início da década de 1990. Para calcular o IDH, são utilizadas informações de três indicadores sociais, Educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). O índice varia de zero (nenhum desenvolvimento humano) a um (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 têm desenvolvimento humano considerado baixo; os países com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de médio desenvolvimento humano e países com IDH superior a 0,800 têm desenvolvimento humano considerado alto.

Em 1997, O PNUD, reconhecendo as limitações do IDH para caracterizar a pobreza, criou o IPH – Índice de Pobreza Humana, que utiliza como variável expectativa de vida (inferior a 40 anos); proporção de adultos analfabetos; acesso à água tratada e desnutrição infantil em crianças com menos de cinco anos.

Para um melhor retrato das questões internas no Brasil, em 1998, foi publicado o indicador IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal), que segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD,

é um ajuste metodológico ao IDH Global, e foi publicado em 1998 (a partir dos dados do Censo de 1970, 1980, 1991) e em 2003 (a partir dos dados do Censo de 2000). O indicador pode ser

³⁰ A influências de Amartya Sen para a construção de políticas para a pobreza e a perspectiva de pobreza do BM serão estudadas em itens posteriores.

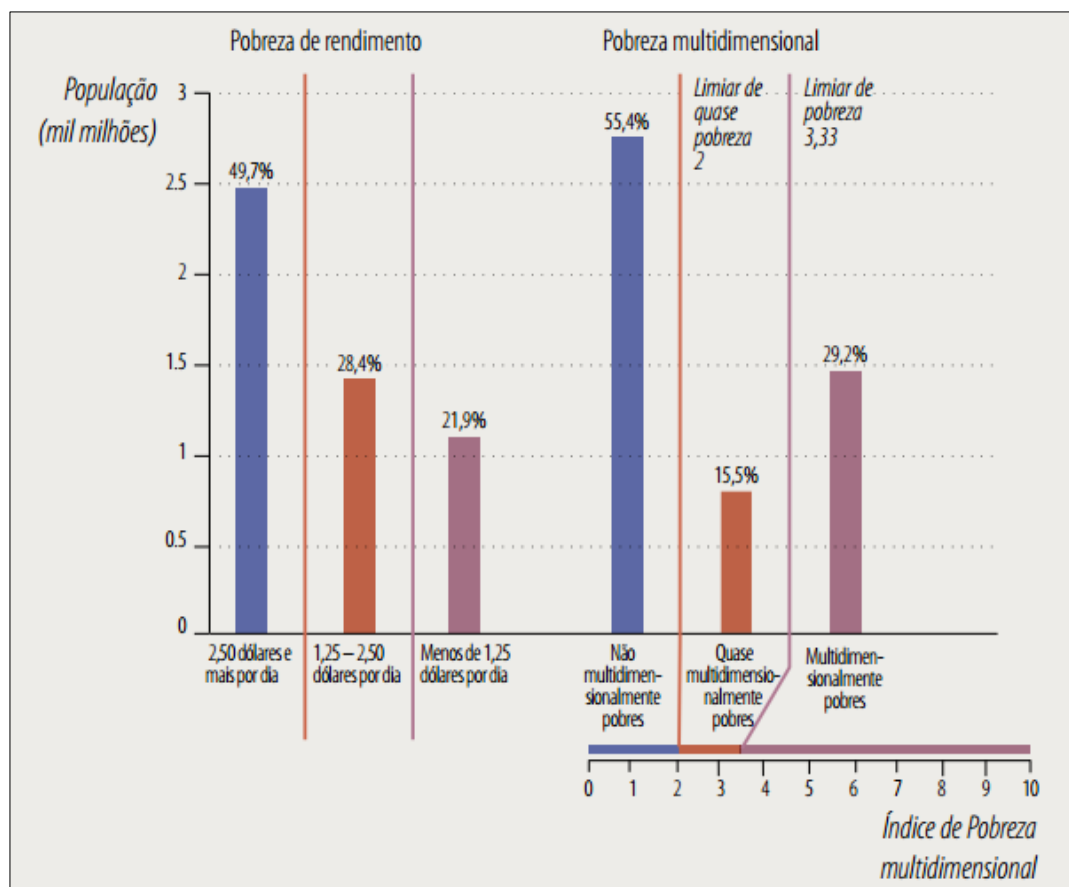
consultado nas respectivas edições do Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, que compreende um banco de dados eletrônico com informações socioeconômicas sobre todos os municípios e estados do país e Distrito Federal (PNUD, 2015 p. 01).

Além dessas informações, foram criados os Indicadores Complementares de Desenvolvimento Humano: O IDHAD - Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade, “introduzido em 2010, que leva em consideração a desigualdade em todas as três dimensões do IDH “descontando” o valor médio de cada dimensão de acordo com seu nível de desigualdade”; o IDG - Índice de Desigualdade de Gênero, que “reflete desigualdades com base no gênero em três dimensões – saúde reprodutiva, autonomia e atividade econômica” (PNUD, 2015), e o IPM - Índice de Pobreza Multidimensional (Ibid.),

que identifica privações múltiplas em educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. As dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores. Todos os indicadores necessários para elaborar o IPM para um domicílio são obtidos pela mesma pesquisa domiciliar. Os indicadores são ponderados e os níveis de privação são computados para cada domicílio na pesquisa. Um corte de 33,3%, que equivale a um terço dos indicadores ponderados é usado para distinguir entre os pobres e os não pobres. Se o nível de privação domiciliar for 33,3% ou maior, esse domicílio (e todos nele) é multidimensionalmente pobre. Os domicílios com um nível de privação maior que ou igual a 20%, mas menor que 33,3%, são vulneráveis ou estão em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres. O IPM é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e tem como objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda, medida pelo percentual da população que vive abaixo de PPP US\$1,25 por dia. Ela mostra que a pobreza de renda relata apenas uma parte da história (Ibid.).

Nesse íterim, a partir da década de 1990, a compreensão sobre a pobreza e sua mensuração se faz a partir da leitura de indicadores materializados em diversos gráficos, tabelas e relatórios técnicos que demonstram a incidência de pobreza, a vulnerabilidade da população, entre outros. O gráfico a seguir é resultado de modelo de mensuração da pobreza no mundo.

Gráfico 01: A pobreza no mundo



FONTE: Relatório do Desenvolvimento humano, 2014, p. 72.

Esses estudos, conceitos e indicadores norteiam uma concepção de pobreza e vão definindo os modelos de políticas públicas, a atuação do Estado e dos organismos internacionais nos mais diversos países. A América Latina tem construído uma trajetória de políticas de desenvolvimento direcionada pela atuação do Banco Mundial, que com suas diretrizes orienta as ações voltadas às populações por ele consideradas em estado de pobreza.

O Banco Mundial, agência criada no contexto de Bretton Woods³¹ para encaminhar as estruturas de controle que se estabeleceu sob domínio dos Estados

³¹ A financeirização da economia conduziu os mecanismos de saída da crise que se estabeleceu na sociedade capitalista após 30 anos de crescimento e acumulação. No pós-Guerra o mundo presenciava um grande movimento de articulação econômica mundial liderada pela hegemonia do capital dos Estados Unidos que prometia a dinamização de todo conjunto das economias avançadas com acordo de Bretton Woods que permitiu a formação de um padrão internacional de produção e consumo determinado pelos Estados Unidos. Durante a vigência do acordo, o dólar se tornou a moeda que fixava valor a todas as outras com equiparação ao ouro. Até a década de 1960 o modelo funcionou beneficiando enormemente a economia estadunidense, no entanto, de acordo com Mota (2015) ao tempo em que o Estados Unidos avançava em direção a novos mercados,

Unidos a partir dos anos de 1940, caracteriza-se pela atuação financeira na disponibilização de empréstimos aos países. Uma organização dessa envergadura, de atuação mundial, complementava os planos de expansão do capital financeiro como saída para as crises de acumulação, além de servir como um agente na condução e financiamento de políticas públicas nos países definidos pelos seus estudos como sendo pobres.

De acordo com Eraldo da Silva Ramos Filho (2013), nos anos de 1990, essa agência passou a direcionar e financiar ações de combate à pobreza para dirimir as tensões sociais causadas pelo ajuste neoliberal. O autor explica que

o BM viu-se na necessidade de controlar as pressões e os movimentos sociais, para ter caminho livre ao aprofundamento da implementação deste modelo. A forma definida para este programa foi a condução, a partir dos anos 1990, de uma segunda onda de ajustes, cujos fundamentos residem no aprofundamento da redução do papel do Estado com vistas à promoção do crescimento econômico (RAMOS FILHO, 2013, p. 27).

Os empréstimos concedidos com justificativas à superação da pobreza tinham como razão o aumento da dívida dos países para a manutenção do controle de suas políticas internas. Para tanto, essa agência utilizou-se de aparato teórico/conceitual para legitimar suas intervenções. As teses de Amartya Kumar Sen foram funcionais e em larga medida adotadas, servindo como aparato de afirmação da necessidade dos recursos do Banco.

Os fundamentos teóricos de Sen têm por base a perspectiva homem/indivíduo que se afirma a partir das ideias de liberdade, justiça e

permitia a entrada de produtos alemães e japoneses alimentando o crescimento desses países. Nestas mesmas condições, ao influenciar a concorrência intercapitalista abria espaço para penetração de suas empresas nos mercados europeus e dos países periféricos incentivando a disputa pelos mercados internacionais com estes países. A política industrial ofensiva dos japoneses e europeus com um movimento de forte renovação tecnológica e do setor industrial possibilitou a expansão do grande capital europeu nos países periféricos em bases mais avançadas que as dos Estados Unidos. Soma-se a um descompasso no plano internacional por conta do processo inflacionário provocado pelo aparecimento de ciclo de crédito parcialmente autônomo em relação ao ciclo industrial e a necessidade das instituições financeiras nacionais adotarem simultaneamente medidas para superar as inflações. Este processo gerou uma retração da economia dos Estados Unidos, a desvalorização do dólar e um movimento especulativo conhecido como mercado das euromonedas levando os Estados Unidos a cancelar o acordo de Bretton Woods em 1971.

desenvolvimento. Como resultado, o Banco mundial formulou orientações que influenciaram diretamente o novo modelo de atuação sobre a pobreza, estimulando as capacidade individuais, conforme melhor discutida no item que segue.

No quadro atual das relações capitalistas, em meio aos diversos indicadores e novos conceitos, a perspectiva individual tem se afirmado como resultado de um modelo de intervenção, social e política direcionada pelas teses de Amartya Kumar Sen. Suas intervenções teóricas acerca da liberdade, justiça e do desenvolvimento influenciaram diretamente o modelo de intervenção sobre a pobreza, na tentativa de superar as diferenças por meio do estímulo as suas capacidades individuais, conforme melhor discutida no item que segue.

1.5 Desenvolvimento, liberdade, justiça e afirmação do indivíduo em Amarthya Sen

No quadro atual das relações capitalistas, a adoção das políticas de combate à pobreza, também denominadas como políticas focalizadoras, são implementadas sob as novas exigências do mercado e ancoradas em fundamentos teórico-práticos que respondem às exigências do mercado no contexto da reestruturação produtiva.

As intervenções de Amartya Sen e suas contribuições na construção de uma nova leitura acerca das desigualdades sociais e suas mensurações renderam a conquista do Prêmio Nobel de economia em 1998. Os estudos, em conjunto com o economista Mahabub Ul Haq, resultaram na elaboração de um indicador multidimensional de medida do desenvolvimento humano – IDH, que não considerou apenas a renda como critério de medida da desigualdade. A proposta de incluir outras variantes como a disponibilidade de serviços de educação, saúde, participação política, apresenta a noção de que a qualidade de vida e a liberdade ganham importância na mensuração do desenvolvimento.

As ideias trazidas por Amartya Sem, na década de 1980, asseguraram maior eco das vozes do mercado, ao retomar as teses liberais que fundamentaram a formulação de sua teoria. Ao revisitar os clássicos, Sen ofereceu uma perspectiva

de análise social em que a afirmação do indivíduo e a possibilidade de acesso ao mercado é condicionante para a construção de sua liberdade.

O alcance de suas intervenções teóricas, nos programas políticos do mundo, advém da relativa coincidência dos interesses no quadro das relações capitalistas que vigoram e aquelas que vigoraram no início do desenvolvimento do capitalismo, quando a acumulação primitiva comandava o processo de apropriação.

Nos dias atuais, o modelo de política focalizadora orientado nas teses de Sen como forma de superação da pobreza asseguram a acumulação por despossessão, uma das saídas para o ajuste estrutural no contexto da nova lógica de acumulação do capital financeiro. Conforme trataremos no capítulo seguinte, o estímulo ao empreendedorismo e o montante de recurso para microcrédito disponível para os indivíduos, como mecanismo de saída da pobreza, é uma via de lucratividade para esse capital. Nessa lógica, as ideias expostas de individuação da pobreza por Amartya Sen, são bastante concernentes porque o capital financeiro atua agora em cada indivíduo na apropriação da riqueza produzida pelo seu trabalho.

Sen percorre um caminho analítico em que busca explicar a relação entre liberdade, desenvolvimento econômico e justiça distributiva. Desenvolve sua proposição sobre justiça, contrapondo-se à teoria de Jonh Rawls³² e retoma Adam Smith e suas ideias de mercado e comportamento humano para construir seu conceito de desenvolvimento como liberdade.

A promoção do desenvolvimento estaria, sob seu olhar, condicionada à promoção da liberdade, prerrogativa imprescindível para a superação dos problemas sociais da humanidade. Estimular as capacidades dos indivíduos e a valorização dos seus anseios é uma estratégia para autoafirmação, fortalecimento do mercado e geração da justiça social. Tais questões são amplamente debatidas em *Desenvolvimento como liberdade* (2010), obra em que se dedica a analisar em uma perspectiva instrumental, cinco tipos distintos de liberdade: 1 – *liberdade política*, 2 – *facilidades econômicas*, 3 – *oportunidades sociais*, 4 – *garantia de transparência* e, 5 – *segurança protetora*. Para o economista, “cada um desses tipos distintos de direitos e oportunidades ajuda a promover a capacidade geral de uma pessoa” (Ibid, p. 25). Segundo ele, a liberdade política é o principal fim do

³² John Rawls, filósofo estadunidense, escreveu em 1971 o livro “Uma teoria da justiça”, obra de grande influência na filosofia política e no direito contemporâneo.

desenvolvimento que, para ser alcançado, devem ser removidas as principais fontes de privação de liberdade, definidas como “pobreza e tirania, carências de oportunidades econômicas e destituição sistemática, negligência dos serviços públicos ou interferência excessiva de Estados representativos” (p. 16-17).

Na obra *Uma ideia de justiça* (2011), em que Sen se dedica a discutir a filosofia do direito, o autor apresenta sua contribuição sobre o ideal de justiça, rebatendo o conceito de justiça com equidade de Rawls³³, que foi um representante contemporâneo do contratualismo. Seus posicionamentos se baseiam em Adam Smith para questionar o método de investigação adotado por Rawls, o qual tem influência direta de Hobbes, Locke e Kant na construção de seu entendimento de justiça.

Da abordagem contratualista amplamente usada na tradição Kantiana com influência na filosofia política e moral, emerge a ideia de justiça com equidade de Rawls, em uma tentativa de generalizar e elevar a um nível maior de abstração a teoria do contrato social (ibid), o que levou Sen a invocar os conceitos smithianos como forma de demonstrar outras possibilidades que não estão imediatamente disponíveis nessa linha de argumentação. Para ele, o conceito do espectador imparcial que trata do juízo moral dos homens “é capaz de levar em conta possibilidades que a abordagem do contrato social não pode facilmente acomodar” (SEN, 2011, p.100).

De acordo com Sen, não é possível que a metodologia do modelo contratualista crie ferramentas reais para promover a equidade. A justiça só é possível por meio do desenvolvimento individual e suas liberdades, e a ideia de contrato social faz o indivíduo abrir mão de sua liberdade em favor de um Estado que os organiza enquanto sociedade. O autor explica que existe uma negação do real nas teorias contratualistas, quando se propõem pensar a justiça, questão que o

³³ “se trata da teoria da justiça mais influente na filosofia moral moderna. Rawls argumentou que os seguintes “princípios de justiça” emergem na posição original através de um acordo unânime” (SEN, 2010, p. 89). De acordo com Liziero (2015, p. 67) “Rawls resgata a teoria do contrato social, desenvolvida por teóricos da modernidade como Hobbes, Locke e Kant. Seguindo método parecido, Rawls elabora uma situação hipotética, um estado de natureza muito mais abstrato que seus filósofos influenciadores e o denomina por posição original. Assim como seus antecessores, há um encontro de vontades de seres racionais em uma situação de plena igualdade na busca de um propósito, que na teoria de Rawls é estabelecer uma concepção de justiça. Essa concepção de justiça é formada por meio de uma espécie de contrato social, o chamado pelo autor de acordo original, que cria vínculos obrigatórios entre essas partes e torna cogente a concepção de justiça para a instituição política”

mesmo denominou de institucionalismo transcendental, ao negar a existência dos arranjos sociais perfeitamente justos e sua abrangência universal.

A aplicação da equidade na abordagem do contrato social está orientada, no caso de Rawls, para a identificação das “instituições justas” apenas, obtida através da obtenção de “um acordo sobre os princípios, que devem regular as instituições da própria estrutura básica para o presente e o futuro” no sistema rawlsiano de justiça como equidade, concede-se a atenção direta quase que exclusivamente às “instituições justas”, em vez de focalizar as “sociedades justas” que podem tentar contar com instituições eficazes e características comportamentais reais (SEN, 2011, p. 97)

Está no indivíduo, portanto, a responsabilidade de constituição do bem comum e formação das sociedades justas. Mauriell, ao analisar o pensamento de Amartya Sen, esclarece que, para o autor, “a liberdade formal do indivíduo é o princípio de ação que deve reger o sistema social e única condição em que todos devem ter garantidas as mesmas chances ou partir do mesmo ponto” (2008, p. 323) e acrescenta,

O “setor social” é concebido como uma dimensão distinta da economia e da política em que a ordem social estabelecida dependa da medida de liberdade a ser concedida na economia. Ou seja, a liberdade é considerada meio e fim da sociedade e, por suposto, da economia, sendo o princípio de ação para realizar o objetivo da sociedade: o pleno desenvolvimento da natureza humana de acordo com a dignidade humana, que, como se viu no início, é a condição de livre realização da vida (MAURIELL, 2008, P. 324).

Está na liberdade, portanto, a capacidade de eliminação das privações e as perspectivas de geração de oportunidades, tornando desnecessário o fortalecimento de comunidades ou políticas para um conjunto da coletividade, pois a liberdade individual é a forma concreta de justiça, de desenvolvimento e de realização do homem.

De acordo com Sen (2011), a forma mais recorrente de privação de liberdade é a pobreza, que gera subdesenvolvimento. A compreensão de suas causas perpassa o entendimento das capacidades individuais. O autor cita

exemplos de pessoas que moram em nações ricas e são pobres, em uma tentativa de demonstrar que a aptidão de uma pessoa confere a ela um papel diferenciado de sua situação.

Com essas proposições, Sen (Ibid) atribui ao livre mercado as possibilidades de mudanças de vida; entretanto, essas devem ser acompanhadas de investimentos para o desenvolvimento das liberdades substantivas consideradas fundamentais, como a capacidade de evitar privações, a subnutrição, a fome, a morbidez persistente, o analfabetismo, a morte prematura e as liberdades associadas que estão relacionadas à liberdade de expressão e participação política.

Ao afirmar que a pobreza não está centrada apenas nos recursos, ou no acesso aos bens, mas na carência de oportunidades, Sen promove um deslocamento na abordagem interpretativa sobre as causas da pobreza, separando desigualdade de renda da desigualdade econômica, tendo, nesta última, o foco de atuação para o desenvolvimento humano. A desigualdade de renda não constitui um problema para Amartya. O mesmo afirma, inclusive, que não deve haver distribuição de renda porque acarretaria estagnação do mercado, uma vez que a todos seriam garantidas as mesmas condições financeiras. A qualidade de vida e as realizações são propiciadas pela liberdade e não necessariamente pelas condições materiais das pessoas, daí a necessidade de atuar no estímulo as capacidades.

O autor reconhece a relação que deve existir na compreensão entre privação de renda e privação de capacidade, entretanto a distinção entre ambas deve ser clara para um melhor resultado das ações políticas. Nas palavras do autor,

as privações de renda e as privações de capacidade com frequência apresentam consideráveis encadeamentos correlatos, é importante não cairmos na ilusão de pensar que levar em conta as primeiras de algum modo nos dirá alguma coisa sobre as segundas. As conexões não são assim tão fortes, e os afastamentos muitas vezes são bem mais importantes do ponto de vista das políticas do que a limitada concorrência dos dois conjuntos de variáveis. Se nossa atenção for desviada de uma concentração exclusiva sobre a pobreza de renda para a ideia mais inclusiva da privação de capacidades, poderemos entender melhor a pobreza das vidas e liberdades humanas com uma base

informacional diferente (envolvendo certas estatísticas que a perspectiva da renda tende a desconsiderar como ponto de referência para análise de políticas). O papel da renda e da riqueza – ainda que seja importantíssimo, juntamente com outras influências – tem de ser integrado a um quadro mais amplo e completo de êxito e privação (SEN, 2010, p. 35).

Essa distinção conceitual demonstra que a pobreza não está centrada apenas nos recursos, mas na carência de oportunidades, as quais são afetadas sobretudo pela ausência das liberdades substantivas. Não existe na teoria seniana alusão à propriedade privada e concentração de renda como resultado da acumulação de capital para explicar a questão social. A pobreza é uma consequência da desigual participação no mercado e para superá-la é necessário que se ofereçam condições de acesso e promova a liberdade individual.

Nessa perspectiva, o modelo ideal de políticas públicas deve ser aquele que tem ação direta no indivíduo, focalizada, como ressalta Sen, com programas dirigidos e que estimulem o livre agir e as escolhas pessoais. De acordo com Mauriell (2008), a mudança no enfoque informacional da pobreza que nega a análise a partir da renda, privilegiando a ideia de privação de capacidades, promove uma ressignificação da pobreza, na qual a desigualdade deixa ser estrutural para ser individual. Estas intervenções não se dão apenas do ponto de vista político-estratégico, mas baseadas em princípios e com forte carga teórica, que promoveu uma radical inflexão analítica sobre a questão.

Essa mudança do foco de investigação sobre a pobreza foi apropriada pelas organizações governamentais e pelas agências multilaterais que, com novos critérios de medição e mensuração, passaram a enxergar ‘um mundo de pobres’ necessitados de intervenções. A América Latina, Ásia e África passaram a receber ‘ajuda’ dessas instituições, que definem quem e quantos são os pobres, ao tempo em que trazem a receita para superá-la via política de financiamento e influenciando diretamente nas decisões internas dos países.

Nessa abordagem, “o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas” e ressalta que o número seja *talvez* a maioria (SEN, 2010, p.17). A ausência de liberdade implica a pobreza para Sen, entretanto, os dados de concentração de renda mostram que os sem renda ou de baixa renda são os pobres.

Amartya Sen promove uma renovação dos princípios liberais, adaptados às condições históricas atuais do sistema capitalista: crise e necessidade de controle das efervescentes manifestações sociais, que se multiplicam pelo mundo em uma clara demonstração de que as intervenções do Banco Mundial e suas agências, bem como o receituário empregado contribuíram sobremaneira para o aprofundamento das dívidas internas e externas dos países, atuando estrategicamente na ampliação e aprofundamento da pobreza.

A defesa do liberalismo se faz complementando as falhas deixadas pela teoria, com uma preocupação de, sob esse viés, reorientar a intervenção do Estado em tempos de Estado mínimo para o social e como promotor de políticas. O setor público teria, portanto, um papel importante nesse processo. Segundo Maranhão (2012), esse modelo de intervenção conferiu ao autor (referindo-se a Sen), uma característica de progressista (por aqueles que fazem uma leitura superficial de sua obra), pois, ao sugerir formas de superação da desigualdade, criticou algum postulado do neoliberalismo ao reconhecer um certo papel do Estado na resolução da dívida social atual, opondo-se a algumas perspectivas de Hayek e Friedman.

Nessa conjuntura, a liberdade, a justiça, a equidade ganham conotações que atendem as novas exigências do mercado no contexto de reestruturação produtiva e ajuste espacial, facilitando a financeirização do capital e suas políticas de crédito direcionada ao indivíduo pobre com anuência do Estado. A liberdade, no sentido moderno do termo, traz ao cerne do debate teórico o indivíduo isolado, que na conjuntura do desenvolvimento do capitalismo neoliberal, tem tido um papel de destaque no direcionamento de políticas públicas desenvolvidas para efetivar a sobrevivência do sistema, tornando a pobreza funcional. Este é o debate que faremos no capítulo que segue.

CAPÍTULO 2

CAPITALISMO FINANCEIRO E ADMINISTRAÇÃO DA POBREZA

*A injustiça passeia pelas ruas com passos seguros.
Os dominadores se estabelecem por dez mil anos.
Só a força os garante.
Tudo ficará como está.
Nenhuma voz se levanta além da voz dos dominadores.
No mercado da exploração se diz em voz alta:
Agora acaba de começar:
E entre os oprimidos muitos dizem:
Não se realizará jamais o que queremos!
O que ainda vive não diga: jamais!
O seguro não é seguro. Como está não ficará.
Quando os dominadores falarem
falarão também os dominados.
Quem se atreve a dizer: jamais?
De quem depende a continuação desse domínio?
De quem depende a sua destruição?
Igualmente de nós.
Os caídos que se levantem!
Os que estão perdidos que lutem!
Quem reconhece a situação, como pode calar-se?
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.
E o "hoje" nascerá do "jamais".*

(Bertold Brecht)

2. CAPITALISMO FINANCEIRO E ADMINISTRAÇÃO DA POBREZA

Nos países centrais, o desenvolvimento do capitalismo, nos anos após a Segunda Guerra, propiciou crescentes índices de acumulação. A participação direta do Estado, que subsidiava a cadeia produtiva com fortes investimentos tecnológicos, possibilitou uma maior extração da mais-valia relativa dos trabalhadores que tinham suas reivindicações de trabalho controladas com as políticas de bem-estar social; no entanto, essas intervenções não foram suficientes para evitar mais uma crise no sistema do capital.

2.1 Financeirização da economia, superexploração do trabalho e intensificação da pobreza

A nova fase de acumulação do capital se desenvolveu com intensas transformações no mundo do trabalho, ruindo as garantias de seguridade social construídas pelos modelos fordista-keynesiano. A perspectiva neoliberal que, do ponto de vista teórico imprime novas determinações ao liberalismo clássico, se espacializa no processo de financeirização da economia e do novo papel do Estado burguês, que atuará na viabilização da expansão do capital especulativo.

Salvador (2010, p. 92) revela que a política keynesiana se constituía um fator limitador da internacionalização do capital e sua busca incessante por lucros. O capital se arma para revogar o pacto social-democrata e as conquistas sociais dos trabalhadores e estabelecer uma saída para a crise com novos padrões de acumulação.

A acumulação por meio da financeirização da economia transformou os rumos dos investimentos, levando a mobilidade de capitais e um aumento da liberdade interna para movimentá-lo. De acordo com Chesnais (1996), esta liberdade trouxe consequências para o capital produtivo que, ao movimentar-se interna e externamente, provocou diminuição dos postos de trabalho e mesmo nos lugares onde a rentabilidade foi reestabelecida, constatou-se que os novos proprietários do capital como as companhias de seguro, fundos de pensão e investimentos pressionam para uma maior redução de pessoal com a automação e

o uso das tecnologias da informação, possibilitando as operações do capital financeiro.

Para Marx (2006), a forma de representação desse capital comercial, que se desenvolve na sua forma usurária, retira uma parte importante do processo de reprodução do próprio capitalismo que está na circulação e produção da mercadoria.

No capital comercial, os extremos, o dinheiro lançado à circulação e o dela extraído com aumento, têm ao menos por intermediários a compra e a venda, o movimento da circulação. No capital usurário, a forma $D - M - D'$ reduz-se a dois extremos sem termo médio, $D - D'$, dinheiro que se troca por mais dinheiro, forma que contraria a natureza do dinheiro e, por isso, inexplicável do ponto de vista da troca de mercadorias. (MARX, 2006, p. 195. O Capital livro 1, volume 1, capítulo IV - Como o dinheiro se transforma em capital,)

Nesse novo contexto, a década de 1970, que marca a expansão das novas formas de reprodução do capital via mercado financeiro, inicia um processo de limitação de investimentos no capital industrial/produtivo. É importante reforçar que, no processo de reprodução do capital, o lucro é extraído na produção e circulação da mercadoria, uma vez que o mesmo é resultado da apropriação do trabalho social não pago. A forma $D - M - D'$ conferiu aos donos de capital crescer valor ao dinheiro na forma de lucro em D' , não pela venda da mercadoria que se produziu, mas, pelo não pagamento do trabalho empregado na sua produção, ou seja, na extração da mais-valia.

O capital, em sua forma especulativa, está fora do processo de produção, portanto é improdutivo. Nesse sentido, os bancos aferem “um novo valor de uso (uma nova função), aquela de funcionar como capital” (CHESNAIS, 2010, p. 29).

Tomando por base os estudos de Marx, em O Capital, Chesnais (2010) explica que essa é uma mercadoria *sui generis*, de natureza muito particular, pois não tem como base a venda, mas o empréstimo, nesse movimento, a valorização se reveste quando quer se valorizar fora da produção, como capital de empréstimo

por meio de juros³⁴. É o movimento fetichista de acumulação que não é a acumulação verdadeira de capital.

A partir de então, os bancos desenvolveram estratégias de acumulação dentro do próprio sistema financeiro; os novos produtos bancários como a securitização de dívidas permitiram a geração de lucros com a negociação de seus ativos nos mercados de valores, é o dinheiro gerando dinheiro, ou nas palavras de Marx, a acumulação de capital-dinheiro. As dívidas públicas dos Estados nacionais se constituíram funcionais à acumulação financeira, via suas securitizações, gerando um percentual baixíssimo de capitalistas que drenam, para dentro dos seus patrimônios, as rendas nacionais.

O ativo que está associado a uma renda futura, como esperam os bancos, compõe o capital fictício; sua valorização está associada aos rendimentos trazidos pelas taxas de juros e não existe como capital na sua forma real. Essas novas determinações permitiram uma forte concentração de renda dos capitais privados em detrimento dos investimentos produtivos, “vemos o capital e a força de trabalho sendo desvalorizados na produção; o investimento e a manutenção das infra-estruturas sociais e físicas negligenciados” (HARVEY, 2006, p. 141).

Uma das consequências, entre tantas, desse modelo é o crescente desemprego, sobretudo nos países de economia dependente que tiveram uma drástica redução dos investimentos na produção. Atrelada a essa questão, insere-se a implementação das políticas neoliberais e suas diretrizes como a flexibilização das relações de trabalho. Thomaz Jr (2004b), ao analisar as novas relações impostas ao mundo do trabalho diante da reestruturação produtiva, explica que

O trabalho aprisionado ao circuito mercantil ou que produz riqueza para o capital, pode assumir uma multiplicidade de formas materiais. Assim o trabalho abstrato, diante do complexo da reestruturação produtiva do capital que se impõe de forma contundente a partir dos anos 1980, encolhe. Ou seja, os trabalhadores industriais diminuem em quantidade, mas cresce a franja da sociedade composta de trabalhadores assalariados em bases precárias ou mesmo não assalariados, mas ligados ao

³⁴ Chesnais (2010, p.132), explica que este é um modelo gerador de crises e ressalta que “a natureza fictícia dos títulos que os torna invendáveis em momentos determinado, o caráter especulativo do mercado bursátil e a multiplicação de crédito decorrentes das transações intercambiais são, então, fatores que carregam neles mesmos os germes da crise do sistema de crédito”.

circuito laborativo. O capital tem ampliado mundialmente as esferas do trabalho assalariado e subproletarizado, e da exploração do trabalho, sob as diversas modalidades de precarização, tais como: o subemprego, a terceirização, o trabalho temporário, o trabalho domiciliar, etc. (2004b, p. 16).

Nessas condições, o Estado que assume o papel de viabilizador dos processos de acumulação do capital privado e exime-se de papel de provedor do bem-estar social, passando a atuar na estruturação das bases legais para dar sustentação ao sistema financeiro que, mundializado, abarca todos os espaços do globo, determinando os rumos dos investimentos e das políticas internas dos países. No chamado “Terceiro Mundo”, sua atuação é devastadora, pois a relação de dependência, que se produziu historicamente, impede o desenvolvimento da autonomia desses países, além de constituírem espaços para ampliação das áreas de exploração e acumulação.

De acordo com Harvey, trata-se da “expansão geográfica como produto necessário para a cumulação”, quanto mais difícil se torna a intensificação da atividade social, dos mercados e das pessoas, mais importante é a expansão geográfica para sustentar a acumulação (2006, p.48).

O autor afirma ainda que o sistema de crédito permite a expansão geográfica do mercado por meio do estabelecimento de continuidades onde não existia. Com os avanços tecnológicos e a velocidade da circulação, foi possível o aumento do giro do capital e uma maior acumulação em espaços distantes em um menor período de tempo, possibilitando a anulação do espaço pelo tempo (ibid).

Esse modelo de enfrentamento de crises estruturais do capitalismo via fortalecimento do mercado financeiro, impulsionado pela crise dos anos 1970, não evitou novos colapsos na economia, as estratégias de produzir um mercado mundializado esbarra na sua própria dimensão e contradição com o modo que foi estruturado, conforme já ressaltamos, baseado na expansão do capital fictício em detrimento de um setor produtivo.

No início dos de 1980, inicia-se um novo ciclo recessivo que, na realidade, era uma continuidade da crise anterior. De acordo com Salvador (2010), a partir desse período, a economia dos Estado Unidos passa a conviver com repetidas

crises bancárias: um crack da bolsa em 1987, a crise no mercado imobiliário no final do século XX, que se repetiu em 2008.

Com crises financeiras recorrentes, a principal função dos bancos torna-se impossível, pois o efeito delas é exatamente a desorganização da intermediação financeira. Diante disso, os bancos não têm mais informações sobre seus devedores, o que leva ao estrangulamento do crédito, o qual tem rebatimento sobre toda economia, acarretando, por consequência, a depressão econômica (SALVADOR, 2010, p. 100).

A saída da recessão por meio da expansão da forma especulativa do capital levou a um enriquecimento privado e desigual, pois concentrava-se em pequenos grupos da sociedade, sobretudo aqueles formados pelas grandes corporações que tinham, na sua natureza, a fusão entre capital industrial e financeiro. Essas fusões, entretanto, não foram capazes de impedir as baixas nos seus lucros, diante das altas taxas de desemprego e, conseqüentemente, redução do consumo.

Nessa conjuntura, a superprodução passou a ser administrada por uma política de crédito direcionada sobretudo aos países periféricos em uma tentativa de resolver os problemas do déficit dos países hegemônicos e promover uma maior integração dos países com a internacionalização do capital, processo que incorporou os países ditos emergentes na reprodução ampliada em escala global (MOTA, 2015).

Tais intervenções tiveram como resultado uma maior participação desses países no sistema econômico mundial; no entanto, os custos foram excessivamente altos. As políticas de créditos para sustentar as crises causadas pelos países centrais vieram acompanhadas de uma série de determinações e exigências, o que constituirá a face mais cruel do neoliberalismo. A esses países couberam abertura comercial, desregulamentação da economia, flexibilização da legislação trabalhista, privatizações, aumento de juros para atrair o capital externo e redução/extinção das funções sociais do Estado. O corolário é o desemprego estrutural e o aumento da pobreza em escala mundial e mais agravante na periferia do sistema. Assistiu-se à instrumentalização via setor público do desenvolvimento do setor privado.

Para Salvador (2010), uma das primeiras dimensões da internacionalização das finanças foi o “arresto dos países devedores da periferia do sistema capitalista” problema, que se inicia ainda na década de 1960 e se intensifica nos anos de 1970, levando as crises a assumirem características sistêmicas.

A violência e a velocidade das crises nesses países que se propagaram em direção à produção e ao emprego revelaram não só a incompetência dos governos locais que apostaram na liberalização financeira para a entrada na economia de mercado, como também mostraram que a propagação é decorrente das políticas neoliberais que enfraqueceram o Estado e o conjunto do sistema produtivo (SALVADOR, 2010, p. 103)

As recomendações do consenso de Washington aprofundaram as desigualdades internas nesses países, devastando suas economias e com elas as possibilidades de recuperação fora desse modelo diante do alto nível de dependência financeira e tecnológica. As nações que assumiram as diretrizes do consenso amargam o peso de destinar parte significativa de seu Produto Interno Bruto - PIB para pagamento de juros das dívidas contraídas sob a imposição do próprio sistema internacional. A securitização das dívidas públicas passou a se constituir mecanismo de financiamento, grande parte para pagamento de juros da dívida. Outra parte das finanças públicas, o fundo público, é arrastado por taxas altas de juros operada, sobretudo no Brasil, que, nos últimos 20 anos, opera a uma média de 14,25%, constituindo-se a mais alta taxa do planeta e expondo que a compra de dívida passou a ser o negócio dos sonhos no país.

As contradições dessas intervenções se revelam com o agravamento da questão social cujo controle, no rol das políticas liberalizantes, passou a ser vinculado ao planejamento das políticas de mercado, tornando-se, nesse sentido, funcionais, à medida que se constitui mais um mecanismo de geração de lucros para o capital especulativo via intermediação das agências multilaterais, que tomaram para si o papel de promotor de políticas de superação da pobreza, sob alegação da incompetência dos governantes em promoverem a melhora na qualidade de vida da população.

O desemprego, um dos focos de atuação destas instituições, chegou a índices elevadíssimos nos países da América Latina. A tabela abaixo demonstra a taxa de desemprego no Brasil entre os anos de 1981 a 1999. Aqui, é possível observar o significativo aumento na taxa de desemprego durante a década de 1990, quando, em menos de dez anos, passou de 3,12% para 8,58%, aumentou também a taxa de desemprego de longo prazo. Ou seja, o número de pessoas que estavam desempregadas há mais de um ano, subiu de 31,39% para 52,22%.

Tabela 01: Taxas de Desemprego no Brasil (%) – 1981-1999

Ano	Taxa de desemprego	Taxa de desemprego de longo prazo	Desempregados há mais de um ano sem emprego
	(1)	(2)	(3)
81	3,35	1,05	31,39
82	3,01	0,87	28,94
83	4,23	1,22	28,85
84	3,37	1,22	36,08
85	2,67	0,98	36,75
86	1,82	0,62	33,92
87	2,80	0,79	28,14
88	2,95	1,00	33,83
89	2,49	0,79	31,90
90	3,12	0,97	31,13
92	5,94	2,39	40,24
93	5,48	2,39	43,60
95	5,31	2,04	38,35
96	6,18	2,81	45,46
97	6,90	3,11	45,06
98	7,70	3,89	50,44
99	8,58	4,48	52,22
Δ(99-81)	5,23	3,43	20,83
Δ(99-90)	5,46	3,51	21,09

Fonte: CAMARGO & REIS 2008.

A crise estrutural expõe a atualidade da tese marxista de que é da extração do trabalho excedente que o sistema do capital se reproduz, ainda que o desemprego se constitua marca desse tempo.

Seguindo esse entendimento, Santos Neto observa:

Entre as distintas categorias que perfazem o universo da totalidade social nenhuma alcança o estatuto da prioridade ontológica no pensamento marxiano como a desempenhada pelo trabalho, pois essa categoria é um elemento decisivo tanto no processo de elucidação das diferentes categorias que integram a realidade social quanto no processo de construção de uma humanidade emancipada da subordinação estrutural a capital. O trabalho é a categoria central para o entendimento do mundo dos homens, pois pelo trabalho o homem se faz homem e a humanidade supera as imposições das determinações naturais para alcançar um nível de sociabilidade cada vez mais social (2013, p. 12).

As formas de extração da mais valia, no contexto contemporâneo, expressam mecanismos de acumulação comandadas pela lógica da finança capitalista. A classe que vive do trabalho é submetida ao trabalho subvalorizado em condições sub-humanas e abraçam essas possibilidades frente ao desemprego e à reserva de mão de obra crescente no país, uma vez que, no capitalismo, o trabalho é explorado, apropriado e transformado “num fardo e num instrumento fundamental de subordinação de seus produtores diretos aos imperativos das classes dominantes, mediante a expropriação do excedente produzido pelos trabalhadores” (SANTOS NETO, 2013, p. 12).

Historicamente, o assalariamento, como informa MÉSZÁROS (2002, p. 99), ou a “escravidão assalariada” é *internalizada* pelos sujeitos trabalhadores e não tem de ser imposta e constantemente reimposta *externamente* a eles sob a forma de dominação política, pois, assim, o sistema de controle metabólico do capital se torna o mais eficiente e flexível mecanismo de extração do trabalho excedente. O custo da força de trabalho é retribuída sob a forma do salário que só existe por meio da sua reprodução.

A necessidade inevitável do capital de impor sua estrutura de dominação em todos os aspectos da vida se realiza com a separação das funções de *produção* e *controle* do processo de trabalho, que imposta pela divisão social hierárquica, afasta e, ao mesmo tempo, constrói classes de indivíduos diferenciados entre si e com interesses antagônicos (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

Em primeira instância, essa é a causa incontestável da pobreza.

Do modo como está estruturado o modelo de produção, segundo MÉSZÁROS,

não basta que se imponha a divisão social e hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. É também forçoso que ela seja apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. Para esta finalidade, as duas categorias claramente diferentes da “divisão do trabalho” devem ser *fundidas*, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável diante da “própria natureza”, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de “igualdade e liberdade” – “livre opção econômica” e “livre escolha política” segundo a terminologia de *The Economist* – e ainda santificada como nada menos que ditame da própria Razão. (2002, p. 99).

O trabalho se apresenta como a peça chave no processo produtivo. No capitalismo, ele é acompanhado pelo processo de coisificação do homem. Entretanto, a ideologia mascara a condição de mercadoria imposta ao trabalho, que aparece como sinônimo de liberdade, de propriedade do homem livre (LISBOA, 2018).

Por sua vez, é o processo que transformou o homem em força de trabalho, ao separá-lo dos meios de produção, mediante variados mecanismos de expropriação intensificados no desenvolvimento do capitalismo, o responsável pela produção da riqueza e da pobreza. Os homens coisificados, constituídos como mercadorias, recebem um preço pelo tempo de trabalho dispendido do seu corpo. O nível de pobreza depende da natureza desse trabalho, do status ou qualificação cobrada ao trabalhador, do grau de sujeição do trabalho ao capital, se o trabalhador possui ou não algum meio de produção que, parcialmente, assegure sua reprodução, ainda que tenha que vender algum tempo de trabalho ao capital para a garantia do sustento da sua família (LISBOA, 2018).

A relação capital trabalho, ou seja, o domínio do capital sobre o trabalho, subjugando-o aos seus imperativos, não se realiza sem conflitos. A reação do trabalho acompanha o desenvolvimento do capitalismo e suas contradições. Não houve momento na história em que os trabalhadores tenham abandonado a luta de classes, ainda que, sobre sua agenda, o capital tenha erguido táticas de autodefesa e se sobrelevado.

Essa relação exigiu a atuação do Estado como imperativo corretivo dos defeitos do capital, como sua estrutura de comando e de sustentação, atenuando, quando possível, seus conflitos e obtendo o controle dos sujeitos, que não desfrutam dos resultados do trabalho. Outras vezes, obrigando a classe trabalhadora a estender seus momentos de luta, para, com isso, ceder pequenas vantagens e poder perpetuar seu sociometabolismo.

É por meio do engenho da estrutura jurídica com o aparato de leis, normas e regulamentos que o Estado exerce o controle sobre os indivíduos, atuando de maneira interessada. É imprescindível que os elementos jurídicos sejam “absolutamente inquestionáveis” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99), para que diante da hierarquização e da subordinação, os indivíduos ajam de forma natural e, ao mesmo tempo, pensem estar vivendo sob um regime democrático com liberdade de escolha.

Da eficiência do Estado no processo de ideologização depende a forma de introjeção da pobreza. Ora a pobreza é compreendida como produto natural, questionada somente à vontade divina; a azar, a ignorância como produto da falta de escolarização, o carma ou a cruz a ser carregada na vida presente para que a eternidade seja o paraíso. Ora, a luta de classes avança expondo a incapacidade do Estado, de exercer sua função corretiva dos defeitos estruturais do capital (LISBOA, 2018).

Até o início da década 1970, momento em que eclodiu a crise estrutural do sistema capitalista, o mundo do trabalho estava organizado pelos direcionamentos do Fordismo/Taylorismo, que se caracterizavam pela produção em massa para consumo em massa, firmada no compromisso capital-trabalho e estruturada pela regulação do Estado de viés Keynesiano. A crise estrutural do sistema produtivo fez surgir um novo paradigma de acumulação baseado no capital flexível da dinâmica produtiva do Toyotismo, que remodelou a organização da produção.

Com o Toyotismo, tende a ocorrer uma racionalização do trabalho, exigindo, mais do que nunca, a captura integral da subjetividade operária (ANTUNES E ALVES 2004).

De acordo com Gonçalves,

o toyotismo, a flexibilização do trabalho, combinados a ideologia neoliberal que remodela o atual modelo de Estado que prega um

mercado livre e regido por suas próprias leis, produzem uma atmosfera ideológica que envolve a economia mundial e neste “envolvimento” coloca para classe trabalhadora, em âmbito mundial, novas condições para a exploração do seu potencial criativo, considerando que se a lógica do capital é a mesma para todo o mundo, a manifestação deste processo é diferenciada de acordo com as especificidades locais, visando sempre melhorar as condições de competitividade das empresas na economia mundial (2015, p. 1-2).

Portanto, com a reestruturação produtiva do capital, desde os anos 1970, a desregulamentação das relações de trabalho vem “reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais” (ANTUNES E ALVES, 2004, p. 336). Essa relação tem incorporado, nas regiões urbanas, assim como nas regiões agroindustriais, o proletariado tem sido constituído pela ‘classe que vive do trabalho’ um proletariado urbano e rural “que se caracteriza pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo (Ibid, p. 342). O trabalho, no capitalismo contemporâneo, todo ele estranhado, aparece como terceirizado, parcial, subcontratado, informal, expõe uma subproletarização manifestada pelos rearranjos engendrados pelo capital, que provocaram as metamorfoses no mundo do trabalho adequadas à continuidade da reprodução do sistema de produção.

Essa precarização do trabalho frente às forças do capital, se agrava no quadro político econômico brasileiro desde o Golpe jurídico-parlamentar-midiático desferido contra a frágil democracia brasileira em 2016, que teve como pano de fundo a ação dos agentes do capital financeiro para a aprovação de uma agenda ultraneoliberal que intensifica os níveis de miserabilidade no país³⁵. A aprovação da

³⁵ Consideramos importante apresentar a discussão do professor Giovanni Alves acerca do atual momento político do Brasil. “Num país como o Brasil, um dos países capitalistas mais desiguais e socialmente injustos do mundo, a adoção do receituário neoliberal hegemônico na União Europeia, contestado por economistas do FMI como indutor de desigualdades sociais, não é apenas um ato supremo de dominância da classe burguesa senhorial brasileira de cariz colonial-escravista hoje predominantemente rentista-parasitária, mas um crime de lesa humanidade contra o mundo do trabalho e a população pobre do País. Mantendo-se as regras do jogo democrático, a dominância rentista não deve se sustentar politicamente. Por isso, o que se pode vislumbrar na ultima metade da década de 2010, após o golpe branco de 2016, é uma nova operação ideológica – tão complexa quanto o golpe branco – para que o Estado democrático de direito no Brasil seja substituído por um Estado de exceção seletivo e perpétuo, capaz de manter na aparência os ritos democráticos e adotar procedimentos de exceção contra a insurgência social. A blindagem do Estado brasileiro contra governos de esquerda – a “mexicanização” do Brasil – deve contar com a reforma do sistema político e a manutenção do Poder Judiciário oligárquico, ao mesmo tempo que se reforça o controle policial-militar da insurgência social e os aparelhos de manipulação midiática. A missão histórica é

Reforma Trabalhista em julho de 2017; da Emenda Constitucional 95 (PEC 241 ou 55) em dezembro de 2016 a qual limita os investimentos nas áreas sociais criando um teto para os chamados 'gastos' em até 20 anos; as tentativas de aprovação de uma Reforma na Previdência; as privatizações em curso de setores importantes para soberania nacional como petróleo e gás, lamentavelmente conduzem o país a um retrocesso cujas consequências recaem sobre a classe trabalhadora trabalhadores.

O Estado em conjunto com as organizações financeiras como, Fundo Monetário Internacional - FMI, o Banco Mundial - BM, o BIRD agem para consolidar um modelo de administração da pobreza dirigido pelo ajuste e pela padronização das políticas econômicas com o objetivo de inserir os sujeitos ditos pobres no capital rentista.

2.2 A funcionalidade da pobreza no contexto do capitalismo financeiro

A adoção da abordagem seniana no contexto dos programas de administração da pobreza nos países pobres, intitulados de programas de combate à pobreza, faz do Banco Mundial seu principal protagonista. O discurso apresentado para o mundo coloca o Banco Mundial como principal agente de combate à pobreza das nações subdesenvolvidas, dada a sua capacidade de articulação para prover a transferência de capitais e tecnologia necessárias ao crescimento econômico, no cenário da acumulação financeira. Gómez (2006, p. 305) considera que o Banco Mundial, historicamente, foi mudando sua concepção sobre o que concebia por desenvolvimento, diferenciando-se em “4 etapas: a) 1944-1970, necessidades de capitalização rápida; b) anos 1970, satisfação das necessidades sociais básicas; c) anos 1980, ajuste estrutural; d) anos 1990, ênfase sobre o tema da pobreza”.

De acordo com essas etapas, só a partir da década de 1970, na gestão de Robert Strange McNamara, os problemas sociais passaram a ser mensurados pela agência. Tais problemas eram tratados como carência das necessidades básicas.

extinguir politicamente o PT como trincheira das lutas populares (o que o próprio PT já fez por si próprio); e abolir a parte social da Constituição de 1988. Deste modo renasceu no Brasil, a velha ditadura civil-militar sob nova roupagem do *Estado democrático de exceção seletiva* no alvorecer do século XXI” Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>>. Acesso em março de 2018.

Pereira explica que,

antes de McNamara, aliás, a agenda extra-econômica do Banco Mundial falava em “necessidades sociais”, não em “pobreza”. A própria palavra não fazia parte do vocabulário corrente do *staff*. O assunto não foi objeto de declaração alguma nos anos cinquenta e apareceu apenas timidamente durante a maior parte dos anos sessenta. Com raízes diretas nas injunções da Guerra Fria e enxertada no Banco a partir do governo norte-americano, a “luta contra a pobreza” careceu, naqueles anos, de dois elementos importantes: um enfoque que lhe desse suporte e racionalidade e um instrumento operacional que permitisse a sua replicação em larga escala (PEREIRA, 2010, p. 265).

A utilização do conceito de pobreza pelo Banco Mundial se deu entre 1973 e 1974 sob a definição de *pobreza rural absoluta* (ibid.) em uma constatação de que é no campo que existem os mais graves problemas sociais. Até então, a prioridade na destinação dos recursos era infraestrutura e agricultura, como pode ser observado no quadro abaixo, que apresenta o direcionamento dos empréstimos realizados pelo Banco Mundial no período de 1961 a 1982.

Quadro 01: Empréstimos do Banco Mundial por setor – 1961-1982

Setores	1961-69	1969-73	1974-82
Transporte, energia e telecomunicações (b)	64.1	47	35
Agricultura	12.2	20	29
Educação	2.5	5	4
População, saúde e nutrição	0	1	1
Desenvolvimento urbano	0	Menos de 0.5	2
Água e saneamento	1.7	5	5
Outros (c)	19.5	21.5	24

Fonte: KAPUR In: PEREIRA, 2010.

Ao reconhecer a concepção de pobreza como necessidades básicas e fomentar mecanismo operacionais na administração do problema, a gestão McNamara desenvolveu as soluções para sua dupla preocupação: o controle dos movimentos sociais camponeses emergentes, por meio de programas e financiamentos, e a consolidação da expansão capitalista no campo. Entre os anos

de 1961 a 1982, o volume de recursos para empréstimos do BM às nações de todas as partes do mundo cresceu expressivamente, conforme demonstradas no quadro a seguir.

Quadro 02: Volume de empréstimos do Banco Mundial entre 1961-1982
(Milhões de dólares)

Anos 1961-69				Anos 1969-82 (a)		
<i>Faixa de renda</i>	Países	Nº de clientes	Total	Países	Nº de clientes	Total
<i>Total</i>		93	9.436		114	90.421
<i>Renda alta</i>	Japão, Taiwan, Espanha, Finlândia, Nova Zelândia, Austrália, Itália, Cingapura, Israel, África do Sul, Dinamarca, Noruega, Islândia, Grécia e Áustria	16	1.659	Bahamas, Chipre, Finlândia, Grécia, Islândia, Israel, Nova Zelândia, Cingapura, Espanha E Taiwan	11	1.581
<i>Renda média</i>	Afeganistão, Argentina, Argélia, Bolívia, Botsuana, Brasil, Camarões, Chile, Chipre, Colômbia, Congo, Costa do Marfim, Costa Rica, Coréia do Sul, El Salvador, Equador, Filipinas, Gabão, Guatemala, Iran, Iraque, Iugoslávia, Jamaica Jordânia, Malásia, Malta, Marrocos, Maurício, México, Panamá, Papua Nova-Guiné, Paraguai, Peru, Portugal, Senegal, Síria, Suazilândia, Tailândia, Trinidad E Tobago, Tunísia, Turquia, Uruguai E Venezuela	43	4.467	Argélia, Argentina, Barbados, Bolívia, Bósnia-Herzegovina, Brasil, Camarões, Chile, Colômbia, Congo, Costa Rica, Croácia, Djibuti, Dominica, Republica Dominicana, Equador, El Salvador, Fiji, Gabão, Guatemala, Indonésia, Iran, Iraque, Jamaica, Jordânia, Coreia Do Sul, Líbano, Macedônia, Malásia, Maldivas, Maurício, México, Marrocos, Omã, Panamá, Papua Nova-Guiné, Paraguai, Peru, Filipinas, Portugal, Romênia, Senegal, Eslovênia, Ilhas Salomão, Suazilândia, Síria, Tailândia, Trinidad E Tobago, Tunísia, Turquia, Uruguai, Venezuela, Samoa Oeste E Iugoslávia	55	54.747

<i>Renda baixa</i>	Benin, Burquina Fasso, Burundi, Chade, Etiópia, Gana, Guiana, Guiné, Haiti, Honduras, Índia, Indonésia, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malaui, Mali, Mauritânia, Nicarágua, Nicarágua, Níger, Nigéria, Paquistão, Quênia, Republica Central Africana, Serra Leoa, Somália, Sri Lanka, Sudão, Tanzânia, Togo, Uruguai, Zaire, Zâmbia E Zimbábue	34	3.309	Afeganistão, Bangladesh, Benin, Burquina Fasso, Burundi, Republica Central Africana, Chade, China, Comores, Consta Do Marfim, Egito, Guiné Equatorial, Etiópia, Gambia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Guiana, Haiti, Honduras, Índia, Quênia, Laos, Lesoto, Libéria, Madagascar, Malaui, Mali, Mauritânia, Mianmar, Nepal, Nicarágua, Níger, Nigéria, Paquistão, Ruanda, Serra Leoa, Somália, Sri Lanka, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Vietnã, Iêmen, Zaire, Zâmbia E Zimbábue	48	34.093
--------------------	--	----	-------	--	----	--------

Fonte: KAPUR In: PEREIRA, 2010.

O considerável aumento de recursos de um período para outro passou de 9.436 milhões de dólares para 90.421. Para a obtenção dos recursos, os países chamados de clientes foram orientados a seguir as diretrizes propostas pelo Banco Mundial, que, além de atuar com as ações financeiras, influencia diretamente nas relações políticas dos países, agindo, sobretudo, como ator intelectual e ideológico, como bem observado por Pereira:

O Banco aplicava esse “capital intelectual” por meio do seu considerável programa de empréstimos e da sua posição única como mediador entre governos, agências bilaterais e multilaterais e o universo empresarial, traduzindo-os em políticas e negócios. Quanto mais afinada com a agenda do banco e mais insulada das pressões do sistema político local fosse a equipe de governo dos Estados-membros, mais eficaz era o trabalho de persuasão do Banco (PEREIRA, 2009, p. 331)

O final da década de 1980 inaugurou o ajuste estrutural no modo de produção capitalista, iniciado ainda na década de 1970 na Europa e nos Estados Unidos. Nesse cenário, acompanhamos uma recondução do Banco Mundial sobre as questões sociais e econômicas mundiais, financiando políticas de combate à pobreza, e estimulando o crescimento econômico via endividamento das nações, ações, que irão se constituir em principal proposta de crescimento das funções de suas agências.

É imprescindível destacar que, ao final da década de 1990, depois de mais de 30 anos de intervenção das agências multilaterais no mundo, os registros sobre a pobreza não apresentaram melhoras; ao contrário, denunciam um crescente aumento tanto da pobreza quanto da indigência, reconhecido, inclusive, em relatórios do próprio Banco Mundial, conforme pode ser observado no *World Development Report* de 2000/2001:

But at the start of a new century, poverty remains a global problem of huge proportions. Of the world's 6 billion people, 2.8 billion live on less than \$2 a day, and 1.2 billion on less than \$1 a day. Six infants of every 100 do not see their first birthday, and 8 do not survive to their fifth. Of those who do reach school age, 9 boys in 100, and 14 girls, do not go to primary school³⁶ (BIRD, 2001, p. VI).

As informações sobre a América Latina ratificam essa afirmação: De acordo com dados da CEPAL de 2014, em 1980, tínhamos um percentual de 136 milhões da população pobre e 62 milhões de indigentes. No ano de 2002, esse número subiu para 204 milhões de pobres e 95 milhões de indigentes, chegando ainda em 2002 a 225 milhões de pobres e 99 milhões de indigentes.

Além dessa realidade, verifica-se um aprofundamento das dívidas dos países pobres, acentuando sua dependência de mais recursos externos apresentados pelo BM, como única saída para a superação da condição de atraso. Com a dependência dificultam-se ações dos governos para investimento uma vez

³⁶ Mas no início de um novo século, a pobreza continuou sendo um problema global de proporções gigantescas. Dos 6 bilhões de pessoas do mundo, 2,8 bilhões vivem com menos de 2 dólares por dia e 1,2 bilhões com menos de \$ 1 por dia. 6 crianças em cada 100 não verão o seu primeiro aniversário, e 8 não sobreviverão ao seu quinto. Daqueles que atingem a idade escolar, 9 meninos em 100 e 14 meninas em 100, não vão à escola primária (tradução nossa).

que parte significativa do PIB está comprometido com o pagamento de dívidas (SIQUEIRA, 2013), como é caso do Brasil que, de acordo com dados de 2017 da Auditoria Cidadã, destina com 39,70% do orçamento federal para este fim.

O pacote de recomendações para o ajuste estrutural, com políticas neoliberais, desnudou as contradições de um sistema econômico baseado na apropriação de riquezas e demonstrou as graves consequências para os trabalhadores, sobretudo, das nações do chamado terceiro mundo, onde, historicamente, se desenvolveram políticas assistencialistas comprometidas apenas com a manutenção da dependência. A ineficiência na promoção da qualidade de vida e o aumento descomunal da concentração de renda colocaram em questão o modelo de atuação do BM e suas agências, que passaram a rediscutir suas bases de atuação sob pena de perder o controle e a legitimidade do sistema como um todo.

Diante dos fatos, Maranhão (2012) explica que a intelectualidade capitalista se empenhará na renovação de sua hegemonia por meio da atualização de um ideário liberal de progresso em busca de uma nova concepção de desenvolvimento compatível com a dinâmica do modo de produção capitalista.

A partir da década de 1990, em tempos de ajuste estrutural recomendados pelo Fundo Monetário Internacional – FMI, surge a necessidade de se implementar políticas econômicas direcionadas pelos agentes do capital financeiro. Nesse cenário, surge uma nova modalidade de fomento para a política do Banco Mundial com estímulo ao empreendedorismo e ao financiamento para o seu desenvolvimento em todas as escalas de gestão/administração pública e privada de programas de microcrédito produtivo orientado. Sobre esse viés, a possibilidade de sair da pobreza estaria em transformar a população ‘vulnerável’ em microempresários e inseri-los no mercado.

O conceito de pobreza tomou corpo e, a partir dele, um universo de estudos, pesquisas e metodologias foram produzidas pelo Banco Mundial para legitimar o seu receituário. A retórica do desenvolvimento tornou-se o carro chefe para justificar a necessidade de aquisição de financiamentos junto ao banco e seus associados que, atrelado ao ajuste estrutural, passa a exigir como contrapartida para os financiamentos uma reestruturação do papel do Estado por meio da

implementação de política de desregulamentação, arquitetando acumulação por despossessão.

A prática da política compensatória de alívio à pobreza ajustava os gastos sociais porque atingia de forma pontual e focalizada as demandas sociais mais urgentes. “A suposta “novidade” nesta estratégia é que o Estado já não seria mais o agente fundamental na proteção das “populações pobres” ou de “risco social”, mas as próprias comunidades vulneráveis” (SIQUEIRA, 2013, p. 121).

As publicações do BM após os anos 2000 e, com elas, os relatórios anuais estão direcionados pelas teses senianas, que veem, no indivíduo, as possibilidades de superação da pobreza. Suas ideias foram fundamentais na mudança de atuação do BM, que, até então, trabalhava por meio de política de financiamento para a promoção da assistência social. Os relatórios da instituição, a partir dos anos 2000, trazem como propostas de políticas, o estímulo às capacidades individuais, o empoderamento, o microempreendedorismo, a partir de uma visão do desenvolvimento das capacidades individuais e da compreensão da multidimensionalidade da pobreza.

O caráter multidimensional, que leva em consideração as formas de privação dos indivíduos nos aspectos sociais, políticos e econômicos, possibilitou atuação das agências do Banco Mundial em diversas frentes de políticas de financiamento para educação, saúde, saneamentos básico, moradia, programas sociais de combate à violência, à desnutrição, ao uso de drogas, entre outras, e seu mais novo recurso que é a política para geração de renda por meio do estímulo ao microempreendedorismo individual.

Ao centrar o discurso de combate à pobreza no pobre, a superação passa a ser responsabilidade do indivíduo. Essa estratégia mercadológica, além de estimular a competição entre as pessoas, desfaz o sentido de atuação coletiva pela luta contra as formas de dominação social, condição de existência desse sistema.

As oportunidades de inserção no mercado, que são estimuladas por meio do acesso ao microcrédito produtivo orientado, focalizam as políticas no indivíduo construindo uma ideia em que o mesmo poderá ascender socialmente. Observa-se a inserção dos sujeitos pobres no circuito do capital, ora como tomadores de empréstimos, ora como beneficiários, sendo o Estado o grande devedor. Podem,

ainda, esses indivíduos, serem os fracassados, se os seus objetivos não forem alcançados, tornando ele mesmo o responsável pelo seu sucesso ou insucesso.

A produção de indivíduos no capitalismo tem se constituído historicamente como uma necessidade para legitimação do modelo econômico, frente às lutas coletivas que também, historicamente, se manifestam na sociedade. Acolher esta categoria de análise é negar que a pobreza é produto direto da acumulação por uma parcela da sociedade e que o homem é um ser individual e não produto das relações sociais. É negar que o homem é sujeito coletivo, historicamente determinado pelas condições materiais de sua existência, responsável por tudo que se construiu até o momento.

No Brasil, as ações adotadas para o enfrentamento da pobreza têm se diferenciado no tempo. Essas mudanças na postura do Estado e no modelo das políticas adotadas acompanham as mudanças na forma de acumulação.

Grande parte do material desenvolvido sobre essa questão apresenta o período de Getúlio Vargas como marco inicial das políticas sociais no Brasil. Entretanto, antes dele, iniciativas como a criação da Comissão de Legislação Social em 1917, a Lei de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários (Lei Eloy Chaves) em 1923 e o Conselho Nacional do Trabalho em 1923, foram desenvolvidas. No governo de Getúlio Vargas, a assistência social era concentradora. O acesso aos benefícios sociais era para os trabalhadores com carteira assinada. Estes tinham o direito à aposentadoria e a seguros de saúde por meio da Lei de seguridade social. Essas ações visavam arrefecer os movimentos sociais que emergiam, os sindicatos trabalhistas e outras organizações.

Seguindo uma tendência internacional, a pobreza, a partir deste período e durante o Regime Militar, era apresentada como resultado do atraso econômico típico de uma nação subdesenvolvida e sem tecnologia; sua superação pautava-se na adoção de políticas que promovessem o desenvolvimento econômico e o conseqüente aumento da renda da população. Essa perspectiva norteou os programas de industrialização brasileira, iniciados na década de 1930 e se estendeu até meados da década de 1970. Até o fim do Regime Militar não se identificava no país a existência de programas diretamente relacionados a superação dos problemas sociais; todas as ações propostas pelos governos relacionavam-se aos programas de desenvolvimento econômico.

Márcia Pereira Cunha, em estudo intitulado *Do passado ao presente: a pobreza como sinal de subdesenvolvimento, problema político e questão individual* (2009), realizou um levantamento das políticas para a pobreza nos planos de governos durante o Regime Militar e apresentou a íntima relação, nesses planos, entre a superação das desigualdades sociais e a necessidade da industrialização no Brasil, ela mostra ainda que a primeira menção acerca da desigualdade social aparece no documento do PAEG - Programa de Ação Econômica do Governo para os anos de 1964 a 1967, que utiliza o termo “desequilíbrios”, para designar, essencialmente, os desequilíbrios regionais e setoriais do Brasil.

Segundo o PAEG, atenuar os desequilíbrios ou desníveis regionais partia essencialmente da implementação de políticas voltadas às classes trabalhadoras. Pretendia-se com o processo de industrialização expandir a produção nacional responsável pela elevação dos salários e, conseqüentemente, das condições de vida da população. Com a aceleração no ritmo do desenvolvimento, seria possível promover uma política habitacional, educacional e estruturar a produção agrícola por meio das políticas de modernização da agricultura e industrialização do campo. Além dessas medidas, o plano apresentava a necessidade de intervenções na política de saúde, previdência social e saneamento³⁷.

Nos planos de governo que se seguem por toda a década de 1970 e início de 1980, o tratamento da pobreza é realizado, tendo como direcionamento o aumento da renda da população e a necessidade de superação da pobreza absoluta, que se encontrava em níveis elevados. A tabela abaixo demonstra a porcentagem da população pobre nas regiões brasileiras.

³⁷ Esta forma de tratar as questões sociais se fazia como medida para dirimir as tensões populares que reivindicavam suas demandas ainda em períodos anteriores ao golpe de Estado, com as reivindicações das reformas sociais de base. As crescentes mobilizações e fortalecimento dos movimentos sociais em contexto de ditadura, apresentavam uma ameaça aos planos de controle do governo não apenas interno, mas, sobretudo externo, dado os cenários político mundial no contexto de Guerra Fria e os interesses expansionistas americanos para a América Latina.

Tabela 02: Número e repartições dos pobres, segue regiões e estratos de residência – 1970 e 1980

Regiões e estratos	1970		1980	
	Milhões	%	Milhões	%
Norte e Centro Oeste	6.028	9,86	5.091	12,33
Nordeste	23.563	38,54	20.305	49,17
Sudeste, exceto SP	13.424	21,96	7.315	17,71
São Paulo	8.742	14,3	4.302	10,42
Sul	9.382	15,35	4.284	10,37
Metropolitano	11.478	18,77	9.069	21,96
Urbano	18.179	29,73	14.830	35,91
Rural	31.481	51,49	17.397	42,13
TOTAL	61.138	100	41.297	100

FONTE: ROCHA, 2013.

Nota-se uma redução do total da população brasileira em condição de pobreza da década de 1970 para 1980, de 61.138 milhões para 41.297 milhões, respectivamente. Todavia a tabela chama a atenção para a compreensão de duas questões importantes: a primeira, a acentuada desigualdade entre as regiões do Brasil no que se refere à pobreza, e a segunda, os dados alarmantes da região Nordeste, não apenas em comparação com outras regiões, mas, sobretudo, sua situação interna. Os dados demonstram um crescimento no percentual de pobres da região de 38,54% na década de 1970 para 49,17% em 1980, questão que merece melhor ser analisada.

O aumento da pobreza na região Nordeste se deu no contexto de expansão do modo de produção capitalista com a realização de pesados investimentos no setor produtivo, em especial no campo, via recursos externos. Observa-se que esta região foi palco das chamadas políticas de ‘redução das disparidades regionais’ inserida nas propostas de desenvolvimento nacional e direcionadas pelos encaminhamentos da CEPAL. Essa lógica de atuação fundamentou-se no discurso da dualidade em que se colocava para o país: era necessário superar a condição de *atraso* com ações *modernizantes*.

Sob essa lógica, a noção de subdesenvolvimento, condição posta ao Brasil nesse período, se apresentava como entrave ao desenvolvimento ao tempo em

que justificava o modelo de ação adotado para o crescimento econômico (LISBOA, 2007). Nos seus estudos, Francisco de Oliveira, em *Crítica a razão dualista*, nos dá uma importante contribuição para a compreensão da ideologia dualista e da ideia de moderno e atrasado; desenvolvimento e subdesenvolvimento. Com muita clareza, Oliveira explica que “a dualidade reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência moral, levando a proposições reformistas” (OLIVEIRA, 2013, p. 31).

Sob esse discurso, a região Nordeste é inserida no circuito do capitalismo mundanizado exposto como modelo para a superação da pobreza. No entanto, os resultados apresentados por meio dos indicadores mostram exatamente o oposto. As medidas tomadas pelo governo acentuaram as desigualdades sociais, bem como as disparidades regionais, as quais demonstram no olhar de Oliveira (1977, p. 76) “o sinal do movimento diferencial de acumulação”.

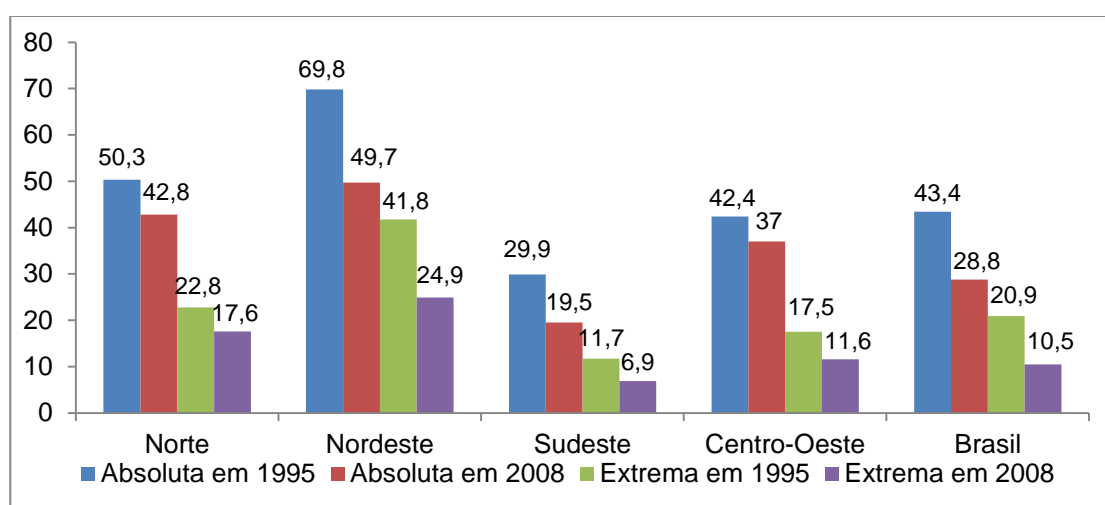
Na perspectiva de Rocha (2013, p. 4), apesar de ter ocorrido uma desconcentração da atividade produtiva “em função de iniciativas como a Zona Franca de Manaus e os incentivos fiscais para investimentos no Norte e Nordeste, esta evolução não se rebateu sobre a renda das famílias”. Para a economista, o aumento da pobreza se explica pelas “desvantagens estruturais das regiões mais pobres, em particular no que se refere à qualificação da sua mão de obra”.

O quadro mostrou que o subdesenvolvimento não se constitui uma etapa do desenvolvimento. Esse tipo de análise desconsidera os processos de inserção na economia capitalista e com ele as relações desiguais e de interesses que se estabelecem no processo de acumulação oriundos das contradições de classe. Não se leva em conta que a condição para a produção da riqueza é a produção da pobreza. Assim, o que aconteceu com o Nordeste foi a sua forma de inserção na Divisão Regional do Trabalho no Brasil (LISBOA, 2007).

Nos anos 1990, após a redemocratização, o discurso sobre as desigualdades e sua superação toma novos rumos. A inserção do conceito de pobreza multidimensional e aplicação de novas metodologias surgem como ferramentas para o planejamento e implementação das políticas públicas. Observa-se que o modelo de políticas universalizantes, recém-inaugurado com a Constituição Federal de 1988 nem sequer se espacializa. Inicia-se uma forma de atuação focalizada por parte do Estado, orientada pelo Banco Mundial. Entram em

cena mecanismos de atuação direta sobre o problema da pobreza. Parte-se do argumento de que as ações dos planos de governo para o desenvolvimento regional não apresentaram resultados satisfatórios; ao contrário, acentuaram as diferenças regionais. O gráfico abaixo apresenta a realidade das discrepâncias entre as regiões do Brasil e entre os estados do Nordeste, mesmo após a implantação das políticas de transferência de renda.

Gráfico 02: Taxas de pobreza absoluta e extrema nas grandes regiões em 1995 e 2008 (em %)

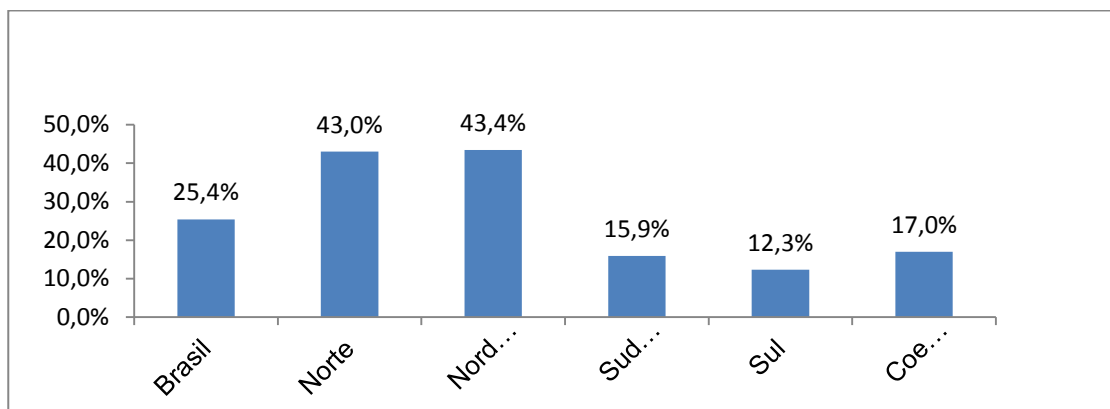


Fonte: IPEA, 2010.

Ao observarmos os dados, reconhecemos que, em todo o período, houve redução tanto da taxa de pobreza absoluta quanto da pobreza extrema³⁸. Todavia, se analisarmos a situação de cada região no ano de 2017, conforme gráfico 03 e se compararmos os indicadores perceberam que, no caso das regiões Norte e Nordeste, os índices são mais elevados que na região Sul e Sudeste, mantendo as discrepâncias já apresentadas desde os anos de 1970 apresentada na tabela 02.

³⁸ A Organização das Nações Unidas considera que as pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25 por dia encontra-se na situação de pobreza extrema, o equivalente a R\$ 3,90 no ano de 2017. No Brasil, o Decreto Nº 8.794, de 29 de junho de 2016 que passou a vigorar para o Programa Bolsa Família, estabelece em seu Artigo 18 que “O Programa Bolsa Família atenderá às famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita de até R\$ 170,00 (cento e setenta reais) e de R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), respectivamente”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8794.htm>. Acesso em janeiro de 2018.

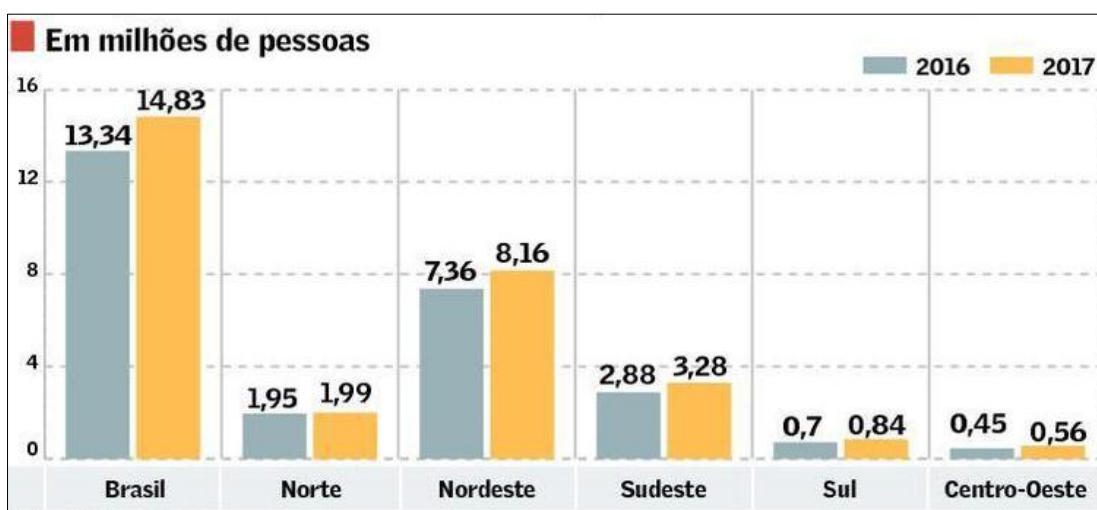
Gráfico 03: Linha de pobreza – Porcentagem dos brasileiros que vivem com menos de US\$ 5,5 por dia



Fonte: IBGE, 2017. Adaptado pela autora.

Essas desigualdades se tornam mais evidentes quando analisamos as informações sobre a pobreza extrema no Brasil. É significativo os indicadores sobre a região Nordeste em relação as demais regiões brasileiras, bem como a constatação de que a pobreza extrema apresentou crescimento do ano de 2016 para 2017 em todas as regiões e consequentemente na média nacional³⁹, conforme gráfico abaixo

Gráfico 04: Extrema pobreza – população vivendo abaixo da linha de pobreza extrema (US\$ 1,90)



Fonte: BÔAS, 2018 – dados da LCA/Pnad Contínua, 2017.

³⁹ No nosso entendimento, o aumento da pobreza extrema no Brasil no ano de 2017 em relação a 2016 é um dos resultados do atual cenário político pós-golpe e seus desdobramentos, já mencionados neste trabalho.

A simples visualização dos gráficos apresentados acima nos dá a dimensão da produção desigual do espaço e espacialização da pobreza. Percebemos que, ao longo de mais de 20 anos, quando se inicia um novo formato de políticas para tratar da pobreza, as estruturas que mantêm a concentração de renda e centralização produtiva permaneceram inalteradas no Brasil, com rebatimentos substanciais sobre o espaço geográfico.

Na década de 1990, o Brasil passou a tratar a pobreza como questão. O BM difundiu diversos programas para o seu combate ou alívio. Os programas surgiram em variados segmentos de atuação do Estado e se pautaram na transferência de renda, assistência social e inclusão produtiva. Estas ações não agiam sobre as causas da pobreza, constituíram apenas como formas de administração, dada a funcionalidade de sua existência. Abaixo, construímos um quadro para mostrar os programas implementados pelo governo brasileiro para o combate à pobreza após a década de 1990.

Quadro 03: Programas de combate à pobreza no Brasil a partir de 1990⁴⁰

Programas	Ano de criação	Informações complementares
Ação da Cidadania contra a Fome	Criado em 1993	Criado no momento de redemocratização do país, com setores da sociedade civil mobilizados em torno da superação da pobreza.
Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea).	Criado em 1993	Criado no momento de redemocratização do país, com setores da sociedade civil mobilizados em torno da superação da pobreza
Comunidade Solidária	Criado em 1993	Criado durante Governo Fernando Henrique Cardoso, procurava articular de forma descentralizada e através de parcerias com a sociedade civil, outros programas já existentes em diferentes ministérios para enfrentar a fome e a miséria.

⁴⁰ Informações organizadas a partir do artigo Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias, de Darana Carvalho de Azevedo e Luciene Burlandy, publicado na revista Katál, Florianópolis v. 13 n. 2 p. 201-209 jul./dez. 2010, e do TCC - Análise de Viabilidade das Políticas de Crédito Produtivo Popular de André Ekman Schenberg – UNICAMP, 2005

Plano Nacional de Educação Profissional (Planfor)	Iniciado em 1996	Tinha como objetivos qualificar a força de trabalho, elevar o nível de escolaridade da população economicamente ativa, estimular a oferta de emprego e de oportunidade de geração de renda, entre outros.
Programa de Geração de Emprego e Renda- PROGER	Criado em 1993 e iniciado em 1994	Apoio técnico e gerencial para viabilizar e consolidar os empreendimentos já existentes. Colocava à disposição dos pequenos agricultores o financiamento de safras e investimentos
Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar (Pronaf)	Iniciado em 1996	Incentivar a agricultura familiar oferecendo apoio técnico e financeiro aos agricultores e aos municípios
Programa de Crédito para a Reforma Agrária (Procera)	Criado em 1995	Com objetivo auxiliar os agricultores beneficiados pela Reforma Agrária, mediante empréstimo para estruturação de seus projetos
Programa Crédito Produtivo Popular do BNDS.	Início em julho de 1996	Como objetivo auxiliar os agricultores beneficiados pela Reforma Agrária, mediante empréstimo para estruturação de seus projetos
Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI),	Criado em 1996	Programa de transferência condicionada de renda, com a finalidade de retirar crianças e adolescentes do trabalho precoce e garantir patamares mínimos de renda familiar, com objetivos de melhoria do desempenho escolar e da saúde dos sujeitos assistidos
Programas Federais De Transferência de Renda: - Bolsa Escola, - Bolsa Alimentação, - Auxílio Gás,	Criados em 2001, após a aprovação pelo Congresso Nacional do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.	Em 2002, o Bolsa Escola alcançou uma cobertura de cerca de cinco milhões de famílias, número recorde naquele período.
Programa Bolsa Família	Criado a partir da unificação dos programas federais em 2003	Em 2003, primeiro ano do governo Lula, o destaque é a unificação dos programas de transferência de rendas federais o que viabilizou sua expansão nacional para alcançar todas as famílias abaixo da linha de pobreza estabelecida. Seguindo este processo

Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

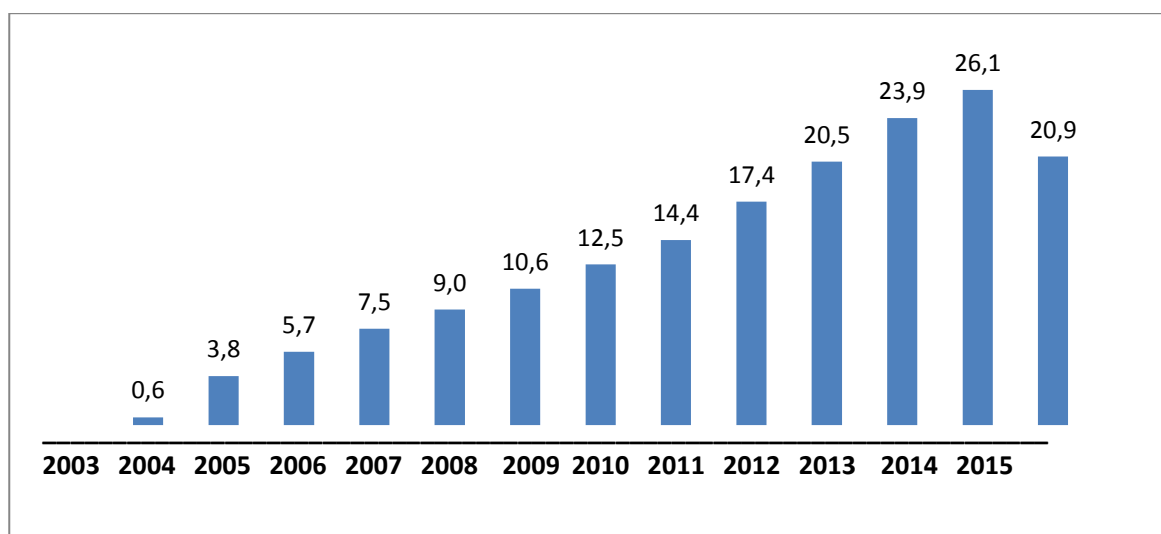
É possível identificar, a partir da segunda metade da década de 1990, que a pobreza no Brasil é tratada principalmente pelos programas de transferência de

renda e como políticas compensatórias, discricionárias e de contenção, deixando de lado qualquer perspectiva que partisse de uma análise da estrutura do problema. O direcionamento do discurso passou a ser o combate à pobreza multidimensional e para tanto, as estratégias para seu enfrentamento deveriam apresentar resultados em curto período.

É importante destacar que, em momentos de ajuste econômico recomendados pelas políticas neoliberais, o governo brasileiro passou a destinar um volume considerável de recursos para financiar esse modelo de política. De acordo com Azevedo e Burlandy (2010), “entre 2000 e 2007, houve um crescimento contínuo dos recursos executados nos programas de transferência de renda. A execução orçamentária de 2007, em relação ao início do período, quase quadruplica”. Partes desses recursos foram adquiridos via financiamento do Banco Mundial, que passou a orientar sua destinação. No cenário do ajuste estrutural e implementação das políticas neoliberais, essa agência reconduziu as ações para implementação das políticas focalizadas, priorizando, além da transferência de renda, o financiamento de projetos para setores públicos e privados nas mais diversas áreas, como educação, saúde, proteção social, desenvolvimento financeiro, meio ambiente, infraestrutura, pobreza rural, entre outros.

O gráfico abaixo demonstra o aumento de recursos destinados ao Programa Bolsa Família entre os anos de 2003 e 2015.

Gráfico 05: Brasil - Evolução dos recursos do Programa Bolsa Família – em bilhões



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social – MDA, 2016. Adaptado pela autora.

Observamos que o tratamento da pobreza se fez por meio de ações que trataram o problema de forma pontual e individualizada. Estas ações focalizadas substituíram a ideia de políticas universalizadoras, bem como a compreensão da pobreza em sentido amplo e que se manifesta como resultado dos processos de acumulação baseados, sobretudo, no critério da renda.

Ao observarmos os resultados obtidos a partir dessas políticas verificamos que os indicadores de pobreza e extrema pobreza no país apresentam uma melhoria, entre os anos de 2003 e 2015, atingindo as metas internacionais para redução da pobreza extrema. Essas ações foram reconhecidas e premiadas pelas organizações internacionais as quais apontam as políticas adotadas pelo Brasil para o enfrentamento da pobreza uma referência para o mundo. No site do Governo Federal – Portal Brasil, essa notícia foi divulgada para mostrar os avanços das ações.

Brasil lidera erradicação da extrema pobreza na América Latina

Um novo relatório do Banco Mundial sobre erradicação da pobreza na América Latina mostra que o Brasil conseguiu praticamente erradicar a extrema pobreza, e o fez mais rápido que os países vizinhos. Intitulado “Prosperidade Compartilhada e Erradicação da Pobreza na América Latina e Caribe”, o relatório mostra que, entre 2001 e 2013, o percentual da população vivendo em extrema pobreza caiu de 10% para 4%. De acordo com o relatório, entre 2001 e 2013, o percentual da população vivendo em extrema pobreza caiu de 10% para 4%. “De 1990 a 2009, cerca de 60% dos brasileiros passaram a um nível de renda maior. Ao todo, 25 milhões de pessoas saíram da pobreza extrema ou moderada. Isso representa uma em cada duas pessoas que saíram da pobreza na América Latina e no Caribe durante o período.” (PORTAL BRASIL, 2015).

A perspectiva de aumentar a renda da população por meio das políticas de transferência de renda demonstra que a superação da pobreza se caracteriza, sobretudo, em uma perspectiva individual, fomentada pelo discurso das capacidades individuais que coloca sobre o indivíduo a responsabilidade sobre sua situação. A mensuração da pobreza e o entendimento que se construiu na sociedade brasileira é de que, nos grupos vulneráveis, a pobreza se reproduz,

“assim as particularidades de um grupo ou território assume centralidade na interpretação das mazelas sociais assim como em seu enfrentamento” (SIQUEIRA, 2013, p. 206).

A utilização dos indicadores de pobreza como resultados de pesquisa tem se constituído uma ferramenta importante para o governo brasileiro dar suporte às ações, a partir deles foi traçado um panorama para definir onde atuar e as formas de atuar, tendo como referência pesquisas do IBGE, IPEA e o banco de dados do Banco Mundial. No entanto, o que se tem percebido é que a utilização dos dados não se constitui apenas um instrumento para dar apoio às ações do governo, mas esses, de acordo com a forma como são empregados, têm contribuído para a elaboração de uma visão genérica e desarticulada sobre a produção da pobreza, bem como sobre as formas de combatê-la baseadas em políticas focalizadas as quais expõem uma fragmentação do problema e da sua historicidade e causalidade.

Identificamos, desse modo, que, ao se setorizarem e priorizarem áreas de ação, em detrimento de outras, intensifica-se a produção de desigualdades socioespaciais, além de fortalecer a ideia de que a pobreza acontece em modelos particulares de sociedade, principalmente, aquelas cujas limitações de renda se fazem presentes.

Luana Siqueira chama a atenção para essa questão ao explicar que,

Os centros urbanos, municípios e bairros são setorizados, e representados por números e códigos, cuja funcionalidade está no fornecimento de serviços e políticas sociais. Os territórios setorizados têm, a partir dessa divisão, seus próprios centros de atendimentos e recursos previamente destinados, podendo acessá-los aqueles que ao setor pertencerem. Em contexto de lei de responsabilização fiscal, cada município é responsável pela oferta de serviços e estes funcionam de acordo com a arrecadação ou recursos próprios. Isso impõe, aos espaços com menores arrecadações, menores ofertas e qualidades nos atendimentos. O que necessariamente compromete a universalização das políticas sociais, diferenciando os sujeitos a partir do seu território (2013, p. 208).

Nesse sentido, pode-se observar que, em um mesmo estado, existam realidades tão distintas entre os municípios apresentadas pelas variações dos

índices de IDHM. No caso do estado de Pernambuco, área de estudo desta pesquisa, de acordo com IBGE, no ano de 2010, o município de Taquaritinga do Norte aparece com IDHM de 0,421 enquanto que Recife apresenta maior desigualdade social com um índice de 0,689.

Esses dados reforçam a necessidade de promoção de políticas pontuais, destinadas a realidades específicas, demonstrando a lógica de sua utilização. É importante reforçar que não colocamos em descrédito a utilização dos indicadores, até porque elas nos propiciam conhecer realidades específicas que as pesquisas mais generalizantes não traduzem. O que se coloca em questão é que, atualmente, as formas de intervenção focalizadas do Estado não são sustentáveis. As orientações de investimentos focalizados oriundos das cartilhas do Banco Mundial, não tocam na produção da pobreza. Os investimentos são dirigidos a grupos de pobres, sem que as condições para a saída da pobreza sejam asseguradas. As condições de produção, de mercado para a produção, de preços para os produtos primários ou para as atividades produtivas diversificadas, não têm lugar no Estado neoliberal, que privilegia o mercado e os interesses dos grupos capitalistas. Não se mexe na estrutura produtiva que produz a pobreza por meio do desemprego estrutural resultante do ajuste estrutural, em relação ao qual o Banco Mundial é agente orientador.

As notícias que seguem reforçam essas proposições,

Banco Mundial dá crédito recorde ao Nordeste. Além da expansão significativa das cifras, o banco lançou uma linha de crédito mais flexível, conhecida por DPL, sigla em inglês para "empréstimos para políticas de desenvolvimento" [...] No primeiro quadrimestre deste ano, a instituição aprovou pouco mais de US\$ 1,1 bilhão em empréstimos para a região, montante superior ao total registrado entre 2007 e 2011. Se considerados os projetos em análise, o valor supera todo o volume emprestado desde 2000. [...] Por essa modalidade, o dinheiro entra como um reforço direto ao Orçamento estadual e não tem destinação obrigatória, como ocorria nos financiamentos oferecidos até então, quase sempre atrelados a ações específicas. "A DPL tem um perfil moderno e de aplicação flexível, podendo financiar quaisquer despesas de capital do Orçamento, desde que previstas no plano plurianual", explica o secretário de Fazenda de Pernambuco, Paulo Câmara. "A exigência é que a aplicação dos recursos esteja atrelada à diminuição da pobreza e desigualdade." Em março, o Estado obteve um DPL de US\$ 500 milhões, maior empréstimo já tomado

pelo governo pernambucano com o Banco Mundial. O contrato foi assinado e o dinheiro deve entrar em breve (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, abril de 2012).

Esse modelo de atuação eleva o nível de endividamento dos estados brasileiros, além de torná-los dependentes desses financiamentos, pois, à medida, em que a superação da pobreza é tratada de forma pontual, sem tocar nas estruturas que a produzem, novos empréstimos serão sempre uma necessidade.

Nessa perspectiva, o tratamento da pobreza aparece como possibilidade de rentabilidade para o capital financeiro diante do cenário de crise estrutural do modo de produção capitalista, uma vez que a composição do Banco Mundial e suas agências são de investidores internacionais que atuam no mercado financeiro especulativo.

Assim, retomamos a questão levantada anteriormente por José de Souza Martins (1997), quando contesta a utilização do conceito de exclusão social, pois o autor não acredita que neste modelo de produção existam pessoas que estejam excluídas ou à margem do sistema, mas, que todas são funcionais e necessárias a sua reprodução. De acordo com o autor, partir dessa análise retira a condição de perceber as contradições de classes, pois, o excluído não se constitui uma categoria de análise, o que precisa ser discutido são as formas implementadas para incluí-los no julgo do capital.

Ao partir dessas perspectivas, compreendemos os reais propósitos de quem promove as políticas de inclusão e quem as subsidia. O Banco Mundial, por meio de suas agências, tem se constituído, desde a sua criação, o órgão principal de atuação na administração da pobreza. Faz-se necessário, portanto, analisar a espacialização dessas ações e quais os seus rebatimentos para a produção do espaço. Nos próximos capítulos, desta tese, trataremos da realidade de tais políticas no estado de Pernambuco; como a atuação do Banco Mundial repercute na administração da pobreza e sua importância para o seu combate ou para a acumulação financeira.

CAPÍTULO 3

A MICROFINANÇA NO JOGO DA APROPRIAÇÃO DA POBREZA

*Os pobres são muitos
e por isso
é impossível ignorá-los.*

*Seguramente
vêm
nos amanheceres
múltiplos edifícios
onde eles
quiseram viver com seus filhos.*

*Podem
levar nos ombros
o féretro de uma estrela.*

*Podem
destruir o ar como aves furiosas,
nublar o sol.*

*Mas desconhecendo seus tesouros
entram e saem por espelhos de sangue;
caminham e morrem lentamente.*

*Por isso
é impossível ignorá-los.*

(Os Pobres - Roberto Sosa)

3. A MICROFINANÇA NO JOGO DA APROPRIAÇÃO DA POBREZA

A microfinança é um modelo de política abrangente que privilegia o mercado financeiro. No entanto, essa lógica é escamoteada pelo conjunto de diretrizes que norteiam os princípios do acesso ao microcrédito, que apresenta como objetivo central o desenvolvimento econômico social e a promoção da liberdade.

Colocando as questões em tempo de financeirização do capital, em que as instituições financeiras produzem conceitos/categorias para universalizar determinadas políticas e a elas imprimirem seus objetivos, o microcrédito, ação mais relevante da microfinança, constitui-se uma política de empréstimos destinados a população pobre para viabilizar as possibilidades de empreender. A inserção da população pobre no mercado é compreendida como a alternativa para melhorar a renda e a condição de reprodução social.

A microfinança é um empréstimo facilitado, sem exigências burocráticas, que aparece como uma ferramenta na consolidação do processo de financeirização em escala nacional e local.

3.1 A microfinança e o discurso de superação da pobreza

A primeira referência contemporânea⁴¹ do modelo de microfinança foi a experiência do Grameen Bank – banco dos pobres, fundado na década de 1970 por Muhammad Yunus em Bangladesh e rendeu o prêmio Nobel da paz em 2006. Suas ações iniciaram quando ainda era professor de Economia na universidade de

⁴¹ As bases de formação desse modelo não são recentes, de acordo com Santiago, há 200 anos se registra a experiência do Irish Loan Funds, uma instituição financeira que destinava pequenos créditos para os pobres que exigiam como garantia o comprometimento de dois vizinhos. Ainda de acordo com o autor existem várias outras referências históricas: “em 1836, foi criada a Central Board, em Dublin, para a regulamentação dos fundos independentes de microcrédito. Em 1843, havia 300 fundos em operação na Irlanda que registravam montante de 500 mil libras de empréstimos a cada ano. Essa experiência permaneceu mesmo com o fortalecimento dos bancos comerciais, e declinou na primeira metade do século XX. Outro registro é da Associação do Pão, criada pelo pastor Raiffeisen, no sul da Alemanha, no ano de 1846, onde, após rigoroso inverno, muitos agricultores ficaram endividados e nas mãos de agiotas. Foi então que o pastor proveu os agricultores de farinha de trigo para o fabrico do pão e posterior capitalização, com o tempo, a Associação do Pão prosperou e se transformou numa cooperativa de crédito para a população pobre (SANTIAGO, 2014).

Chitagong e realizou a experiência de destinar um crédito a um grupo de mulheres que vivia na aldeia de Jabra. De acordo com Yunus,

essas moradoras viviam em um ciclo de miséria, presas a agiotas locais. Com o empréstimo realizado elas puderam pagar suas dívidas e começar pequenos negócios. O pequeno experimento teve um grande efeito, os empréstimos foram pagos, gerando novos empréstimos. A vida da população de Jobra começava a mudar⁴².

Yunus procurou parceria com o banco universitário para ceder o crédito à população pobre, mas, diante da falta de garantias, o banco não atendeu seu pedido. A partir de então, Yunus desenvolveu o projeto do Grameen Bank, realizando pequenos empréstimos como experiência de pesquisa que resultou, em 1983, na oficialização do banco. “Hoje, o Grameen Bank tem mais de 8,4 milhões de mutuários, 97% dos quais são mulheres, e desembolsa mais de 1,5 bilhões de dólares por ano” (YUNUS, 2017).

Na página de sua empresa na internet, *Yunus negócio Brasil*, ligada a empresa global, *Yunus Social Business Global Iniciatives*, sua apresentação se faz como o pai do microcrédito e dos negócios sociais. Sua rede de atuação conta hoje com 50 empresas em Bangladesh, a maior parte destinada aos negócios sociais (ibid).

De acordo com seus preceitos, a valorização do autoemprego estimulado pelo empreendedorismo constitui-se uma importante política de combate à pobreza. A democratização do crédito para a população de baixa renda reencaminha as teses da Economia tradicional que vê apenas no emprego assalariado as possibilidades de geração de renda. Para Yunus o acesso ao crédito é um direito indispensável para atender às necessidades humanas e esse tem o poder de proporcionar autonomia quando o pobre se torna empresário de si mesmo (YUNUS, 2000).

A perspectiva de mudar a vida dos pobres por meio do mercado fez de Yunus uma referência mundial; sua metodologia tem sido utilizada até hoje e estimulou a criação de agência de microcrédito no setor público e privado. Seus

⁴² Citação retirada do site Yunus Negócios Sociais Brasil, 2016. Disponível em: <<https://www.yunusnegociossociais.com/origem>>. Acesso em: setembro de 2017.

conceitos foram amplamente aceitos pelos organismos multilaterais uma vez que harmonizavam com as novas propostas destas agências para superar a pobreza. As ideias de mercado de Yunus, aliadas aos conceitos de Amartya Sen sobre liberdade e justiça culminaram com a elaboração da receita mercadológica útil à hegemonia do grande capital, pois fortalece a expansão dos bancos em áreas onde não se pensava em implantar agências até a descoberta da capacidade produtiva dos pobres.

A preocupação de incluir esse segmento da sociedade no universo das finanças é tão importante para o sistema do capital que o Banco Mundial realizou um estudo para verificar a quantidade de pessoas no mundo que, ainda, não possui conta bancária. Os resultados apontaram que, 38% dos adultos, cerca de 2 bilhões, dos 7 bilhões de pessoas no mundo, não possuem esse serviço (BANCO MUNDIAL, 2015). Com essas informações, o Banco iniciou uma forte campanha mundial para universalizar esse serviço até 2020. O comunicado à imprensa do Banco Mundial diz que

O acesso a serviços financeiros pode atuar como ponte para sair da pobreza. “Determinamos uma meta imensamente ambiciosa – acesso financeiro universal até 2020 – e agora comprovamos que estamos fazendo progresso importante”, afirmou Jim Yong Kim, Presidente do Grupo Banco Mundial. “Este esforço exigirá muitos parceiros – companhias de cartão de crédito, bancos, instituições de microcrédito, Nações Unidas, fundações e líderes comunitários. Mas estamos em condições de fazê-lo e a recompensa serão milhões de pessoas tiradas da pobreza” (Ibid).

A espacialização dos bancos voltados para a prestação de serviços de microcrédito promoveu a inserção da população de baixa renda no sistema financeiro, gerando, segundo Yunus, a justiça distributiva. Para tanto, várias estratégias foram utilizadas para uma maior expansão geográfica desses serviços, entre elas, as orientações por parte dos organismos financeiros internacionais de implantação de setores específicos dessa modalidade de crédito em agências bancárias públicas ou privadas.

De acordo com Kraychete (2005), a USAID - Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional orientou a criação de Departamentos de

Microfinanças em bancos comerciais, patrocinando, em novembro de 1996, uma conferência que tinha como objetivo ampliar os serviços desses bancos para micro e pequenos empresários nos países subdesenvolvidos. Nessa primeira conferência, foram congregados dez bancos de serviços múltiplos e de propriedade estatal e mais nove pequenos bancos e instituições reguladas com especialidade em microfinanças.

O terceiro setor teve um papel importante nesse processo; muitos dos bancos destinados ao microcrédito iniciaram suas atividades como Organizações Não Governamentais - ONGs. O BancoSol situado na Bolívia, antes, Fundação para a Promoção e o Desenvolvimento da Microempresa – PRODEM, foi a primeira conversão de ONG para banco e tornou-se exemplo para as demais conversões. Entretanto, um marco regulatório fazia-se necessário para adequar essas transformações às políticas internas dos países e suas legislações, mais uma vez as Organizações de Cooperação Internacional se apresentaram como mediadoras e desenvolveram junto com governos nacionais as orientações para implementação de seus marcos legais.

A força dessas intervenções se intensifica no conjunto das reformas estruturais realizadas durante os anos 1980. Com as economias, sofrendo fortes retrações abriu-se o caminho para que os governos nacionais definissem como política a criação de programas especiais para o atendimento aos micronegócios em Bancos de Desenvolvimento de seus países. O primeiro país a adotar esta modalidade de crédito, via banco público, foi a Indonésia, onde o governo efetuou modificações no Banco local Rakyat e promoveu políticas de crédito orientado pelo mercado, sem a participação do Estado como provedor dos recursos em forma de subsídios aos clientes (Kraychete, 2005). Essa prática foi seguida por governos em todo o mundo, Europa, Ásia, América Latina; no Brasil, foi implementada pelo Banco do Nordeste e será apresentada com mais detalhes na próxima seção desta pesquisa. No caso do Brasil, a situação crítica do Estado, que remete seu fundo público para os rentistas, esse tipo de política de apelo ao indivíduo, para que assuma uma estratégia própria e individual de autossustentação, aparece como a empreitada mais coerente.

Ao deliberar a atividade financeira como política de superação da pobreza, o Estado assume as orientações do mercado e sua condição de agente da

articulação global desse modelo. Ele adequa as condições legais de viabilização do crédito, atrai o máximo de trabalhadores para o endividamento e para a ação empreendedora, ainda que não ofereça as garantias de sustentabilidade desses no mercado. Em todas as escalas, propagandeia-se o microcrédito produtivo orientado, que está presente no âmbito federal, estadual e municipal.

Harvey (2006), ao discorrer sobre as mudanças para o empreendedorismo na governança urbana, esclarece que a adoção desse modelo está além da compreensão da recessão enfrentadas pelas economias capitalistas na década de 1970. Para o autor, a ênfase nessas ações locais para enfrentar os males da desigualdade, aparece também relacionada à capacidade declinante do Estado-Nação de controlar os fluxos financeiros das empresas multinacionais. Assim, os poderes locais fazem o possível para maximizar suas atividades, assumindo, cada vez mais, as formas de negociação com o capital financeiro internacional, objetivando chamar o desenvolvimento capitalista aos governos locais.

Estará, portanto, na exploração do trabalho, a materialização destas relações de conveniência entre o capital financeiro, o Estado e o mercado. O Empreendedor individual tornou-se possibilidade de geração de lucros porque os investimentos financeiros conseguem chegar nos mais diversos lugares e nas mais variadas atividades, sobretudo aquelas fora do rol da produção industrial, entre elas, artesanatos, serviços de moto táxi, manicure e serviços de beleza em geral, alimentos regionais, mercearias, entre tantas outras que se estruturam a partir do indivíduo.

O mercado compreendeu e se apropriou do potencial produtivo do trabalhador, pois enxergou neles as possibilidades de extração de mais-valia e, como o capital financeiro valorizado nasce na produção, “os indivíduos sugados pelas microfinanças alimentam a esfera financeira na medida em que transferem parte do valor produzido pelo seu trabalho para o pagamento de parcelas dos empréstimos acrescido de juros”. Assim, incorporar massas de trabalhadores cada vez maiores no campo das finanças, constitui-se mais uma estratégia do capital para se apropriar da natureza humana e sua riqueza produzida (SANTOS, 2016, p. 44).

As ações individualizadoras do mercado e do Estado, por meio das políticas focalizadoras, construíram uma forma de administração da pobreza sem tocar nas

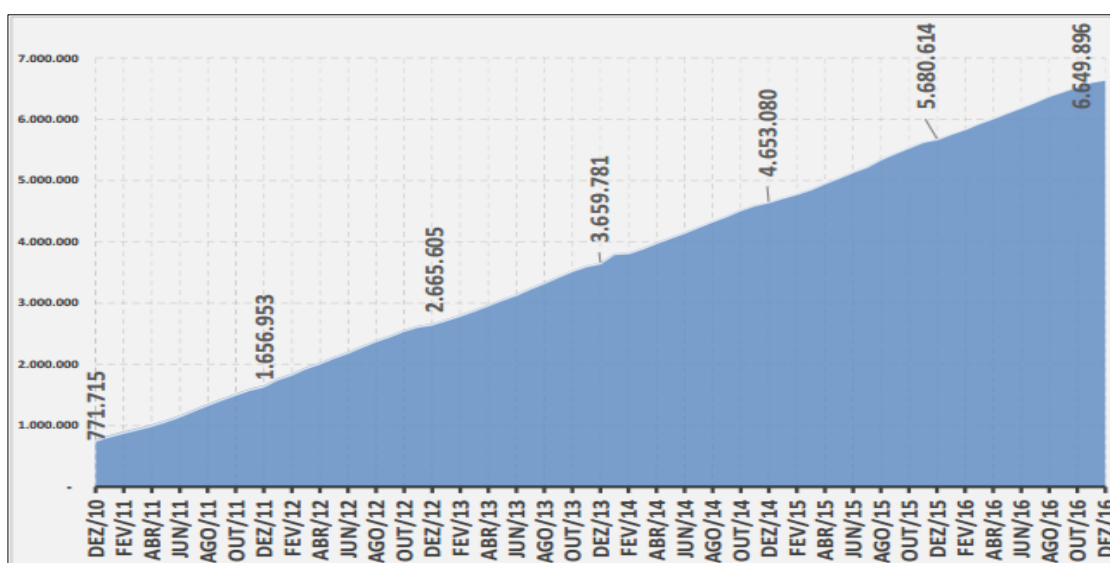
razões estruturais de sua produção. Apresentar uma perspectiva de superá-la dentro da própria lógica capitalista constitui-se uma ação ideológica, uma vez que a mesma é necessária aos processos de acumulação.

Verifica-se uma tentativa de humanização do capitalismo para não permitir os conflitos e a correlação de forças concernentes à luta de classes, pois, no movimento concreto da sociedade, não existem indivíduos isolados, e sim a necessidade de isolá-los dentro de políticas específicas sob o fetiche da emancipação, mas esses compõem o conjunto da classe trabalhadora, ou da classe que vive do trabalho, que produz coletivamente a sua existência e com ela, as possibilidades de transformação social.

3.2 O microcrédito no Brasil e a expansão do capital financeiro

As últimas informações divulgadas pelo SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, no relatório do Perfil do Empreendedor divulgado em 2017, até dezembro desse mesmo ano, o Brasil registrou 7.123.518 de Microempreendedores Individuais – MEI. O crescimento ascendente demonstra uma média de quase 1 milhão de novos cadastros por ano, evolução que pode ser observada no gráfico abaixo com valores até 2016.

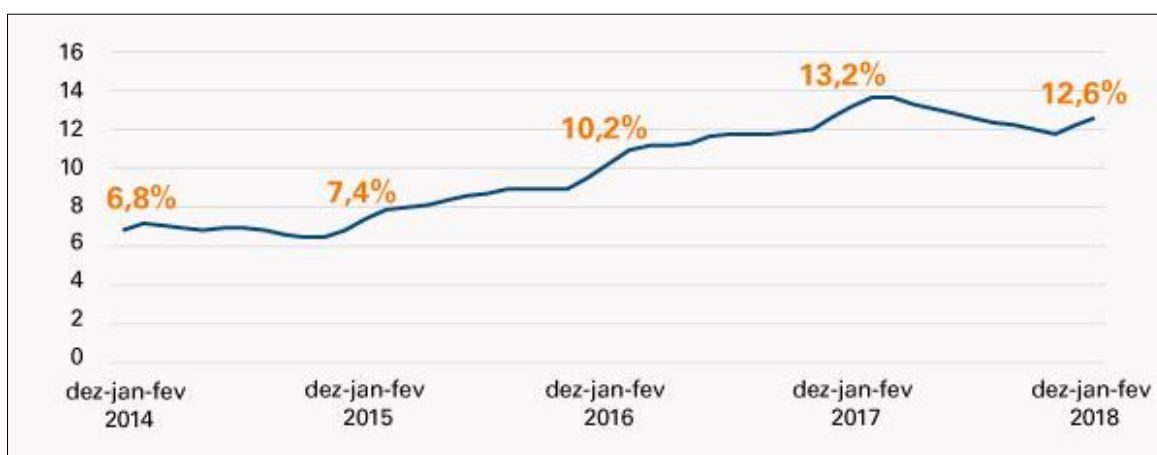
Gráfico 06: Total de microempreendedores individuais (acumulado) – dezembro de 2010 a dezembro de 2016



Fonte: SEBRAE - dados da Receita Federal, 2017.

No Brasil, a inclusão financeira, por meio da disponibilização de crédito para a população que compõe o setor informal, segue a lógica mundial da expansão da financeirização, que encontrou no desemprego uma saída para sua ampliação. O grande número de desempregados, na década de 1990, conforme apresentado no gráfico abaixo, compôs a massa de trabalhadores em potencial para ser absorvida pelo mercado das microfinanças.

Gráfico 07: Brasil – taxa de desocupação (%) – PNAD-C



Fonte: Agência IBGE NOTÍCIAS, 2018

A preocupação com o crescimento da informalidade, resultado da ascensão da taxa de desemprego, fez das políticas de microcrédito no Brasil uma ferramenta importante para dar outro sentido a sua dimensão. Registrar o trabalhador informal como Microempreendedores Individuais - MEI e inseri-lo no sistema bancário deslocou a compreensão de sua condição na estrutura do sistema capitalista. Sob esse registro e as contribuições tributárias exigidas, os microempreendedores podem emitir nota fiscal ao comercializar seus produtos e contar com a assistência do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS para acesso a aposentadoria e outros serviços.

O problema da informalidade foi tratado via políticas de mercado e acolhida pelos governos que assumiram a focalização da pobreza como alternativa para expandir a circulação de capital e, ao mesmo tempo, controlar os conflitos latentes da classe trabalhadora que questionava o sistema do capital ao reivindicar melhores condições de vida.

As iniciativas de implementação de microcrédito se deram, inicialmente, por organizações não governamentais que, apoiadas por instituições financeiras internacionais, promoveram um grande impulso ao empreendedorismo. O aumento significativo dessa modalidade de clientes em bancos e espaços de concessão de crédito está atrelada ao conjunto de ações, historicamente, desenvolvidas por essas entidades, pelas organizações multilaterais, financeira, de Cooperação e o Estado brasileiro que assumiu a concessão de créditos para a população de baixa renda como política pública.

As primeiras ações direcionadas para o microcrédito no Brasil foram desenvolvidas em 1973, nos municípios de Salvador e Recife acompanhadas e assistidas tecnicamente pela Organização Não Governamental Accion Internacional, na época denominada de AITEC. A Accion, em parceria com entidades empresariais e bancos locais, criou a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações conhecido como Programa UNO. Além das concessões de crédito, a organização também desenvolvia ações de orientação financeira, capacitações e estudos para investigar os impactos do microcrédito nos empreendimentos e na sociedade.

De acordo com Barone *et all* (2002), a UNO existiu por dezoito anos e, durante muito tempo, foi a principal referência para programas de microcrédito na América Latina, trabalhou no fomento de práticas cooperativistas e associativistas, financiou dezenas de pequenos empreendimentos na Bahia e em Pernambuco, além de formar profissionais especializados em atividades de microcrédito.

Em 1987, influenciada pela experiência da Accion Internacional e ONGs atuantes na Colômbia, foi implantado em Porto Alegre o Centro de Apoio a Pequenos Empreendimentos Ana Terra – CEAPE que atuou inicialmente como entidade não governamental. O apoio financeiro veio do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e do IAF – Inter-American Foundation e, em pouco tempo constituiu-se na maior rede de microcrédito no Brasil, atuando em onze estados nas cinco regiões do país.

Silveira Filho (2005) explica que, na década de 1990, o processo de formação do CEAPE ganhou novo impulso com a criação da Federação Nacional de Apoio aos Pequenos Empreendimentos – FENAPE. Hoje, a rede recebe a

denominação de CEAPE Nacional⁴³ e, na trajetória de expansão, participaram diversas entidades com diferentes graus de intensidade e abrangência,

Instituições de diversos tipos vem atuando com o sistema CEAPE, tais como: agência internacional, como UNIEF, Accion, BID, Fundação Fridrich Naumann (FNF) e mais localmente DED (cooperação alemã), Fundo para Equidade de Gênero (Canadense), DISOP (Belga) e ESSOR (francesa), organizações e federações empresariais dos setores da indústria e especialmente comércio (associação comercial, clubes de diretores lojistas etc), organizações mistas ou da sociedade civil, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) ou Movimento de Organização Comunitária (MOC), da Bahia, órgãos de governo nas esferas municipal, estadual e federal (SILVEIRA FILHO, 2005, p.51).

Influenciadas pelo CEAPE, na década de 1980 essas organizações também apoiaram a criação na Bahia do Banco da Mulher, vinculado à rede Women's World Bank; os incentivos e recursos foram captados junto ao Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF e ao BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento e, assim como a rede CEAPE, utilizou a metodologia adotada por ONGs na Colômbia de grupos solidários para concessão de microcréditos.

A partir das recomendações dos Organismos financeiros e de Cooperação Internacional nos países subdesenvolvidos, o Estado brasileiro desempenhou maior fomento às atividades voltadas para o fortalecimento dos microempreendedores individuais e, por meio de parcerias com organizações não governamentais, incentivou o crescimento deste segmento nas políticas públicas. O reconhecimento dos problemas gerados pelo alto nível de desemprego que por duas décadas seguidas, só apresentava aumentos, conforme exposto no gráfico 06, fez o governo incluir o setor informal em suas políticas internas, passando a apoiá-las por meio de aportes financeiros dos Bancos de Desenvolvimento e do Ministérios do Trabalho.

Em 1994, o Programa de Geração de Emprego e Renda - PROGER, utilizou recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT do Ministério do Trabalho para

⁴³ Os CEAPEs são entidades independentes, mas, que se articulam em redes e compartilham das mesmas metodologias para concessão do crédito. Os empréstimos são realizados na forma individual, com garantia de avalista ou na forma de grupos solidários.

a criação de uma linha de crédito destinada ao setor informal. Os depositários foram o Banco do Brasil, a Caixa econômica Federal o Banco do Nordeste e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, que desenvolveram parcerias com os órgãos estaduais, municipais e ONGs (SANTIAGO, 2014).

No campo das entidades não governamentais⁴⁴, mas com forte apoio do poder público estadual e municipal, entrou em operacionalização em 1996 a ONG Portosol na cidade de Porto Alegre/RS. As informações divulgadas pelo órgão explicam que

os trabalhos para criação de uma organização de microcrédito tiveram origem em dois diplomas legais: inicialmente a Lei Municipal nº 7.233/93 que autorizou a Administração Municipal a promover estudos visando a criação de um Banco Municipal; posteriormente, a Lei Municipal nº 7.250/93 que criou a Secretaria Extraordinária de Captação de Recursos, conferindo a ela a finalidade de "planejar os estudos necessários à criação de uma agência municipal de fomento às atividades produtivas". Com base nesses dois instrumentos legais, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, em parceria com o PRORENDA Microempresas/RS e a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica – GTZ, tomou uma série de iniciativas de estudos e debates que possibilitaram uma melhor compreensão do modelo de organização de microcrédito a ser criada [...] Superadas as dúvidas de caráter jurídico, a opção pela formação de uma associação civil autônoma (PORTOSOL, 2017)

⁴⁴ De acordo com Sônia Alvarez Leguizamón (2005, p.241), El mercado regula la vida de los “más capaces”. El estado, a partir de la gestión y promoción de las “organizaciones de la sociedad civil” y de las redes autogeneradas comunitarias “productivas”, promueve la vida sólo al nivel de mínimos básicos. Además la deja reposar en la moral individual filantrópica – como las organizaciones no gubernamentales o benéficas– y en los recursos autogenerados de los propios pobres. Esto se viabiliza a través del paradigma del desarrollo humano por medio de la provisión de parte del estado de servicios y/o “paquetes” básicos para los pobres. Es decir, la vida en los límites de la subsistencia. No es más la población en su sentido genérico como lo era en la biopolítica, sino los más pobres, los vulnerables y ciertas minorías los que constituyen de una u otra manera una amenaza para la estabilidad del sistema.

Tradução nossa: O mercado regula a vida dos "mais capazes". O Estado, a partir da gestão e promoção das "organizações da sociedade civil" e de redes comunitárias "produtivas" criadas por conta própria, promove a vida apenas nos nível mais básicos. Também permite que ele descansa na moral individual filantrópica - como organizações não governamentais ou de caridade - e nos recursos gerados pelos próprios pobres. Isso é possível através do paradigma do desenvolvimento humano através da provisão de parte dos serviços básicos para os pobres. Ou seja, a vida nos limites da subsistência. Não é mais a população em seu sentido genérico, como foi na biopolítica, mas os mais pobres, vulneráveis e algumas minorias que constituem, de uma forma ou de outra, uma ameaça à estabilidade do sistema.

A Portosol recebeu apoio financeiro também da Inter-American Foundation, BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e do SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Atua hoje em toda a região metropolitana de Porto Alegre e Vale do Rio dos Sinos, oferecendo diversos serviços, mais de R\$ 172 milhões já foram liberados aos pequenos empreendedores da região para viabilizar suas atividades (PORTOSOL, 2017).

A experiência da participação do poder público, na construção do Portosol, influenciou a criação de agências de microcrédito estaduais e municipais no Brasil. Santiago (2014) cita os exemplos, desse período, de agências municipais o Banco do Povo de Santo André/SP e o Banco Popular de Juiz de Fora/MG e estaduais, o Banco do Povo de Santa Catarina, o São Paulo Confia e Agência de Fomento do Amapá – AFAP.

Foi criada também em 1996, por iniciativa do Movimento Viva Rio, uma empresa social, o Viva Cred, programa pioneiro de acesso a crédito para microempreendedores em favelas e comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro. O programa contou com a assessoria técnica da consultoria de microcrédito alemã Internationale Projekt Consult - IPC e apoios do banco comercial Fininvest e do BNDES (VIVARIO, 2017).

Ainda nesse contexto, o BNDES, em acordo com o Conselho do Programa Comunidade Solidária⁴⁵, criou o Programa de Crédito Produtivo Popular – PCPP em 1996. O objetivo era construir uma extensa rede com as instituições para oferecer uma política de crédito consistente aos pequenos empreendedores, estando eles no setor formal ou informal. O BNDES atuou como instituição de segundo piso⁴⁶, intermediando os recursos destinados às instituições de crédito. O programa incentivou ainda o estabelecimento de padrões gerenciais e organizacionais necessários ao maior desempenho das ações, implementou o Programa de Desenvolvimento Institucional – PDI, investindo na implantação de

⁴⁵ O Programa Comunidade Solidária foi criado em 1995 durante o governo Fernando Henrique Cardoso vinculado a Casa Civil da Presidência da República, tinha como objeto coordenar as ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispunha de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza. O programa funcionou até o ano de 2002 quando foi substituído pelo programa Fome Zero.

⁴⁶ Agência de segundo piso são aquelas que atuam na intermediação dos recursos que serão destinados aos empréstimos por meio das instituições credoras. As instituições onde pode-se obter diretamente o crédito são chamadas de primeiro piso.

sistemas operacionais e gerenciais integrados específicos para instituições de microcrédito (BARONE *et all*, 2002).

O Banco do Nordeste, instituição criada, na década de 1950, para fomentar o desenvolvimento da região Nordeste, sobretudo a área definida como Polígono da seca, implantou, em 1998, o programa Crediamigo. Além da região Nordeste, o programa também abrange o Norte do Espírito Santo e de Minas Gerais e, hoje, é maior programa de microcrédito da América Latina.

Por se tratar do objeto de estudo desta pesquisa, destinaremos uma seção para tratar com mais profundidade as questões relacionadas ao programa Crediamigo e atuação do Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB no desenvolvimento desta linha de crédito.

A década de 1990 foi o marco para afirmação das políticas neoliberais no Brasil. Nesse período, o governo se empenhou em formar a estrutura de espoliação exigida pelas agências internacionais e os países capitalistas centrais. Os encaminhamentos para a expansão das microfinanças possibilitaram a formação das capilaridades necessárias ao espraiamento desse modelo de ‘inclusão econômica’ almejado pelos investidores do mercado financeiro, situação que só foi possível com a tutela do Estado, subsidiando sua mobilidade. Harvey esclarece que,

se a margem de lucro precisa ser equalizada, então tanto o capital quanto o trabalho devem ter grande mobilidade, o que significa que o Estado, deve se empenhar, quando necessário, em mover as barreiras em favor da mobilidade. Em Geral, o Estado e, em particular, o sistema legal possuem um papel crucial a desempenhar na sustentação e na garantia da estabilidade desses relacionamentos básicos (HARVEY, 2006, P. 84).

As intervenções estatais não se deram apenas no campo da implementação de programas e subsídio para créditos; a articulação de uma base jurídica foi fundamental para estabelecer os marcos legais necessários à viabilização destas ações. Kraychete (2005) explica que os pobres foram entregues às leis do mercado, com vigilância irrestrita do Estado, cuidador da estabilidade, da melhor alocação, distribuição de recursos e, sobretudo, da operacionalização no âmbito do

direito das mudanças relacionadas à flexibilização institucional que tornou a oferta do serviço por organizações sem vínculos formais com sistema financeiro legal.

Em 23 de março de 1999, foi promulgada a Lei 9.790 que regulamentou a atuação das entidades não governamentais, qualificando-as como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

Em outras palavras, OSCIP é uma qualificação jurídica dada a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, instituídas por iniciativa de particulares, para desempenhar serviços sociais não exclusivos do Estado com incentivo e fiscalização do Poder Público, mediante vínculo jurídico instituído por meio de termo de parceria. O Decreto nº 3.100, que disciplina questões e obrigações, define documentos e atos necessários para quem estiver pleiteando a certificação da OSCIP; estabelece métodos e detalhes a serem observados pelo administrador público que vai conceder o título; orienta sobre a interpretação de conceitos determinados na Lei nº 9.790/99; e estipula os direitos das partes [...] Assim, OSCIPs normalmente são sociedades civis sem fins lucrativos, de direito privado e de interesse público, ou são entidades privadas atuando em áreas típicas do setor público (CARDOSO et al, 2014, p.10-11).

Em 14 fevereiro de 2001, foi publicada a Lei 10.194 que dispõe sobre a instituição das Sociedades de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte⁴⁷ – SCMEPP, que são empresas criadas para ampliar o acesso ao crédito por parte dos microempreendedores - pessoas naturais e empresas de pequeno porte – pessoa jurídica (BANCO CENTRAL do BRASIL, 2017). Em julho do mesmo ano, o Conselho Monetário Nacional – CMN promulgou a resolução 2874, que dispõe sobre a constituição e o funcionamento das OSCIPs e das SCMEPPs, com alterações na resolução de maio de 2008.

De acordo com o Banco Central do Brasil,

As SCMEPP somente podem conceder financiamentos e prestação de garantias às microempresas ou empresas de pequeno porte,

⁴⁷ Para o BC, a Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001 – dispõe sobre a instituição de sociedades de crédito ao microempreendedor, altera dispositivos das Leis nos 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 8.029, de 12 de abril de 1990, e 8.934, de 18 de novembro de 1994, e dá outras providências. Essas instituições são impedidas de captar, sob qualquer forma, recursos público, bem como emitir títulos e valores mobiliários destinados à colocação e oferta públicas. Por outro lado, podem atuar como correspondentes no país. (BANCO CENTRAL do BRASIL, 2017).

conforme definidas no Capítulo II - Da Definição de Microempresa e de Empresa de Pequeno Porte, da Lei Complementar nº 123/2006, bem como a pessoas físicas no desempenho das atividades relativas ao seu objeto social, definido em lei. Além disso, podem ceder ou adquirir créditos em conformidade com seu objeto social e na forma da regulamentação em vigor. A fim de obter recursos para suas atividades (operações passivas), podem receber repasses e empréstimos originários de instituições financeiras, de entidades voltadas para ações de fomento e desenvolvimento, inclusive de Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, e de fundos oficiais. Podem ainda captar recursos junto aos bancos por meio de depósito interfinanceiro vinculado a operações de microfinanças (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2017).

Essas ações fizeram do microcrédito uma alternativa para a população que, diante do quadro econômico estrutural e ausência de políticas universalistas, foi abarcada pela ideologia empresarial, a qual passou a constituir a saída para a geração de renda. O lançamento do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado – PNMPO, instituído pela Lei 11.110 de 25 de fevereiro de 2005, foi mais uma medida de ampliação da política do microcrédito.

O PNMPO foi instituído pelo Ministério do Trabalho, conta com recursos do FAT e os 2% dos depósitos compulsórios realizados pelos bancos comerciais junto ao Banco Central⁴⁸. É mais uma iniciativa destinada a microempreendedores populares, formais ou informais que tenham atividades produtivas com faturamento de até 120 mil reais⁴⁹. O programa começou a ser discutido ainda em 2004 quando as organizações de microcrédito já existentes “passaram a reivindicar junto ao governo a estruturação de um novo marco regulatório que previsse sua participação como operadoras de política pública”, justificadas pelo conhecimento adquirido por elas ao longo de mais de vinte anos de atuação (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2017).

⁴⁸ A Lei 10.735 de 11 de setembro de 2003 determina os bancos comerciais, os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal a manter aplicada parcela dos recursos oriundos dos depósitos a vista por eles captados em operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores.

⁴⁹ A Medida Provisória nº 802/2017 “ampliou de R\$ 120 mil para até R\$ 200 mil a renda ou receita bruta máxima dos empreendedores que poderão ter acesso ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO. A medida integra as ações do Programa Progredir, que tem entre seus objetivos incentivar o empreendedorismo e promover a independência das famílias de Microempreendedores Individuais (MEI) inscritas no Cadastro Único, principalmente os MEIs beneficiários do Programa Bolsa Família” (MINISTÉRIO DA FAZENDA, 2017).

No relatório do programa referente ao terceiro trimestre de 2015 (último dado publicado foi 30/09/2015), foi ofertado um volume de crédito de R\$ 2.859.959.106,51, distribuídos conforme descrito nas tabelas 03 e 04:

Tabela 03: Execução Geral do PNMPO no 3º Trimestre de 2015

Constituição Jurídica	Valor Concedido	%	Contratos Realizados	%	Clientes Atendidos	%
Agência de Fomento	6.215.710,45	0,22	620	0,04	620	0,05
Banco de Desenvolvimento	1.985.340.884,80	69,42	1.035.267	75,02	1.037.032	75,51
Cooperativa de Crédito	84.233.059,37	2,95	9.096	0,66	9.033	0,66
IFO–Instit. Financ. Operad.	662.583.378,65	23,17	310.129	22,47	288.388	21,00
OSCIPI	67.766.803,40	2,37	16.746	1,21	18.107	1,32
SCM	53.819.269,84	1,88	8.144	0,59	20.210	1,47
TOTAL	2.859.959.106,51	100,00	1.380.002	100,00	1.373.390	100,00

Fonte: Relatório do Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015 (PNMPO – informações gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado).

Tabela 04: Cliente do PNMPO por Ramos de Atividade – 3º Trimestre de 2015

Ramo de atividade	Clientes Ativos em 30/09/2015		Clientes Ativos no 3º Trimestre de 2015		Valor Concedido (em R\$)	
Agricultura	5.151	0,17%	890	0,06%	7.901.394,65	0,28%
Comércio	1.984.379	63,64%	999.374	72,77%	1.960.578.064,63	68,55%
Indústria	52.445	1,68%	24.024	1,75%	57.783.882,69	2,02%
Serviços	183.623	5,89%	77.369	5,63%	208.544.032,52	7,29%
Outros	892.296	28,62	217.733	19,79%	625.151.732,02	21,86%
TOTAL	3.117.894	100,00%	1.373.390	100,00%	2.859.959.106,51	100,00%

Fonte: Relatório do Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015 (PNMPO – informações gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado).

Até o 3º trimestre de 2015, a maior parte do crédito concedido pelo PNMPO, 95,55%, foi destinada aos empreendedores informais, questão que melhor analisaremos no item que segue.

Tabela 05: Clientes do PNMPO por Situação Jurídica – 3º Trimestre de 2015

Situação Jurídica	Clientes Ativos em 30/09/2015		Clientes Ativos no 3º trimestre de 2015		Valor Concedido (em R\$)	
Formais	138.597	4,45%	41.141	3,00%	157.569.850,90	5,51%
Informais	2.979.296	95,55%	1.332.249	97,00%	2.702.389.255,61	94,49%
TOTAL	3.117.893	100,00%	1.373.390	100,00%	2.859.959.106,51	100,00%

Fonte: Relatório do Ministério do Trabalho e Previdência Social, 2015 (PNMPO – informações gerenciais do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado).

As experiências desses programas se espacializaram como políticas públicas nos estados e municípios do Brasil, que se empenharam na abertura de agências de crédito tanto pública quanto privada, para ampliar o atendimento a esse tipo de serviço, característica que, segundo Chesnais (1996, p. 265), faz parte da etapa mais recente da mundialização financeira, que incorporou os “mercados financeiros “emergentes” diretamente às redes de finanças, a partir do começo da década de 90”, do século XX, consolidando a reestruturação do mercado financeiro.

A metodologia utilizada com os agentes de crédito tem permitido a maior abrangência desta política. Esses trabalhadores exercem atividades nos lugares de trabalho dos clientes, feiras, comunidades, possibilitando a quebra de barreiras culturais que, muitas vezes, inibem os pequenos comerciantes ao chegarem em uma agência formal de banco. O trabalho com grupos solidários garante níveis mínimos de inadimplência e aprovação rápida do crédito (KRAYCHETE 2005). Ocorre também a facilitação do acesso ao crédito, pela via da desburocratização.

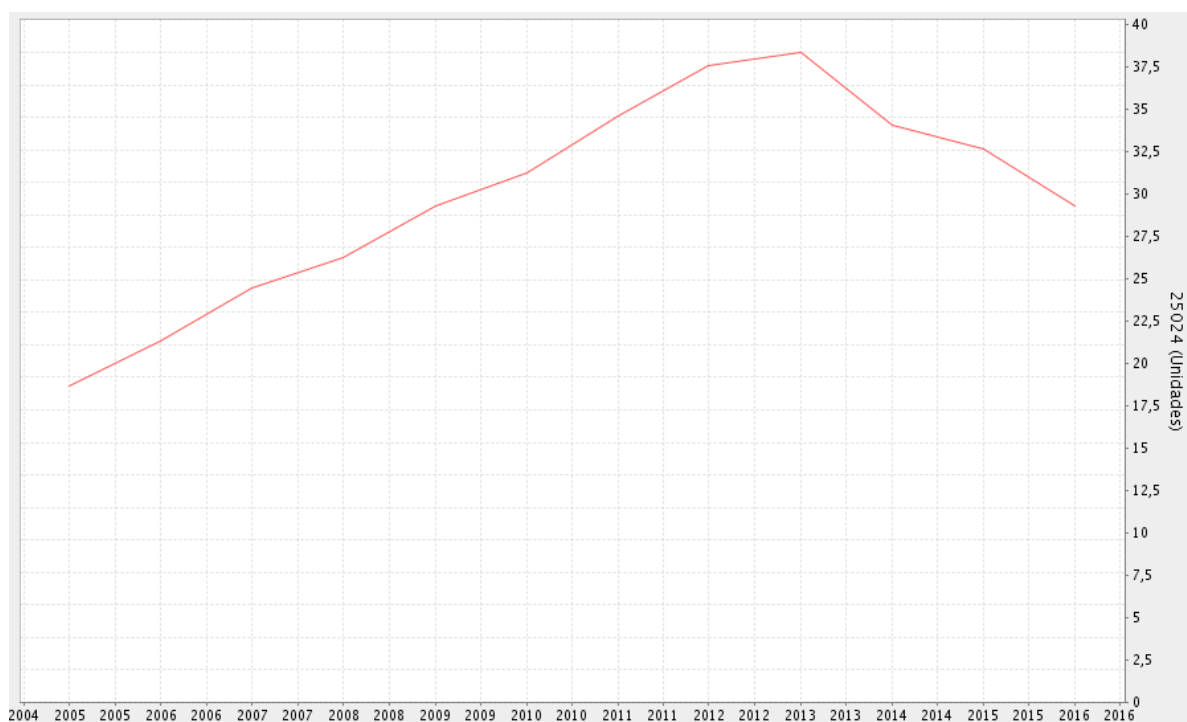
O fomento a essas agências nega as contradições do sistema capitalista que tem, na pobreza, uma de suas razões de existência. Ao viabilizar a reprodução do capital financeiro, amplia-se a apropriação da riqueza socialmente produzida, reproduzindo mais pobreza.

3.3 As contradições do microcrédito como política de superação da pobreza no Brasil: uma análise necessária

O Brasil tornou-se um importante espaço para a implementação das políticas de financiamento direcionadas à gestão da pobreza, aos olhos dos investidores estrangeiros, compensava enormemente destinar suas aplicações em um país que sempre foi tão fiel aos direcionamentos das políticas externas.

Os esforços empreendidos pelo governo brasileiro, para o fortalecimento do empreendedorismo como política social, ampliou a circulação do capital financeiro, beneficiando sua expansão e reprodução. O aumento exponencial de agências na primeira década dos anos 2000 comprova a força das ações do Estado para viabilizar a reprodução dessa modalidade de capital. As informações divulgadas, em 2017, pelo Portal Brasil de Dados Abertos demonstra que, em 2016, registraram-se 25.024 unidades de atendimento ao microcrédito espalhadas pelo país, com um percentual de agência de crédito por mil km² que alcançou seu máximo em 2013, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 08: Quantidade de agências de segmento bancário, cooperativas, sociedade de crédito, financiamento e investimento e sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte por mil Km² no país



Fonte: Portal Brasil de dados abertos, 2017.

Corroboramos com a tese de Medeiros (2013) em estudo sobre a financeirização do território, ao defender que o crescimento dos correspondentes de crédito como “uma ferramenta importante para ampliar as bases à concretização da expansão das finanças no território”, de acordo com o autor, o aumento da quantidade de agências de crédito, normatizadas pelo Banco Central do Brasil, está centrada em dois elementos importantes: o ponto de localização e a quantidade de pessoas que frequentam o estabelecimento, lógica que condicionou o país a um crescimento e diversificação do sistema de finanças.

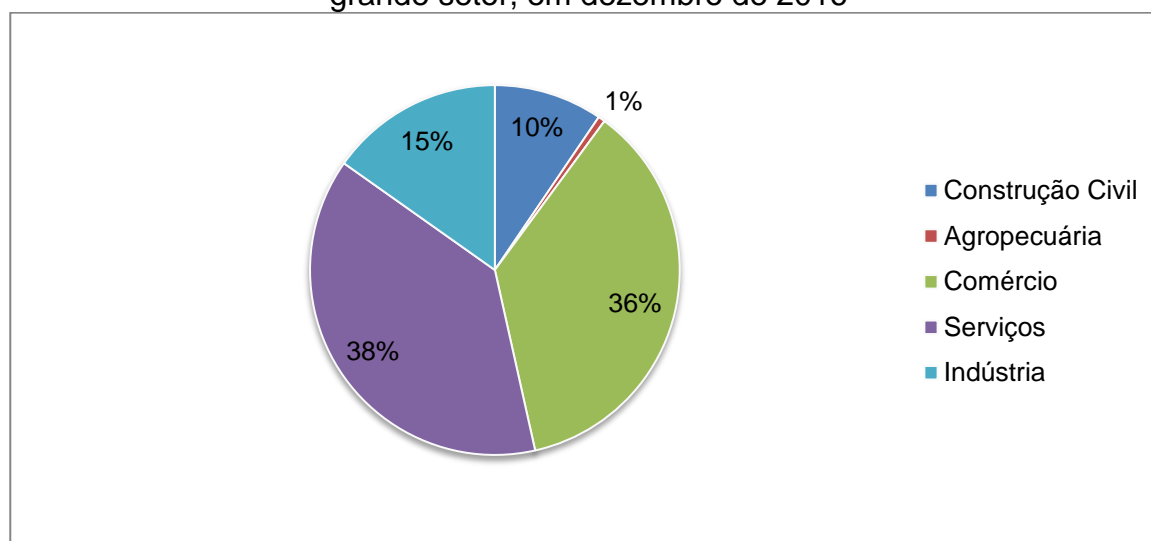
A expansão dos sistemas de informação fez as instituições financeiras buscarem essa tecnologia para atingir os lucros por meio das capilaridades de novas tipologias imprimindo, uma maior importância destas instituições financeiras e uma intensa expansão de seus serviços bancários em todos os municípios brasileiros, de forma barata e flexibilidade de comando (Ibid, p. 163).

Medeiros atenta ainda para o fato de que os correspondentes de crédito instalam uma “nova organização na divisão do trabalho bancário, que corresponde a uma forma de terceirização, remetendo a uma discussão a propósito da degradação do mesmo para ampliar as bases do crescimento lucrativo dos bancos no país”, que limitam as responsabilidades das instituições financeiras sobre as condições de trabalho.

As fontes de financiamento para expansão dessas ações são composições de capital interno e externo. Este último, com forte poder de decisão dos investidores sobre a política interna brasileira. As justificativas que se fazem para compreender esse tipo de recurso como necessário se amparam nos elementos estratégicos e ideológicos de enfrentamento da pobreza que, nas últimas décadas, tem se apoiado, como pronuncia o governo, em ‘modelos alternativos’ de ocupação e geração de renda.

Os ‘modelos alternativos’ concentram-se, sobretudo, no setor de serviços e comércio, maior destinação dos créditos, como demonstra o gráfico 09. Esses segmentos reúnem as mais diversas atividades para a geração de lucro, sendo, portanto, estratégica a manutenção dos recursos destinados a pequenos negócios.

Gráfico 09: Brasil: distribuição dos Microempreendedores Individuais - MEI por grande setor, em dezembro de 2016



Fonte: SEBRAE, 2017.

A focalização das ações governamentais, nas mais variadas formas de atividades, permitem chegar a cada indivíduo recursos que viabilizam a capturação do excedente de força da trabalho por meio do pagamento de juros e da relação de dependência que se estabelece com esse tipo de política. Sônia Alvarez Leguizamón (2005, p.241) denomina de focopolítica, a nova arte de governar com esta nova tecnologia de poder onde, “no es la vida de la población productiva la que importa, o el aumento de la productividad del trabajo”.

A tabela abaixo demonstra que 95% do total das operações de crédito são realizadas por pessoas físicas que utilizam 96,9% dos recursos. Em 2015, o volume de dinheiro empenhado para esse segmento foi de 5.063.728,419.

Tabela 06: Brasil - Microcrédito: valor e quantidade de operações da carteira total (identificada e não identificada) por tipo de cliente, em porcentagem

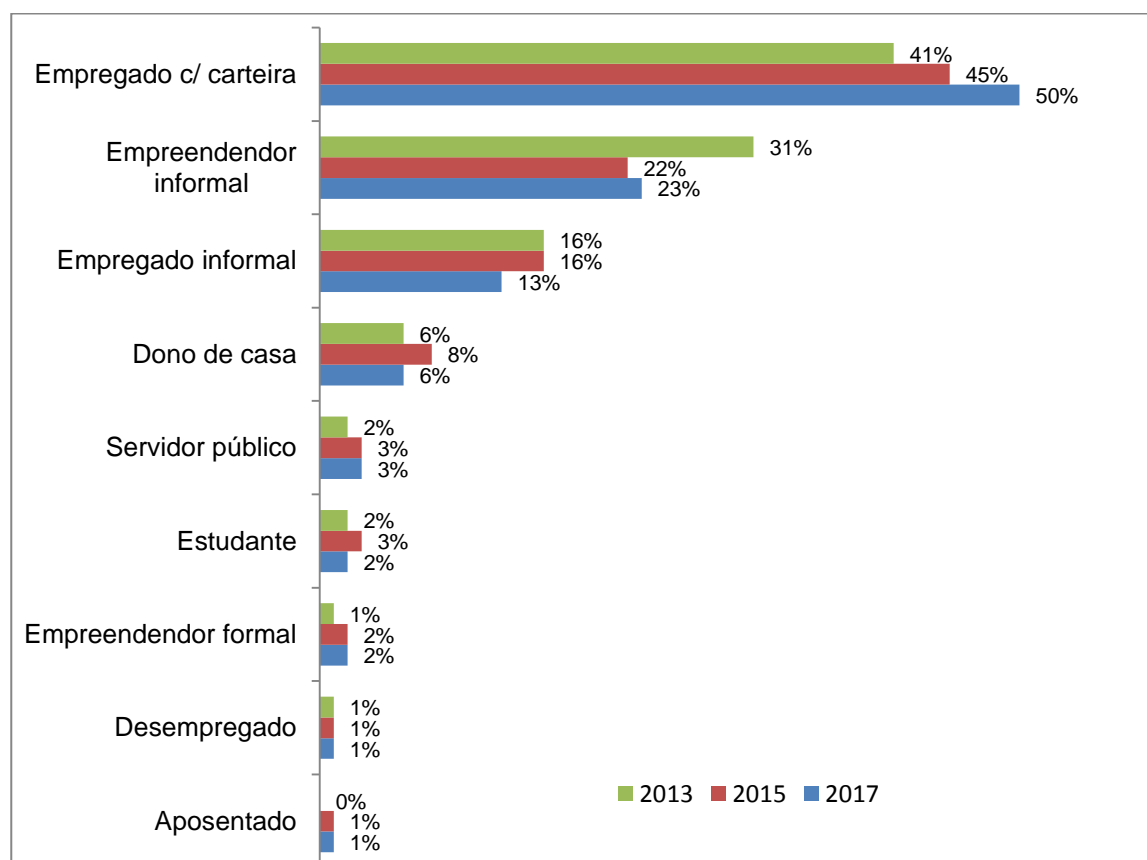
Tipo de cliente	Valor	% Total	Quantidade de Operações	%Total	Valor Médio
Pessoa física	5.063.728.419	95,0%	3.003.332	96,9%	1.686
Pessoa jurídica	267.607.450	5,0%	94.638	3,1%	2.828
TOTAL	5.331.335.869	100,0%	3.097.970	100,0%	1.721

Fonte: Série Cidadania Financeira: Estudos sobre educação, proteção e inclusão./ – Brasília: Banco Central do Brasil, 2015.

A concentração de recursos do microcrédito em pessoas físicas confirma que se trata de uma parcela da população desempregada oculta pelas estatísticas do governo quando as apresenta no bojo da potencialidade das políticas de crédito. Os dados do gráfico que segue mostram que a principal ocupação dos microempreendedores antes de aderirem aos programas se constituía de empregado formal, 50% deles em 2017. Se juntarmos esse número com os 31% de trabalhadores informais e considerando os 6% da categoria dono de casa, como pode ser verificado no gráfico 10, chegamos ao percentual de 87% de trabalhadores desprendidos do mercado formal de trabalho.

No entanto, no relatório do perfil do microempreendedor divulgado pelo Sebrae, a leitura que se faz é a seguinte: “o percentual de microempreendedores individuais que, anteriormente, eram empregados com carteira subiu de 45% para 50%. Se compararmos 2013 com 2017, notamos um aumento de 22% na proporção de empregados com carteira” (2017, p 47. Grifo nosso).

Gráfico 10: Ocupação antes de se formar - 2013 a 2017



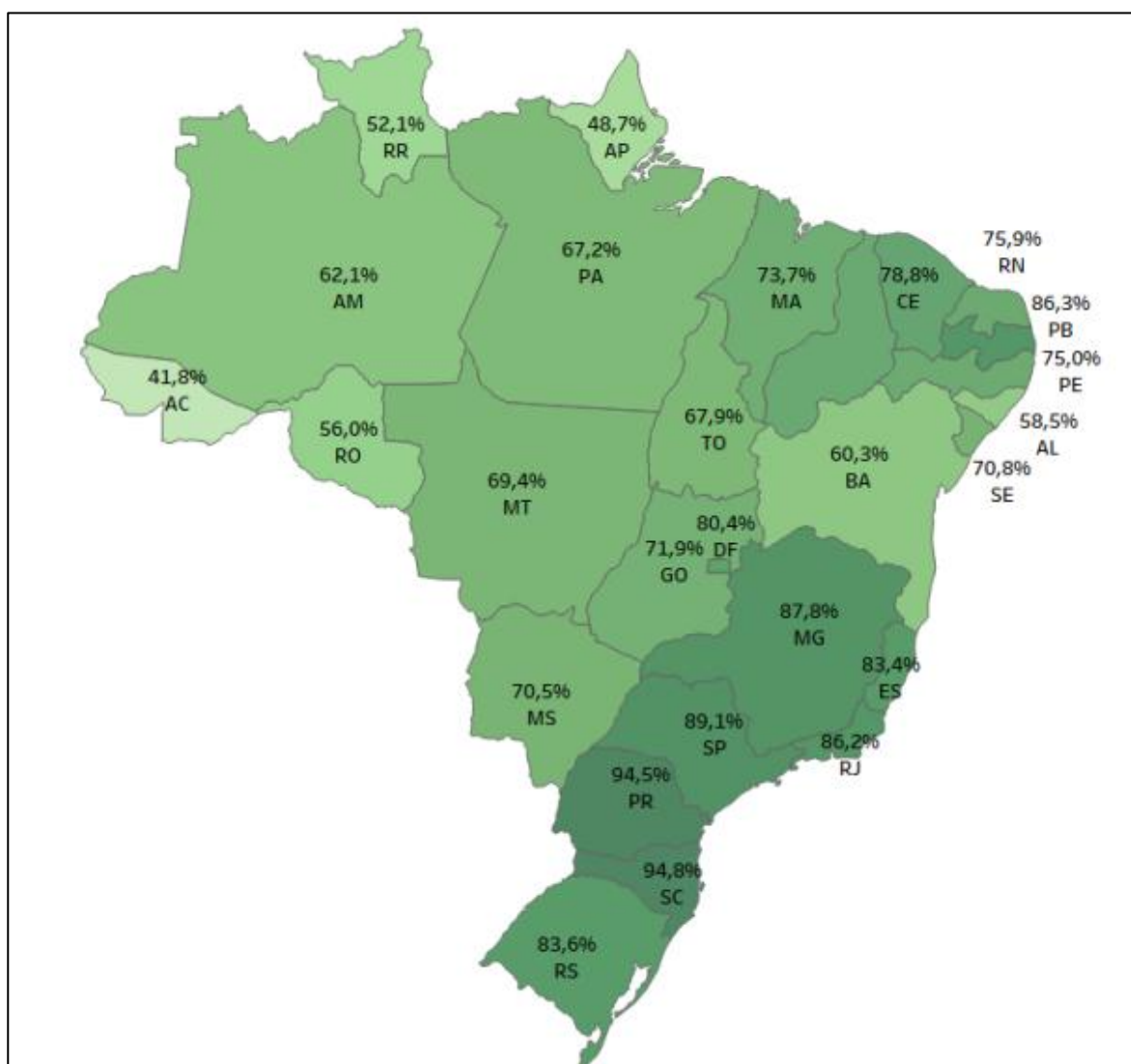
Fonte: SEBRAE, 2017.

De acordo com Colodeti & Leite (2012, p. 393), além do tema pobreza, o Banco Mundial produziu uma mudança significativa na compreensão do trabalho informal, propondo uma nova agenda política para este problema: a formalização do informal, abordagem predominante na década de 1990, que apresenta a informalidade “como algo natural constituinte da realidade do mercado de trabalho. Não há mais a intenção de erradicar ou formalizar o trabalho informal: o objetivo passa a ser o de apoiá-lo”. É, portanto, a via da política social com investimento na capacidade produtiva e empreendedora de cada indivíduo pobre, o foco desta estratégia.

Nesse sentido, faz-se urgente questionar as novas relações que se estabelecem no mundo do trabalho mediado pelo capital financeiro para ampliação de lucros. Superar as noções de quantificação da pobreza, compreendendo na estrutura do desenvolvimento do capitalismo e da relação de espoliação que as economias centrais determinam sob a égide desse tipo de programa, é desvendar as estratégias de administração da pobreza que têm por base a individuação do processo social em detrimento das relações de coletividade.

Entre dezembro de 2013 e dezembro de 2016, a média nacional de crescimento do número de empreendedores individuais foi de 81,7%. Os dados são também expressivos em relação aos estados brasileiros; Santa Catarina, no acumulado destes anos, cresceu 94,8%, conforme apresentado na figura a seguir.

Figura 01: Crescimento do número de MEI, por UF, entre dezembro de 2013 e dezembro de 2016



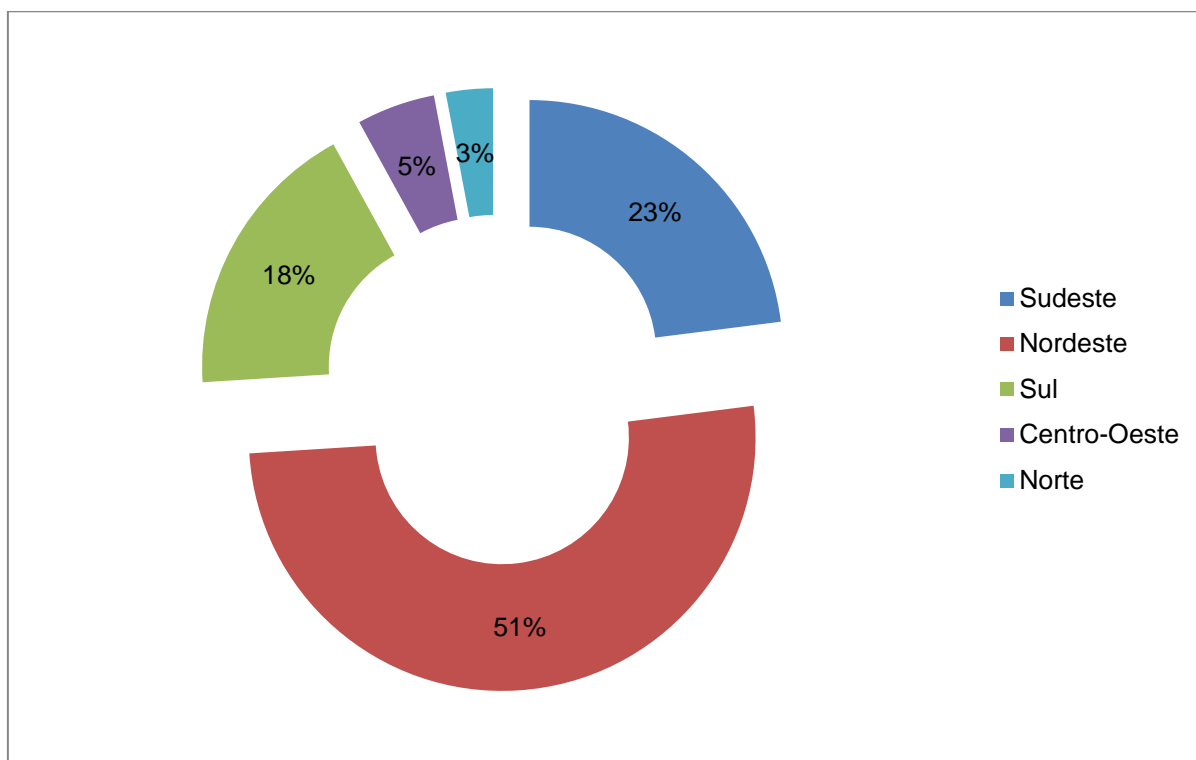
Fonte: SEBRAE, 2017.

O montante de dinheiro para financiar essas políticas também cresceu em razão proporcional ao de Microempreendedores individuais. De acordo com dados do Sistema Financeiro Nacional de 2015⁵⁰, na data-base, que foi dezembro de 2013, “a carteira total de microcrédito registrada no Sistema de Informações de Crédito do Banco Central - SCR era de R\$5,3 bilhões, relativos a 3,1 milhões de operações de crédito, que representavam 0,2% do valor e 0,4% das operações do SFN” (Série Cidadania Financeira: Estudos sobre educação, proteção e inclusão: Banco Central do Brasil, 2015).

⁵⁰ Último dado divulgado até a data do termino desta pesquisa.

Geograficamente, esse montante está distribuído pelas regiões brasileiras da seguinte forma:

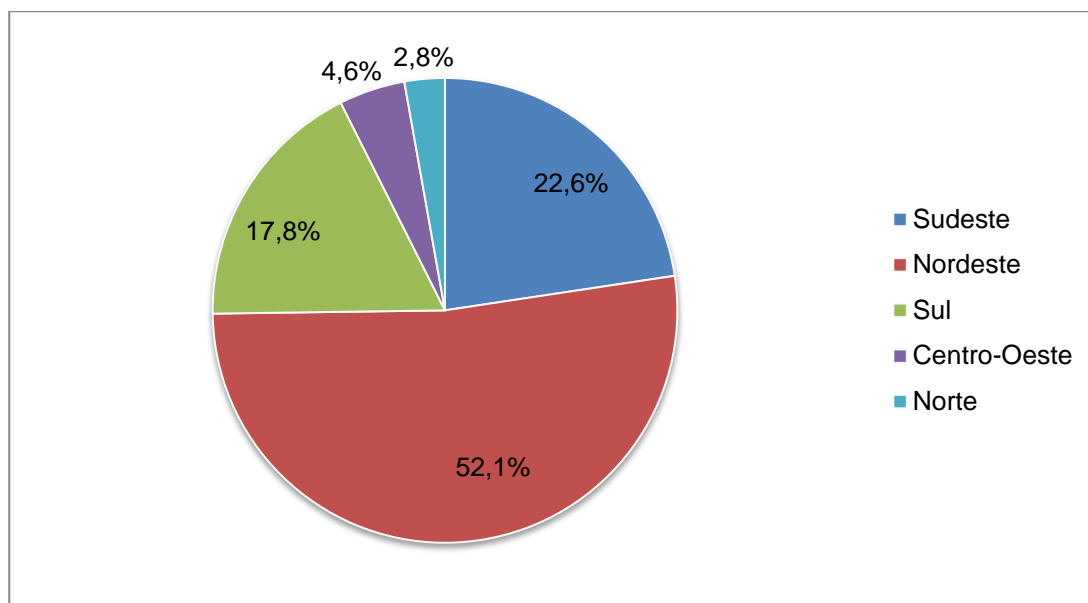
Gráfico 11: Distribuição dos créditos por região



Fonte: Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central (SGS-Bacen); MTE; “Panorama do Microcrédito”, do Bacen, de 2015.

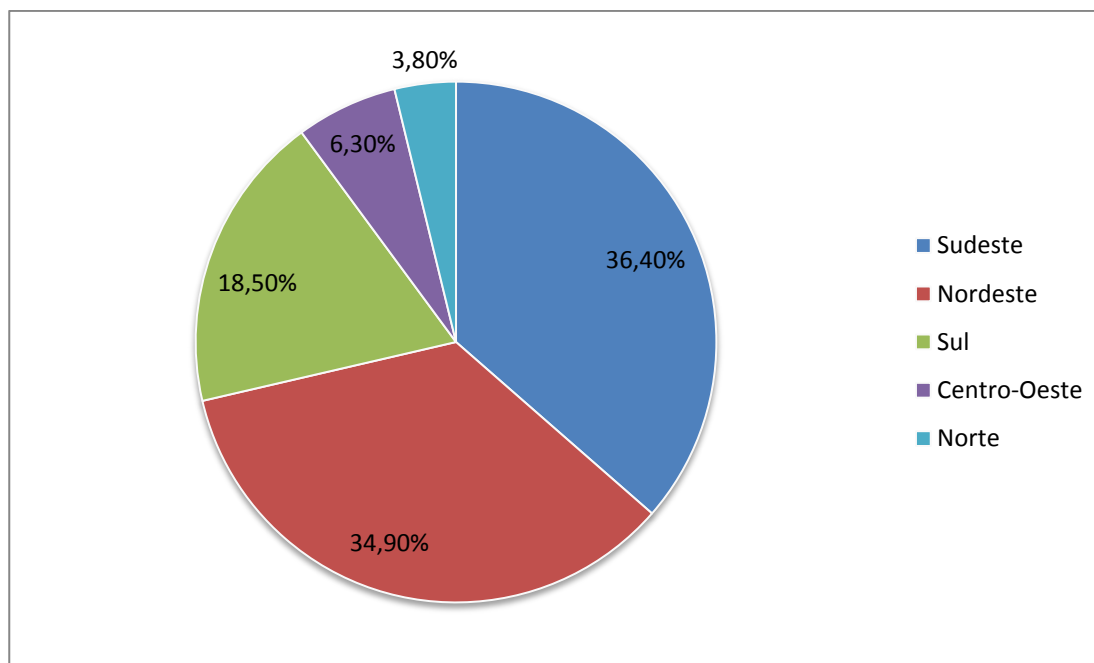
Em número de operações e de microempreendedores, a região Sudeste possui maior índice 36,4%, seguida do Nordeste com 34,9%. Está na região Nordeste a concentração do maior percentual de recursos executados pela carteira de microcrédito, 52% do montante de acordo com os gráficos 12 e 13. Esse fator se deve, à primeira vista, a atuação do BNB, que tem se empenhado na ampliação do microcrédito como política social, mas, sobretudo pela potencialidade produtiva desta região que há tempos é alvo da exploração dos grandes grupos empresariais e, agora, do capital financeiro com as políticas de crédito.

Gráfico 12: Valor da carteira de microcrédito, % por região



Fonte: Panorama do microcrédito – inclusão Financeira, 2013 BANCO CENTRAL DO BRASIL.

Gráfico 13: Quantidade de operações da carteira de microcrédito identificada, % por região



Fonte: Panorama do microcrédito – inclusão Financeira, 2013 BANCO CENTRAL DO BRASIL.

O Nordeste foi uma região que, para ser inserida no circuito de expansão do capital, contou com a construção da retórica dos desequilíbrios regionais. Esse discurso tinha por base a necessidade de modernização das estruturas produtivas (LISBOA, 2007), única forma de reverter a gravidade dos problemas sociais divulgados pelos seus indicadores. Nos dias atuais, os artifícios do capital são os mesmos, só que, agora, sob força do capital financeiro, que fundamenta os discursos de superação da pobreza para viabilizar sua reprodução a partir de um novo sistema discursivo.

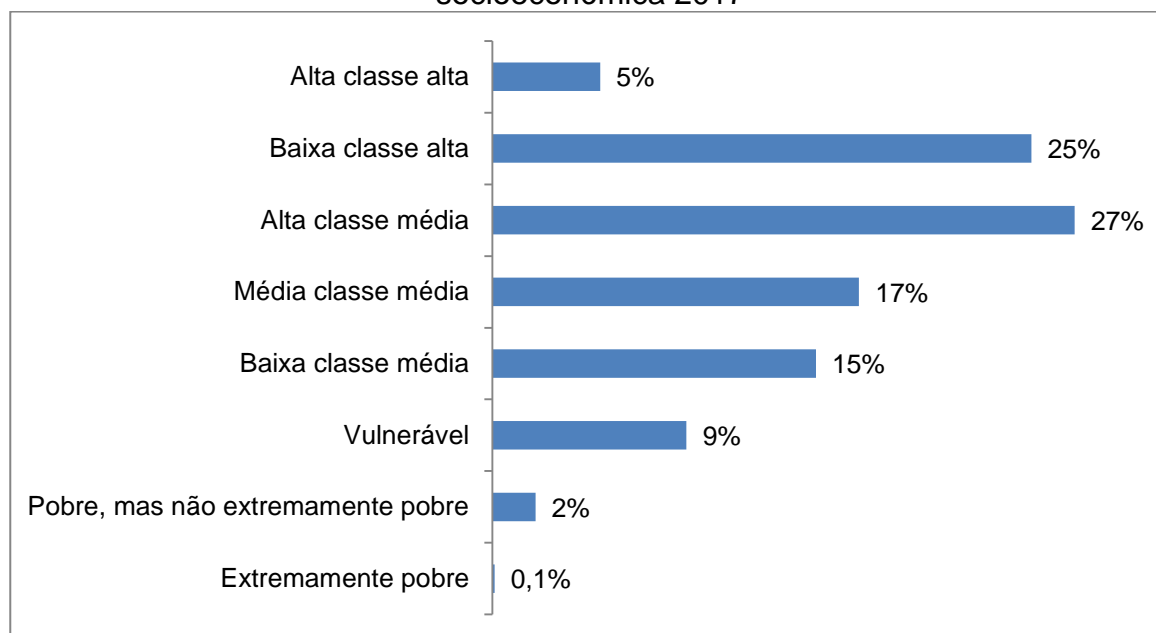
Entretanto, antes e agora, as desigualdades sociais no Brasil se mantêm inalteradas, mesmo com a inserção de políticas focalizadoras. O país tem apresentado os maiores índices de desigualdade e concentração de renda do mundo. As informações divulgadas pela Agência Brasil de Comunicação a partir dos dados da pesquisa, Síntese de Indicadores Sociais do IBGE em 2017, mostram o estarrecedor número de 50 milhões de brasileiros vivendo na linha de pobreza, o equivalente a 25,4% da população que possui renda familiar de R\$ 387,07 reais, ou US\$ 5,50 por dia. “A situação é ainda mais grave se levadas em conta as estatísticas envolvendo crianças de 0 a 14 anos de idade. No país, 42% das crianças nesta faixa etária se enquadram em tais condições e sobrevivem com apenas US\$ 5,5 por dia”.

Colodeti e Leite (2012, p. 398) demonstraram que as políticas de microcrédito contrastam largamente com as dimensões da pobreza no Brasil – proporções que podem ser observadas pela quantidade de pessoas em situação de pobreza e o número de operações de crédito –. Segundo os autores, ao considerar que o número real de pobres é ainda maior, questiona-se “o efeito prático do microcrédito enquanto meio para a redução da pobreza, considerando-se a quantidade proporcionalmente muito pequena de indivíduos que vem sendo por ele contemplados”

Aprofundamos esta questão ao demonstrar que, além de não abarcar a proporção de pobres, o microcrédito atende a um público específico que não se enquadra entre aqueles mais necessitados de intervenções governamentais. Os dados apresentados, retirados do Perfil do Microempreendedor do Sebrae de 2017, com base na informações da Receita Federal, traçam um panorama das condições socioeconômicas dos microempreendedores individuais no Brasil.

No que se refere à renda, o gráfico abaixo é esclarecedor⁵¹

Gráfico 14: Proporção de Microempreendedor Individual - MEI por classe socioeconômica 2017



Fonte: SEBRAE, 2017.

Apenas 0,1% dos extremamente pobres tem acesso ao crédito e a maior taxa da população inserida na política é do grupo da sociedade, que possui renda

⁵¹ Definição das classes sociais pela renda familiar – parâmetro para leitura do gráfico
Tabela 07: Classificação SAE – Classe socioeconômica

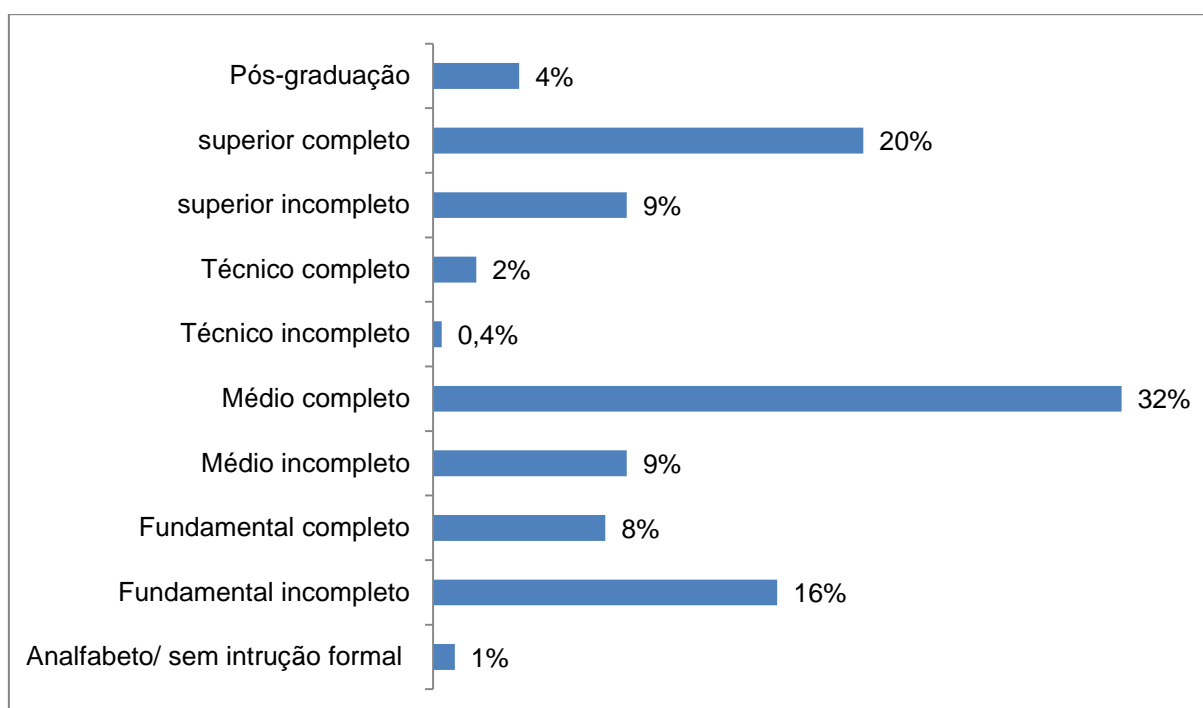
	Classificação	Limite inferior	Limite superior
		Renda familiar per capita	
Classe baixa	Extremamente pobre	R\$ -	R\$ 115,00
	Pobre, mas não extremamente pobre	R\$ 115,01	R\$ 230,00
	Vulnerável	R\$ 230,01	R\$ 412,00
Classe média	Baixa classe média	R\$ 412,01	R\$ 625,00
	Média classe média	R\$ 625,01	R\$ 908,00
	Alta classe média	R\$ 908,01	R\$ 1.444,00
Classe alta	Baixa classe alta	R\$ 1.444,01	R\$ 3.515,00
	Alta classe alta	3.515,01	-

Fonte: SEBRAE, a partir de definição da Secretaria de Assuntos Estratégicos – Presidência da República, 2017.

familiar entre R\$ 412,01 e 1.444,01, isso considerando o limite inferior; pelo limite superior temos os seguintes valores, R\$ 625,00 e 3.515,00

No gráfico da escolaridade, maior parcela dos microempreendedores possui nível médio completo, 32%, seguida por 20% com curso superior completo e 9% de superior incompleto, ou seja, 61% empreendedores possuem escolaridade acima de nível médio.

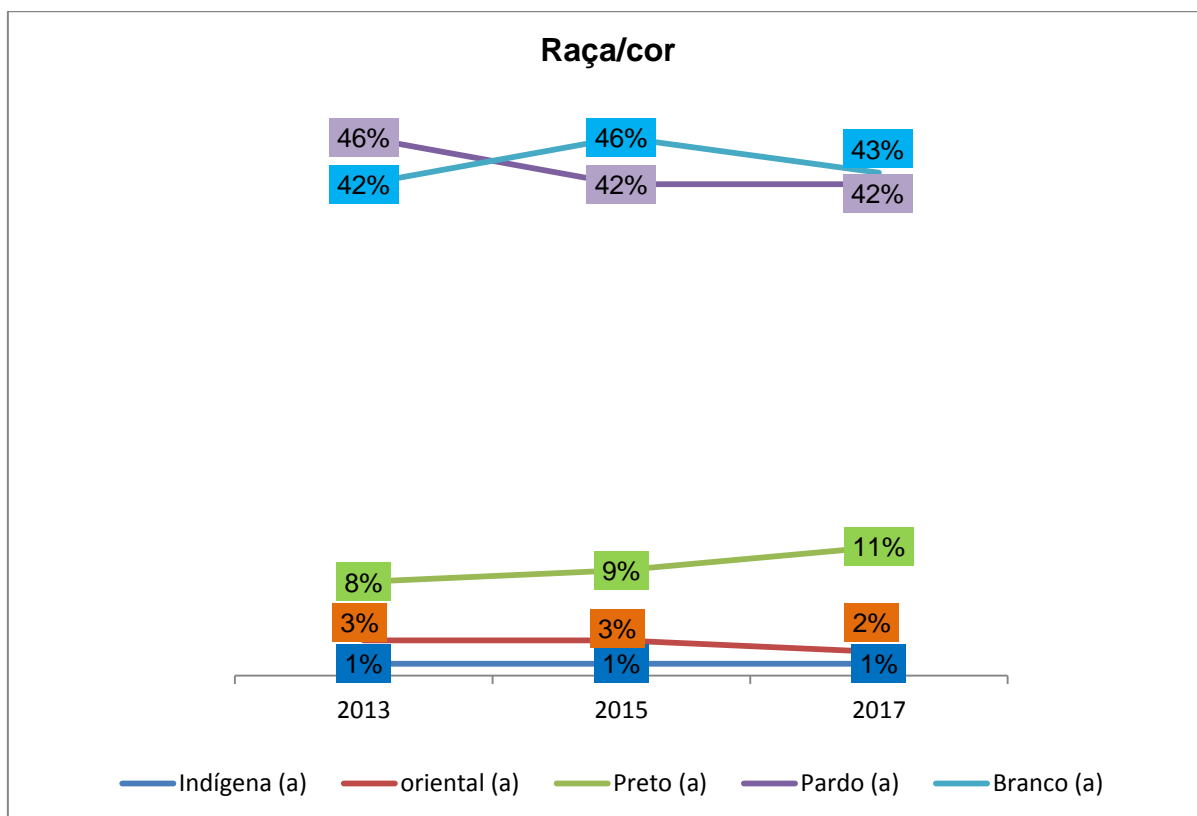
Gráfico 15: Escolaridade do MEI – detalhado



Fonte: SEBRAE, 2017.

Destacamos, ainda, o gráfico referente à raça/cor dos microempreendedores individuais. Esta análise é importante em um país que, historicamente, tem negado à população negra as mesmas condições e oportunidades de reprodução social da população branca. Os dados do gráfico 16 evidenciam essa questão ao verificar que o percentual da população negra é consideravelmente baixo se comparado com a participação da população branca.

Gráfico 16: Distribuição em porcentagem do MEI por raça/cor – 2013 a 2017



Fonte: SEBRAE, 2017.

Estas informações só confirmam que o projeto político do capital financeiro, faz uso das condições de vida do grupo mais vulnerável da população como estratégias para o controle e a extração do excedente do trabalho. Para os investidores das grandes corporações, potencializar o trabalho individual por meio de créditos amplia as possibilidades de extração de lucros em um número maior de pessoas, estejam eles formalizados ou não.

Na perspectiva de Kraychete (2005), o crédito como direito que deve alcançar os pobres faz parte da noção da justiça distributiva, que atua junto aqueles que conseguiram ultrapassar a linha da indigência e,

não se pode deixar de considerar os efeitos ideológicos que a idéia de crédito como um direito exerceu sobre os formuladores de políticas em espaços específicos, organizações não governamentais, organizações comunitárias, partidos políticos, Igrejas, entre outras instituições. Enfim, havia chegado a vez do pobre ter acesso ao crédito, uma licença para a cidadania. Tratava-

se, então, de criar condições que viabilizassem o acesso, a inclusão dos pobres no mundo das finanças (Ibid, p. 156)

Os resultados desse processo têm se dado a um custo excessivamente alto para os trabalhadores, questão que será melhor aprofundada ao apresentarmos os resultados da pesquisa de campo. Ao se tornar um empreendedor, o trabalhador precisa lidar com o jogo do mercado, as burocracias inerentes à atividade, destinar recursos para o pagamento dos impostos e reelaborar um novo conjunto de ações, posturas e tratamento com seus clientes, perdendo a relação mais fraternal que existia na simplicidade de lidar com o seu pequeno negócio. No caso daqueles que nunca haviam desempenhado atividades comerciais, esses têm que aprender o funcionamento das regras do mercado em um esforço grande para conseguir sua inserção.

Essa nova realidade, sobretudo de pagamento de tributos junto ao governo, em muitos casos, não condiz com o retorno financeiro da atividade que o microempreendedor desenvolve. Os altos índices de inadimplência dos Microempreendedores Individuais junto a Receita Federal, confirmam a inadequação dessa política para resolver o problema da pobreza e mais ainda, demonstra a geração de um novo problema para esses trabalhadores, que é o endividamento.

De acordo com a Receita Federal, 60% (2017) dos microempreendedores possuem impostos em atraso. Recentemente, uma campanha foi realizada pelo governo para renegociação das dívidas com os empreendedores inadimplentes que fizeram cadastro no início do programa. Até março de 2016, serão renegociadas as parcelas em atraso, às quais serão acrescentados juros, multas, mais a taxa celic do mês da renegociação. O não pagamento resulta na perda do cadastro do MEI e, conseqüentemente, nos benefícios da previdência.

São postas para o indivíduo as formas de resolver o problema da pobreza. Recai sobre ele as responsabilidades dos possíveis erros. O caráter individual das ações do governo individualiza também os problemas além de fomentar a retórica da incompetência e má gestão diante das 'oportunidades' criadas pelo governo, o qual, sai do processo descompromissado porque já fez a sua parte.

Superar a pobreza, nesse sentido, é administrar as formas de apropriação que o capital exige para a sua reprodução, conforme veremos na parte seguinte da

tese. O estímulo à expansão dos empreendimentos individuais dissociou a percepção do real problema da pobreza ao tempo em que construiu uma forma inaudível de atendimento, pois os pequenos negócios formais ou informais não têm asseguradas as condições de sustentabilidade do seu negócio, inclusive, porque o mesmo Estado viabiliza as grandes corporações que competem com os pequenos empreendimentos ao mesmo tempo, não responde pelo universo da população que vive em condições precárias.

3.4 A ação estatal na espacialização do microcrédito dirigido

O Brasil sempre foi visto pelos investidores do capital financeiro como um mercado potencial para expandir as políticas de crédito. Com as reformas estruturais e a agenda neoliberal para o território nacional, a disponibilidade de recursos, mão de obra e o contexto de dependência, que fizeram os governos atuarem sob pressão do mercado externo, contribuíram para que, neste país, se desenvolvesse, via banco público, o maior programa de microcrédito produtivo orientado da América Latina, o Crediamigo do Banco do Nordeste.

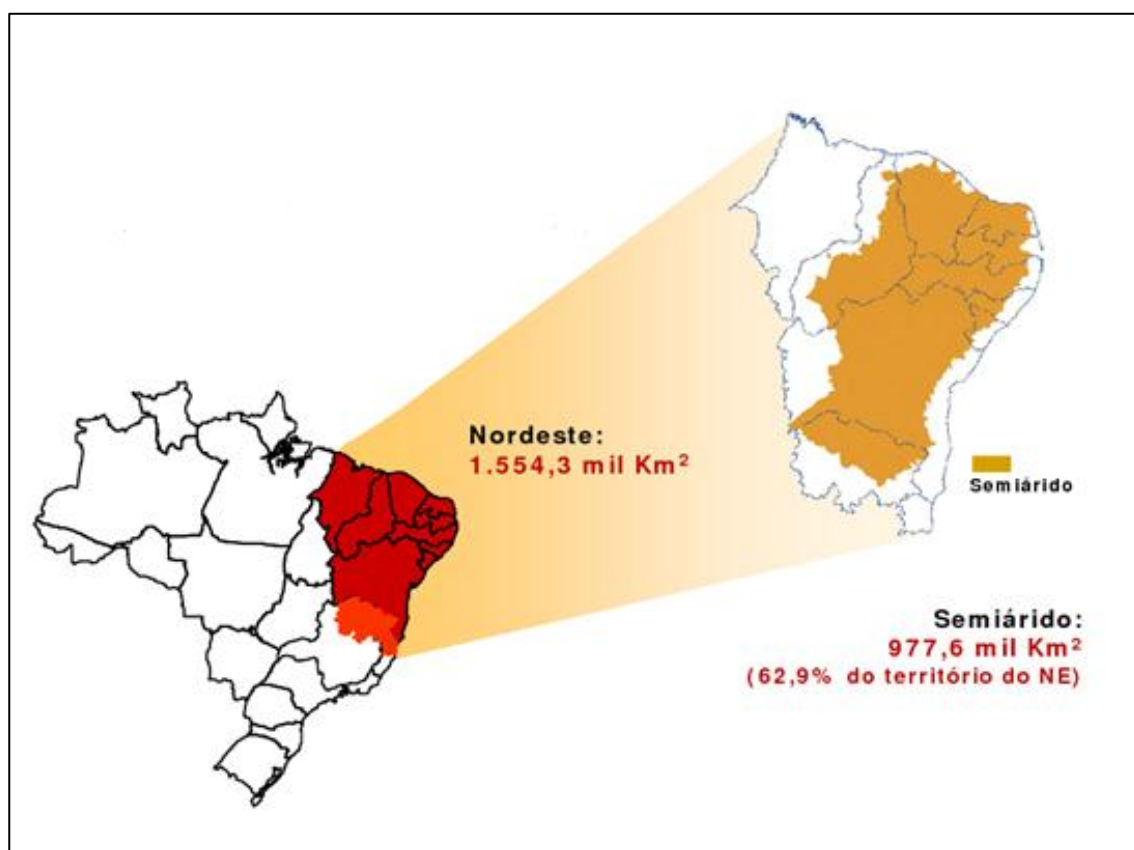
O BNB foi criado da década de 1950 pela Lei Federal 1649 de 19 de julho de 1950, com o objetivo de atuar na área denominada Polígono da Secas. A empresa assumiu a atribuição de prestar assistência às populações em períodos de estiagem por meio da oferta de crédito (BNB, 2017). Nesse período, a retórica do discurso regionalista e desenvolvimentista direcionado pelos propósitos da expansão do capitalismo edificava, a partir dessas iniciativas, um modelo de atuação justificado pelas políticas de superação das disparidades regionais existentes no país.

O banco, que se constituiu como instituição executora de públicas no Nordeste, tem o Fundo Constitucional de Financiamentos do Nordeste – FNE, sua principal fonte de recursos, mas também possui acesso a outras fontes de financiamento por meio de parceria com instituições nacionais e internacionais, incluindo o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (BNB, 2017).

O FNE é a principal fonte de recursos utilizada pelo Banco do Nordeste desde a criação dos fundos constitucionais federais, em 1989. Sua aplicação volta-se à redução da pobreza e das desigualdades inter e intrarregionais, por meio do financiamento de setores produtivos, em consonância com o plano regional de desenvolvimento, instrumento elaborado de forma conjunta por órgãos federais e estaduais (BNB, 2017).

Em mais de 60 anos de existência, o banco ampliou sua atuação, abrangendo todos os estados do Nordeste, mais o norte de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo, como pode ser observado na figura que segue.

Figura 02: Área de atuação do Banco do Nordeste Brasileiro S.A



Fonte: BNB, 2017.

Ao longo do tempo, a estrutura organizacional do banco sofreu transformações, os avanços na tecnologia da informação e adoção de sistemas operacionais possibilitou a descentralização da gestão. Na década de 1980, as atividades de comando foram desmembradas com a criação de Superintendências

Regionais, modelo que perdurou até 2005, quando foram implantadas superintendências estaduais, com a responsabilidade do gerenciamento das ações do banco no interior dos estados no Nordeste e uma superintendência específica para atender ao Norte de Minas Gerais e do Espírito Santo (MEDEIROS, 2016, p. 151), assim,

As agências do BNB reportam-se as superintendências estaduais e recebem o suporte técnico-administrativo de ambientes e áreas da direção geral, sediada na cidade de Fortaleza. As superintendências foram instaladas nas capitais de cada dos estados da região, onde mantém estrita relação com os governos dos estados na articulação das estratégias de atuação em cada município (MEDEIROS, 2016, p. 151).

Os dados obtidos durante a pesquisa de campo apresentam as seguintes informações, apresentadas na tabela a seguir, acerca da abrangência do BNB:

Quadro 04: Abrangência do Banco do Nordeste no Brasil

Abrangência do BNB	Quantidade ou Valores
Municípios atendidos (em 11 estados)	1.900
Área de atuação	1.789,6 mil (Km ²)
Ativo BNB*	50,0 bilhões
Ativos FNE*	70,5 bilhões
Patrimônio Líquido do BNB*	R\$ 3,5 bilhões
Agências	273
Empregados	7.187
Postos de Atendimento	460
Pessoas especializadas em microfinanças (aliança c/ONG)	5.725

* Posição: Maio/2017

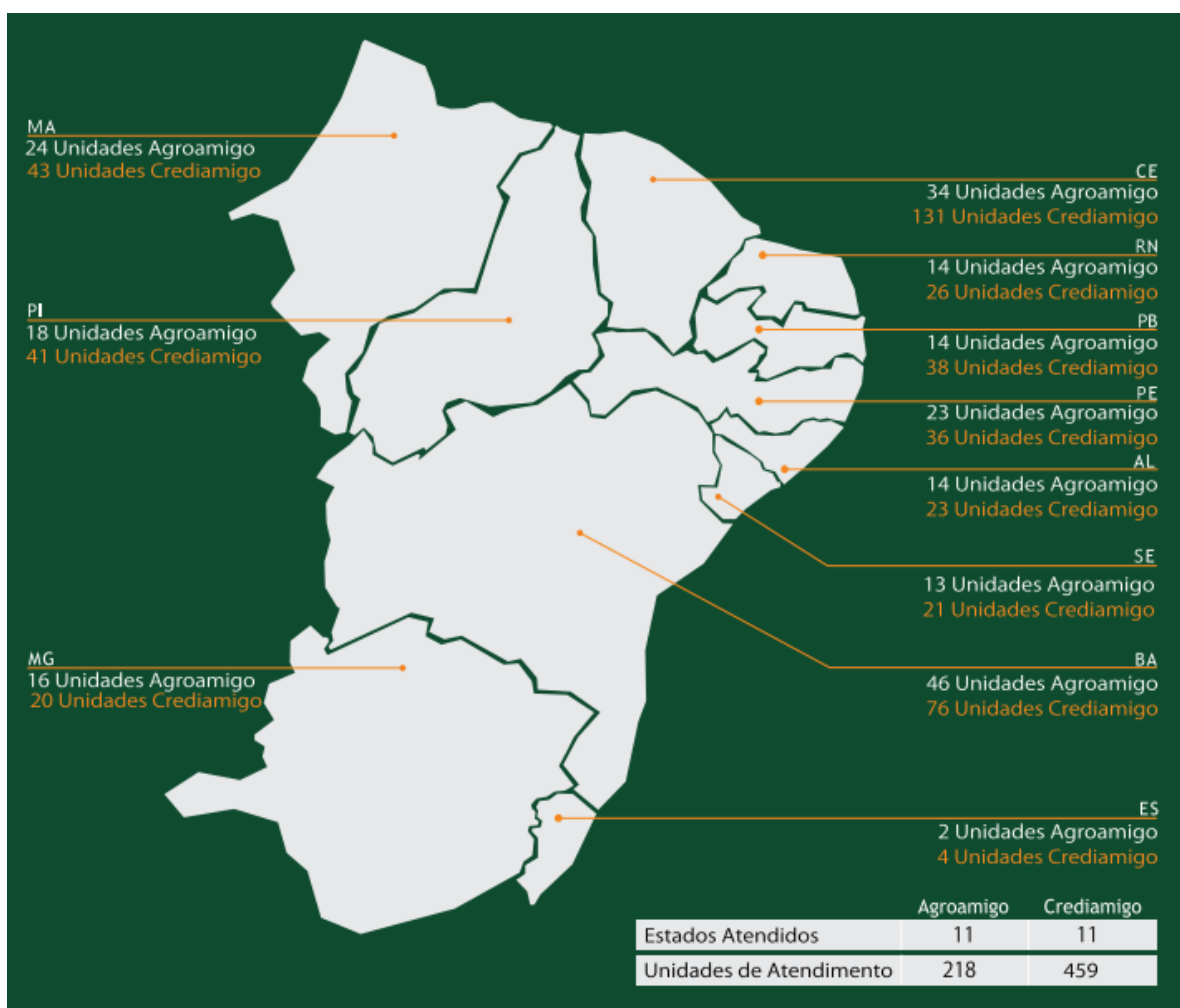
Fonte: Crediamigo, novembro, 2017. Elaborado pela autora.

A partir da década de 1990, o microcrédito direcionado a pequenos negócios começou a ser implementado como nova política do banco, que passou a operar

no setor de microfinanças. Além do programa Crediamigo, primeira iniciativa neste segmento, o banco criou, em 2005, o programa Agroamigo voltado para atender a pequenos empreendedores rurais. Com seu pioneirismo, na destinação de recursos para financiar as atividades de microempreendedores, o BNB tornou-se o primeiro banco público do país a atuar como agência de primeiro piso na realização de empréstimos diretamente aos clientes.

A abrangência de atuação do banco permitiu uma maior especialização desses programas de microcrédito, presentes hoje, em todas as áreas de atendimento do banco. Na figura que segue, pode-se observar o alcance dessa atividade.

Figura 03: Distribuição das Unidades de Atendimento do Programa Crediamigo e Agroamigo



Fonte: Relatório do Programa de Microfinanças do Banco do Nordeste, 2017.

O Crediamigo foi criado em 1998, como parte do Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal – Crescer, e constituía uma das estratégias do Plano Brasil Sem Miséria, que objetivava atuar junto à população extremamente pobre estimulando a inclusão produtiva. Em sua formulação, o BNB buscou assessoria da Accion Internacional para a utilização de sua metodologia com microcrédito e também dos fundos do Banco Mundial.

Gestores do programa Crediamigo realizaram visitas nas instalações do Banco Sol na Bolívia, do Banco do Estado do Chile no Chile, do Milibanco no Peru, do Porto Sol no Brasil e Banco Rakyat Indonesia na Indonésia, experiências que contribuíram para uma melhor formulação da metodologia que minimizasse os riscos e alcançasse o máximo possível da população de baixa renda. Trabalhar com grupos solidários foi a melhor maneira de atingir estas metas, pois os componentes do grupo são avalistas uns dos outros, propiciando um baixo índice de inadimplência do programa (BARONE *et al*, 2002). Segundo dados do Relatório do Programa de Microfinanças do Banco do Nordeste, 2017, em 2016, a inadimplência foi de apenas 1,9%.

A proposta era atuar de forma rápida na concessão do crédito ao público alvo do programa que, de acordo com o Banco,

são pessoas que trabalham por conta própria, empreendedores individuais ou reunidos em grupos solidários que atuam nos setores informal ou formal da economia. O Crediamigo também facilita o acesso ao crédito às pessoas de perfil empreendedor que tenham interesse em iniciar uma atividade produtiva, através dos bancos comunitários. As iniciativas podem ser agrupadas, conforme o setor em que os clientes atuam:

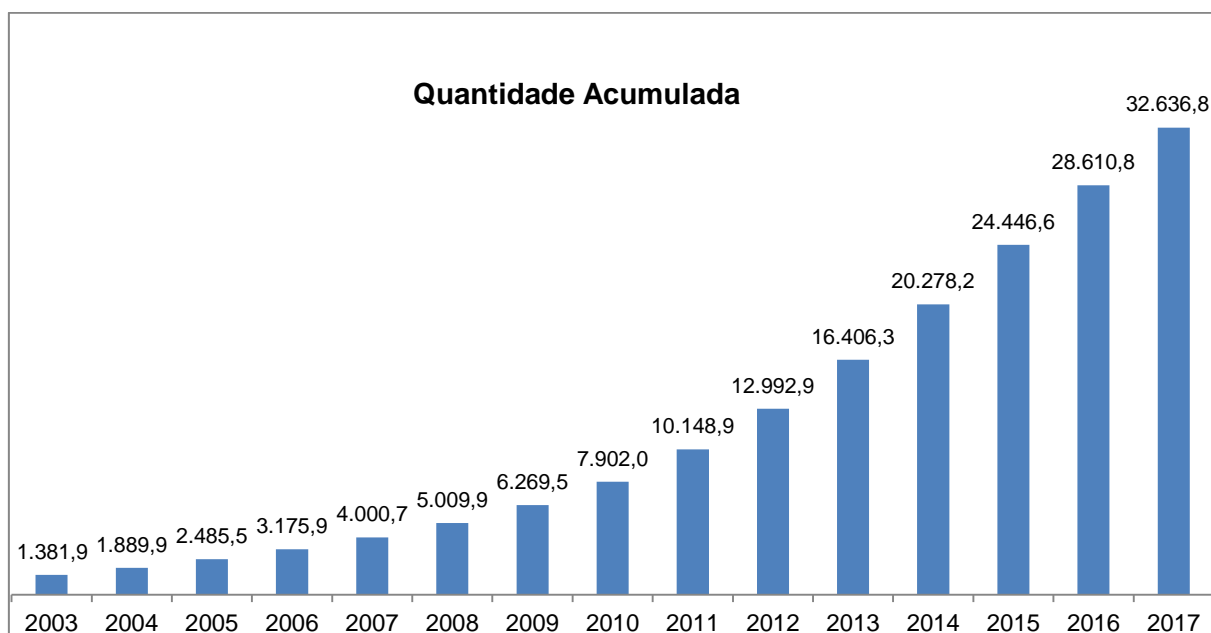
Indústria: Marcenarias, sapatarias, carpintarias, artesanatos, alfaiatarias, gráficas, padarias, produções de alimentos, etc.;

Comércio: Ambulantes, vendedores em geral, mercadinhos, papelarias, armarinhos, bazares, farmácias, armazéns, restaurantes, lanchonetes, feirantes, pequenos lojistas, açougueiros, vendedores de cosméticos etc. Os clientes que atuam no setor de comércio formam a maioria dentro da carteira do Crediamigo;

Serviços: Salões de beleza, oficinas mecânicas, borracharias, etc. (BNB,2017)

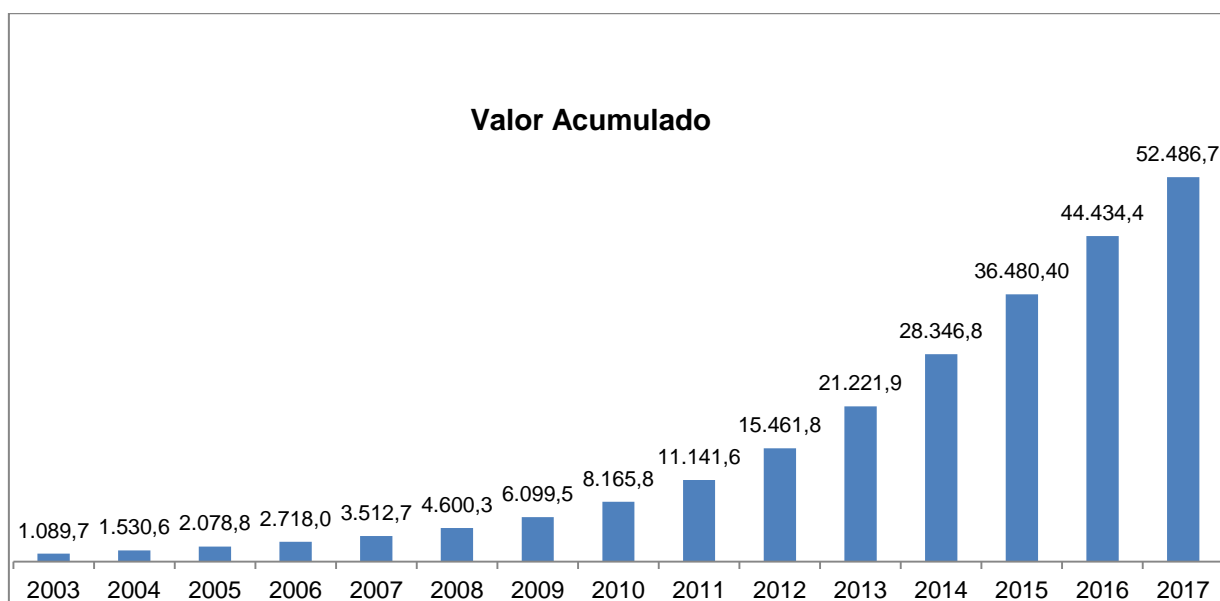
Segundo informações disponíveis no site do Banco do Nordeste (2017), da criação até os dias de hoje, os objetivos do Crediamigo vêm sendo alcançados, os resultados disponibilizados pelo BNB, conforme gráficos abaixo, demonstram a significativa evolução de contratações e valores desembolsados entre 2003 e 2017.

Gráfico 17: Crediamigo contratações – Quantidade acumulada de operações em mil (dez/2017)



Fonte: BNB, 2018.

Gráfico 18: Valores desembolsados acumulados (R\$ milhões) dez / 2017



Fonte: BNB, 2018.

O crescimento das atividades do Crediamigo exigiu ampliação de sua estrutura e, para atender à dimensão de 1.989 municípios, o programa conta com 217 Unidades de Atendimento, 245 Pontos de Atendimentos, que são unidades menores situados em cidades de pequeno porte (BNB, 2017).

Em 2003, o Banco do Nordeste, tendo em vista as ações do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado - PNMPO do governo federal, realizou parceria com o Instituto Nordeste Cidadania – INEC, uma OSCIP criada ainda em 1993 por iniciativa dos funcionários do banco durante a campanha Nacional de Combate à Fome, Miséria e pela Vida. O INEC assumiu a operacionalização do programa Crediamigo e de acordo com informações disponibilizadas, para sua atuação junto a esse programa, dispõe de mais de 4.000 colaboradores, dentre Coordenadores, Administrativos, Assessores de Crédito, Recursos Humanos e Técnicos (INEC, 2017).

Com esta estrutura, o BNB diferencia-se dos demais bancos que prestam os mesmos serviços no país, questão que foi analisada por Medeiros (2016) em estudo sobre a financeirização do território. Segundo o autor, a estrutura adotada para a implantação da metodologia do crédito produtivo orientado sob operacionalização do INEC constitui um processo de terceirização que se formalizou via a legislação regulamentadora das atividades das OSCIPs, já citada anteriormente. Ainda nesta lei, foi criada o instrumento jurídico, Termo de Parceria para facilitar a cooperação entre o poder público e as OSCIPs. A primeira vantagem do Termo de Parceria foi a dispensa na realização de licitação ou concurso público para funcionário, como os demais bancos públicos e como se realizava no início da implantação do Crediamigo.

Corroboramos com as indagações de Medeiros, quando observa que se trata de uma nova divisão do trabalho bancário, pois nesses termos não se negociam aspectos metodológicos, não se oferece remuneração além dos recursos previstos no plano orçamentário do programa porque a contratação é realizada por uma empresa sem fins lucrativos. E, como a fiscalização desse tipo de empresa é feita pelo Ministério da Justiça e normatizada pelo Banco Central, “é possível estabelecer relações de trabalho inconcebíveis ao setor bancário, como aumento das jornadas de trabalho, redução do piso salarial, remuneração variável por produtividade” (MEDEIROS, 2016, p. 119).

Tamanha estrutura montada resultou na aplicação, em 2017, de R\$ 8 bilhões destinados a microempreendedores em toda área de atuação do banco. O montante foi distribuído em mais de 4 milhões de operações de microcrédito para 5,1 milhões de clientes; o valor médio das contratações foi de R\$ 2 mil e o banco projeta uma estimativa de crescimento para 2018 de R\$ 8,7 bilhões (BNB, 2017).

Para consolidar a inclusão financeira dos microempreendedores individuais, o programa passou a oferecer outros produtos e serviços. Além do crédito disponibilizado para capital de giro e capital fixo, o banco disponibiliza seguro de vida, um serviço pioneiro no segmento das microfinanças, conta corrente, sem cobrança de taxas de abertura, cartão de débito e máquina de cartão com serviço de débito e crédito.

A importância do programa Crediamigo como experiência de política, que atua diretamente no problema da pobreza, tem sido confirmada pelos agentes do capital financeiro com os crescentes indicadores da carta de crédito, pessoal atendido e expansão de seus serviços. A estratégia individualizada de atender às demandas de crédito tem sido tratada com êxito pelos agentes do mercado financeiro, pois coaduna os interesses de reprodução ampliada do capital ao tempo que impede os movimentos de classe na compreensão dos problemas estruturais da (re)produção da pobreza.

Esse tem sido o papel desempenhado pelo estado de Pernambuco ao propor políticas de crédito como forma de resolver os problemas sociais. A espacialização do programa Crediamigo complementa outras ações, também desenvolvidas na linha do microcrédito, instituídas pelo estado e por municípios que assumiram desde a década de 1990 essa agenda de política pública. Buscou-se com tais propostas redirecionar as lutas da classe trabalhadora que, historicamente, se mobiliza contra as formas precárias de vida, seja no campo ou na cidade.

CAPÍTULO 4

O CRÉDITO EM TEMPOS DE POBREZA E DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA

"A miséria, dissemos nós noutra parte, foi a causa primária das riquezas. Porque, antes de acumular "os lucros" de que tanto gostam de conservar, ainda era preciso que houvesse miseráveis que consentissem em vender a sua força de trabalho para não morrerem de fome. É a miséria que faz os ricos."

(Piotr Kropotkin, trecho da "Conquista do Pão")

4. O CRÉDITO EM TEMPOS DE POBREZA E DE ACUMULAÇÃO FINANCEIRA

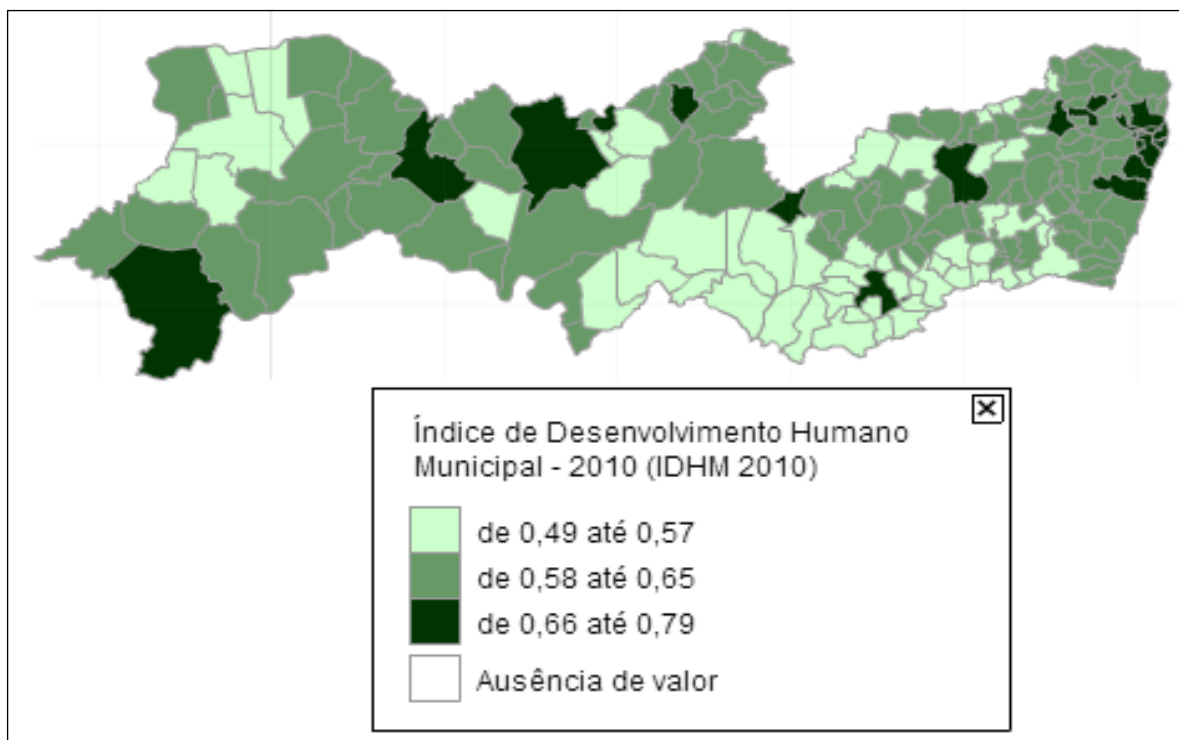
O conjunto de medidas adotadas para o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil, propostas pelo Estado, esteve fundamentada no projeto desenvolvimentista, cuja ótica era abrir os espaços para que a economia brasileira se inscrevesse na economia mundial, dentro da ótica das vantagens comparativas e da expansão capitalista para as economias periféricas.

O surgimento das agroindústrias e, conseqüentemente, a subordinação da agricultura às relações de mercado, concernentes ao referido modelo, no pós 1950, alteraram significativamente as relações de produção, de trabalho, de uso e ocupação do solo. Por meio da industrialização do setor agropecuário, o capitalismo encontrou novas formas de reprodução e exploração. No novo modo de produzir o trabalho social não pago, na cidade e também no campo, apropriado pelo capitalista, constituiu-se a mola mestra da (re) produção do capital, controle da força de trabalho e aprofundamento da pobreza.

4.1 O Programa Crediamigo em Pernambuco

O estado de Pernambuco, localizado na região Nordeste do Brasil, possui uma população, segundo dados do IBGE de 2010, de 8.796.448 habitantes distribuídos nos 185 municípios que, o compõe. Os dados referentes às condições de vida mostram que no ano de 2009, 40,8% da população da população do estado encontrava-se em situação de pobreza e 16,4% em pobreza extrema (CONDEPE/FIDEM, 2011). Os dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Humano do estado estão ilustrados na figura abaixo produzidos pelo IBGE, 2010.

Figura 04: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - 2010



Fonte: IBGE, 2010.

As desigualdades sociais sempre constituíram as características primordiais para tratar a região Nordeste e, por conseguinte, o estado de Pernambuco. Ao analisarmos os indicadores formulados ao longo do tempo como resultados de pesquisas comparativas entre os estados brasileiros, percebemos que este estado compõe o grupo daqueles que apresentam os piores índices relacionados à renda e qualidade de vida.

As primeiras políticas implementadas para o tratamento da pobreza seguiam a lógica da preocupação nacional baseada no crescimento econômico como condição de superação das desigualdades sociais. Em um contexto desigual e ao mesmo tempo conflituoso, o estado é inserido nos programas do governo federal que tinham, como objetivo, dirimir as disparidades regionais. Posteriormente, seguindo uma linha nacional de orientações, o estado passou a desenvolver ações com propostas diretamente relacionadas ao combate à pobreza.

A história das ações de promoção de políticas sociais em Pernambuco não pode ser analisada fora do contexto da história das lutas de classes no estado, pois sua implementação está atrelada ao caráter reivindicatório dos trabalhadores e as formas de contenção dessas lutas por parte do Estado.

Confere ao estado de Pernambuco o pioneirismo de movimentos sociais gestados em um cenário de grande contestação do povo diante do grau de exploração do trabalho e precarização das condições de vida. Estes movimentos se contrapunham ao poder das oligarquias agrárias e seu carácter concentrador de terras, que ao possuir o controle dos aparelhos do estado direcionava os sentidos das políticas de acordo com seus interesses, assim como também questionavam a produção desigual do espaço urbano que se estruturava sobre as regras do mercado, negando o direito a cidade.

A Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco - SAPPP, criada no final da década de 1950 no município de Vitória de Santo Antão, foi o movimento que precedeu as Ligas Camponesas, e que, mais tarde, conduziu a formação do Movimento Sem Terra – MST. Os trabalhadores do campo contestavam a estrutura agrária brasileira e ganhou proporções nacionais como demonstra Sales.

Em fins dos anos 1950, as Ligas Camponesas contavam com 35 mil associados em Pernambuco e 70 mil em todo o Nordeste. [...]. Já no segundo semestre de 1963, segundo registro nos arquivos do Exército brasileiro, as Ligas Camponesas atingiam 18 dos 22 estados brasileiros existentes à época, com 218 Ligas no total concentradas sobretudo no Nordeste, mas também em estados importantes do centro sul, segundo os números que seguem: 64 ligas em Pernambuco, 15 na Paraíba, 12 no Maranhão, 10 no Ceará e 9 na Bahia; 15 em SP, 14 no RJ, 12 em GO e 11 Espírito Santo. Em seu momento de auge, as Ligas afirmavam contar com 500 mil afiliados, e um número ainda maior de simpatizantes, que apenas não se filiavam ao movimento devido à perseguição criminosa exercida pelos latifundiários (SALES, p. 16, 2007).

No espaço urbano, identificamos no trabalho de Cabral e Sá (2009, p. 217), que neste período, A Frente do Recife surgiu como movimento comprometido com a organização das camadas populares, que tinham como prioridade a questão social. Esta nova força política direcionou a criação, em 1963, da Federação dos Bairros do Estado de Pernambuco – FAPEB que tinha como objetivo “apoiar os trabalhadores, estudantes e outras classes do estado em toda luta de carácter reivindicatório”.

O cenário político nacional, que caminhava para montagem do regime ditatorial, enxergou nesses movimentos ameaças anunciadas aos seus propósitos e, em um contexto internacional, já havia sido levantada a necessidade urgente de conter tais movimentos para evitar o avanço do comunismo na América Latina. As tentativas de desarticular as lutas populares, aparecem nos planos de governo por meio da implementação das políticas desenvolvimentistas, que irão recomendar ações, sobretudo, para estimular o crescimento econômico e dirimir as chamadas disparidades regionais, colocadas como responsáveis pela geração e aumento da pobreza no país.

O Nordeste tornou-se alvo fundamental para o planejamento nacional, as ações se espacializaram nos estados e municípios desta região por meio de políticas produtivistas com cunho meramente economicista. O estado de Pernambuco passou a receber investimentos, que se espacializaram na criação de polos de desenvolvimento com fortes investimentos para o campo, como os projetos de irrigação no município de Petrolina no final da década de 1960 e, posteriormente, nos municípios de Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande e Orocó. Para o governo, a criação desses projetos de irrigação objetivava a modernização do setor agrícola e a geração de emprego para propiciar melhores condições de vida à população, assim, a superação da pobreza em Pernambuco dependia das propostas e ações de desenvolvimento regional do governo federal.

No entanto, as ações implementadas pelos programas de governo não refletiram melhorias nas condições de vida dos pernambucanos. Observamos, na pesquisa de Gonçalves (2006, p. 33), que, na década de 1990, 60% da população de Pernambuco encontrava-se na condição de pobreza com renda domiciliar per capita inferior a 75,50 reais e “dos 1.787 municípios nordestinos, apenas 73 municípios apresentaram menos de 50% de sua população em estado de pobreza em 2000”.

Os estudos de Francisco de Oliveira em *Elegia para uma re(li)gião*, nos permite compreender a reprodução da pobreza no estado de Pernambuco, desnudando os reais objetivos das políticas de desenvolvimento regional. O autor explica que, no período de implementação dessas políticas, “não se está em presença de nenhuma estagnação das economias regionais, o que existe e impõe sua lei é a nova forma de crescimento do capital” (1977, p. 76). Esse crescimento

se sustentou na abertura dos mercados do Nordeste para produção de bens e consumo das empresas do Centro Sul, num processo de centralização até hoje verificados. É uma relação do “movimento dialético que destrói para concentrar e captar o excedente das outras regiões para centralizar o capital” (1977, p. 76).

É nesse movimento de fortalecimento das forças capitalistas que o Estado irá conduzir uma política de repressão dos movimentos de classe, que colocava em questão a apropriação privada do trabalho e dos meios de produção que, a cada dia, expropriava mais trabalhadores e intensificava sua exploração, posições que iam de encontro à forma capitalista de estruturar o espaço. Daí a necessidade da atuação governamental com propostas de desenvolvimento, que se justificava pela comparação entre as economias regionais e pela constatação da existência de regiões atrasadas e com suas bases produtivas consideradas arcaicas e rudimentares.

As ações prioritárias nos planos de governos durante o Regime Militar basearam-se no crescimento da economia nacional, o qual, por sua natureza contraditória, reproduziu desigualdades que refletiram sobre o espaço com concentração de riquezas, em escala regional, nas oligarquias rurais, na nacional, no Centro Sul e em escala global nos países imperialistas.

O combate à pobreza, com ações diretas aos considerados pobres, passou a fazer parte dos planos de governo na gestão do governador Miguel Arraes. Em 1988, ele implantou um programa de distribuição de renda denominado Programa Chapéu de Palha, direcionado aos trabalhadores do corte da cana na Zona da Mata pernambucana que, no período de entressafra, sofriam com o desemprego. O programa vigorou durante o período de sua gestão e foi retomado na gestão do governador Eduardo Campos em 2007, agora sob orientação e financiamento das agências multilaterais, que incentivam ações focadas no indivíduo como forma mais eficaz de superar a pobreza.

As políticas de combate à pobreza após a década de 1990 em Pernambuco seguiram o sistema das recomendações da nova conjuntura geopolítica. As ações direcionadas aos indivíduos com estímulo às atividades empreendedoras, subsidiadas por recursos internacionais tornaram-se referência e principal modelo de atuação no estado. O governo do estado e os municipais assumiram essa agenda e implementaram ações de fomento para o desenvolvimento das políticas

de microcrédito com o objetivo de fortalecer os pequenos negócios. As políticas de cunho mais social também seguiram a linha de intervenções pontuais e de caráter paliativo.

O estado, portanto, montou a estrutura necessária para uma maior espacialização das políticas focalizadas nos mais diversos segmentos de atuação. Para o desenvolvimento social, diversos programas foram criados na saúde, educação, segurança, com destaque para o Programa Mãe Coruja⁵². No segmento da redistribuição de renda, o programa Chapéu de Palha⁵³, que se fortaleceu com apoio dos recursos externos no contexto das novas políticas de combate à pobreza. E o segmento da inclusão produtiva, em que foram desenvolvidos programas como o Pernambuco no Batente⁵⁴ e montada uma estrutura estadual para a criação e o fortalecimento das agências voltadas aos serviços do microcrédito produtivo orientado.

No ano de 2011, a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco - AGEFEPE, regulamentada pelo decreto nº 35.156, de 11 de junho de 2010, iniciou suas operações com o objetivo de melhorar a qualidade de vida da população

⁵² **Programa Mãe Coruja** - criado em 2007, o programa destina-se ao atendimento de mulheres gestante e das crianças para a promoção do desenvolvimento saudável. As ações do programa estão localizadas nos municípios onde a mortalidade infantil está acima de 25 para cada 1.000 crianças nascidas vivas. Os dados de 2014, disponíveis na secretaria estadual de saúde apresenta que o programa tem “cerca 126.540 mulheres cadastradas e 67.910 crianças acompanhadas. Ele funciona em 103 municípios pernambucanos com gestão estadual. Ainda há dois (Recife e Ipojuca) com gestão municipal e apoio do Estado”.

⁵³ **Programa Chapéu de Palha** – como já apresentado, foi criado em 1988 pelo Governador Miguel Arraes para atender trabalhadores do corte da cana na zona da Mata que no período da entressafra ficavam desempregados, estes trabalhadores recebiam uma renda mensal em dinheiro para auxiliar no seu sustento. No ano de 2007 foi retomado pelo Governador Eduardo Campos que reestruturou e ampliou a área de atendimento transformando em Lei Estadual, nº 13.244/2007. Em 2009 se expandiu para área da fruticultura irrigada, atendendo trabalhadores desempregados nas entressafras dos municípios do vale do São Francisco com a instituição da Lei Estadual nº 13.766/2009. No ano de 2012, por meio da Lei Estadual nº 14.492/2011, o programa chegou até os pescadores artesanais que ficam sem renda durante o período da piracema. De acordo com informações obtidas junto a Secretaria de Governo e Gestão do estado de Pernambuco, em 2012 o governo estendeu o programa para áreas afetadas com a seca. Cerca de 192 mil famílias em 115 municípios foram atendidas com uma bolsa de 280,00 reais dividida em 4 parcelas de 70,00 reais. Os quadros abaixo apresentam o crescimento do número da população atendida pelo programa.

⁵⁴ **O Programa Pernambuco no Batente** – é um programa de inclusão produtiva criado em 2007, no governo de Eduardo Campos que tem como meta prioritária a geração de renda e incentivo ao empreendedorismo. Atualmente atende as 12 Regiões de Desenvolvimento do estado e 51 municípios. De acordo com informações do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS, o programa tem como objetivo fomentar os serviço de Promoção e Inclusão Socioprodutiva, repactuando valores de cofinanciamento e incentivar o empreendedorismo para permitir novas oportunidades de emprego e renda além de promover a autonomia dos beneficiários do Bolsa Família. Até o ano de 2013 o programa contou com investimentos de 1,5 milhões (MDS, 2013).

pernambucana, segundo informações da instituição “a AGEFEPE estimula a interiorização e o desenvolvimento econômico das micro, pequenas e médias empresas, além dos empreendedores individuais” (AGEFEPE, 2017). Essa agência, que atua no estímulo ao modelo de desempenho dos indivíduos por meio de políticas focalizadoras, vem construindo parcerias sobretudo, com municípios do interior do estado para estimular a política de crédito. A imagem a seguir demonstra a sede da AGEFEPE em Recife.

Figura 05: Sede da Agência de Fomento do Estado de Pernambuco em Recife



Fonte: AGEFEPE, 2017.

Ainda por iniciativa do governo do estado, e com os mesmos propósitos que nortearam a criação da AGEFEPE, em 2015, foi implantada a Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação - SEMPETQ, a partir da reestruturação da Secretaria de Trabalho, Qualificação e Empreendedorismo extinta em 2015. essa secretaria se coloca com os seguintes propósito e atribuições,

ampliar o acesso da população ao mercado de trabalho, preparando os cidadãos para ocuparem as vagas de emprego ou para se aperfeiçoarem como empreendedores autônomos, microempreendedores individuais, micro e pequenos empresários. Entre as atribuições da secretaria está a intermediação de mão de obra para vagas do Sistema Nacional de Emprego (Sine), realizada, em Pernambuco, através da Agência do Trabalho; Elaboração de

programas de qualificação e formação profissional, como o Novos Talentos, concretizado a partir de parceria com o Sistema S; Incentivo ao empreendedorismo, através da Agência de Empreendedorismo Individual e Autônomo; Estímulo ao associativismo, por meio de ações de Economia Solidária, e apoio ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas. A Sempetq ainda agrega em sua estrutura organizacional a Junta Comercial de Pernambuco (Jucepe) e a Agência de Fomento do Estado de Pernambuco (Agefepe), órgãos responsáveis, respectivamente, pelas ações de registro empresarial e contratação de microcrédito (SEMPETQ, 2017)

Vinculada à SEMPETQ, foi criada, ainda, a Agência de Empreendedorismo Individual e Autônomo, que se propõe a “assessorar na formulação, coordenação e articulação de políticas e diretrizes para o apoio à microempresa, empresa de pequeno porte, artesanato e de fortalecimento, expansão e formalização de Micro e Pequenas Empresa” (SEMPETQ, 2017). As imagens a seguir mostram a sede da SEMPETQ e da Agência de Empreendedorismo localizadas na cidade de Recife.

Figura 06: Sede da Secretaria de trabalho qualificação e empreendedorismo - Agência do trabalho em Recife - PE



Fonte: AGEFEPE, 2017.

Figura 07: Sede da Agência de empreendedorismo individual e autônomo em Recife – PE



Fonte: AGEFEPE, 2017.

Essas instituições estão articuladas ao Portal Empreende PE, uma plataforma digital também formulada pela SEMPETQ, que aglomera informações acerca do universo do empreendedorismo no estado, disponibiliza recomendações sobre produtos, serviços e instituições que trabalham no fomento ao empreendedorismo individual, trabalhadores autônomos, que desejam formalizar sua atividade e empresas de economia solidária.

Esses órgãos articulam-se ainda as instituições de caráter nacional de apoio e financiamentos a microempreendedores como o SEBRAE e o CEAPE, que atuam em parceria para uma maior abrangência e obtenção de resultados positivos dessas políticas.

Para a montagem dessa estrutura, o governo do estado recorreu ao Banco Mundial e suas agências que subsidiaram essas ações, injetando volumes consideráveis de dinheiro no estado, como já apresentado, essas agências, diante de seus interesses, direcionam o destino desses recursos, apontando ações que a mesma considera importante, nesse caso, a superação da pobreza, sua mais nova prática de dominação.

Esses empréstimos eram realizados ainda, para colocar em prática promessas de campanha do Governador Eduardo Campos, que, após seu primeiro mandato, no ano de 2007, assumiu o discurso internacional do combate à pobreza. Após esse período, houve um crescimento dessas políticas, assim como a dívida do estado com os bancos internacionais como o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD e o Banco Interamericano para o Desenvolvimento – BID. No entanto, no ano de 2013, a dívida chegava a 7,5 bilhões, com comprometimento da receita em 2012 de 45,75% e em 2013 de 52,76%. (O GLOBO, 2014).

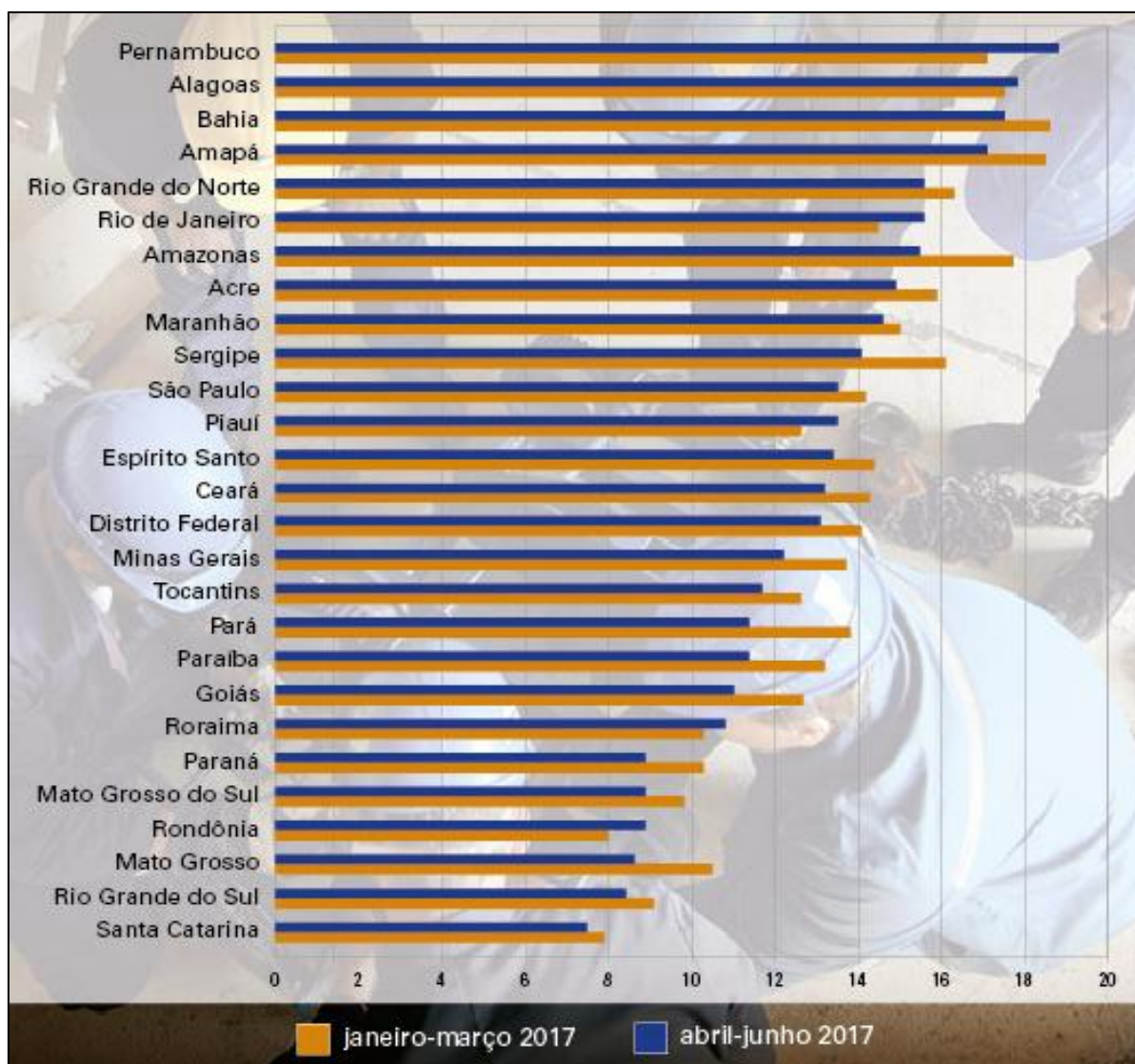
Nessa situação, o comprometimento do Estado vai se direcionando para o atendimento e cumprimento das exigências das agências financiadoras, bem como, para levantar os recursos necessários ao cumprimento dos acordos de pagamento que tem, na apropriação do fundo público, sua mais rentável garantia. De acordo com Salvador (2010), a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e a Lei Complementar n. 101, de 4 de maio de 2000 se constitui um dos instrumentos mais importantes para permitir a apropriação financeira do orçamento público brasileiro.

A LRF trata de limitar as despesas não financeiras do orçamento e priorizar o pagamento de juros. Essa lei foi criada no contexto de ajuste fiscal realizado no governo de FHC, monitorado pelo FMI. O acordo do FMI com o Brasil, formado após as eleições de 1998, implicou empréstimos no valor de US\$ 41 bilhões, impondo séries de condições na política macroeconômica do país, destacadamente a geração de superávits primários, ou seja, a realização de poupança primária no orçamento para honrar o pagamento dos juros da dívida. A carta de intenção assinada com o Fundo previa para 1999 um superávit primário de 2,6% do PIB elevando-se até 3,0%, em 2001. As metas foram constantemente elevadas até 4,5% do PIB, em 2004. Registre-se que, em todos os períodos, a meta de superávit primário estabelecido com o Fundo foi superada. E mais, os recursos economizados não foram suficientes para pagar todas as despesas com juros, agravando o endividamento do Estado (SALVADOR, 2010, p. 380-381).

Salvador (2010) esclarece ainda que, por meio do fundo público, são transferidas enormes massas de recursos para esses rentistas, restringindo as políticas sociais e a capacidade de investimento público.

As medidas tomadas, como aumento dos juros, criação de incentivos para atrair empresas estrangeiras, aumentos dos impostos, entre outras, recai sobre o trabalhador na forma de maior apropriação de seu trabalho e precarização das condições de vida. As informações publicadas pela Agência de notícias do IBGE, em agosto de 2017, comprovam esse quadro ao demonstrar que Pernambuco registrou 18,8% de desocupação no 2º trimestre de 2017, a maior taxa entre os estados brasileiros.

Figura 08: Taxa de desocupação por UF – pessoas de 14 anos ou mais de idade no trimestre abr-mai-jun de 2017



Fonte: IBGE – Pesquisa nacional por amostras de domicílios contínuas mensal.

Tais resultados fazem parte das amarras impostas pelo sistema capitalista no intuito de controlar as ações, ditar as regras, direcionar os investimentos, objetivando a reprodução de suas relações de dominação, o que confirma a prática de administração da pobreza funcional ainda para o abrandamento das lutas coletivas.

O capital rentista se reproduz também pela via da enorme quantidade de bancos de crédito do setor privado, que se especializou por todos os municípios do estado com suas agências ou seus correspondentes de crédito.

Soma-se a essa estrutura engendrada pelo estado, os bancos públicos federais, todos atuando no segmento de primeiro piso, com política de concessão de microcrédito como o Banco do Brasil, a Caixa Econômica e o Banco do Nordeste, este último, fixando a gigantesca estrutura logística de atendimento do programa Crediamigo, que se espalha por todo o estado por meio de agências e pontos de atendimentos, fortalecendo as políticas individualizantes de superação da pobreza em Pernambuco. Conforme dados do relatório de microfinanças de 2017, o Crediamigo, no ano de 2016, atingiu a marca de 402.539 clientes atendidos no estado. Segue tabela dos indicadores de alcance por estado.

Tabela 09: Indicadores Crediamigo: Indicadores de alcance por estado – Ano 2016

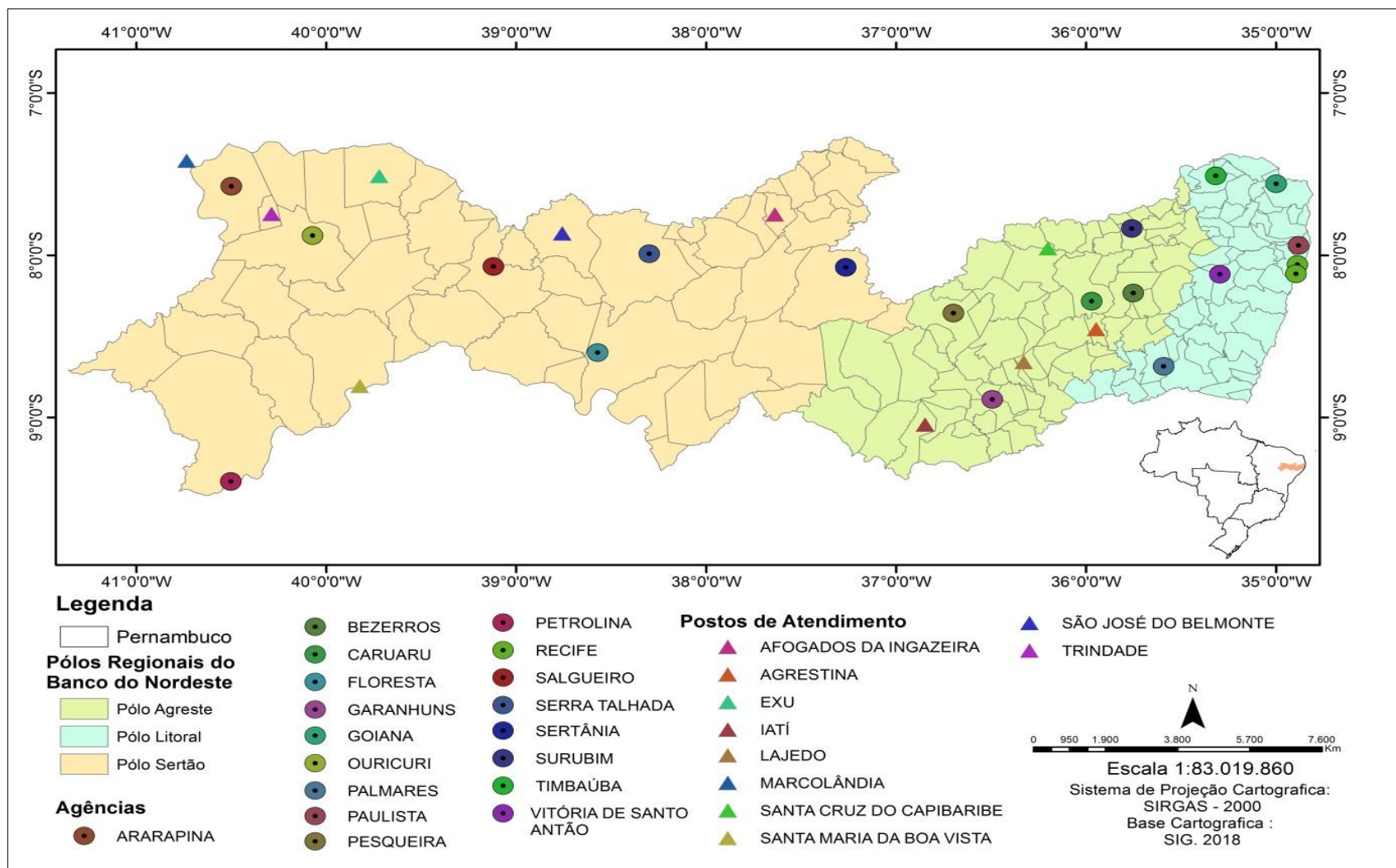
UF	Clientes Ativos	Carteira de empréstimos (R\$ Milhões)	Empréstimos Desembolsados (Quant.)	Empréstimos Desembolsados (R\$ Milhoes)	Clientes Atendidos (De 1997 a 2016)
AL	102.608	158,4	207.751	416,0	251.737
BA	254.717	364,4	479.670	990,1	655.735
CE	701.767	856,7	1.487.181	2.424,2	1.358.250
ES	4.584	10,2	8.210	25,4	14.738
MA	167.735	287,9	344.299	889,6	448.057
MG	99.950	132,3	191.131	364,6	217.079
PB	151.160	245,9	306.476	588,5	356.756
PE	144.209	236,9	266.048	555,5	402.539
PI	239.093	335,8	468.979	888,0	482.232
RN	117.114	183,0	235.443	483,9	273.030
SE	90.454	118,8	169.567	328,1	222.895
TOTAL	2.073.661	2.930,4	4.164.755	7.954,0	4.683.048

Fonte: Banco do Nordeste. Relatório do Programa de Microfinanças, 2017.

As estratégias montadas para se fazerem presentes em todos os lugares do estado, viabilizaram a abrangência do programa, que se estrutura a partir de uma divisão regional em três grandes áreas – Polo Sertão, Polo Agreste e Polo Litoral. Cada polo comporta Unidades de Atendimento responsáveis por um conjunto de municípios, a depender da demanda da região, instaura-se ainda, os Pontos de Atendimento, que atuam como extensão de alguma Unidade.

Confeccionamos um mapa a partir dos endereços das agências e pontos de atendimento disponíveis no site do BNB, para uma melhor visualização da espacialização do Crediamigo no estado de Pernambuco e da logística adotada.

Mapa 02: Espacialização do Crediamigo no estado de Pernambuco



Autor: LOPES, R. J. C. 2018.

Nesse conjunto de Unidades de Atendimento, destaca-se o Polo Sertão, onde estão localizados sete Unidades de Atendimento e seis Pontos de Atendimento, o maior em área e em quantidades. de postos de serviço. Nesta pesquisa, trabalharemos com a região. que compreende a Unidade de Petrolina, situada neste polo.

4.2 O Crediamigo e o empreendedorismo para o pobre na região do sertão semiárido de Pernambuco

A região que compreende a atuação da Unidade de Atendimento de Petrolina está situada no Polo Sertão de gestão do programa Crediamigo e possui sua sede neste mesmo município. Abrange uma parte da região do sertão semiárido pernambucano composta pelos municípios de Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Petrolina. Esse conjunto de municípios abrange uma área de 4.850,877 km² do território do estado e uma população estimada em 439.917 habitantes (IBGE, 2018).

Parte desta região está situada em áreas de sequeiro – Dormentes e Rajada – e parte margeia o rio São Francisco – Petrolina, Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista –, nas duas situações, os setores de serviço e agropecuária se constituem como principais⁵⁵. Essa condição faz da região uma área potencial para a expansão de políticas de microcrédito para microempreendedores de natureza rural e urbana.

A região, historicamente, tem se caracterizado pela retórica da pobreza justificada pelas características fisiográficas, pois trata-se de uma área com prolongados períodos de seca, onde se implementaram durante longos anos e até os dias de hoje, ações voltadas à escassez hídrica. Nos dias atuais, difunde-se o discurso de aprendizados de convívio com a pobreza, por meio de política de

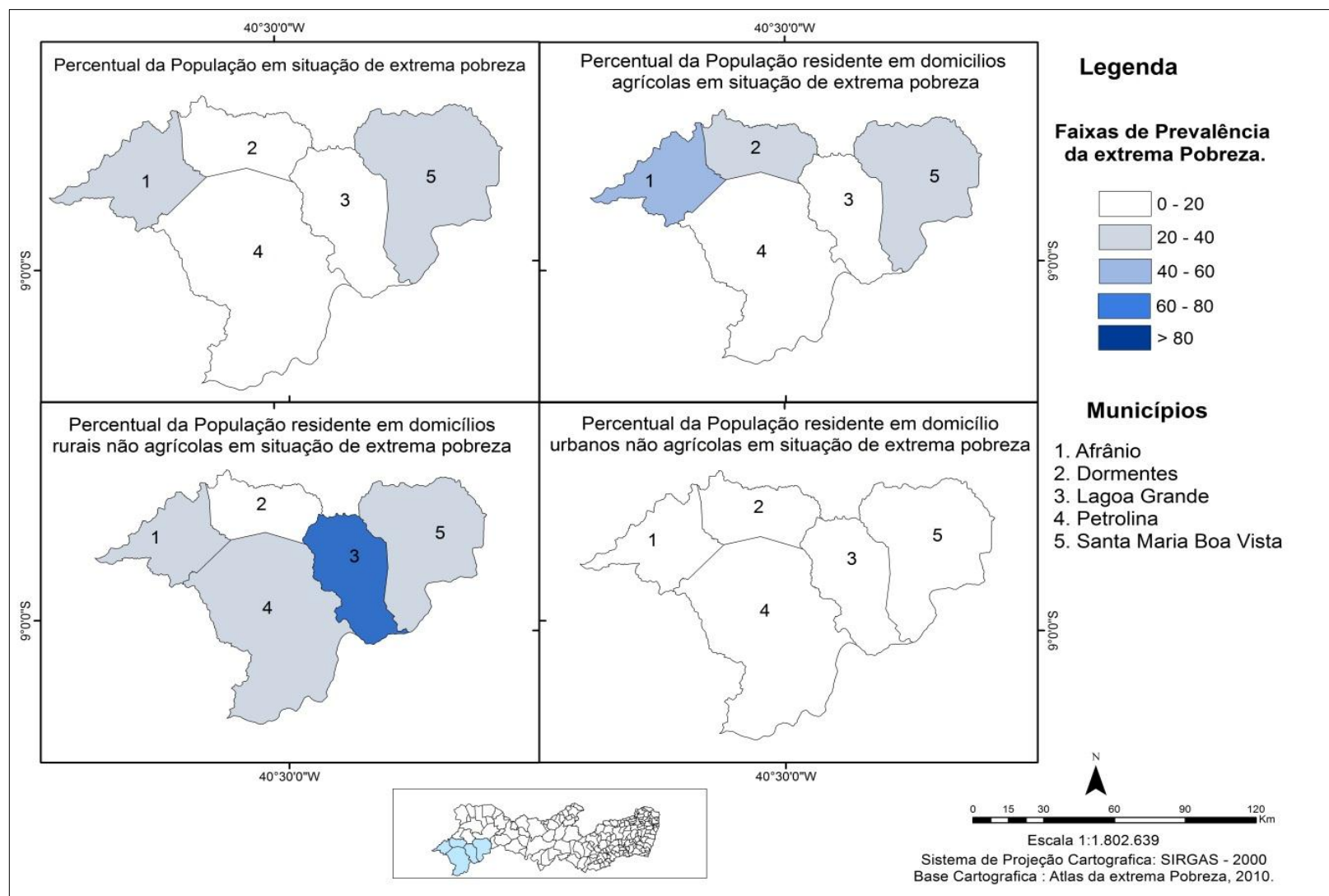
⁵⁵ De acordo com Gonçalves (1997), esta região se constituía área da sesmaria concedida a família de Francisco Dias d'Ávila, durante o Brasil colônia, que em seu auge se estendia da do litoral baiano até o Maranhão tendo a pecuária extensiva como principal atividade. Nessas áreas se desenvolveu os chamados currais, um tipo de organização da pecuária extensiva baseada na estruturação de fazendas para a criação de gado, principal atividade econômica da época e necessária a manutenção da ocupação.

combate à seca, muito embora permaneça a ênfase no combate e alívio da pobreza.

Atualmente, a pobreza continua se constituindo o principal elemento que define as condições de vida na região, discurso que ganha legitimidade no contexto da reestruturação e expansão do capital financeiro. Sua propagação tornou-se fundamental para viabilizar as ações desses agentes que encontraram na disseminação da lógica empreendedora a alternativa para superá-la.

O Atlas da extrema pobreza no Norte e Nordeste do Brasil, publicado pelo PNUD em 2010, apresenta dados da população residente em domicílios agrícolas, pluriativos, rurais não agrícolas e urbanos não agrícola. A partir dessas informações, observamos que a região que compreende a atuação do programa Crediamigo da Unidade de Petrolina possui municípios em que de 0% a 40% de sua população geral vive em situação de pobreza extrema (os municípios de Afrânio e Santa Maria da Boa Vista com 0% a 40% e os municípios de Petrolina, Lagoa Grande e Dormentes com 0% a 20%). Esse percentual se eleva, quando considerado o extrato da população residente em domicílios agrícolas – onde o município de Afrânio aparece com o percentual de 60% a 80% da população em pobreza extrema, Dormentes e Santa Maria da Boa Vista com 40% a 60% e Petrolina e Lagoa Grande de 0% a 20%, - e diminui ao considerar a população urbana – todos aparecem com o percentual de 0% a 20%.

Mapa 03: Percentual da população residente em domicílios agrícolas, pluriativos, rurais não agrícolas e urbanos não agrícolas da área pesquisada em 2010.



Fonte: Atlas da extrema pobreza no Norte e Nordeste no Brasil, 2010.

Em visita à Unidade do programa Crediamigo de Petrolina, obtivemos a informação de que no conjunto desta região, o valor desembolsado para empréstimos, desde o início da atuação do programa em 1998, até dezembro de 2017, foi R\$ 235.212.819,12 distribuídos entre 23.890 clientes, uma média mensal de 3 milhões em cartas de crédito para 1.150 clientes. Dos empréstimos, em sua maioria, 90% são realizados por grupos solidários⁵⁶ e 10% na modalidade individual.

Para uma melhor prestação do serviço nas localidades mais distantes da Unidade de atendimento de Petrolina e com objetivos de expandir o raio de atuação desta Unidade, o BNB montou um Ponto de Atendimento na cidade de Santa Maria da Boa Vista, que acolhe, além deste município, a população de Lagoa Grande. As figuras 09 e 10 a seguir mostram as instalações da Unidade de Atendimento de Petrolina e o Ponto de Atendimento em Santa Maria da Boa Vista, respectivamente.

Figura 09: Unidade de Atendimento do Banco do Nordeste em Petrolina - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

⁵⁶ Os grupos solidários são formados por dois ou mais pessoas para aquisição de empréstimos junto ao Banco do Nordeste. Nesse modelo, os integrantes do grupo são avalistas um dos outros.

Figura 10: Ponto de Atendimento do Banco do Nordeste em Santa Maria da Boa Vista – PE

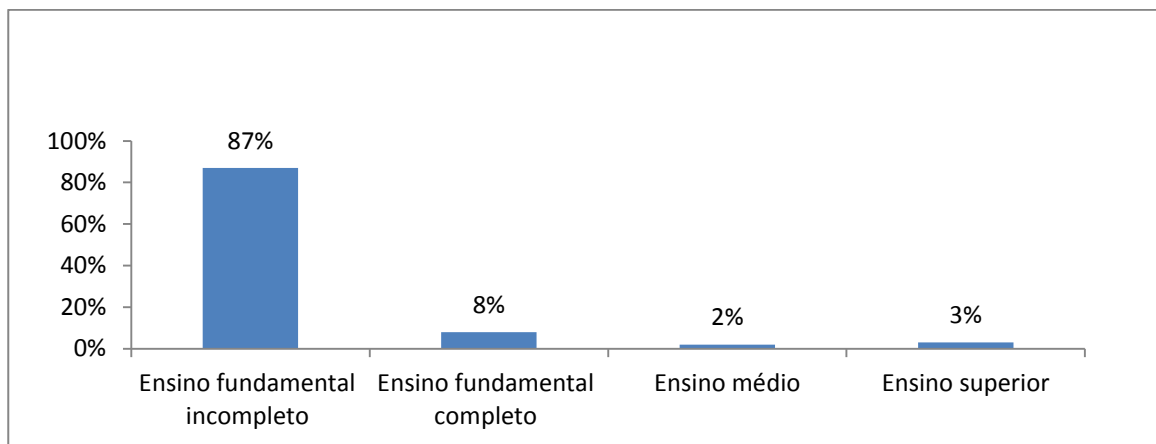


Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

A saída para acumulação, pela via microcrédito, inseriu no mercado das finanças um grupo da sociedade que nunca havia tido acesso à rede bancária. De acordo com informações do agente crédito entrevistado, a maioria dos clientes, abriram conta no banco somente ao tornarem-se microempreendedores para autorizar o depósito do dinheiro, serviço viabilizado pelo agente de crédito.

Foram realizadas 73 entrevistas com trabalhadores clientes do programa Crediamigo distribuídas pelos cinco municípios. Os entrevistados, em sua maioria, 87% possuem apenas o ensino fundamental incompleto. Trata-se de um perfil de trabalhadores com idade acima dos 40 anos, que relatam as dificuldades de acesso à educação em seu processo de formação. O gráfico que segue ilustra o perfil de escolaridade desses entrevistados.

Gráfico 19: Perfil de escolaridade do grupo pesquisado solicitante de crédito junto ao Crediamigo



Fonte: A autora, 2017.

Segundo informações obtidas na Unidade de Atendimento de Petrolina, os clientes do Crediamigo são empreendedores individuais autônomos que, em sua maioria, 80%, utilizam o crédito para o capital de giro, investindo na compra de mercadoria para seus comércios e 20% procuram o capital fixo para compra de equipamentos.

A pesquisa de campo nos municípios que compreendem a Unidade de Petrolina foi realizada com trabalhadores dos mais variados segmentos de atividade produtiva. Neste sentido, percebemos que atividades, antes descartadas pela própria lógica do capital financeiro, dedicadas a grandes volumes de investimentos e ou financiamento, hoje se tornaram essenciais a sua reprodução, conforme demonstrado nas figuras que seguem.

Figura 11: Escritório de serviços técnicos especializados em consultoria agrícola na cidade de Dormentes - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 12: Bancas de confecções de solicitantes de crédito entrevistado em feira livre na cidade de Santa Maria da Boa Vista – PE, ao fundo agência de financiamento de crédito



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 13: Banca de confecções de solicitante de crédito entrevistado em feira livre na cidade de Lagoa Grande– PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 14: Ateliê de costura de solicitante de crédito entrevistada na cidade de Petrolina - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 15: Quiosques de confecções de solicitantes de crédito entrevistados no Mercado Turístico na cidade de Petrolina - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 16: Comércio de solicitante de crédito entrevistado na cidade de Petrolina - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 17: Ponto de mototaxistas solicitantes de crédito entrevistados na cidade de Petrolina - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 18: Equipamentos de estúdio fotográfico adquirido após obtenção de crédito de entrevistada na cidade de Petrolina - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 19: Mercadoria de Vendadora de roupa em domicílio de entrevistada na cidade de Petrolina - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 20: Mercadoria de Vendadora de cosméticos em domicílio de entrevistada na cidade de Afrânio - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 21: Mercadoria de fornecedor de refeições na cidade de Dormentes - PE



Fonte: A autora, 2017.

São empreendimentos simples, em muitos casos realizados na própria residência como vendedores de cosméticos, roupas íntimas, costureira, sacoleira, fornecedor de refeições, entre outros. São alternativas de domínio na reestruturação da economia, que se define, na perspectiva de Mészáros,

como a necessidade de gerar um novo tipo de produtividade sobre as ruínas da destrutiva e dispendiosa subordinação das energias e forças produtivas da sociedade do capital, em função de suas perversas necessidades de auto-expansão. No mesmo contexto, essa necessidade implica também a produção de uma oferta adequadamente expansível de fundos e recursos, em harmonia com o novo tipo de produtividade, em lugar de uma que o restringe e potencialmente o paralisa, já que a absurda superprodução/escassez de capital tolhe hoje necessariamente o modo de produtividade vigente (2009, p. 87).

Essas atividades criadas, fomentadas e incentivadas pelo Estado não reflete garantia de sustentabilidade e não se reproduzem a longo prazo, uma vez que concorrem no mercado globalizado.

Nesses moldes, retomamos a Lei Geral de Acumulação Capitalista para explicar, neste processo em questão, que, no desenvolvimento do crédito, os banqueiros tornaram-se gerenciadores do capital-dinheiro, a partir de um processo

de concentração e centralização⁵⁷, que, segundo Marx, não é outra explicação para a reprodução em escala ampliada, “uma potência inteiramente nova no sistema do capital”. Marx explica que, no princípio, o crédito se desenvolveu modestamente – “sorrrateiramente” – auxiliando o processo de acumulação. Esses recursos monetários, dispersos pela superfície em massas maiores ou menores, rapidamente “se convertem numa arma nova e temível na luta concorrencial e, por fim, num gigantesco mecanismo social para centralização dos capitais” (MARX, 2011, p. 852. O Capital, cap. XXIII – A Lei Geral de Acumulação Capitalista).

É um movimento de acumulação, que acontece em paralelo à ampliação da produção capitalista, que cria a necessidade social. Nessas condições, “na mesma medida em que se desenvolve a ampliação e acumulação capitalista, desenvolvem-se também a concorrência e o crédito, as duas alavancas mais poderosas da centralização”. Segundo Marx, “a força de atração mútua dos capitais individuais e a tendência à centralização são maiores do que em qualquer época anterior”. Marx destaca, ainda, a origem desses capitais ao esclarecer que “se aqui o capital pode crescer nas mãos de um homem, até formar massas grandiosas é porque acolá ele é retirado das mãos de muitos outros homens” (Ibid, p. 853), demonstrando que se trata da apropriação do trabalho, assim como acontece com os trabalhadores inseridos na lógica das políticas de microcrédito. Essa explicação demonstra a atualidade de sua obra que responde precisamente ao contexto de financeirização contemporâneo.

Na região de atendimento de Petrolina, o coordenador de crédito nos informou que 90% dos empréstimos são realizados para grupos solidários e 10% na forma individual. Destacamos que o grupo solidário é formado para viabilizar a liberação do crédito uma vez que os membros dos grupos são avalistas uns dos outros, mas os contratos são feitos individualmente. Para a obtenção do crédito na forma individual, o microempreendedor necessita de 2 avalistas, o que os leva a formação de grupo, pois, geralmente atuam no mesmo ramo de trabalho. As entrevistas, em sua maioria, foram realizadas em conversas com pessoas do mesmo grupo e mesmo seguimento de atividade: grupo de feirantes, mototaxistas, lojistas de vários setores, artesãos e grupos montados pela mesma família que

⁵⁷ Neil Smith em sua obra Desenvolvimento Desigual – natureza, capital e a produção do espaço, desenvolve com clareza estes conceitos em seu capítulo 4.

trabalha em atividades de comércio, entre outros. Pesquisamos também trabalhadores autônomos, entre eles, vendedores de roupa em geral, fotógrafo, consultor ambiental, advogado, relojoeiro entre outros.

Perguntada quais as motivações que os levaram a tornarem-se um empreendedores, identificamos que as razões principais estão relacionadas à falta de emprego, às tentativas de procurar uma renda e melhorar de vida, como relata esta comerciante entrevistada:

- Me tornei microempreendedora e comecei a fazer empréstimos por conta do mercado de trabalho, porque hoje em dia, trabalho, por mais que você tenha capacidade, aqui no nosso país, tudo exige conhecimento de alguém lhe indicar. Assim fica difícil, porque por mais que você tenha capacidade de exercer aquele cargo, você não tem a oportunidade. (Proprietária de distribuidora de bebidas. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

- Eu resolvi pegar esses empréstimos porque eu tinha que achar um meio para dar de comer pros meus filhos, por que tava meu marido desempregado há mais de ano e como eu sou costureira, conheço roupa, aí resolvi ir comprar roupa em Caruaru pra vender, pra tirar uma renda extra, foi aí que comecei a tirar o Crediamigo. (Costureira e sacoleira. Entrevista de campo na cidade de Lagoa Grande, 2016).

O microcrédito, nesse sentido, insere o trabalhador desempregado no sistema financeiro, tornando-se uma alternativa ao ajuste estrutural, sem que se possa negar as necessidades da população carente. Esses arranjos, elaborados como saídas às crises inerentes ao processo de acumulação, tornam, segundo Harvey (2006), aparente, a irracionalidade do capitalismo, expondo com mais facilidade o capital inaproveitado, de um lado, e a força de trabalho desempregada do outro, mascarando a irracionalidade desse modelo.

Sobre essa questão, Oliveira (2017, p. 269) alerta para a necessidade de uma interpretação cuidadosa da realidade que “tem colocado nos sujeitos o papel de protagonista desta nova trajetória histórica no enfrentamento do desemprego e pobreza”. A autora reforça, explicando que o discurso da liberdade e do voluntariado tem construído uma rede discursiva e material, que obscurece a real funcionalidade no enfrentamento das contratendências das quedas na taxas de

lucros e suas principais expressões como o desemprego, a flexibilização, a destruição da natureza, a desregulamentação e o aumento da pobreza, que se apresenta nos mais diversos extratos da superpopulação relativa.

O programa Crediamigo, nesse sentido, tem dado fôlego ao processo de acumulação, não apenas como necessário para a ampliação do capital financeiro, mas, sobretudo, na articulação, da lógica do empreendedorismo individual, que tem engendrado um arcabouço conceitual funcional ao controle dos conflitos de classe.

Nas palavras de muitos trabalhadores, especialmente aqueles que atuam nos ramos do comércio, desde antes do acesso ao crédito, este programa tornou-se importante para subsidiar a reprodução de sua atividade. Esses, passaram a utilizar empréstimos com perspectiva de melhorar seu negócio e, conseqüentemente, as condições de vida, pois, de acordo com os relatos, o crédito serve para reduzir os custos dos produtos a partir de compra à vista aos fornecedores,

- A renda melhorou depois do empréstimo porque a gente sempre tem mais mercadorias e acaba vendendo mais, quando você tem o capital de giro você pode escolher sua mercadoria e comprar com um preço melhor, porque com o dinheiro na mão o desconto na mercadoria é maior. (Comerciante de confecções. Entrevista de campo na cidade de Afrânio, 2016).

- Todo dinheiro que eu pego do empréstimo é para aplicar no comércio, só para comprar mercadoria. (Comerciante ambulante de barraca de bonés. Entrevista de campo na cidade de Santa Maria da Boa Vista, 2017).

- Eu pego esse dinheiro pra comprar mercadoria, emprego todo na loja. (Comerciante de peças íntimas. Entrevista de campo na cidade de Dormentes, 2017).

- Peguei aqui pra loja, pra comprar mercadoria por que se for pra pegar o dinheiro pra pagar conta não vai pra frente não. (Comerciante de confecções em quiosque. Entrevista de campo na cidade Petrolina, 2017).

Percebemos nas falas dos entrevistados e ao observarmos os empreendimentos, que existe disciplina quanto a aplicação do dinheiro. A fiscalização e o acompanhamento pelos agentes de crédito garantem que os

tomadores do crédito evitem o desvio do objeto do empréstimo, e ainda permite controlar a inadimplência. Nesse acompanhamento, são realizadas reuniões para orientação de investimento, oficinas, palestras direcionadas ao empreendedorismo, fazendo do agente de crédito uma peça chave no desenvolvimento do programa, o que pode ser confirmado pelo destaque feito por um entrevistado:

- Sempre que a gente pega o empréstimo temos que mostrar como usamos o dinheiro, eles vem pra saber onde o dinheiro foi empregado, não pode tirar para outra finalidade (Comerciante de produtos variados. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

Nesse sentido, perguntamos se o crédito contribuiu para melhorar sua atividade comercial e em caso de melhora, em que sentido. Sobre esse aspecto, eles observaram que:

- Depois dos empréstimos minha renda melhorou, porque eu pago um juro pequeno e dar pra trabalhar com ele, eu posso comprar mais mercadoria, então dobrou. (Feirante. Entrevista de campo na cidade de Afrânio, 2017).

- Esse empréstimo ajudou muito, o juro lá é baixo, dá pra você pagar e sempre a gente tem um capital de giro maior, você pode comprar mercadorias com preços de avista, melhorou nesse sentido. É um segundo caixa, um caixa extra, por exemplo, tem uma promoção e você o dinheiro extra pra investir no comércio. (Dona de mercadinho. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

- Antes deu tirar o empréstimo as prateleiras era tudo vazia e agora é diferente (Dona de lojinha de cosméticos. Entrevista de campo na cidade de Dormentes, 2017).

- A renda melhorou porque a gente tem mais descontos nas compras à vista (Feirante. Entrevista de campo na cidade de Lagoa Grande, 2016).

- Eu pego o Crediamigo há seis anos, a gente pega de quatro em quatro meses. Eu sempre pego para ajudar no comércio e reposição de mercadoria. (Dona de loja de confecções. Entrevista de campo na cidade de Santa Maria da Boa Vista, 2017).

Observamos, em relação às respostas, que a maioria delas expõe a importância do crédito para investir e melhorar a qualidade do serviço prestado. Entre os feirantes, a resposta foi unânime, pois a reposição de frutas e verduras comercializada precisa ser feita semanalmente, já que para eles é muito interessante comprar à vista dos fornecedores, o que justifica a necessidade do capital de giro.

As figuras 22 e 23 retratam a feira livre do bairro José e Maria na cidade de Petrolina. É possível observar, ao fundo, um feirante que contratou cerca de dois mil reais e que conseguiu melhorar a estrutura de sua banca, assim como aumentar a quantidade de sua mercadoria nas vendas diárias.

Figura 22: Feirante entrevistado na feira livre na cidade de Petrolina



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 23: Banca de feira, retratando o aumento no volume de mercadorias comercializadas pelo feirante, após a aquisição do crédito, na feira livre na cidade de Petrolina - PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Para outros, os relatos não são de ganhos, de vantagens: uma entrevistada destacou que o microcrédito não faz tanta diferença, como explicou esta trabalhadora do comércio:

“Eu percebo que o empréstimo não foi muito importante pra manter a loja, me ajuda, mas não dependo dele não, porque o segredo do comércio é você ser controlada e não gastar tudo” (Dona de quiosque. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

Nesse caso, os mototaxistas foram mais expressivos. Isto se deve ao fato de que nessa atividade, diferente dos comerciantes e feirantes, não existe necessidade de reposição constante de mercadoria, além de que a linha de crédito é direcionada à compra de peça e manutenção da moto, com limite de 2.000 reais. Nesse caso, também diferente das outras atividades, o limite não aumenta com a

requisição frequente dos empréstimos. Os relatos e a figura 24 a seguir expõem esse quadro:

- No meu trabalho de moto de táxi mesmo não influencia em nada, talvez se eu não tivesse seria até melhor, porque essas prestação ai quando a gente pensa chega a data e lá vai a gente correr pra pagar. Só é bom mesmo no dia que a gente vai pegar o dinheiro no banco e recebe, depois é aperrei (Dono de ponto de mototáxi. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

- Se eu não tirasse o Crediamigo isso não iria interferir no meu trabalho (Dono de ponto de táxi. Entrevista de campo na cidade de Lagoa Grande, 2016).

Figura 24: Ponto de moto taxistas na cidade de Petrolina



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Questionamos os entrevistados sobre as condições de vida: se melhoraram após a obtenção do crédito, se os lucros da atividade aumentaram, possibilitando melhorias na renda familiar. Os relatos dos trabalhadores revelam cabalmente as contradições da política de microcrédito proposta para a superação da pobreza. Escolhemos alguns, entre tantos relatos, que demonstram as dificuldades, mesmo em face da obtenção do crédito:

- As melhoras são poucas. Sobre o crédito não melhorou nada, mas pra dizer que eu estou me beneficiando daquilo não, as vezes sim, porque a gente tá precisando pagar alguma coisa, mas pra dizer que melhorou a minha condição devida não, eu nem tô achando essas vantagens toda, por que a gente fica com aquele compromisso sempre. (Comerciante de mercadinho. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

- Minha renda melhorou só um pouquinho, a vantagem é só na hora de comprar mercadoria porque você compra a vista e tem mais descontos. Mas até você terminar de pagar o empréstimo é complicado você ter lucro, por que todo mês você tem que pagar aquela conta, termina de pagar um e já tem que juntar dinheiro para o próximo. É bom e não é, ajuda, mas né muito não (Dona lojinha de confecções. Entrevista de campo na cidade de Santa Maria da Boa Vista, 2017).

- Eu mesmo acho esses crédito muito sem futuro, porque a gente sempre fica trabalhando em função daquilo, vive pra pagar os empréstimos, chega uma hora que você fica sem mercadoria e fica devendo, por que no comércio num é sempre que a gente vende bem, a gente não pode nem confirmar uma renda, nunca é o suficiente, tem mês que dá tem mês que não dá e a gente vai empurrando com a barriga (Dono de uma loja de móveis. Entrevista de campo na cidade de Afrânio, 2017).

Essas falas desnudam a lógica empreendida pelos agentes do capital financeiro, legitimada pelo Estado quanto à superação da pobreza via política de microcrédito. A realidade social, materializada no conjunto das relações que engendram as condições de vida dos trabalhadores, demonstra o sentido maior de seus objetivos: a administração da pobreza como permanente mecanismo de sustentação das tendenciais quedas nas taxas de lucros diante das crises estruturais.

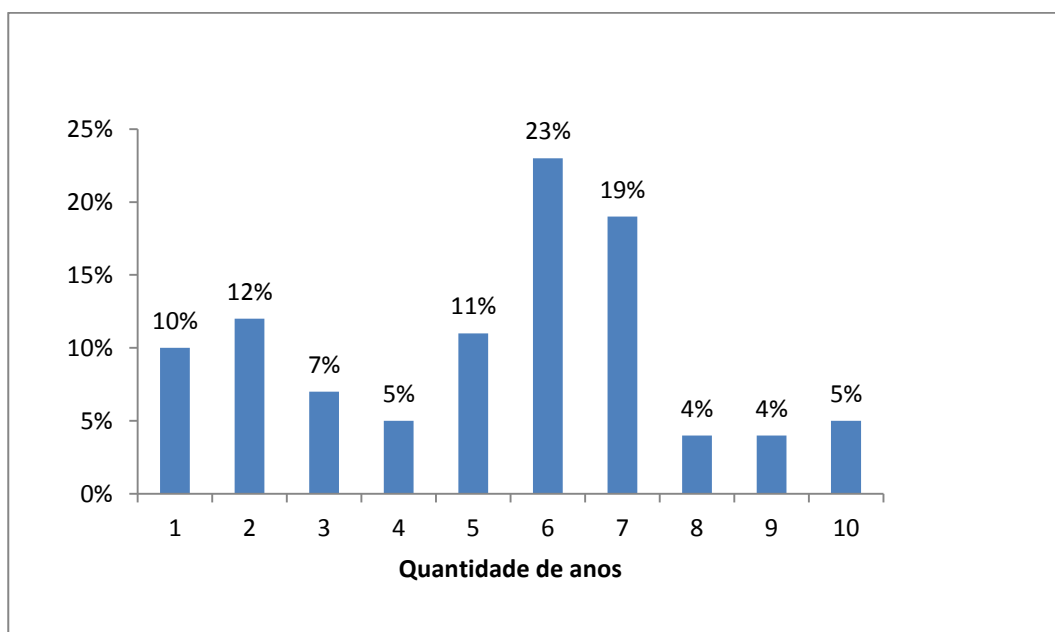
A necessidade de compreensão do movimento real da sociedade, neste caso em questão, dos trabalhadores enredados no programa Crediamigo, impôs a realização de uma análise de outros elementos relacionados às condições de sua reprodução. Identificamos que 84% dos pesquisados, mesmo se utilizando do microcrédito, possuem renda familiar mensal na média de 2.000 reais, com vários relatos da insuficiência dessa renda para cumprir com as despesas básicas da família. Esse valor é distribuído no pagamento da parcela do empréstimo, das

despesas com conta de água, luz, alimentação, em alguns casos, com aluguel. O acesso aos serviços de saúde e educação se dá por meio do setor público em quase todos os casos.

Os 100% dos trabalhadores entrevistados não possuem auxílio do governo, como bolsa família; ao cadastrarem-se como Microempreendedor individual – MEI, é retirado o direito do benefício. Aqueles que não possuem cadastro e não têm o benefício é porque os filhos já saíram da faixa de idade e existem aqueles que foram cortados do programa e não souberam explicar a razão. 40% dos trabalhadores não possuem casa própria ou nenhum outro bem, como automóveis para auxiliar o seu trabalho, uma vez que a atividade de ambulante, por exemplo, exige deslocamentos com a mercadoria.

São trabalhadores que estão há muitos anos como clientes do programa Crediamigo, renovando os seus contratos. Confeccionamos um gráfico, a partir das entrevistas, o qual demonstra que todos os entrevistados renovam seus empréstimos e a maioria 66% o fazem há mais de cinco anos constantemente. Conforme gráfico abaixo.

Gráfico 20: Relação entre o número (%) de pessoas e a quantidade de tempo em anos em que efetuam empréstimos junto ao Crediamigo



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Em todos os casos, confirmou-se, nas falas dos entrevistados, que a aquisição do empréstimo é realizada continuamente, ao final de cada contrato, que se dá no limite máximo de 06 meses para capital de giro e até 24 meses para capital fixo, processa-se um novo, ou seja, esses trabalhadores possuem compromissos com o banco mensalmente há vários anos, conforme exposição de alguns entrevistados:

- Eu tiro o empréstimo em dois bancos, no Santander e no Crediamigo, tem uns 6 anos que eu tiro. Eu tiro direto, de seis em seis meses, termino de pagar um e já tiro outro, pago um dia cinco e outro dia oito do mês (Feirante. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).
- Eu pego o microcrédito há uns quatro anos, sempre tiro para comprar mercadorias. Eu pego de seis em seis meses, quando termina um eu faço outro. Sempre que a gente faz um aumenta praticamente mil reais no crédito, quando tá no nível que eu tô, todo mês aumenta (Dona de lojinha de cosméticos. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).
- Eu tenho dez anos que tiro empréstimo e 16 anos que sou microempreendedora (Sacoleira. Entrevista de campo na cidade de Afrânio, 2017).
- Eu recorro sempre ao empréstimo, o prazo é de quatro meses, termino um e começo outro (Mototaxista. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).
- Tem uns quatro anos que passei a tirar o empréstimo e sempre tiro um atrás do outro sem parar. Tiro tanto em grupo como individual, tiro das duas formas (Feirante. Entrevista de campo na cidade de Santa Maria da Boa Vista, 2017).
- Tenho um ano que sou microempreendedor e de que eu pego empréstimo com o Crediamigo tem seis anos e sempre pego um atrás do outro, dá dois por ano (Comerciante de aviamentos e restaurante. Entrevista de campo na cidade de Lagoa Grande, 2016).
- Sempre que termina a gente já pega outro, é de seis em seis meses é acabando um e tirando outro (Costureira. Entrevista de campo na cidade de Dormentes, 2017).

Foi estabelecida, portanto, uma relação de dependência desse crédito, encadeada pela necessidade constante do mesmo, diante das dificuldades de

manutenção das atividades do comércio e da reprodução social. Os chamados 'microempreendedores' desenvolvem atividades simples, com pouco volume de investimentos, destinados também a uma pequena clientela. Não se trata de capitalistas, mas, trabalhadores "que como produtor simples de mercadoria, é um possuidor de meios de produção para ganhar a vida" (SINGER, 1987, p. 24). Nesse movimento, precisa ser responsável por todas as suas demandas como moradia, alimentação e outros serviços imprescindíveis a sua existência, dificultadas ainda mais, quando se trata de um país como o Brasil, que exerce a maior taxa de juros do mundo sobre bens e serviços. Assim, a manutenção das despesas cotidianas só é possível com o aumento exponencial das horas de trabalho.

Nessa lógica, esses trabalhadores, para cumprirem os compromissos mensais junto ao banco, desdobram-se em jornadas cada vez mais exaustivas relatadas com tons de desabafo e mostram desânimo diante da sua condição,

- Eu trabalho em duas feiras, umas doze horas por dia, porque se eu for contar dá mais, por que na feira são três dias por semana e eu chego cinco horas da manhã e saio doze horas da noite. (Feirante. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

- Nunca tirei férias, vai fazer quarenta anos que tô nessa luta aqui na feira, uma vida inteira. (Feirante. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

- Infelizmente nós não temos férias não, nem férias, nem feriado, nem final de semana. Acaba que a gente não tem nada férias, nada de lazer, nada familiar porque não dá pra fazer nada. Se for pra tirar um domingo você tem que deixar de trabalhar um dia, aí se eu fizer isso vou ter que deixar de trabalhar os outros dias, porque se eu comprar pouca mercadoria não compensa (Feirante. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

- Desde cinco anos de idade que eu tô nesse ramo aqui de feira, já não aguento mais, eu gosto, mais é muito cansativo (Feirante. Entrevista de campo na cidade de Dormentes, 2017).

- Eu trabalho cerca de nove horas por dia e no sábado até meio dia e férias eu tiro três dias no ano que é quando eu vou pra Juazeiro do Norte, só paro esses dias pra ir pra romaria (Mototaxista. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

- Eu trabalho cerca de doze horas por dia e o final de semana também. Eu não tiro férias, as vezes tiro um dia pra folgar, mas

férias mesmo não (Costureira. Entrevista de campo na cidade de Lagoa Grande, 2016).

- Eu trabalho oito horas por dia, acho muito porque ainda tem o sábado. Eu mesmo nunca tirei férias, trabalho pra mim mesmo e nunca tirei férias. É difícil porque se eu sair o negócio para. Minha renda é cerca de três mil, aí quando eu tirar pra pagar as contas não sobra nem mil, aí não dá pra tirar férias (Relojoeiro. Entrevista de campo na cidade de Petrolina, 2017).

- Aqui eu trabalho doze horas, o trabalho aqui é direto não paro não, eu chego é cedo, fico a semana toda e o sábado e ainda tem o domingo nas feiras livres. Não tiro férias, mesma coisa que uma escrava (Comerciante. Entrevista de campo na cidade de Afrânio, 2017).

- Eu trabalho de nove da manhã às cinco da tarde e no sábado de nove da manhã às três da tarde e não tiro férias e já tem muitos anos (Comerciante. Entrevista de campo na cidade de Santa Maria da Boa Vista, 2017).

Essa realidade reafirma a nova lógica de extração de mais-valia no conjunto dos imperativos da reestruturação produtiva, que se apropria da riqueza gerada pelo trabalho por meio da cobrança dos juros dos empréstimos. A ofensiva do capital, nesse contexto, flexibilizou as formas de obtenção de lucro produzido pelo trabalhador, reencaminhando as bases de exploração a partir da expansão do capital bancário via crédito individual.

No universo feminino, esta relação de exploração é intensificada: “tem-se aí um perverso ciclo vicioso de pobreza e exclusão com evidente recorte de gênero” (CAMPOS, p. 185, 2011). As mulheres, maioria no espaço do empreendedorismo e maioria também entre os entrevistados desta pesquisa, 70%, são levadas pelo discurso da emancipação e de empoderamento que se apresenta como capaz de recolocá-las no meio social, como se elas estivessem fora e sua entrada tivesse sendo viabilizada apenas pela inserção no meio empresarial.

A condição da mulher no cenário da pobreza revela uma face desumana deste processo em que a nova divisão sexual do trabalho a insere nas atividades de mercado sem desprendê-las do conjunto das obrigações impostas pela desigualdade de gênero. Assim, sua luta é ainda mais dura, como chefe de família

e, em muitos casos, a única fonte de renda da casa, como provedora dos recursos para a manutenção da família.

As implicações desse processo arquitetado pela estrutura financeira, dirigido pelos agentes multilaterais, coloca em evidência a força perversa desta etapa de mundialização, que engendrada sobre a ideia de indivíduo livre, autônomo, responsabiliza-o pela desrealização de suas expectativas de vida. O sujeito individual, funcional das novas artimanhas do precário mundo do trabalho, vive uma luta constante para produzir a riqueza exigida pelos agentes financeiros, que o captura e o torna dependente. Simultaneamente, esses trabalhadores precisam reproduzir sua existência, revelando, portanto, a pobreza como produto final desse processo escondido pelo caráter alienante desse movimento, sustentador principal dessas novas bases de exploração.

O quadro se intensifica quando se considera a massa de trabalhadores, que recorre às inúmeras agências de crédito privadas, especializadas pelos municípios. Diante da dura realidade imposta pela flexibilização das relações de trabalho, os créditos consignados e outras modalidades de empréstimo aparecem como alternativas às dificuldades financeiras, aprofundando o endividamento, comprometendo a renda e recriando outros problemas dessa natureza.

Durante visita aos municípios que compõem a área de pesquisa, verificamos a forte presença dos correspondentes de créditos; eles estão localizados em pontos estratégicos, como praças ou próximo a bancos maiores onde a circulação de pessoas é constante. Esses correspondentes funcionam em qualquer espaço e pode também ser conjugada a outra atividade no mesmo ponto, como demonstra a imagem abaixo, onde um escritório de advocacia, na cidade de Dormentes, funciona como banco de empréstimos.

Figura 25: Escritório de advocacia e ponto de empréstimo de crédito na cidade de Dormentes – PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

As imagens que seguem apresentam outros correspondentes de créditos identificados durante visitas a Santa Maria da Boa Vista, Lagoa Grande, Afrânio e Petrolina.

Figura 26: Escritórios de empréstimos de crédito na cidade de Santa Maria da Boa Vista – PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 27: Escritórios de empréstimos de crédito na cidade de Lagoa Grande – PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Figura 28: Escritórios de empréstimos de crédito na cidade de Petrolina – PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Em Petrolina, a rede que oferece os serviços de crédito é enorme, aqui apresentamos algumas imagens para demonstrar. São inúmeros os correspondentes de crédito direcionados a empréstimos acessíveis à população que pode, inclusive, estar negativada, como é o caso da Crefisa que concede empréstimos com clientes nessas condições. Essas agências se multiplicam sem limites com anuência do Estado, regulador imprescindível no fomento às políticas focalizadoras que empreendem sua espacialização.

Na região de pesquisa coadunam o público e o privado sob escalas nacional/regional com o programa Crediamigo, estadual com as agências de fomento ao empreendedorismo de Pernambuco e, localmente, com a implantação da Agência Municipal do Empreendedor – AGE em Petrolina.

Figura 29: Agência Municipal do Empreendedorismo na cidade de Petrolina – PE



Fonte: Oliveira, Renata S. 2017.

Com a estruturação desta agência municipal, a Prefeitura de Petrolina passou a subsidiar programas de auxílio à população pobre, no rol das políticas individualizantes do modelo pontual de políticas de crédito e capacitação empresarial. O crédito é disponibilizado por uma agência selecionada por meio de processo licitatório em uma simbiose entre o público e o privado. Outro projeto, em

fase de implantação, é a Escola do Empreendedor, sediada nesta agência, que, segundo informações concedidas em entrevista pelo diretor-presidente Sebastião Amorim aos comunicadores da cidade, a escola visa atender aos microempreendedores da cidade e zona rural e auxiliar quem deseja investir na gestão de microempresas para potencializar o atendimento a suas atividades por meio de consultorias e microcrédito. Sua fala exalta esta via da política pública e seu compromisso com a viabilização dessas ações.

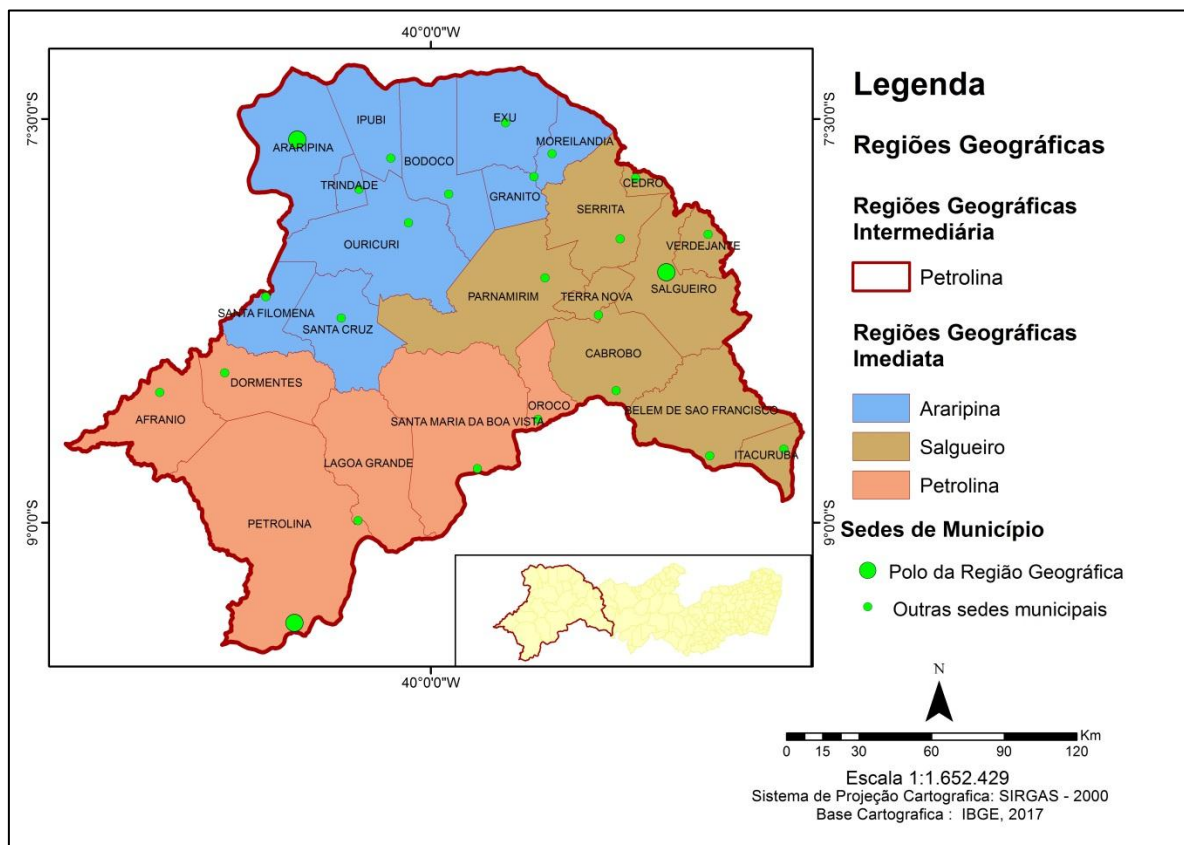
Quero dizer que estamos nas tratativas finais para o lançamento desse grande projeto que vai oportunizar aos empreendedores conhecimento necessários para iniciar e gerir um empreendimento orientado e sustentável (Blog Ricardo Banana, janeiro de 2018).

Petrolina sedia, ainda, agências do SEBRAE e do CEAPE-PE, constituindo um polo regional de infraestrutura para o desenvolvimento do empreendedorismo e dos microcréditos. Considerando a nova divisão regional proposta pelo IBGE em 2017, esta área, que compreende a Região Imediata de Petrolina⁵⁸, disponibiliza os mais diversos serviços direcionados a ampliação da 'eficiência' do capital financeiro via políticas focalizadoras, em um raio de atendimento extenso, cobrindo uma estratégica área para (re)produção espacial de políticas de fomento à pobreza no

⁵⁸ A Região Imediata, é a unidade menor da Região Intermediária, que correspondem a uma escala intermediária entre as Unidades da Federação e as Regiões Geográficas Imediatas. A estruturação desta nova perspectiva de caracterização destas áreas, deveu-se, segundo IBGE, 2017, “a necessidade de atualização do quadro regional anterior (Mesorregiões e Microrregiões Geográficas) produzido na década de 1980. O recorte das Regiões Geográficas Imediatas e Intermediárias de 2017 incorpora as mudanças ocorridas no Brasil ao longo das últimas três décadas. O processo socioespacial recente de fragmentação/ articulação do território brasileiro, em seus mais variados formatos, pode ser visualizado em vários estudos desenvolvidos no IBGE. As Regiões Geográficas Imediatas têm na rede urbana o seu principal elemento de referência. Essas regiões são estruturas a partir de centros urbanos próximos para a satisfação das necessidades imediatas das populações, tais como: compras de bens de consumo duráveis e não duráveis; busca de trabalho; procura por serviços de saúde e educação; e prestação de serviços públicos, como postos de atendimento do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, do Ministério do Trabalho e de serviços judiciais, entre outros. O recurso metodológico utilizado na elaboração da presente Divisão Regional do Brasil valeu-se dos diferentes modelos territoriais oriundos de estudos pretéritos, articulando-os e interpretando a diversidade resultante” ainda de acordo IBGE, “A região torna-se, por meio dessa opção, uma construção do conhecimento geográfico, delineada pela dinâmica dos processos de transformação ocorridos recentemente e operacionalizada a partir de elementos concretos (rede urbana, classificação hierárquica dos centros urbanos, detecção dos fluxos de gestão, entre outros), capazes de distinguir espaços regionais em escalas adequadas (Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias, 2017).

sertão semiárido nordestino. Produzimos um mapa a partir da base de dados do IBGE (2017), para uma melhor ilustração dessas informações.

Mapa 04: Região geográfica intermediária de Petrolina - PE



Autor: LOPES, R. J. C. 2018.

No cenário da ampliação financeira, a fluidez dessa modalidade de capital se especializa, expondo sua estrutura de comando. As implicações dessa realidade configuram-se em uma reprodução expandida da desregulamentação do trabalho e das exigências de austeridade política local para um prolongamento de seu modelo de intervenção. Nesse movimento, a pobreza se avoluma, recriando espaços de misérias administrados pelos agentes capitalistas.

O microcrédito, nesse sentido, possui o conteúdo necessário à afirmação das políticas individualizantes, pois tem a possibilidade de, ao mesmo tempo, ampliar as bases de acumulação e resignificar o sentido da coletividade, negando os princípios essenciais da condição humana tão caros à reprodução do capital. Destarte, o movimento contraditório inerente a essas relações se apresentam

amalgamadas no interior desse movimento, recriando exatamente o oposto, os grupos solidários formados para a obtenção do crédito junto ao Crediamigo são composições e arranjos pautados na confiança, no companheirismo e no fortalecimento dos laços fraternos. Observamos que, nesse espaço, se discutem os problemas intrínsecos aos seus contextos comuns e, de forma coletiva, vão negando as individualidades tão amplamente incitadas pela lógica mercantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Eu saio a caminhar
Pela cintura cósmica do sul
Piso na região
Mais vegetal do tempo e da luz
Sinto ao caminhar
Toda a pele da América em minha pele
E anda em meu sangue um rio
Que liberta em minha voz
Seu caudal*

*Sol do alto Peru
Rosto Bolívia, Estanho e solidão
Um verde Brasil beija a meu Chile
Cobre e Mineral
Subo desde o sul
Rumo a entranha América e total
Pura raiz de um grito
Destinado a crescer
E a explodir*

*Todas as vozes, todas
Todas as mãos, todas
Todo o sangue pode
Ser música no vento*

*Canta comigo, canta
Irmão americano
Liberte tua esperança
Com um grito na voz!*

*Todas as vozes, todas
Todas as mãos, todas
Todo o sangue pode, ser música no vento
Canta comigo canta, irmão americano
Liberte tua esperança com um grito na voz*

(Música com todos – Mercedes Sosa)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações nas forças produtivas ocorridas no longo período, comumente chamado de anos gloriosos, entre o Pós-Segunda Guerra e 1973, asseguraram ao capitalismo, por meio dos Estados Unidos, da Europa Ocidental e do Japão, um enorme salto nos níveis de produtividade do trabalho e da acumulação de capital sem precedentes. Nesse período, com o toyotismo, a tendência à redução do tempo de trabalho necessário para a produção das mercadorias confirma a tese marxiana da incontrollabilidade do sistema. A superprodução se afirma como tendência inerente ao próprio sistema, que aumenta a composição orgânica do capital, na concorrência intercapitalista, independentemente da vontade individual dos capitalistas (MESZÁROS, 2002).

A crise do capitalismo, que explodiu nos anos 1970, numa escala ainda mais vasta do que as do final do século XIX e a de 1929, apresenta com mais nitidez as contradições da atual fase do capitalismo. Uma parte dos teóricos considerou tratar-se de falhas do mercado; outra parte ousou se referir à iminência da extinção do modelo de produção; enquanto outros consideram que a crise estrutural levaria a relação capital-trabalho a níveis de exploração inimagináveis por mais algum tempo.

Nesse cenário de regressão, o capital, que previsivelmente elevaria os níveis de exploração do trabalho, comprimindo salários e reduzindo os preços do maquinário, de modo a obter muito mais a mais-valia relativa e a absoluta e a força de trabalho ocupada, optou pela aplicação de capitais na esfera financeira.

A escolha e o apelo à expansão geográfica de capitais via um ajuste espacial, viabilizado pela quebra de barreiras de proteção aos capitais nacionais, com o apelo ao mercado externo de matérias-primas e força de trabalho barata, desdobrou-se em novas contradições. Essa expansão geográfica do capital e das suas contradições, que acompanha o movimento de valorização intensificou o comércio externo, inscrevendo todos os países e povos no cenário das contradições estruturais do sistema.

A crise gerada com os excedentes de capitais nas economias centrais é, então, a razão essencial para explicar a abertura de novos espaços de acumulação no mundo. Essa mobilidade do capital enterrou o mundo numa economia financeira

em que a exportação de capitais via fusões e aquisições de empresas e territórios, em geral, foi a característica marcante a partir dos anos 1990.

A migração dos investimentos do setor produtivo, para setores não produtivos ou especulativos de rentabilidade mais rápida, levou à divisão da mais-valia produzida no primeiro, mostrando que a financeirização é nada mais que uma forma temporária e insustentável de manutenção do sistema. A acumulação de capital por juros de capital emprestado torna o capital-dinheiro estéril, com consequências sobre o conjunto da economia.

É essa a questão central que transformou o mundo num mercado de especulação financeira, intensificando a extração da mais-valia e a pauperização dos sujeitos mais vulneráveis.

O eixo de implementação dessa estratégia de acumulação foi orientado pelos mais importantes organismos financeiros internacionais, o FMI e o Banco Mundial na passagem dos anos 1980 para 1990. Era a forma de inscrever os países necessitados de empréstimos numa nova ordem econômica engendrada pela abertura comercial e financeira de todas as nações. O alcance dos desdobramentos dessas medidas econômicas nas regiões do globo dependeria das condições de desenvolvimento das forças produtivas de cada nação e das forças políticas internas.

Conjugados a esse processo, os discursos para abrandar os efeitos da crise e do desemprego crescente (já que a financeirização da economia incide sobre o processo produtivo destruindo o trabalho nesse setor e manifestando os níveis de devastação social e agravamento da pauperização), dão centralidade à pobreza, expondo a face mais desumana da financeirização.

O escoamento do excedente de capital para os países considerados pobres, com efeito a partir da década de 1990, conduziu uma significativa política de créditos financeiros, para programas de governo como políticas sociais, habitação, geração de renda e inclusão produtiva das populações em estado de pobreza, sua mais nova base de expansão de excedente de capital para extração de lucros.

Essas políticas foram os mecanismos encontrados pelo Estado brasileiro para viabilizar a apropriação de parte da renda produzida, agora pelo trabalho informal, nos mais diversos segmentos de atividade produtiva. Nessa dinâmica, o

impulso ao empreendedorismo se processou como um modelo referencial de política para superação da pobreza no mundo, consolidando novas estruturas de captação do excedente do trabalho sob a forma de juros via políticas de microcrédito.

Buscou-se, na lógica do empreendedorismo, incorporar a microfinança, uma parte da macroeconomia, na integração dos trabalhadores informais ao mercado de crédito. A inclusão financeira passou a ser, a partir de então, a diretriz principal para a atuação das agências financeiras mundiais sobre os pobres dos países pobres, um nicho de mercado para investidores privados comprometidos apenas com propósitos comerciais e utilizando-se do discurso da pobreza para sua reprodução em escala ampliada.

Esse movimento, com expansão significativa nos anos de 1990, teve por base a produção de um arcabouço científico para sustentar a sua lógica de ação focalizadora e atribuir-lhe caráter viável uma vez que esse jamais poderia comprometer-se com medidas estruturais de superação das desigualdades socioespaciais dada a funcionalidade da pobreza.

O conjunto das teses de Amartya Sen difundidas mundialmente, por se constituir em ideias altamente funcionais ao mercado, sustentou esse fundamento, tomando por base a produção de uma subjetivação individualizada na busca pela liberdade humana e a esta aferindo os compromissos e responsabilidades aos indivíduos sobre sua condição. Suas teses reintroduzem a filosofia ao pensamento econômico em um movimento de retorno e atualização da economia clássica atribuindo-lhe respaldo no meio científico, pois traz o homem ao centro do pensamento econômico. Ao realizar esse retorno, renovando o conjunto das ideias liberais reafirma os fundamentos, historicamente construídos para legitimar o Moderno Estado burguês e orientar ações focalizadoras concernentes com o quadro atual das relações capitalistas em contexto de reestruturação e financeirização.

Pensar a liberdade humana atrelada ao desenvolvimento econômico de indivíduos e fazer dessa, uma luta pela emancipação do pobre, representou forjar um modelo de intervenção em que o princípio da ação do sistema social para superar o subdesenvolvimento é oportunizar, tão somente, formas de geração de renda estimuladas pelas capacidades individuais. Ao separar e negar, neste

sistema social, a desigualdade de renda e desigualdade econômica, sustenta-se o deslocamento da interpretação das causas estruturais da pobreza, criando as armadilhas teóricas que fundamentam a sua administração. São estes elementos que fizeram de Sen o guia do mercado financeiro para a ordenação de políticas ditas sociais.

A individuação da “questão social”, fundamental para a promoção de ações paliativas e pontuais para administração da pobreza, materializa-se no Brasil desde a década de 1980 em uma infinidade de programas de crédito, tendo no Crediamigo sua maior expressão. Esse programa viabilizou a circulação e reprodução do capital rentista no país, focalizando a superpopulação relativa, à qual delega-se o compromisso de ampliação desses investimentos por meio da apropriação da renda gerada em seu processo de trabalho. Esse seguimento de atuação se processa estrategicamente para negar as implicações da Lei Geral de Acumulação ao tempo em que tem, na despossessão, o *modus operandi* da acumulação.

À luz da análise de Harvey (2001), quando explica o modelo imposto pelo sistema capitalista para a obtenção constante do controle mundial a partir das despossessões, concluímos que a expansão de programas de microcrédito se constitui uma via dessa forma de acumulação. Os agentes do capital financeiro, ao utilizarem-se dos instrumentos regulatórios do Estado, exigindo a retração das funções que lhes incumbia nos tempos de políticas keynesianas para criar o ajuste estrutural, implicou propositalmente na geração de demandas e necessidades por parte dos trabalhadores diante do ajuste neoliberal. Esses foram retirados de seus postos de trabalho e lançados na informalidade para, a partir de prescrições de políticas de crédito, estimular atividades produtivas e ao mesmo tempo viabilizar a circulação do capital financeiro. Nesse jogo, estabelece-se a acumulação por despossessão, pois intensifica a apropriação da renda do trabalhador retirando-lhe, na forma de juro o dinheiro auferido com seu trabalho. Esse sujeito trabalhador, que já vem de uma difícil luta para produzir sua existência fora do mercado formal de trabalho (que não é o ideal, mas assegurava minimamente sua sobrevivência), nesse novo arranjo, impõem-lhe a responsabilidade e o ônus de criar as condições e as estruturas de sua reprodução, o que não seria um problema se ele fosse dono

de sua força de trabalho. No entanto, o que se montou foi uma artimanha para mantê-lo capturado como peça essencial para novas formas de acumulação.

Inserir o trabalhador dentro da esfera financeira para a geração de lucro por meio do microcrédito, foi uma alternativa que o capital encontrou para negociar seus ativos e valorizar-se fora da esfera produtiva. Para tanto, o trabalhador/indivíduo, agora sobre condições bem mais precárias, é a unidade essencial dessa realização. Nesta relação, capital-trabalho para geração de capital-dinheiro, o Estado, cumprindo sua função de regulamentador, assume um papel preponderante na estruturação das bases jurídicas que atendem aos interesses dos especuladores, o que não destoa do seu papel original, aquele de ser protetor dos interesses privados em detrimento da população trabalhadora.

A espacialização do microcrédito no Brasil e do programa Crediamigo contou com um empenho do Estado na montagem da estrutura jurídica para a legalização dessas atividades, a pressão dos especuladores encaminham mudanças na legislação prontamente atendidas, derrubando as barreiras legais para sua viabilização.

A deliberação do microcrédito como modelo de política social de superação da pobreza conseguiu reunir um montante significativo de trabalhadores que, iludidos pelas promessas de rentabilidade em sua atividade e persuadidos cotidianamente por propagandas e pela estratégica metodologia adotada em que agentes de crédito também transcendem as barreiras burocráticas e culturais, resultou em uma teia de endividamentos constante desses trabalhadores, e como bola de neve, tornaram-se dependentes do crédito para estruturar seus comércios. Como esses trabalhadores têm compromissos mensais com parcelas dos empréstimos, os quais se arrastam por anos, é praticamente impossível não carecer de um novo empréstimo assim que se quita o antigo. Compreender essa lógica é desnudar a funcionalidade destes programas que objetivam apenas gerir a pobreza, barrando ações estruturantes em detrimento da realização financeira para diminuir o que Harvey em *O enigma do capital*, denominou de “problema de absorção do excedente”.

A região de atendimento da Unidade de Petrolina é um exemplo da força que os agentes financeiros e o Estado imprimiram junto ao governo de Pernambuco para se fazer chegar aos mais diversos lugares o empreendedorismo

superador das adversidades das condições socioespaciais do semiárido, seja no campo ou na cidade, conforme seus apologistas querem fazer crer. A expansão geográfica dessas políticas de crédito seja pública, com o Banco do Nordeste ou privada, com os correspondentes de crédito, construiu as continuidades de uma rede articulada no processo de produção do espaço com vistas a abrangência do mercado de capitais a partir das capilaridades destas agências.

Os estados, ao determinarem os programas focalizados, financiados pelos credores externos, como principal medida de intervenção sobre a pobreza, aceleram a dependência financeira, aumentando suas dívidas, comprometendo o fundo público que passa a ser capturado pelo capital rentista, e a capacidade de prover minimamente os serviços essenciais à vida. Recai sobre o trabalhador o peso dessa dívida na forma de impostos, além das medidas austeras, acentuadas no Brasil após golpe de 2016, produzindo um movimento de intensificação da pobreza e com ela os conflitos, que dela são inerentes.

A dimensão dessa expansão é também a dimensão da produção desigual do espaço, da crise que a acompanha e da intensificação da luta de classe.

Esses conflitos reafirmam o homem como sujeito social, negando a individuação como movimento de conformação dos sujeitos. O indivíduo advém de proposições mercadológicas historicamente instituídas para a obtenção de maior controle dos grupos sociais. A fragmentação impregnada nessa abordagem de individualização da pobreza, por meio desses programas, acaba por promover uma maior abrangência da exploração do trabalho.

Entretanto, as contradições revelam que só no conjunto da coletividade é possível a realização desse indivíduo porque o mesmo é produto das relações sociais que se dão de forma comunitária no movimento concreto de existência humana. O indivíduo é formado nas relações sociais, de onde provêm as objetivações do trabalho. Esse é o fundamento da sua existência social. Por sua vez, a compreensão de quem é esse sujeito por eles mesmos e a elucidação das formas de acumulação do capital no contexto atual, permite reafirmar que é no confronto da classe subalterna em relação às ações dos grupos dominantes e do Estado que lhes representam que as condições acima podem se revelar em toda a sua crueza e permitir que o devir seja de superação das personificações do capital e da pobreza.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

AGEFEPE, Agência de Fomento do Estado de Pernambuco. Governo de Pernambuco. Recife, 2017. Disponível em: <<http://www2.agefepe.pe.gov.br> > Acesso em: julho de 2017.

ALVES, Hayda; ESCOREL, Sarah. *Massa marginal na América Latina: mudanças na conceituação e enfrentamento da pobreza 40 anos após uma teoria*. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 22 [1]: 99-115, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v22n1/v22n1a06.pdf>>. Acesso em: fevereiro de 2015.

ALVES, Giovanni. *O golpe de 2016 no contexto da crise do capitalismo neoliberal*. Disponível em <https://blogdaboitempo.com.br/2016/06/08/o-golpe-de-2016-no-contexto-da-crise-do-capitalismo-neoliberal/>. Acesso em março de 2018.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004. <Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br> acesso em setembro de 2017.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2016.

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA. *Gráfico do Orçamento Geral da União*. 2017. Disponível em: <<https://auditoriacidadada.org.br/>>. Acesso em: agosto de 2017.

ATLAS DA EXTREMA POBREZA NO NORTE E NORDESTE. *Populações residentes em domicílios agrícolas, pluriativos, rurais não agrícolas e urbanos não agrícolas*. 2010. Disponível em: <http://www.ipc-undp.org/pub/port/Atlas_da_extrema_pobreza_no_Norte_e_Nordeste_do_Brasil_PT.pdf>. Acesso em: junho de 2016.

AZEVEDO, Darana Carvalho. BURLANDY, Luciene. *Política de combate à pobreza no Brasil, concepções e estratégias*. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 201-209 jul./dez. 2010. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/07.pdf>. Acesso em: maio de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Panorama do microcrédito – inclusão Financeira*. Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://inclusaofinanceira.bcb.gov.br/> > Acesso em: abril de 2015.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Quantidade de agências do segmento bancário, cooperativas, sociedade de crédito, financiamento e investimento (SCFI) e sociedade de crédito ao microempreendedor e à empresa de pequeno porte*

(SCMEPP) por mil km² no país, 2017. Disponível em:<PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS,2017 <http://dados.gov.br/dataset/25024-quantidade-de-agencias-do-segmento-bancario-cooperativas-sociedade-de-credito-financiamento>>. Acesso em: junho de 2017.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. *Relatório do Programa de Microfinanças do Banco do Nordeste*: Relatório 2016. Publicado em 2017. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/documents/22492/41207/RelatorioMicrocredito2016/47bbdf18-4b84-d33a-ab35-439ff932a4e2>> Acesso em: março de 2017.

BANCO MUNDIAL. *Queda maciça no número de pessoas sem conta bancária, afirma o novo relatório*. Disponível em:<<http://www.worldbank.org/pt/news/press-release/2015/04/15/massive-drop-in-number-of-unbanked-says-new-report>> Acesso em: 2017.

BARONE, Francisco Marcelo; LIMA, Paulo Fernando; DANTAS, Valdi; RESENDE, Valéria. *Introdução ao microcrédito*. Brasília: Conselho da Comunidade Solidária, 2002.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, 2006.

BIRD - Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento. *The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank. Washington, 2001*. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitseam/ha/>>. Acesso em: janeiro de 2014.

BÔAS, Bruno Vilas. *Pobreza extrema aumenta 11% e atinge 14,8 milhões de pessoas*. Disponível em <<http://www.valor.com.br/sites/default/files/gn/18/04/arte>> Acesso em março de 2018.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andréia; REIS, José Cláudio. *Breve história da ciência moderna: das máquinas do mundo ao universo-máquina*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CABRAL, Augusto Antonio Campelo; SÁ, Alcindo José de. *Os movimentos sociais urbanos e suas manifestações concretas no Brasil e no Recife: síntese retrospectiva*. *Revista de Geografia*. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. 26, n. 3, set/dez. 2009. Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/revistageografia> >. Acesso em: fevereiro 2015.

CAMARGO, José Márcio; REIS, Maurício Cortez. *Aposentadoria, Pressão Salarial e Desemprego por Nível de Qualificação*. RBE, Rio de Janeiro, v. 62, n. 3, p. 299–331 Jul.-Set. 2008. Disponível em:< <http://www.scielo.br/> >Acesso em: novembro de 2016.

CAMPUS, Christiane Senhorinha Soares. *A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio*. Buenos Aires, CIACSO, 2011.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso. *Da crise do Estado-providência à nova questão social: alcances e impasses no pensamento de Pierre Rosanvallon*. Revista Leituras de Economia Política, Campinas, v.9, p. 41-61, dez. 2001. Disponível em:<file:///C:/Users/RENATA/Downloads/9-10-1-PB%20(1).pdf> Acesso em: fevereiro de 2017.

CARDOSO, Clodoaldo Meneguello. *Liberdade e igualdade nos direitos humanos: fundamentos filosóficos e ideológicos*. São Paulo. Editora Unesp, 2009.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Nogueira; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES, Édna Rabêlo Quirino. *OSCIIP- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público: Série empreendimentos coletivos*. Brasília: Sebrae, 2014. Disponível em:< <http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/bds/bds.nsf/>> Acesso em: abril de 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A geografia brasileira hoje: algumas reflexões*. In: Revista Terra Livre, São Paulo: Ano 18, vol. I, n. 18, p. 161-178, 2002. Disponível em < file:///C:/Users/RENATA/Downloads/151-280-1-SM.pdf> acesso em agosto de 2016.

CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas, São Paulo: Papirus, 2013.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis - RJ: Vozes, 2015.

CASTELO, Rodrigo. *A “questão social” nas obras de Marx e Engels*. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 20 nº 1, p. 85-94. Jan-Jun 2010.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. *A proeminência da finança no seio do “capital fictício e movimento contemporâneo de mundialização do capital*. In: BRUNHOFF, Suzanne [et al] (org.) *A finança capitalista*. São Paulo: Alameda, 2010.

CODES, Ana Luiza Machado de. *A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa*. Brasília, abril de 2008.

COLODETI, Vicente de Paulo; LEITE, Izildo Corrêa. *Microcrédito, Informalidade e “Combate à Pobreza*. Temporalis, Brasília (DF), ano 12, n. 24, p. 385-406, jul./dez. 2012. Disponível em:<<http://www.publicacoes.ufes.br/temporalis/article/view>> Acesso em: abril de 2015.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. *A Geografia do espaço da miséria*, v. 1, nº. 6, 2005. Scientia Plena 1 (6): 166-170, 2005.

CONDEPE/FIDEM. *Pobreza Extrema em Pernambuco: Evolução, Dimensão e Características*. 2011. Disponível em: <www.ipea.gov.br/pdf>. Acesso em: fevereiro de 2015.

CRESPPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Eliane. *A Pobreza como Fenômeno Multidimensional*. ERA Eletrônica, v.1, n.2, jul-dez, 2002. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/camilaroodrigues/a-como-um-fenomeno-multidimensional>>. Acesso em: Maio de 2017.

CUNHA, Marcia Pereira. *Do passado ao presente: a pobreza como sinal de subdesenvolvimento, problema político e questão individual*. 2009. Disponível em: < <http://www.revue-rita.com/dossier-thema-37/do-passado-ao-presente-thema-10248> >. Acesso em: dezembro de 2016.

DESCARTES, Renê. *Discurso do método*. São Paulo: Nova Cultura Ltda, 1999.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora em Inglaterra*. Porto. Editora Afrontamento, 1975.

ESTIVILL, Jordi. *A face não reconhecida da sociedade: O debate conceitual sobre a exclusão social na Europa e na América Latina*. In: BORBA, Cassimiro; BONETI, Lindomar Wessler; SOULET, Marc-Henry. (org.) *Conceitos e dimensões da pobreza e da exclusão social uma abordagem transnacional*. Unijuí. Ed. Unijuí, 2006.

RAMOS FILHO, Eraldo Ramos da Silva. *Movimentos Socioterritoriais, a contrarreforma Agrária do Banco Mundial e o combate a pobreza rural*. São Paulo, Buenos Aires. Outra expressões, CLACSO, 2013.

FRANCA, Gilberto Cunha. *O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)*. São Paulo, Expressão Popular, 2007.

GALEANO, Eduardo. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

GÓMEZ, Jorge R. Montenegro. *Desenvolvimento em (des)construção Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural*. Tese doutorado. Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, Marcelino Andrade. *Reestruturação Produtiva e Precarização das Relações de Trabalho*. Revista UNESP. 13 de Janeiro de 2015. Disponível em<[file:///C:/Users/RENATA/Downloads/Reestruturacao_Produtiva_e_Precarizacao_das_Relaco%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/RENATA/Downloads/Reestruturacao_Produtiva_e_Precarizacao_das_Relaco%20(1).pdf) acesso em setembro de 2017.

GONÇALVES, Michela Barreto Camboim. *O crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos: evidências para o período de 1991 a 2000*. Dissertação de Mestrado. Recife, 2006.

GONZÁLEZ, Alicia. *A luta contra a pobreza perde fôlego na América Latina*. El País. 31 de Janeiro, 2015. Disponível em: < <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/01/30/> html>. Acesso em: maio de 2015.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. *Banco Mundial dá crédito recorde ao Nordeste*. 2012. Disponível em: <http://www.sde.ba.gov.br/Noticia.aspx?n=31334> >. Acesso em: dezembro de 2014.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo, Annablume, 2006.

_____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo, Boitempo, 2011.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Princípios da filosofia do direito*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEILBRONER, Robert L. *Introdução à história das ideias econômicas*. Rio de Janeiro, Zahar editores, 1969.

HOBBSBAWM, Eric J. *A Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades*. 2015. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?coduf=26>>. Acessado em maio de 2015.

_____. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*: 2017. IBGE, Coordenação de Geografia, Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. Índice de Desenvolvimento Humano e Municipal - IDHM, 2010. Disponível em:< <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php>> Acesso em: janeiro de 2018.

_____. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias*. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/apps/regioes_geograficas/>. Acesso em: setembro de 2017.

_____. IBGE – Agência de notícias. Desemprego volta a crescer com 13,1 milhões de pessoas em busca de ocupação. Disponível em < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20674-desemprego-volta-a-crescer-com-13-1-milhoes-de-pessoas-em-busca-de-ocupacao.html><. Acesso em março de 2012.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil Rio de Janeiro 13 de julho de 2010*. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/100713_comuni58pobreza.pdf>. Acesso em: abril de 2015.

INEC. *Área de atuação do INEC*. 2017. Disponível: < <http://www.inec.org.br/area.asp>>. Acesso em Novembro de 2017.

IVO, Anete Brito Leal. *Sociologia, Modernidade e Questão Social*. Tese (Doutorado. Em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE. Recife, 2008.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. São Paulo: Edipro, 2003.

_____. *Crítica da razão pura*. São Paulo, editora Nova Cultura, 1999.

KRAYCHETE, Elsa Sousa. *O Banco Mundial e o desenvolvimento das microfinanças em países da periferia capitalista*. Tese (Doutorado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia. 2005.

LEGUIZAMÓN, Sonia Alvarez. *Trabajo y producción de la pobreza en latinoamérica y El Caribe: estructuras, discursos y actores*. Buenos Aires : Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2005.

LEI CHAPELIER DE 14 DE JUNHO DE 1791. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de História. Textos e documentos. Disponível em: < <http://www.fafich.ufmg.br/hist/LeiChapelier.pdf>>. Acesso, em fevereiro de 2016.

LESSA, Sergio. *Capital e Estado de Bem-Estar: o caráter de classe das políticas públicas*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

LISBOA, Josefa Santos. *A trajetória do discurso do desenvolvimento para o Nordeste: políticas publicas na (dis)simulação da esperança*. Tese doutorado. Aracaju, 2007.

_____, *O trabalho como fundamento pedagógico para compreensão do campo na formação de professores*. Extensão em Ação. Fortaleza, 2018 (no prelo).

LIZIERO, Leonam. *Além de Rawls: Algumas críticas de Amartya Sen sobre imparcialidade, equidade e liberdade*. Revista da Faculdade de Direito da UERJ – RFD, v. 27, jun. 2015. Disponível em: < <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rfduerj/article/viewFile/12433/12537>> Acesso em: setembro de 2016.

LOCKE, John. *Segundo tratado sobre o governo civil: ensaio sobre a origem, os limites e os fins verdadeiros do governo civil*. Petrópolis – RJ: Vozes, 1994.

MARANHÃO, César Henrique. *Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais*. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). *Desenvolvimento e construção de hegemonia – crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.

MARCUSE, Herbert. *Reason and Revolution: Hegel and the rise of social theory*. Institute of Social Research, Columbia University. New York: 1941.

MARTINS, José de Souza. *A sociedade vista do abismo*. Petrópolis, 2012.

_____. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo. Editora Paulus, 1997.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. *O Capital: crítica da economia política* – livro 01. 24. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. São Paulo. Coleção Marx & Engels: Boitempo, 2011.

_____. *Manuscritos Econômicos Filosóficos*. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MASCARO, Alysson Leandro. *Introdução à filosofia do Direito* – dos Modernos aos Contemporâneos. São Paulo: Atlas S.A, 2002.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. *Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade*. São Paulo. Tese (doutorado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, 2008.

MEDEIROS, Dhiego Antônio de. *Financeirização do território: a capilaridade dos programas Crediamigo e Agroamigo em Alagoas*. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, 2016.

MEDEIROS, Dhiego Antônio de. *Financeirização do território e circuitos da economia urbana: agentes de crédito, técnicas e normas um exemplo em Alagoas*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. *Governo amplia acesso ao microcrédito orientado, 2017*. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/noticias/2017/setembro/governo-amplia-acesso-ao-microcredito-orientado>> Acesso em: setembro de 2017.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. *Pernambuco no combate promove inclusão social e produtiva de jovens e adultos*. 2013. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/saladeimprensa/noticias/2013/novembro/pernambuco-no->

atente-promove-inclusao-social-e-produtiva-de-jovens-e-adultos. Acesso em: julho de 2015.

MONTAÑO, Carlos; URIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. São Paulo: Cortez, 2011.

MORAES, Antônio Carlos Robert. *Território e história do Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social*. São Paulo: Cortez, 2015.

MUHAMMAD Yunus. *Yunus Negócios Sociais*. Disponível em: <<https://www.yunusnegociossociais.com/>>. Acesso em: Dezembro de 2017.

NETO, Wenceslau Gonçalves. *A ação do Estado: Estado e Agricultura no Brasil* políticas Agrícolas e Modernização Econômica Brasileira 1960-1980, São Paulo, Hucitec, 1997.

NETTO, José Paulo. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2012.

O GLOBO. Mesmo com avanços Pernambuco ainda tem baixos índices. 2014. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/mesmo-com-avancos-pernambuco-ainda-tem-baixos-indices-sociais-12034534>. Acessado em abril de 2015.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária*. São Paulo: Labur Edições, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. *Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes*. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1977.

_____. *Crítica à razão dualista: O ornitorrinco*. São Paulo. Boitempo editorial, 2013.

OLIVEIRA, Vanessa Dias de. *Políticas Públicas e Trabalho Precário: A retórica da “autonomia empreendedora” e a permanência de desemprego*. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

PEREIRA, Cunha Marcia. *Do passado ao presente: a pobreza como sinal de subdesenvolvimento, problema político e questão individual*, RITA, N°2 : août 2009, (en ligne), Mis en ligne le 01 août 2009. Disponível em: <<http://www.revuerita.com/dossier-thema-37/do-passeado-ao-presente-thema10248.html>>. Acesso em: abril de 2015.

PEREIRA, João Márcio Mendes. *O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)*. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2009.

_____. *O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”*. Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010, p. 260-282. Disponível em: < <http://www.revistatopoi.org.pdf>>. Acesso em: junho de 2015.

POLANY, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTAL BRASIL . *Brasil lidera erradicação da extrema pobreza na América Latina*. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/04/brasil-lidera-erradicacao-da-extrema-pobreza-na-america-latina>. Acesso em: abril de 2015.

PORTOSOL – Instituição Comunitária de Crédito. *Histórico completo*, 2017. Disponível em:< <http://www.portosol.com/site/index.php/quemsomos/historico-completo> > Acesso em: dezembro de 2017.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *O que é IDH*. 2015. Disponível em: < http://www.pnud.org_IDH >. Acessado em maio de 2015.

QUADROS, Valdir. *Classes sociais e desempregados no Brasil dos anos 1990*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 12, n. 1 (20), p. 109-135, jan./jun. 2003. Disponível em:<<file:///C:/Users/RENATA/Downloads/06-Waldir%20Quadros.pdf>> Acesso em: novembro de 2016.

RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. *Sustentar o Progresso Humano: Reduzir as Vulnerabilidades e Reforçar a Resiliência*. 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/arquivos/RDH2014pt.pdf>>. Acesso em: abril de 2015.

RICARDO, Banana. *Escola de Empreendedor de Petrolina oferecerá cursos gratuitos para pequenos negócios*. 2018. Disponível em: <<https://ricardobanana.com/escola-do-empresendedor-de-petrolina/>> Acesso em: janeiro de 2018.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. São Paulo. Editora Nova Cultura, 1996.

ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil A Evolução de Longo Prazo (1970-2011)*. XXV Fórum Nacional (Jubileu de Prata – 1988/2013) O Brasil de Amanhã. Transformar Crise em Oportunidade. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.forumnacional.org.br/pub/ep/EP0492.pdf>>. Acessado em maio 2015.

_____. *Pobreza no Brasil: afinal do que se trata?*. Rio de Janeiro: editora FGV – Fundação Getúlio Vargas, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jaques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Porto Alegre. L&PM, 2008.

SALES, Edson. *Sobre a questão das ligas camponesas*. 2007. Disponível em: <<http://www.palavraoperaria.org/Ligas-Camponesas>>. Acessado em abril de 2015.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo Público e seguridade social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTIAGO, Eduardo Girão. *Microcrédito, Emancipação Empreendedora e Combate à Pobreza: Controvérsias Outros Caminhos*. In: Franco de Matos, Júnior Macambira; Maria Cristina Cacciamali. (ORG.) *A atividade e a Política de Microcrédito no Brasil: Visões sobre sua Evolução e Futuros Desafios*. Fortaleza: IDT, USP, 2014.

SANTOS NETO, Arthur Bispo dos. *Trabalho e Tempo de Trabalho na perspectiva marxiana*. São Paulo, Instituto Lukács, 2013.

SANTOS SÉRGIO, Marleide Maria. *Movimentos sociais: na trama subliminar do ocultamento dos conflitos de classe*. Tese (Doutorado em Geografia) – Núcleo de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

SANTOS, Maria Joseane Costa Santos. *O Programa de Microcrédito Crediamigo: microfinanças e mercado de trabalho na política de geração de emprego e renda em Itabaiana-SE*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe – São Cristóvão, 2016.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro, Record: 2008.

_____. *Metamorfose do espaço habitado - Fundamentos Teórico e metodológico da Geografia*. Hucitec. São Paulo 1988.

SEBRAE. *Perfil do Microempreendedor Individual 2017*. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2017/08/Perfil-do->>. Acesso em: agosto de 2017.

SEMPETQ - Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação, 2017. Disponível em: < <http://www.sempetq.pe.gov.br/>> Acesso em: novembro de 2017.

SEN, Amartya. *A ideia de Justiça*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

_____. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. *Microcrédito na Região Metropolitana do Recife: Experiência Empreendedora do CEAPE*. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal de Pernambuco, Recife 2005.

SINGER, Paul. *O capitalismo, evolução, sua lógica e sua dinâmica*. São Paulo: Moderna, 1897.

SIQUEIRA, Luana. *Pobreza e serviço Social: diferentes concepções e compromissos políticos*. São Paulo: Cortez, 2013.

SMITH, Adam. *A riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. São Paulo. Editora Nova Cultura, 1996.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: Natureza, Capital e a Produção de Espaço*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1988.

SOARES, Thiago de Castilho. *A construção do indivíduo moderno como condição de eficácia jurídica*. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2003.

SOUZA, Sylvio Capanema de. *O Código Napoleão e sua Influência no Direito Brasileiro*. Revista da EMERJ, v. 7, n. 26, 2004. Disponível em: http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista26/revista26_36.pdf. Acesso em: março de 2017.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. *A (dês)ordem societária e territorial do trabalho*. In: O campo no século XXI: território de vida e de construção da justiça social. São Paulo: Paz e Terra, 2004a.

_____. *A Geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI*. Geosul, Florianópolis, v. 19, n. 37, p. 7-26, jan./jun. 2004b. Disponível em: <file:///C:/Users/RENATA/Downloads/13556-41774-1-PB.pdf>. Acesso em: janeiro de 2018.

UGÁ, Vivian Dominiguez. *A questão social como “pobreza”*: crítica à conceituação neoliberal. Curitiba: Appris, 2011.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. *Em torno do conceito de política social: notas introdutórias*. Rio de Janeiro, dezembro de 2002. Disponível em: <www.enap.gov.br/downloads/ec43ea4fMariaLucia1.pdf>. Acesso em: abril de 2014.

VIVARIO. *Empresa social*. 2017. Disponível em: < <http://www.vivario.org.br/> > Acesso em: agosto de 2017.

YUNUS, Muhammad. *O banqueiro dos pobres*. São Paulo: Ática, 2000.

